

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TESE

**Ser Feminista e se Relacionar com Mulheres:
política, afeto e sexualidade em uma perspectiva geracional**

Julia Paiva Zanetti

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SER FEMINISTA E SE RELACIONAR COM MULHERES: POLÍTICA,
AFETO E SEXUALIDADE EM UMA PERSPECTIVA GERACIONAL**

JULIA PAIVA ZANETTI

Sob a Orientação da Professora
Elisa Guaraná de Castro

Tese submetida como requisito parcial
para a obtenção do título de **Doutora em
Ciências Sociais**, no Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro.

SEROPÉDICA, RJ
MAIO DE 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Z28s Zanetti, Julia Paiva, 1978-
 Ser feminista e se relacionar com mulheres:
 política, afeto e sexualidade em uma perspectiva
 geracional / Julia Paiva Zanetti. - Rio de Janeiro,
 2025.
 218 f.

 Orientadora: Elisa Guaraná de Castro.
 Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
 de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências
 Sociais, 2025.


 1. Sexualidades. 2. Feminismos. 3. Diversidade
 sexual e de gênero. 4. Geração. 5. Movimentos Sociais.
 I. Castro, Elisa Guaraná de , 1968-, orient. II
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais III.
 Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS


JULIA PAIVA ZANETTI

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutorado**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

TESE APROVADA EM 28/05/2025


Documento assinado digitalmente
 **ELISA GUARANÁ DE CASTRO**
Data: 06/05/2025 15:55:28-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Elisa Guaraná de Castro (PPGCS/UFRRJ) (orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **CARLA DE CASTRO GOMES**
Data: 13/05/2025 10:05:42-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>


Prof^ª. Dr^ª. Carla de Castro Gomes (NESEG/UFRJ)

Prof^ª. Dr^ª. Fabrina Pontes Furtado (CPDA/UFRJ)

Documento assinado digitalmente
 **FABRINA PONTES FURTADO**
Data: 06/05/2025 12:15:31-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Franklin Gerly Gil Hernández (UNAL)

Prof^ª. Dr^ª. Moema de Castro Guedes (PPGCS/UFRJ)

Documento assinado digitalmente
 **MOEMA DE CASTRO GUEDES**
Data: 15/05/2025 17:44:06-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>



TERMO Nº 458/2025 - PPGCS (12.28.01.00.00.91)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 16/06/2025 17:27)

FRANKLIN GERLY GIL HERNÁNDEZ

ASSINANTE EXTERNO

Passaporte: ###742#3

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **458**, ano: **2025**, tipo:
TERMO, data de emissão: **16/06/2025** e o código de verificação: **49a38db752**

A Raiza (*in memoriam*)

Pela alegria e cuidado com que se fez presente
na minha vida.

A zia Clara e tia Nice (*in memoriam*)

Por, de formas tão diferentes, terem sido
fundamentais na minha vida.

A Lorenzo, meu pai e amigo (*in memoriam*)

Por todo amor e aprendizado, que mesmo
depois de tantos anos, segue fazendo muita
falta.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao movimento sindical, que cotidianamente luta para conquistar e garantir os direitos das trabalhadoras e trabalhadores, entre estes o que me permitiu ter licença remunerada para fazer o doutorado sanduíche e escrever esta tese.

Ao Corpo Docente, Técnico-administrativo e Terceirizado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do CPDA, onde frequentei algumas disciplinas e as reuniões de orientação coletiva, por toda dedicação e cuidado na manutenção destes programas.

Às professoras Carla Gomes, Fabrina Furtado, Moema Guedes e ao professor Franklin Gil Hernández, membros da banca, pela disponibilidade, leitura atenta e importantes sugestões para esta tese.

À Elisa Guaraná, querida professora de mestrado e agora orientadora de doutorado, agradeço a compreensão à minha condição de estudante trabalhadora nos primeiros anos, a confiança no meu processo e o caminho leve e gentil que percorremos durante todo o curso.

A Franklin Gil Hernández e à Escuela de Estudios de Género (Colômbia), pelo aprendizado e acolhida no período em Bogotá.

À Ana Carla da Silva Lemos e o curso Feminismos Lésbicos por ela oferecido, pela boa introdução ao pensamento feminista lésbico nacional e internacional.

Ao grupo de orientação coletiva PPGCS e CPDA, em especial a Claudivam Silva, Ramon Teixeira e Bruna Ramalho, pelas trocas e boas conversas ao longo destes anos.

Às entrevistadas, brasileiras e colombianas, pela pronta disponibilidade e pela confiança ao me narrar suas vidas em um tema íntimo como afeto e sexualidade. Para além da possibilidade de realizar este trabalho, agradeço pela oportunidade de aprender, me identificar e me emocionar com suas histórias, foi a parte mais prazerosa deste processo. Às colombianas, agradeço as boas conversas que tivemos e que foram fundamentais para pensar várias questões aqui discutidas e ainda espero usá-las em trabalhos futuros.

À Claudia Barata e toda equipe do SOEP do Campus Engenho Novo II do Colégio Pedro II, pelo apoio e parceria para que minha licença para estudos fosse possível, mesmo sem nenhum suporte institucional para minimizar o ônus do meu afastamento. A Claudia Barata, Cintia Soares, Myriam Athayde e Julia Sá pela amizade e cumplicidade ao longo de mais de 15 anos de Colégio Pedro II.

À Eleutéria Amora, Virgínia Figueiredo, Rosângela Castro, Jurema Werneck, Lucia Xavier, Schuma Schumacher, as “mais velhas” que foram minhas primeiras referências

feministas e por meio das quais agradeço ao movimento por me ensinar a ver o mundo e viver uma vida feminista.

À Ilona Augis e Natalia Maya, pela companhia e boas conversas e, especialmente, a Manu Trindade, meu presente bogotano, pelo nosso lindo encontro e por tantas boas risadas.

Aos meus pais, Vanilza Zanetti e Lorenzo Zanetti, pela educação crítica e solidária, por me ensinarem que a gente nunca para de aprender, das mais diferentes formas, e a acreditar que o mundo pode ser um lugar melhor.

Aos meus irmãos, Diego e Danilo, pelo tanto de respeito, amor e alegria que sempre compartilhamos. À Moara, irmã-amiga amada, por estar sempre por perto e por toda generosidade comigo e com o mundo.

À Daniele Duarte, Iara Amora, Priscila Bastos e Vanessa Leite, pelo cuidado, amor e admiração que nos une há mais de 20 anos, na vida e no feminismo. Sem dúvidas, com vocês ando muito melhor.

Às amigas, amigos e familiares, que foram lugar de encontro e acolhimento nestes anos de doutorado, assim como são na vida.

À Alana Vellasco, Iara Amora e Vanessa Leite, pela leitura e revisão generosa e atenta deste trabalho.

A Paulo Victor Leite Lopes, pelas gargalhadas, bebedeiras e humor ácido. Muito obrigada ainda por, além de ser este parceiro de todas as horas, ter acompanhado cada etapa deste caminho de doutoramento, sempre respeitando os meus limites, e pela formidável companhia em Bogotá.

À Stephanie Lima, amor da minha vida, sem a qual, por inúmeros motivos, este trabalho não existiria, tendo sido sempre a principal entusiasta e incentivadora deste projeto, e tantos outros. Obrigada por acreditar em mim, muitas vezes mais do eu mesma, e por ter estado comigo em cada momento. Viver ao seu lado é um presente delicioso e cheio de aventuras. Te amo um montão!!!

À espiritualidade, que permitiu que eu passasse pelo doutorado com a certeza de que estava sendo acompanhada e abençoada a cada etapa, mesmo nos momentos mais desafiadores. Kaô Kabiesilê!

RESUMO

ZANETTI, Julia Paiva. **Ser Feminista e se Relacionar com Mulheres: política, afeto e sexualidade em uma perspectiva geracional.** 2025. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Este trabalho tem como objetivo investigar a conexão entre ser feminista e se relacionar afetiva e sexualmente com mulheres. Um conjunto de pesquisas tem apontado que nos últimos anos os movimentos feministas ganharam maior proporção no cenário público e que, paralelo a isso, houve também um aumento no número de pessoas que se identificam como lésbicas, bissexuais e trans entre suas militantes, sobretudo entre as mais jovens. Entendendo que o processo de politização promovido pelos feminismos leva a uma problematização dos padrões de comportamento tradicionalmente esperado das mulheres, o que impacta também a construção de si, observo como este processo favorece a ampliação do campo de possibilidades das feministas, com especial interesse nas relações entre mulheres. Assim, analiso os sentidos de ser feminista, como este engajamento influencia experiências pessoais de afeto e sexualidade e como questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero têm sido abordadas pública e coletivamente pelo movimento. Para isso, além da observação participante de atividades do movimento feminista no Rio de Janeiro e em Bogotá, de um mapeamento de organizações e coletivas/os feministas brasileiros, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com feministas dos dois países, ainda que aqui sejam priorizadas as realizadas com aquelas do Rio de Janeiro. As narrativas apresentam os feminismos como uma forma de ver o mundo, que produz questionamentos e rompimentos, que levam a um maior respeito aos próprios desejos e, desta forma, a viver de forma mais plena. Este processo possibilita também se fortalecer para viver, reconhecer e/ou se abrir para a possibilidade de um relacionamento afetivo-sexual com mulheres, o que gera mudanças identitárias, na forma de se relacionar consigo mesma e com sua/seu parceira/o. Se a associação entre feminismos e lesbianidade foi historicamente usada como acusação, aqui observa-se que este cenário mudou, há relatos inclusive de certo desconforto de algumas feministas com a própria heterossexualidade. A presente investigação ainda evidencia como questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero têm avançado no movimento feminista, mas também na cena pública, principalmente entre a juventude.

Palavras-chave: Sexualidades. Feminismos. Diversidade Sexual e de Gênero. Geração. Movimentos Sociais.

RESUMEN

ZANETTI, Julia Paiva. **Ser feminista y relacionarse con mujeres: política, afecto y sexualidad en una perspectiva generacional**. 2025. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Este trabajo tiene como objetivo investigar la conexión entre ser feminista y relacionarse afectiva y sexualmente con mujeres. Un conjunto de investigaciones ha señalado que en los últimos años los movimientos feministas han ganado mayor presencia en el escenario público y que, paralelamente, también ha habido un aumento en el número de personas que se identifican como lesbianas, bisexuales y trans entre sus militantes, sobre todo entre las más jóvenes. Entendiendo que el proceso de politización promovido por los feminismos conduce a una problematización de los patrones de comportamiento tradicionalmente esperados de las mujeres —lo cual impacta también en la construcción de sí mismas—, observo cómo este proceso favorece la ampliación del campo de posibilidades de las feministas, con especial interés en las relaciones entre mujeres. Así, analizo los sentidos de ser feminista, cómo este compromiso influye en las experiencias personales de afecto y sexualidad, y cómo las cuestiones relacionadas con la diversidad sexual y de género han sido abordadas pública y colectivamente por el movimiento. Para ello, además de la observación participante de actividades del movimiento feminista en Río de Janeiro y Bogotá, y de un mapeo de organizaciones y colectivos feministas brasileños, se realizaron entrevistas semiestructuradas con feministas de ambos países, aunque en este trabajo se priorizan las realizadas con aquellas de Río de Janeiro. Las narrativas presentan los feminismos como una forma de ver el mundo que produce cuestionamientos y rupturas, las cuales conducen a un mayor respeto por los propios deseos y, en consecuencia, a vivir de manera más plena. Este proceso también permite fortalecerse para vivir, reconocer y/o abrirse a la posibilidad de una relación afectivo-sexual con mujeres, lo que genera cambios identitarios y en la forma de relacionarse consigo misma y con su pareja. Si bien la asociación entre feminismos y lesbianismo fue históricamente utilizada como acusación, aquí se observa que este escenario ha cambiado: incluso hay relatos de cierto malestar de algunas feministas con su propia heterosexualidad. La presente investigación también evidencia cómo las cuestiones relacionadas con la diversidad sexual y de género han avanzado no solo en el movimiento feminista, sino también en el ámbito público, especialmente entre la juventud.

Palabras clave: Sexualidades. Feminismos. Diversidad Sexual y de Género. Generación. Movimientos Sociales.

ABSTRACT

ZANETTI, Julia Paiva. **Being a Feminist and Engaging in Relationships with Women: politics, affection, and sexuality from a generational perspective.** 2025. Dissertation (PhD in Social Sciences). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

This work aims to investigate the connection between being a feminist and engaging in affective and sexual relationships with women. A number of studies have pointed out that in recent years, feminist movements have gained greater visibility in the public sphere, and, alongside this, there has also been an increase in the number of people identifying as lesbian, bisexual, and trans among their activists, especially among younger generations. Understanding that the process of politicization promoted by feminisms leads to a questioning of the behavior patterns traditionally expected of women — which also impacts self-construction — I observe how this process broadens the field of possibilities for feminists, with a special focus on relationships between women. Thus, I analyze the meanings of being a feminist, how this engagement influences personal experiences of affection and sexuality, and how issues related to sexual and gender diversity have been addressed publicly and collectively by the movement. To this end, in addition to participant observation of feminist movement activities in Rio de Janeiro and Bogotá, and a mapping of Brazilian feminist organizations and collectives, semi-structured interviews were conducted with feminists from both countries, although those from Rio de Janeiro are prioritized here. The narratives present feminisms as a way of seeing the world, one that produces questioning and ruptures, which lead to greater respect for one's own desires and, as a result, to living more fully. This process also enables individuals to gain strength to live, recognize, and/or open themselves up to the possibility of affective and sexual relationships with women, which brings about identity changes and transformations in how one relates to oneself and to one's partner. While the association between feminisms and lesbianism was historically used as an accusation, this scenario has shifted: there are even accounts of some feminists experiencing discomfort with their own heterosexuality. This research also highlights how issues related to sexual and gender diversity have advanced not only within the feminist movement but also in the public sphere — especially among the youth.

Keywords: Sexualities. Feminisms. Sexual and Gender Diversity. Generation. Social Movements.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Grupos por distribuição geográfica (militância)	54
Gráfico 2 - Formato dos grupos (militância)	55
Gráfico 3 - ONGs por distribuição geográfica (ONGs filiadas à Abong)	57
Gráfico 4 - Coletivas/os por distribuição geográfica	60
Gráfico 5 - Ano da última publicação (geral)	62
Gráfico 6 - Distribuição geográfica (geral)	63
Gráfico 7 - Formato dos grupos (geral)	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Orientação sexual e idade	20
Tabela 2 - Número de publicações e grupos (geral)	65
Tabela 3 - Número de seguidoras e grupos (geral)	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de ONGs
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
AMNB	Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
CAMTRA	Casa da Mulher Trabalhadora
CEPIA	Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
CNDM	Conselho Nacional de Direitos da Mulher
CUT	Central Única de Trabalhadores
EFLAC	Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho
LGBTQIAPN+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexo, assexuais, pansexuais, não binários, entre outros/as/es
MML	Movimento de Mulheres na Luta
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
ONG	organização não governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
SOF	Sempreviva Organização Feminista
SuRC	Somos un Rostro Colectivo
TERFs	trans exclusionary radical feminist, em português, “feminista radical transexcludente”
TICs	tecnologias de informação e comunicação
UP	Unidade Popular pelo Socialismo
8M	8 de março – Dia Internacional da Mulher
28S	28 de setembro – Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Descriminalização do Aborto
25N	25 de novembro – Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
O projeto e a pesquisadora	15
Aproximações teóricas	21
Percursos metodológicos	27
Estrutura da tese	33
1 MOVIMENTOS FEMINISTAS HOJE: UMA APROXIMAÇÃO	35
1.1 Feminismos no Brasil	35
1.2 Um mapeamento de grupos feministas	48
1.2.1 Pela militância	52
1.2.2 Pela Abong	55
1.2.3 Por uma rede social	59
1.2.4 Tudo junto e misturado	61
1.2.5 E a diversidade sexual e de gênero?	68
2 SER FEMINISTA É... ..	71
2.1 As interlocutoras e os caminhos até os feminismos	73
2.2 O que significa ser feminista	85
2.3 O papel da internet	96
3 “SE RELACIONAR COM MULHER É UMA REVOLUÇÃO”	101
3.1 Reconhecendo o próprio desejo	101
3.1.1 “Com nove anos, eu comecei a achar que tinha uma coisa estranha comigo”	103
3.1.2 “Eu fui apaixonada por ela e eu não entendia”	110
3.1.3 “Foi uma coisa assim, me apaixonei e pronto”	119
3.2 Lésbica, bissexual, heterossexual: discutindo as identidades sexuais	125
3.3 Encarando a sociedade e a própria família	135
3.4 Transformando a relação com próprio corpo e com a conjugalidade	151
4 “O FEMINISMO É OLHAR O MUNDO NA LENTE DA LIBERDADE”	160
4.1 Influência dos feminismos	161
4.2 Ser LBT no movimento feminista	169
4.3 Diversidade sexual e de gênero: uma pauta feminista?	178
4.4 “A sensação que eu tenho é que o mundo está virando LGBT”	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	204
APÊNDICES	214
Apêndice A – Roteiro básico de entrevista semiestruturada com feministas	214
Apêndice B – Síntese do perfil das interlocutoras	216

ANEXO A – Manifesto do 8M RJ 2023 217

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a conexão entre feminismos e relações afetivo sexuais entre mulheres, a partir de uma perspectiva geracional. Entendendo que o processo de politização promovido pelo engajamento feminista leva a uma problematização dos padrões de comportamento tradicionalmente esperado das mulheres, busco analisar como este processo favorece a ampliação do campo de possibilidades afetivo-sexual de suas militantes, com especial interesse nas relações entre mulheres.

Ao longo das últimas décadas, além do movimento feminista ter ganhado maior proporção e outras expressões, parece haver um aumento no número de lésbicas, bissexuais e pessoas trans entre suas militantes, mas também uma ampliação de possibilidades para outras experiências e performances sexuais e de gênero (Gomes, 2018; Perez e Ricoldi, 2019; Daflon, Costa e Borba, 2021). Se relacionar com pessoas do mesmo sexo, não se identificar com nenhum dos gêneros ou com um diferente daquele atribuído ao seu corpo no momento do nascimento tem se apresentado cada vez mais como uma possibilidade. Assim, faz-se relevante investigar a relação entre ser feminista e se relacionar com mulheres, a fim de entender como estas experiências se influenciam mutuamente nas trajetórias pessoais, assim como observar como questões de diversidade sexual e de gênero têm sido abordadas pública e coletivamente pelo movimento.

Ainda que ser lésbica ou se identificar como pessoa trans sempre tenha sido uma possibilidade em boa parte dos movimentos feministas¹, ser “sapatão”, não gostar de homens ou desejar “ser homem” eram algumas das acusações, frequentemente acionadas de maneira pejorativa contra as suas militantes (Soares e Costa, 2012; Soihet, 2005). Na minha pesquisa de mestrado sobre participação juvenil no movimento feminista do Rio de Janeiro, realizada na final da década de 2000, esta associação negativa entre feministas e lésbicas foi um dos fatores apontados pelas jovens interlocutoras para uma resistência a se identificar como feminista, principalmente entre as heterossexuais e/ou de camadas populares (Zanetti, 2009), cenário que se alterou bastante.

¹ Dentro do que se chama de movimento feminista, existem diferentes grupos, coletivos e movimentos que muitas vezes divergem entre si. Neste caso, cabe registrar a existência das chamadas feministas radicais, ou apenas “radfem”, que não reconhecem as mulheres trans como sujeitas do feminismo e sobre as quais será tratado mais adiante.

O projeto e a pesquisadora

No ensaio “Sobre histórias, fragmentos e silêncios em narrativas engajadas sobre o fazer etnográfico”, a antropóloga Vanessa Parreira Perin (2021) defende que o trabalho etnográfico, mais do que um método, é uma relação social. Para a autora, a etnografia traz efeitos de engajamento em si, no qual o problema da escrita é central, uma vez que é marcado pelos pertencimentos e emoções de quem está pesquisando e escrevendo, mapeando e conectando o que é percebido em campo.

A autora destaca ainda que, considerando que o trabalho antropológico também produz enquadramentos, é importante contextualizar a produção de narrativas, observar como os sujeitos percebem as categorizações, possíveis posicionamentos e como tentam fugir de tipificações da sua subjetividade. Para ela, não se trata simplesmente de “priorizarmos o local ou cotidiano, mas deste trânsito de perspectivas que permite ver os alinhavamentos do poder na dobra, na lacuna, na aresta, no que escapa” (Perin, 2021, p. 311).

A partir de outra perspectiva, a socióloga estadunidense Patricia Hill Collins (2016) também questiona abordagens em que, supostamente, as dimensões do *self* estão submersas para a construção de ciência social objetiva e livre de vieses. Ao discutir sobre a contribuição das mulheres negras para a ciência e suas experiências como *outsiders within*, a autora recomenda que as/os intelectuais sejam capazes de confiar que suas próprias biografias são fontes significativas de conhecimento. Neste caso, a realidade vivida é válida como conhecimento para criticar teorias sociológicas e estas possibilitam outras formas de ver a realidade vivida.

Dell’Aglío e Machado (2019), em consonância com Collins, enfatizam ainda que é uma escolha político metodológica incluir o relato ativista relacionado àquilo que é estudado, a fim de se distanciar dessa ciência que se apresenta como neutra e remete a saberes como universais e indiferentes à dimensão política. Na mesma direção, bell hooks (2013), em trabalho sobre os desafios enfrentados por intelectuais negras, afirma que “qualquer discussão de trabalho intelectual que não enfatize as condições que tornam possível esse trabalho interpreta erroneamente as circunstâncias concretas que permitem a produção intelectual” (hooks, 2013, p. 473).

Desta forma, apresento a seguir como cheguei ao meu projeto de pesquisa a fim de explicitar a relação entre este, minha trajetória pessoal e o contexto em que se insere. Sendo

alguém do campo, torna-se ainda mais necessário explicitar aqui minha posicionalidade, a fim de permitir alguma compreensão do processo que levou à construção desta “ficção controlada” (Perin, 2021), marcada por inúmeras escolhas ao longo de todo o percurso da pesquisa.

Minha aproximação aos movimentos feministas iniciou no ano 2000, eu estava cursando a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), quando conheci a Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA)², uma pequena instituição fundada poucos anos antes, em 1997, na qual trabalhei até 2005 e sou próxima até hoje. Estava em andamento naquele período uma grande mobilização internacional chamada Marcha Mundial das Mulheres³, que propunha uma série de ações entre o 8 de março e o 17 de outubro de 2000, contra a pobreza e a violência sexista. Enquanto manteve o formato de uma campanha, no Rio de Janeiro, a Marcha agregava muitos e diferentes grupos feministas. Esta experiência me deu a oportunidade de logo entender que ao se falar em movimento feminista se faz referência a diferentes formas de organização, marcadas por posições políticas e identitárias distintas. Passado este período, a Marcha tornou-se uma articulação internacional permanente e a CAMTRA, que era muito ativa nesta mobilização, passou a sediar sua Secretaria Estadual, me permitindo acompanhá-la de perto por alguns anos. No entanto, poucos grupos no Rio de Janeiro e no Brasil seguiram vinculadas à Marcha, pois muitas delas já faziam parte da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)⁴ ou estavam na construção Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)⁵, que estava se formando naquele período.

Eu vinha de uma formação familiar católica, alinhada com a Teologia da Libertação⁶, e desde muito jovem participava em diferentes pastorais da Igreja, especialmente na Pastoral de

2 A CAMTRA é uma organização não governamental do Rio de Janeiro que se propõe a colaborar para o fortalecimento da autonomia das mulheres e de sua participação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Disponível em: <https://camtra.org.br/>. Acesso em: 20 out. 2023.

3 Disponível em: Marcha Mundial das Mulheres: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>. Acesso em: 20 out. 2023.

4 De acordo com sua página eletrônica, AMB “é um movimento feminista, antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e não partidário. Lutamos pela democratização radical do Estado brasileiro e da vida social”, que se articula desde 1994. Disponível em: <https://ambfeminista.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 out. 2023.

5 Criada em setembro de 2000, a AMNB é uma rede composta por 45 organizações de mulheres negras, distribuídas por todas as regiões do Brasil e “tem como missão institucional promover a ação política articulada de grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, realizando o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e à todas as formas de discriminação, a fim de contribuir para a transformação das relações de poder existentes no Brasil”. Disponível em: <https://amnb.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 out. 2023.

6 Nascida na América Latina, após o Concílio Vaticano II (1962) e a Conferência de Medellín (1968), a Teologia da Libertação é uma linha teológica cristã que entende que o Evangelho exige uma opção preferencial pelos pobres e um compromisso para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Setores da Igreja Católica a esta vinculados foram importantes no processo de redemocratização do Brasil e na formação de novos movimentos sociais, partidos e sindicalismo, contribuindo para a formação do Movimento Sem Terra (MST), do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros (Menezes Neto, 2007).

Juventude Estudantil (PJE). Esta tinha como uma das principais pautas o “protagonismo juvenil”, questionando permanentemente o lugar de “tarefeiros/as” e “animadores/as” que as pessoas adultas destinavam aos/às jovens e reivindicando o direito a “pensar junto” e participar dos espaços de decisão, ter responsabilidades concretas nos processos⁷. Assim, me surpreendi ao chegar no movimento feminista e perceber a forma invisibilizada como as militantes jovens se inseriam no movimento, pois, além do reduzido número, pouco se posicionavam e quando o faziam eram frequentemente ignoradas nos mais diferentes espaços.

Nesse meio tempo, entre os anos 2004 e 2005, participei do Programa Gênero, Reprodução, Ação e Liderança (GRAL), promovido pela Fundação Carlos Chagas, com o projeto Jovens Lideranças Feministas, o que me permitiu, além de estar na CAMTRA com maior autonomia, fazer um estágio de cerca de quarenta dias no SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia⁸. Nesse estágio e em diálogo com minha orientadora dentro da organização pernambucana, percebi que boa parte das questões que eu me colocava sobre a relação das jovens com o movimento não era uma especificidade da minha trajetória ou daquilo que observava no Rio de Janeiro. Assim, comecei a ler mais sobre o movimento e a pensar mais sistematicamente sobre essas questões. O estágio também significou um contato maior com a AMB e suas propostas, pois sua sede nacional era nesta organização.

Este processo deu origem à minha pesquisa de mestrado, que se orientou pelas seguintes questões: que elementos contribuíram para uma autoidentificação das jovens interlocutoras como feministas, quais eram os significados de ser uma jovem feminista e como se dava a participação juvenil neste movimento naquele período. Apesar de inicialmente não estar entre os objetivos principais do trabalho uma discussão sobre as relações intergeracionais dentro do movimento, ao longo da investigação esta questão foi ganhando relevância, a ponto de se tornar um capítulo da dissertação (Zanetti, 2009).

Apesar de ter saído da equipe da CAMTRA em 2005, mantive contato com o movimento por meio desta instituição e de alguns trabalhos pontuais de formação e pesquisa junto a

⁷ Questionamentos e reivindicações semelhantes foram observados por Castro *et al.* (2019) na Pastoral de Juventude Rural.

⁸ O SOS Corpo é uma organização não governamental com sede em Recife que “visando a emancipação das mulheres, propõe-se a contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça ambiental”. Disponível em: <https://soscorpo.org/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

diferentes organizações não governamentais (ONGs)⁹, entre estas Criola¹⁰, por meio da qual tive contato mais direto com o movimento de mulheres negras. Em 2008 me tornei servidora do Colégio Pedro II¹¹, atuando no setor dedicado à orientação educacional, o que me trouxe outros desafios e me fez seguir acompanhando o movimento de forma menos cotidiana, participando principalmente das grandes atividades públicas e seguindo de longe as principais discussões. Pelo papel central das jovens mulheres nas mobilizações nas redes¹² e nas ruas, acompanhei com entusiasmo, entre outras coisas, processos como o da Marcha das Vadias¹³, a partir de 2011, e da Primavera Feminista¹⁴, em 2015.

Ainda em 2011, fui trabalhar no curso de Especialização em Gênero e Sexualidade (EGeS)¹⁵, realizado pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/ IMS/ UERJ). Se ao entrar na CAMTRA e no movimento feminista tinha começado conviver diariamente e fazer amizades mais próximas com pessoas declaradamente

9 Apesar de saber que não existe a personalidade jurídica ONG, utilizo aqui esta nomenclatura por ser a usado no campo para se referir às organizações da sociedade civil (OSCs), cujo marco regulatório foi estabelecido em 2014. Para mais informações, consultar ABONG:

<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/123456789/1939/1/Entendendo%20o%20MROSC%201.-Principios-e-Diretrizes.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

10 A página eletrônica de Criola informa que sua “missão é instrumentalizar as mulheres negras – jovens e adultas, cis e trans – para o enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia. E ainda para atuar nos espaços públicos, na defesa e ampliação dos seus direitos, da democracia, da justiça e pelo Bem Viver.”

Disponível em: <https://criola.org.br/conheca/>. Acesso em: 30 out. 2023.

11 Fundado em 1837, faz parte da identidade institucional do colégio uma tradição de participação política juvenil e nos últimos anos questões sobre raça, gênero e sexualidade têm sido pautadas tanto em iniciativas estudantis, como institucionais (Peçanha, 2021).

12 Entre 2012 e 2013, conduzi o estudo de caso sobre gênero/ mulheres jovens da pesquisa “Jovens pobres e o uso das NTICs na criação de novas esferas públicas democráticas”, realizada pelo Instituto Brasileiro Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o que chamou minha atenção para os usos que as feministas estão fazendo destas ferramentas, em especial das redes sociais, que na época já se destacavam como uma ferramenta interessante.

13 Segundo Carla Gomes (2018), a Marcha das Vadias inaugurou “um novo ciclo e estilo de protesto feminista” e interrompeu um período de poucas manifestações de rua para além daquelas já estabelecidas no calendário feminista. A autora relata ainda que o evento, que aconteceu anualmente entre 2011 e 2017, reunia muitas ativistas, principalmente mulheres jovens, e contou com as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação para se disseminar rapidamente. No seu segundo ano (2012), a Marcha já estava presente em 23 cidades, de todas as regiões do Brasil, usando amplamente Facebook, Twitter, Youtube, blogues e e-mails para a organização dos protestos.

14 No fim de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e demais parlamentares da bancada conservadora, colocaram em tramitação o projeto de lei nº 5.069, que dificultava ainda mais o acesso à “pílula do dia seguinte” e ao direito legal de realizar um aborto seguro em casos de estupro, estabelecendo a obrigatoriedade de apresentação de boletim de ocorrência (B.O.) e realização do exame de corpo delito. Como resposta a isso, em várias cidades do país e por várias vezes, as mulheres tomaram as ruas sob a palavra de ordem *Fora Cunha*, em manifestações organizadas e divulgadas praticamente apenas pela internet, por meio de redes sociais. Esta mobilização toda, articulando ações on e off-line, logo ocupou capas e longas reportagens de vários veículos de comunicação, inclusive os da mídia comercial, nas quais a chamavam de “Primavera das Mulheres” ou “Primavera Feminista”. Alguns exemplos na *Época* e no *El País*:

<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html> e

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html. Acesso em: 11 jan. 2021.

15 Para mais informações, consultar E-CLAM: <https://www.e-clam.org/historia.php>. Acesso em: 19 out. 2023.

LGBTQIAPN+¹⁶, ao entrar no CLAM as discussões sobre diversidade sexual e de gênero também se tornaram ainda mais presentes na minha vida.

Durante este percurso comecei a questionar minha heterossexualidade, o que até então nunca tinha sido objeto de maiores reflexões para mim. Neste processo, me permiti olhar as mulheres, meus sentimentos e desejos de outras formas, o que me levou a me abrir a novas experiências, inclusive à possibilidade de estar casada com uma mulher desde 2018. Observando o meu em torno, identifiquei outras mulheres, especialmente feministas, que pareciam estar trilhando um caminho semelhante ao meu, assim como percebi que as jovens que eu via se aproximando do movimento muito frequentemente se relacionavam com outras mulheres.

Paralelamente a isso, trabalhando há mais de 15 anos no Colégio Pedro II, escola pública federal, em um campus que oferece o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, pude observar várias mudanças comportamentais entre as/os estudantes, uma delas têm sido uma fluidez cada vez maior no que se refere a sexualidade e gênero. Aparentemente, naquele espaço se tornou comum as/os/es estudantes se relacionarem afetiva e sexualmente com outras pessoas independente do seu gênero, especialmente entre as garotas. Outra mudança refere-se às reivindicações de reconhecimento de identidades de gênero diferentes das designadas no nascimento, que nos últimos anos começaram a ser feitas por um número cada vez maior de crianças e jovens cada vez mais novos.

Entre as diferentes leituras sobre o tema, naquele momento principalmente notícias de mulheres artistas assumindo sua relação com outras mulheres, me deparei com uma pesquisa que apontava as diferenças geracionais no que se refere a experiências afetivas e sexuais no movimento feminista. A partir de *survey* conduzido na manifestação de 8 de março de 2017, Dia Internacional da Mulher no Rio de Janeiro, Daflon, Costa e Borba (2021) apresentam a seguinte tabela com o cruzamento dos dados referentes à orientação sexual e à faixa etária:

16 Variações desta sigla têm sido usadas pelos movimentos e militantes da diversidade sexual e de gênero, e também serão usadas aqui, para se referir a lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, *queers*, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binários e outros/as/es. O símbolo de “+” se refere a outras possibilidades de percepção das identidades de gênero e orientações sexuais, bem como a fluidez que a diversidade de gênero e sexualidade apresentam. Estas variações refletem também as discussões e disputas de representatividade em curso em diferentes períodos históricos, como aponta Facchini (2008). Eu usarei a LGBTAQIAPN+, por entender ser a mais completa e corrente atualmente, contudo, quando estiver mencionando algo narrado pelas interlocutoras ou apontado por alguma referência bibliográfica mantereí a sigla usada pela fonte.

Tabela 1: Orientação sexual e idade

	Homossexual	Heterossexual	Bissexual	Pansexual	Outros	Total
15 a 25 anos	18,4%	42,1%	31,6%	2,6%	5,3%	100,0%
26 a 30 anos	7,7%	51,3%	30,8%	7,7%	2,6%	100,0%
31 a 43 anos	8,1%	75,7%	13,5%	0,0%	2,7%	100,0%
Acima de 44 anos	0,0%	94,7%	2,6%	0,0%	2,6%	100,0%
Total	8,6%	65,8%	19,7%	2,6%	3,3%	100,0%

Fonte: Daflon, Costa e Borba (2021).

Chamou minha atenção o fato de os percentuais de heterossexualidade, que estava próximo da totalidade entre as mulheres acima de 44 anos, irem se reduzindo significativamente à medida que diminui a faixa etária das interlocutoras. Considerando os extremos, enquanto 94,7% das interlocutoras acima de 44 anos se declaravam heterossexuais, entre aquelas de 15 a 25 anos apenas 42,1% se identificavam assim, por sua vez, 31,6% destas se diziam bissexuais e 18,4% homossexuais.

Outra pesquisa (Martinez, 2021), que acessei posteriormente, desta vez realizada entre as participantes do VII Encontro Nacional de Mulheres Estudantes (VII EME) da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em março de 2016, na Universidade Federal Fluminense, aponta na mesma direção. Os dados mostram que 63,3% das cerca de 4000 participantes se declararam lésbicas ou bissexuais. Outra informação relevante é que o número de participantes desta edição do encontro é 25 vezes maior do que o da primeira edição do encontro, ocorrida em 2005, o que a autora atribui a uma “nova eclosão do feminismo no Brasil” (Martinez, 2021, p. 4).

Uma vez identificado que não se tratava apenas das minhas experiências pessoais, mas de uma mudança social que parecia cada vez mais consistente, fiquei instigada a pesquisar sobre o tema. No entanto, esta minha proximidade não só com o tema, mas também com o campo que me proponho a estudar, traz algumas possibilidades e desafios que requerem atenção. Neste contexto, a tese de doutorado “Tecendo deslocamentos: relações de gênero, práticas produtivas

e organizativas entre trabalhadoras rurais”, de Rodica Weitzman (2016), traz importantes reflexões a respeito.

Assim como a autora, e como aconteceu na minha pesquisa de mestrado, a relação com organizações sociais e pessoas do campo ao longo da minha trajetória profissional e de militância facilitam, em alguma medida, um entendimento de fatores que mobilizam as interlocutoras. Além disso, o contato com algumas das diferentes vertentes do movimento feminista no Brasil permite uma compreensão deste “campo político bastante poroso e capilar” (Weitzman, 2016, p. 18). Como Weitzman indica, ao analisar as trajetórias de mulheres é interessante localizar suas lutas sociopolíticas e levar em consideração a que corrente elas se aproximam, a partir das quais pode ser possível compreender melhor as influências em sua formação, repertórios, vocabulários e posicionamentos.

Por outro lado, como ela sinaliza, com esta proximidade faz-se importante tomar cuidado “em relação à possível imposição de determinadas conceituações e juízos de valor” (Weitzman, 2016, p. 18) no trabalho etnográfico. Também é importante ter constantemente presente que neste contexto é necessário um outro tipo de escuta, que ainda que leve em consideração o que já se conhece do campo, isto não pode determinar a compreensão do que está sendo investigado. Da mesma forma, é preciso estar consciente que a relação a ser estabelecida com as interlocutoras pode ser marcada pela forma como elas me veem, uma vez que algumas delas conhecem minha trajetória pessoal no feminismo. Compartilho ainda da preocupação da autora, como também de Perin (2021) e das autoras que ela analisa, em evitar tratar as experiências encontradas de forma rasa e universalista, tendo sempre em mente e tentando trazer para o trabalho etnográfico a pluralidade e as contradições das interlocutoras.

Aproximações teóricas

Como apontam Simões e Carrara (2014), o campo de estudos socioantropológicos sobre sexualidades e expressões não normativas de gênero foi em boa parte construído a partir dos poucos estudos sobre “homossexualidade” que a antropologia brasileira tinha produzido até meados dos anos 1990. Contudo, diferente dos estudos homossexualidade masculina, os estudos sobre homossexualidade feminina só começaram a surgir na virada dos anos 1980 para 1990 e seguem em menor quantidade até hoje (Simões; Carrara, 2014).

De acordo com revisão crítica de 78 trabalhos antropológicos brasileiros¹⁷ que articulavam sexualidade, sociabilidade e mercado, realizada por Facchini, França e Braz (2014), desde o início da produção antropológica sobre (homo)sexualidade já existiam trabalhos com perspectivas atentas a como esta questão se articulava com outras hierarquias sociais, principalmente de gênero e classe. No entanto, foi a partir dos anos 2000 que se verificou uma revalorização desta prática, acompanhando as discussões internacionais sobre o descentramento do sujeito político do feminismo, que ainda que estivesse presente em um número reduzido de trabalhos, representaram uma contribuição relevante para o campo.

Por sua vez, em balanço da produção antropológica sobre gênero e sexualidade entre os anos 2008-2018, Franch e Nascimento (2020) afirmam que, assim como o anterior, este foi um período de expansão, que inclui o crescimento de novos cenários e temáticas. Segundo elas, prostituição e mercados do sexo, família, direitos sexuais e reprodutivos, parentesco e violência foram temáticas que estruturaram e permaneceram muito relevantes ao campo, enquanto outras, como sociabilidades em contextos não metropolitanos e etnicamente diferenciados, esportes, interseccionalidade e políticas e ativismos foram surgindo e ganhando espaço.

No que se refere a diversidade sexual e de gênero, as autoras apontam o predomínio das pesquisas sobre homossexualidades masculinas, seguidas daquelas sobre travestis e transexuais. Afirmam ainda que a temática lésbica segue invisibilizada, como é indicado por diferentes autoras/es (Simões e Carrara, 2014; Tota, 2021; Freitas, 2022) e como vem sendo denunciado há tempos pela militância, embora comece a ter sinais de mudança. As autoras destacam também que outra questão pouco incorporada foi a geracional, ao analisar por faixas específicas indicam que a infância é a mais ausente na produção do período; jovens e adolescentes, comparativamente, aparecem bem mais; velhice conta um número razoável de trabalhos; enquanto, só foi identificado um trabalho problematizando a vida adulta.

Tratando-se de bissexualidade, Maria Leão (2018) afirma que são as mulheres quem mais reivindicam essa identidade social, apontando, de maneira correlata, que há um apagamento sistemático das mulheres bissexuais na história dos movimentos LGBT. Esse fenômeno, como destaca a autora, tem ressonância na própria produção acadêmica, dado que não existem trabalhos anteriores ao seu sobre o tema.

Mesmo sobre bissexualidade de modo mais geral ainda são poucos os estudos, e concentrados na região Sudeste, o que foi verificado em 2019 por estudantes de psicologia em

17 Destes, apenas 7 trabalhos eram especificamente sobre homossexualidade feminina, enquanto 28 tratavam especificamente da masculina.

Belém (PA), que deu origem ao Grupo Amazônida de Estudos sobre Bissexualidade (GAEBI), que tem sido um dos grupos a mobilizar o Seminário Nacional de Estudos Bissexuais (SENABI). A primeira edição deste seminário aconteceu em 2021, em referência aos 30 anos dos estudos sobre bissexualidade no Brasil, e a segunda aconteceu em dezembro de 2023, em alusão aos 20 anos de movimento bissexual no Brasil, conforme indica o edital para submissão de trabalhos para o II SENABI¹⁸.

A partir do processo do SENABI, no início de 2023, se constitui a Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência (REBIM), que se propõe a “promover e difundir os estudos sobre bissexualidade e outras identidades e categorias não monossexuais de forma mais democrática e abrangente”¹⁹. No final de 2024, a Temáticas foi a primeira revista acadêmica no Brasil a publicar um dossiê temático sobre bissexualidade (Monaco, Saldanha e Klidzio, 2024).

Monaco (2020) aponta que, internacionalmente, boa parte da literatura sobre o tema é produzida no norte global e num campo multidisciplinar, contudo o acesso a esta no Brasil é difícil, pois não há tradução, nem divulgação. Assim, a autora argumenta que o chamado “mito” da escassez de estudos sobre bissexualidade deve-se à pouca disseminação e a quase total falta de referência a esta literatura em trabalhos sobre homossexualidade, lesbianidade, feminismo, estudos de gênero e queer, o que ela considera um sintoma da invisibilidade bissexual.

Ao examinar os feminismos, em artigo sobre encontros e desencontros entre os movimentos feministas e lésbicos, Soares e Costa (2012) afirmam que ainda que ser contra a lesbofobia fosse praticamente uma unanimidade dentro dos diferentes movimentos feministas, inclusive como um princípio, somente há pouco tempo foi assumido efetivamente por muitos deles como questão a ser enfrentada. Por muito tempo, praticamente só aquelas que se identificavam publicamente como lésbicas realmente tinham uma atuação a respeito.

Nos estudos sobre sexualidade no âmbito feminista produzidos no Brasil não era diferente. Segundo as autoras, a expressiva maioria dos trabalhos eram hegemonicamente referenciados na heterossexualidade, pensando principalmente as relações de poder constituídas a partir desta, tais como casamento, maternidade, violência e prostituição. Neste contexto, as teorias sobre lesbianidade permaneciam nas margens das teorias feministas sobre sexualidade,

18 Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14KaFTOrcX1H62joJRTSY7ZX2qWgQPTgd/view>. Acesso em: 04 dez. 2023.

19 Disponível em: <https://www.bisides.com/post/do-gaebi-%C3%A0-rebim-produzir-conhecimento-%C3%A9-um-ato-coletivo>. Acesso em: 04 dez. 2023.

o que começa a mudar em um contexto de desconstrução da categoria “mulher” como unívoca e homogênea e com o reconhecimento das diferenças que a compõe (Soares; Costa, 2012).

A respeito dos estudos sobre juventude, Weller (2017) aponta que a perspectiva da diversidade ainda está em construção no Brasil e que, por enquanto, tem recebido atenção principalmente de pesquisadores/as mais jovens em seus trabalhos de pós-graduação. A autora aponta ainda que poucos trabalhos neste campo tratam especificamente sobre homossexualidade feminina, diferente do observado por Franch e Nascimento (2020) nos estudos sobre velhice, nos quais o tema já se faz mais presente.

Desta forma, faz-se relevante estudar articulação entre geração, sexualidades e gênero, mulheres e feminismos, ainda pouco frequente na academia brasileira, inclusive para contribuir para a produção de conhecimento de segmentos ainda invisibilizados cientificamente, como é o caso das mulheres lésbicas e bissexuais.

Para isso, é fundamental retomar aqui as discussões sobre interseccionalidade, que estão presentes no campo empírico e teórico desta pesquisa e que, como apontam Flávia Rios e Edilza Sotero (2019, p. 1), “a partir dos estudos de gênero, tem se estabelecido como paradigma incontornável nas ciências sociais”. Como afirmam as autoras, embora intelectuais negras como Lélia Gonzalez, Angela Davis e bell hooks já reivindicassem desde o início dos anos 1980 a necessidade pensar classe, raça e gênero de maneira articulada para explicar as desigualdades, a questão se popularizou a partir da categoria interseccionalidade, formulada por Kimberlé Crenshaw.

No contexto de ações afirmativas e discriminação estadunidenses, a jurista negra apontou que não se trata de hierarquizar, mas de compreender como a interação entre raça e gênero operam na produção e reprodução das desigualdades. Entretanto, entre as várias críticas dirigidas à categoria, em diálogo com teorias decoloniais do cenário latino-americano²⁰, Ochy Curiel (2011) aponta que, da forma proposta por Crenshaw, a interseccionalidade teria uma perspectiva liberal, voltada mais para demandas de reconhecimento do que de emancipação, sem crítica ao processo de produção das opressões e tomando como dada a conversão de diferenças em desigualdades.

Apesar desta e de outras disputas e tensões acadêmicas, no Brasil, “a interseccionalidade tornou-se uma perspectiva potente nas pesquisas mais recentes no país” (Rios; Sotero, 2019, p. 3). Classe, gênero e raça é a interseção mais comum, principalmente para analisar a produção

20 Estas teorias discutem aspectos estruturais da colonialidade do poder associados aos eixos de dominação e opressão, orientando hierarquias e desigualdades, e tem como uma das principais referências o sociólogo peruano Aníbal Quijano (Costa, 2015).

de diferenças e reprodução de desigualdades estruturais, entretanto, como apontam as autoras, nas últimas duas décadas, as categorias sexualidade e geração estão ganhando força analítica.

No entanto, à luz de Avtar Brah (2006), é interessante reforçar que a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão, trata-se de uma questão contextual e contingente saber se a diferença gera desigualdade e opressão ou igualitarismo e diversidade. Assim, explica a autora, articular dois ou mais marcadores sociais da diferença não significa fazer uma simples junção, é um movimento que transforma as configurações relacionais, que são específicas de um contexto e um período histórico.

No artigo “Movimento Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos”, Regina Facchini, Íris do Carmo e Stephanie Lima (2020) propõem aproximações comparativas entre os processos de mudança dos três movimentos, a partir das suas trajetórias nos últimos quarenta anos. Neste trabalho, as autoras afirmam que a categoria de análise interseccionalidade é uma das contribuições mais importantes do pensamento feminista negro ao pensamento social e que seu acionamento nem sempre passa por uma clivagem identitária²¹.

Segundo elas defendem, pesquisas etnográficas têm indicado outra forma de operar esta categoria, que está articulada com uma reconfiguração da noção de experiência, categoria central no feminismo, e que traz para o centro do debate o corpo e as emoções. Citam coletivos universitários de diversidade sexual e de gênero e de negras/os como exemplo de lugares onde os sujeitos articulam subjetividades múltiplas e instáveis, o que faz com que as negociações entre as diferenças se tornem centrais nestas organizações e que a construção dos sentidos para o engajamento político passe necessariamente por um processo de reelaboração de si e sobre as relações sociais. As autoras também levantam a hipótese de que os acionamentos da categoria interseccional ou da luta contra todas as opressões podem ser atravessados pelo deslocamento da ênfase nas identidades, que tem como base o essencialismo estratégico²², para uma atenção também à experiência. Este outro olhar, inspirado nas teorias queer²³, decoloniais e/ou no feminismo negro, coloca no centro as transidentidades, bichas, sapatões e trans pretas e/ou periféricas, no entrecruzamento entre gênero e raça, mas também território, classe, geração etc.

21 De acordo com Sueli Carneiro (2003), o feminismo negro emerge da insuficiência do feminismo branco em integrar diferentes expressões do feminino em sociedades multirraciais e pluricultural e busca visibilizar as implicações do racismo e do sexismo que mantém as mulheres negras marginalizadas socialmente.

22 Gayatri Spivak (1990) propôs este conceito para se referir a uma “escolha” temporária de alguma identidade ou pauta para fins de ação social.

23 Estas teorias surgiram no contexto dos estudos culturais estadunidenses no final da década de 1990 problematizando concepções clássicas como sujeito, identidade, agência e identificação (Miskolci, 2009).

Em diálogo com as reflexões sobre o discurso, fundamental nas discussões de Sonia Alvarez (2014), que serão abordadas no próximo capítulo, e sobre as emoções, apontadas por Facchini, Carmo e Lima (2020), é possível retomar o livro “*Language and the politics of emotion*”. Em primeiro capítulo, “*Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life*”, Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990) procuram demonstrar que, apesar de até pouco tempo atrás as emoções terem sido consideradas a dimensão da experiência humana menos sujeita a controle e mais universal, é possível evidenciar a viabilidade e importância de analisá-las socioculturalmente.

Segundo as autoras, até 1980, a maioria dos trabalhos antropológicos sobre o tema aceitava o entendimento da psicologia de que as emoções eram processos psicobiológicos e que, desta forma, mesmo respondendo a diferenças dos ambientes culturais, mantinham uma forte essência intocada pelo social ou cultural. Esta perspectiva essencialista supunha que as emoções experimentadas pelas pessoas eram resultado previsível de processos universais e que uma experiência particular produziria emoções idênticas em todos dos humanos. Citam, como exemplo, alguns trabalhos em que as emoções são percebidas como questões com as quais os sistemas sociais têm que “lidar”, usando frequentemente os rituais como uma possibilidade de manifestação de emoções preexistentes que poderiam gerar problemas se não fossem expressas. Já entre as abordagens interessadas nas emoções como fenômenos socioculturais, segundo as autoras, a vertente relativista retomou uma importante prática antropológica ao problematizar a certeza e a universalidade das formas de pensar e falar sobre emoções, se propondo a investigar como estas são percebidas em outros lugares. Assim, enfatizaram as implicações que ideias culturalmente variáveis sobre emoções tinham para o comportamento e as relações sociais, colocando as emoções no campo da cultura.

Abu-Lughod e Lutz (1990), apesar de não aprofundarem muito as implicações do trabalho de Foucault, aderem à sua premissa dos discursos como práticas que formam os objetos sobre os quais falam, tomando textos, conversas e outras práticas sociais como produtoras de experiência e parte das realidades e verdades com que se propõem a trabalhar, assim como o papel que o poder tem para produzir discursos. Segundo as autoras, esta abordagem avança ao identificar o local, contraditório e fragmentado caráter dos discursos, que permite que eles sejam entendidos não só em relação à vida social, mas também ao poder. Trata-se de uma recusa a tratar a linguagem como apenas refletindo um pensamento ou experiência, tal como apontam também bell hooks (2013), ao falar da necessidade de tomar a língua do opressor e transformá-la em uma fala contra-hegemônica, e Lélia Gonzalez (2020), que ao defender o “pretuguês” (o

português africanizado) desvela o caráter eurocêntrico da língua e cultura nacionais. Refere-se também à insistência para que tudo o produzido por uma comunidade, seja cultural ou ideológico, seja analisado como prática social, vinculada a relações de poder e de sociabilidade (Abu-Lughod; Lutz, 1990).

Diferente de outros enfoques, ao conferir ênfase ao discurso, o estudo da emoção proposto fixa na leitura de que as emoções são fenômenos visíveis na interação social, sendo fortemente expressos de maneira verbal. Em uma abordagem cara às Ciências Sociais, Abu-Lughod e Lutz (1990) argumentam que dado que as emoções são fenômenos sociais, o discurso é crucial para entender como elas assim são constituídas. Assim, não se deve tratá-las como variáveis independentes. A emoção não é um estado ou substância interna a ser transportada ou expressa pelo discurso, e talvez distorcida pelas formas de linguagem. O discurso emocional é uma forma de ação social que cria efeitos no mundo, que são lidos por meio da cultura do seu público para falar sobre emoções.

Embora as autoras concentrem seu trabalho na emoção como discurso, reconhecem a possibilidade de que, na maioria dos contextos, as emoções sejam enquadradas como experiências que envolvem a pessoa como um todo, incluindo o corpo. Aqui recorrem aos pensamentos sobre a “hexis corporal”, de Pierre Bourdieu (2006), que permite pensar a emoção como corporificada, não como uma condição natural, mas como moldada na interação social. Assim, aprender em que contextos e condições as emoções devem ser encenadas é aprender um conjunto de técnicas corporais, incluindo expressões faciais, posturas e gestos.

Neste contexto, Abu-Lughod e Lutz (1990) provocam a pensar como novos e crescentes discursos sobre a população e as pautas LGBTQIAPN+ na cena pública (Facchini e França, 2009; Silva, 2021), dentro e fora dos movimentos feministas, podem estar impactando os aprendizados de sexualidade e gênero das novas gerações, que parecem perceber cada vez mais que se permitir, sentir ou experimentar caminhos para além do que está definido pela heteronormatividade não deveria ser considerado uma vergonha, transgressão ou pecado.

Percursos metodológicos

A primeira etapa da pesquisa consistiu em um mapeamento de coletivos, organizações e articulações feministas que atuam em todo o Brasil, uma vez que a proposta inicial era um trabalho em âmbito nacional. Realizado por meio de uma rede social, este mapeamento teve a finalidade de identificar as diferentes iniciativas, suas temáticas de atuação, sua distribuição

geográfica e se temas relacionados à diversidade sexual e de gênero têm sido abordados *online*, a partir principalmente de suas redes sociais. Os dados das 161 iniciativas mapeadas serão apresentados no capítulo 1.

A etapa seguinte foi a observação etnográfica da organização e realização dos atos do Dia Internacional da Mulher (8 de Março - 8M), principal da data do calendário feminista, no Rio de Janeiro (2023 e 2024) e Bogotá (2024). Nestes espaços, a intenção era observar como e quando questões relacionadas a afetividade e diversidade sexual e de gênero se faziam presentes. Ainda que de forma menos sistemática, acompanhei também atividades relacionadas ao Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Descriminalização do Aborto (28 de setembro - 28S) e Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher (25 de novembro - 25N) e do 15º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho (15º EFLAC), realizado em novembro de 2023, em El Salvador.

Este encontro reúne feministas da região há mais de 40 anos. Esta edição estava planejada para 2020, entretanto, devido à pandemia, aconteceu em novembro de 2023. Como afirma Morena Herrera, uma das organizadoras do último encontro em entrevista ao Portal Catarinas: “O Eflac tem um grande papel no fortalecimento de sujeitas e sujeitos dos feminismos, na construção de uma agenda dinâmica que vai plantando, aprofundando e situando debates que se convertem em agendas tanto de políticas públicas, como de estratégias para a construção dos próprios movimentos sociais”²⁴.

Ainda em novembro de 2022, realizei uma entrevista exploratória com uma mulher lésbica negra, de 42 anos, que já atuou em organizações dos movimentos LGBTQIAPN+, feminista e de mulheres negras. Atualmente ela é doutoranda, trabalha em uma organização de Direitos Humanos e mora na Tijuca, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Passada a qualificação, a fim de entender o processo de reconhecimento do desejo por mulheres, suas consequências e sua relação com o fato de ser feminista, comecei a realizar entrevistas semiestruturadas com militantes feministas²⁵. Na primeira rodada, entre março e maio de 2024, entrevistei três feministas de Bogotá, uma feminista do Nordeste brasileiro e três feministas do Rio de Janeiro.

A primeira a ser entrevistada foi Angela²⁶, 39 anos, que além de ser ligada a uma das ONGs cariocas identificadas no mapeamento, eu sabia que tinha começado a se relacionar com

²⁴ Disponível em: <https://catarinas.info/estao-abertas-as-inscricoes-para-o-maior-encontro-feminista-da-america-latina-e-caribe/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

²⁵ O roteiro básico das entrevistas está disponível no apêndice A.

²⁶ A fim de preservar a identidade das interlocutoras e em acordo com o termo de consentimento por elas assinado, seus nomes foram substituídos por pseudônimos. Estes foram escolhidos a partir dos nomes de

mulheres poucos anos antes e já fazia parte da minha rede pessoal de amizade. Assim, seria uma oportunidade de testar o roteiro de entrevista semiestruturado que pretendia usar e não teria problemas em fazer uma nova conversa posterior, caso fosse necessário. Dentro da técnica bola de neve, ao final da entrevista, pedi indicações de outras feministas, de preferência de outras partes do Brasil, que também tivessem começado a se relacionar com mulheres depois do contato com o feminismo. Ela mencionou alguns nomes, todos do Rio de Janeiro e nem todos com a certeza de quando tinha começado a ter este tipo de relação, entre eles estava Rosely e Monica.

Rosely, 55 anos, eu já pensava em entrevistar, pois me lembrava dela no início dos anos 2000 anunciando com entusiasmo sua descoberta de que se relacionar com mulheres era “maravilhoso”. Outra razão para considerá-la é que há anos ela mantinha uma intensa atuação em uma articulação feminista nacional. Sendo assim, logo ela se tornou minha segunda interlocutora. Contrariando minhas expectativas, Rosely não lembrou de mulheres de outros estados dentro do perfil pesquisado, que neste momento já incluía uma busca por feministas numa faixa etária diferente daquelas que eu já tinha mapeado e estava entrevistando, isto é, procurava por feministas bem jovens ou com mais de 60 anos. A única indicação que ela me deu foi Beth, que apesar de não ter uma relação pessoal, eu conhecia do movimento.

Paralelamente a isso, entrei em contato com Nanda, 28 anos, por saber da sua atuação com outras jovens na pauta do aborto e do trabalho de base e feminista que a organização em que trabalha realiza. Logo ela disse que estava dentro do perfil que eu procurava e se prontificou a ser interlocutora. Ao final da entrevista também pedi indicações de feministas de outras partes do país. Ela me deu três contatos, aparentemente na faixa entre 30 e 40 anos. Fiz contato com uma delas, que inicialmente topou ser interlocutora, mas nas duas vezes que marcamos não apareceu.

Ainda na perspectiva de fazer um estudo de âmbito nacional, entrevistei também uma militante feminista do Movimento do Trabalhadores e das Trabalhadoras Sem Terra (MST)²⁷, que mora em um estado do Nordeste que havia conhecido no EFLAC. Trata-se de uma das responsáveis pelo setorial de gênero do movimento. Inicialmente entrei em contato com ela para pedir indicações, quando me contou que ela mesma estava dentro do perfil. Ao pedir

militantes ou artistas brasileiras que foram mencionadas nas entrevistas por terem contribuído para o avanço das pautas feministas e/ou LBT. No apêndice B está disponível uma síntese do perfil de cada interlocutora do Rio de Janeiro.

²⁷ Como informado em sua página eletrônica, o MST “é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil”. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

indicações sobre outras feministas que poderiam ser interlocutoras, ela só lembrou de mulheres ligadas ao mesmo movimento que ela fazia parte.

Neste período, estava fazendo meu estágio sanduíche em Bogotá, onde frequentei atividades do movimento feminista local e, assim, entrevistei três feministas colombianas. Naquele momento a ideia era, como mínimo, aproveitar a oportunidade de olhar uma experiência de outro lugar para pensar e estranhar o meu campo, mas também cogitando a possibilidade de aproveitar algo mais objetivo para esta tese. Este movimento não se mostrou viável dada as limitações de tempo, mas aproveitei aqui questões pontuais destas entrevistas, assim como a da feminista do Nordeste, para dialogar com as narrativas apresentadas pelas interlocutoras do Rio de Janeiro. Vale destacar que estas conversas foram importantes também para amadurecer o roteiro de entrevistas e estabelecer as primeiras elaborações a partir delas.

Encerrando meu período em Bogotá, as primeiras elaborações, a partir das 7 entrevistas realizadas nesta rodada, foram apresentadas em um dos seminários do Grupo Interdisciplinario de Estudios de Género, da Escuela de Estudios de Género da Universidad Nacional de Colombia. Esta foi uma boa oportunidade de fazer um balanço do que tinha até aquele momento e de questões que não estavam no meu radar inicial e apareceram durante o percurso. Entre estas se destacaram os relatos das interlocutoras sobre formatos de relacionamento alternativos à monogamia ou perspectivas sobre ter filhas/os, questões muito mais presentes entre as colombianas, e o impacto que se relacionar com mulheres teve na sua relação consigo mesma, sobretudo no que se refere ao próprio corpo.

Apesar desta experiência colombiana não ter sido diretamente incorporada nas análises deste trabalho, ela foi importante para um estranhamento do movimento no Rio de Janeiro. A principal diferença foi observada nos processos organizativos de atos de rua, como os realizados no 8 de Março – 8M. Se aqui as reuniões acontecem durante a semana, em estruturas sindicais e com participação de muitas dezenas de feministas, principalmente ligadas a partidos políticos, e nas quais frequentemente só as mais experientes falam. Em Bogotá, as reuniões acontecem no final de semana, em praça pública ou em espaços culturais feministas, com participação de no máximo duas ou três dezenas de feministas, sendo para algumas delas o primeiro contato com o movimento organizado. Tal diferença também é perceptível nos atos, no Rio de Janeiro predominam as faixas coletivas, assinadas pelas diferentes formas de organização presentes, enquanto em Bogotá são mais visíveis os cartazes individuais, feitos a mão e com palavras pessoais. As duas experiências têm em comum uma participação no ato muito mais ampla do que a observada nas reuniões preparatórias, parecendo em ambos os casos uma data não só de

luta, mas também de reencontro da diversidade que compõe o movimento, o que de forma alguma significa que seja livre de conflitos e disputas.

A segunda rodada de entrevistas começou com Beth, 72 anos, perfil que avançava no sentido de ser uma mulher mais velha, mas ainda do Rio de Janeiro. Mais uma vez pedi indicações de outras possíveis interlocutoras, ela me indicou Lucia e uma outra feminista do Rio de Janeiro, da sua faixa etária, que há anos morava em outro estado.

Ao fazer o balanço da primeira rodada de entrevistas, já vinha questionando a abrangência nacional das entrevistas. Primeiro, pela dificuldade de indicações de feministas de outras partes do Brasil, mas também considerando que as que tinha conseguido eram todas do Nordeste e estavam dentro do perfil das que já tinha entrevistado, ou seja, nenhuma mais jovem, apenas uma mulher negra e nenhuma de camada popular. Assim, e dado que o trabalho de campo no Brasil havia sido feito só no Rio de Janeiro, avalei que seria mais viável garantir um pouco mais de diversidade das interlocutoras restringindo à cidade do Rio de Janeiro, onde poderia contar com outros contatos das minhas redes pessoais. Cabe explicitar que nunca houve de minha parte uma pretensão de dar conta da diversidade identitária e política das feministas cariocas, mas sim uma preocupação de não fazer um trabalho que ouvisse apenas feministas brancas adultas de classe média.

Desta forma, entrei em contato com Monica, que havia sido indicada por Angela, que se diferenciava por ser moradora de favela e por ter uma inserção feminista no seu território, por meio de um time de futebol feminino.

Cheguei à Olga, 32 anos, por meio de uma conhecida do Movimento Olga Benário, que havia encontrado nas reuniões do 8M e durante uma atividade em uma ocupação feminista, na qual quase todas as participantes eram jovens, havia muitas negras e algumas mulheres trans. Olga, por sua vez me falou de uma jovem negra trans atuante no mesmo movimento, mas não me mandou o contato e não consegui entrevistar.

Com a preocupação de garantir a diversidade geracional, fiz outros movimentos. Primeiro tentei contato por meio do Instagram com algumas coletivas estudantis²⁸, tipo de organização que apareceu com destaque no mapeamento, mas não tive nenhuma resposta. Então entrei em contato com pessoas da minha rede pessoal que faziam parte de coletivos estudantis, como grêmio escolar e coletivo negro, para pedir indicações. Falei com Lelia, uma estudante que havia concluído o Ensino Médio em 2023 na instituição em que trabalho, que era engajada

²⁸ Algumas formas de organização feminista recentes têm feito um movimento de se autodenominar no feminino, nesta pesquisa, principalmente no mapeamento do capítulo 1, coletivos e mandatos parlamentares feministas serão mencionados como coletivas e mandatas.

no grêmio e se identificava como feminista. Ela me deu duas indicações, mas nenhuma das duas tinha participado de nenhuma forma de organização coletiva, o que naquele momento ainda era um critério, assim acabei entrevistando a própria Lelia.

Também entrei em contato com uma amiga que fazia parte de um coletivo negro em sua instituição de ensino. Ela me indicou Lan, que não fazia mais parte do coletivo, agora estava estudando em outro lugar, mas concordou com a entrevista, e a filha de uma das participantes do coletivo, de 18 anos, que se interessou em participar, assim cheguei em Ludmilla, a última interlocutora. Apesar de ela nunca ter participado de nenhum grupo organizado, como tinha sido um critério até então, neste momento me pareceu relevante conversar com uma feminista tão jovem, lésbica, negra, de bairro popular e que tinha o desejo de conversar a respeito.

Desta forma, conversei com nove mulheres e uma pessoa não binária²⁹, brancas e negras, que moram em diferentes partes da cidade do Rio de Janeiro e têm entre 18 e 81 anos de idade. Metade delas tem Ensino Superior completo, todas em ciências humanas ou sociais. A grande maioria tem uma formação familiar e/ou escolar cristã, seis hoje revelam pertencimento às religiões de matriz africana, ainda que algumas se digam não praticantes, as demais dizem não ter religião, ainda que acreditem em Deus ou se interessem por budismo ou astrologia. Todas se identificam como feministas, embora entre as três mais jovens, uma delas nunca participou de nenhuma forma de organização coletiva e as outras duas não estavam vinculadas a nenhum grupo no período da entrevista, uma destas nunca participou de um coletivo de mulheres.

Também vale explicitar o caráter da minha relação prévia com as dez interlocutoras, uma é minha amiga, uma foi estudante do colégio em que trabalho, duas conheço de espaços do movimento feminista e por amigas em comum, duas conhecia apenas pela relevante atuação no mesmo movimento e as outras quatro não conhecia.

Todas as entrevistas foram combinadas por WhatsApp. A primeira rodada de entrevistas aconteceu entre março e maio de 2024, de forma remota, porque eu estava em Bogotá. Apesar de eu já me encontrar no Rio de Janeiro, a maior parte das interlocutoras da segunda rodada também preferiu que as entrevistas fossem realizadas remotamente, com exceção de Beth e Ludmilla, que quiseram conversar presencialmente. A entrevista com a primeira aconteceu no escritório da organização que ela coordena no Centro da cidade e com a outra aconteceu em um campus do Colégio Pedro II, pois era um espaço viável para uma entrevista e acessível para mim no bairro onde ela morava. Esta segunda rodada aconteceu em agosto de 2024.

²⁹ Mesmo identificando-se como pessoa não binária, Lan se referia a si mesma no feminino, desta forma, farei o mesmo neste trabalho ao me referir a ela.

Mesmo se identificando como pessoa não binária, Lan se referia a si mesma e à namorada no feminino, desta forma, farei o mesmo neste trabalho ao me referir a elas.

Ao longo das entrevistas, algumas interlocutoras usaram o termo esposa e outras companheiras para se referir a parceiras com quem viveram ou viviam juntas, independentemente de haver alguma oficialização documental ou não. Já o termo namorada foi usado por aquelas que não viviam com suas parceiras. Neste trabalho, tento seguir o termo usado por cada interlocutora.

Estrutura da tese

A fim de entender melhor o contexto em que a pesquisa foi desenvolvida, inicio retomando uma leitura sobre os feminismos, entendido como campos discursivos de ação (Alvarez, 2014) e abordando principalmente sua história recente no Brasil. Na sequência, apresento um mapeamento de 161 organizações e coletivas/os feministas do Brasil, realizado a partir de grupos que conhecia por meio da minha militância, organizações feministas filiadas a uma associação de ONGs (Abong) e busca por perfis de organizações e coletivos/as feministas por meio de uma rede social (Instagram). A partir do perfil nesta rede social dos grupos identificados, analisei dados como distribuição geográfica, número de seguidores, menção a questões relacionadas a diversidade sexual e de gênero, entre outros.

O segundo capítulo tem como objetivo entender a relação das interlocutoras com os feminismos, a partir da narrativa das mesmas. Desta forma, depois de uma breve apresentação de cada uma, retomo como foi sua aproximação ao movimento feminista. A seguir, em diálogo sobretudo com a obra “Viver uma vida feminista”, de Sara Ahmed (2021), busco compreender que significados têm para elas se reivindicarem feministas e como o processo de construção desta identidade política impactou sua vida pessoal.

O terceiro capítulo investiga o processo de reconhecimento do desejo por mulheres e seus desdobramentos. Assim, apresento as narrativas das interlocutoras sobre este processo, organizadas por mim em três grupos: aquelas que já iniciam sua vida afetivo-sexual reconhecendo este desejo; aquelas que o reconhecem mais tarde, mas agora percebem que ele sempre existiu, ainda que antes não fosse entendido desta forma; e, por fim, aquelas que não têm lembrança de ter sentido este desejo até o percebem em algum momento da vida adulta. Também observo como este processo é marcado pelo que as autoras feministas lésbicas chamam de heterossexualidade compulsória, que impõe desafios que vão da aceitação familiar

ao medo da violência lesbofóbica nos espaços públicos, passando pelo processo de identificação com outra orientação sexual. Ainda neste capítulo, analiso observo como processo de se relacionar com mulheres pode influenciar a relação consigo mesma e a forma de viver seus relacionamentos.

Finalmente, o quarto e último capítulo versa mais especificamente sobre a relação entre feminismos e experiências afetivo-sexuais entre mulheres. Desta forma, começo pela narrativa das interlocutoras sobre como esta relação é percebida na sua vida pessoal e como isso impacta sua militância. Posteriormente, retomando o diálogo com Alvarez (2014), observo a percepção delas sobre como questões de diversidade sexual e de gênero têm avançado nos campos discursivos da ação dos feminismos e no debate público.

1 MOVIMENTOS FEMINISTAS HOJE: UMA APROXIMAÇÃO

Neste capítulo, apresento um breve histórico dos feminismos no Brasil e um mapeamento de grupos organizados de diferentes formas em torno desta identidade, a fim de contextualizar o cenário em que a pesquisa está inserida. Assim como Ochy Curiel (2013), aqui parte-se de um entendimento do feminismo como movimento social, ética filosófica, teoria e posição políticas, que compõe este campo discursivo de ação (Alvarez, 2014), que é construído por uma grande diversidade de atoras/es, coletivos e individuais, que ocupam diferentes lugares sociais, com variados posicionamentos políticos, que não foram mencionadas/os no histórico ou identificados/as no mapeamento. Portanto, é importante ressaltar os limites deste esforço, tanto de histórico, como de mapeamento, dado que se trata de um movimento amplo e complexo.

1.1 Feminismos no Brasil

Ainda que se tenha inúmeros registros das lutas das mulheres contra a discriminação e opressão há vários séculos, o movimento feminista mais organizado e próximo dos contornos que tem atualmente passa a ser identificado entre final do século XIX e início do século XX. A narrativa até recentemente hegemônica sobre o movimento, que tem como principal referência a experiência dos Estados Unidos, divide sua história em ondas. Assim, reconhece no período mencionado o início da primeira onda, marcado pela reivindicação por direitos civis, políticos e educativos. A segunda onda, por sua vez, iniciaria década de 1960, tendo como característica a pluralização da categoria “mulher”, a partir principalmente das reivindicações das mulheres negras. Já a terceira onda surgiria a partir dos anos 1980 e seria marcada pela incorporação da categoria gênero, que passa a ter bastante centralidade (Pedro; Barletto, 2019).

No que se refere ao feminismo brasileiro, temos como marcador da primeira onda a conquista do sufrágio feminino, em 1932; da segunda onda, a participação na luta contra a ditadura; e caracterizando a terceira onda, um processo de institucionalização do movimento (Pinto, 2003). Algumas autoras, no entanto, já apontam a existência de uma quarta onda em curso em nosso país. Perez e Ricoldi (2019) afirmam que, aproximadamente desde 2014, os feminismos brasileiros passam por um novo momento, caracterizado por uma diversidade de feminismos, pela adoção de um olhar interseccional e por se mobilizar por meio de coletivos, mais fluídos e distantes discursivamente das organizações tradicionais, e via meios de comunicação digitais.

Narrativas como estas têm sido criticadas por vários motivos, tais como por ser difícil indicar mais precisamente o início e o fim de cada onda nos diferentes lugares, por fazer parecer que houve uma grande ruptura entre as diferentes fases ou que uma substituiu a outra, por invisibilizar narrativas e identidades não hegemônicas do movimento (Pedro e Barletto, 2019; Hemmings, 2009).

Neste sentido, Alberto Melucci (2001) nos lembra que nenhum fenômeno de ação coletiva expressa uma linguagem única, portanto, não pode ser assumido como uma globalidade. Assim, para pensar os movimentos sociais se faz necessário uma decomposição do objeto levando em consideração o sistema de relações sociais envolvidos na ação de acordo com as orientações que essa assume. Nos movimentos feministas não é diferente. Ainda que por muito tempo tenha prevalecido esta narrativa hegemônica sobre “a história do movimento”, outras formas de vê-la têm surgido.

Sonia Alvarez (2014), por exemplo, em seu artigo “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”, apresenta uma “re-visão” epistemológica sobre as dinâmicas dos feminismos no Brasil e na América Latina, enquadrando estes como campos discursivos da ação. Partindo desta noção, a autora identifica três momentos nas trajetórias destes movimentos na região: um primeiro período de “centramento”, em que se fala em um “feminismo no singular”; um segundo período, considerado de “descentramento”, em que há uma pluralização dos feminismos e do “*mainstreaming*” do gênero, marcado por uma transversalidade vertical; e um terceiro momento, em que os discursos e práticas dos feminismos plurais fluem horizontalmente para diversos setores da sociedade civil e tem como consequência a multiplicação dos campos feministas, o que a autora chama de “*sidestreaming*”.

Para a autora, os campos discursivos de ação incluem uma vasta gama de atoras³⁰/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos, que se articulam de formas diversas ao longo do tempo, variando também a visibilidade que cada um/a destas/es vai ter e quais são os nós articuladores desses campos. As atoras/es que circulam nos campos se entrelaçam por meio de redes político-comunicativas entre pessoas, práticas e discursos, interconectando não só grupos mais estruturados, mas também indivíduos e grupos menos formalizados que ocupam espaços diversos da sociedade civil, política, dos movimentos, da academia, da indústria cultural, da mídia, entre outros. Desta forma, os campos feministas se conformam em comunidades discursivas que participam da enunciação de novos códigos culturais e políticos, disputando assim as representações dominantes.

30 Mantenho aqui “atora”, como usado por Alvarez (2014).

Neste sentido, a autora propõe pensarmos os movimentos sociais como “teias político-comunicativas”, dando ênfase na gama de articulações desses espaços com diversos atores, ou seja:

Como conjuntos de ideias, pressupostos, temas e interpretações, os discursos feministas constituem um universo de significados que se traduzem ou se (re)constroem ao fluir ao longo de diversas teias político-comunicativas, norteadas pelas estratégias e identidades das atoras/es que se coligam nesse campo (Alvarez, 2014, p. 19).

Os fluxos do campo feminista, para Alvarez (2014), seriam resultado das suas interações com diferentes campos de poder estabelecidas em uma determinada conjuntura histórica, o que permitiria novas (re)configurações do campo feminista, que também são resultado de mudanças nas articulações internas e transformações nas coligações e conflitos com outros campos movimentistas. No complexo contexto brasileiro, o feminismo seguiu se movendo, inclusive se articulando com movimentos mais amplos. Nos anos 2010, alguns exemplos são a participação nas Jornadas de Junho de 2013 e nos movimentos contra os megaeventos esportivos realizados no país, que marcou um “retorno às ruas” dos mais diversos movimentos e, também, de variados setores do campo feminista atual, especialmente os mais jovens. O movimento também teve presença significativa na resistência ao avanço conservador, que se iniciou antes da eleição de Bolsonaro e se intensificou no seu governo.

A partir da diversidade que compõe as variadas expressões das jovens no movimento, da intensa atuação das mulheres negras e de mulheres de setores populares e/ou anticapitalistas, Sonia Alvarez (2014) aponta uma indeterminação da hegemonia do campo feminista neste período, marcado por um crescente “*sidestreaming*” das ideias e práticas feministas. Os feminismos populares se multiplicam no campo e na cidade, o que a autora exemplifica mencionando a Marcha das Margaridas, Marchas das Vadias, Blogueiras Feminista e Negras, a “galera do hip-hop”, as “minas do rock” e outros grupos da cena política e cultural. Entre as ONGs e redes feministas, algumas demonstram uma forte base popular, enquanto outras instituições seguem firmes especializadas em “*advocacy*”. Na academia, núcleos, institutos e programas de estudos feministas/de gênero estão cada vez mais consolidados e sendo fundamentais para a popularização do feminismo entre o corpo discente.

Outra questão importante para o período são os debates sobre corporalidades, sexualidades e identidades de gênero que colocam em questão elementos fundamentais do feminismo, como a categoria “mulher” e os binarismos de gênero, obrigando o movimento a

discutir questões como o transfeminismo, o capacitismo, o pós-gênero, o *queer*, além das formulações trazidas pelas trabalhadoras do sexo, entre outros (Alvarez, 2014).

Segundo a autora, o cenário de feminismos cada vez mais plurais e diferenciados interna e externamente leva a pensar que mais do que analisar os movimentos pelos seus fluxos e refluxos, é interessante entender os campos discursivos de ação como elementos permanentes das formações políticas na modernidade tardia. Cabe ressaltar que os limites de um campo discursivo de ação são fluidos e fazem parte das disputas políticas que os compõem e reconfiguram, questão a ser resolvida empírica e politicamente.

Considerado um dos movimentos sociais mais importantes do século XX, o feminismo foi fundamental para transformar as relações entre mulheres e homens e para que estas pudessem ocupar outros espaços na sociedade, para além do doméstico (Hobsbawm, 1996). Na história recente do Brasil não foi diferente, além da sua relevante contribuição ao processo de redemocratização, as mulheres se organizavam também internacionalmente. Em 1975, ocorre a I Conferência Mundial de Mulheres no México, no qual a ONU institui esse como Ano Internacional da Mulher e declara os anos entre 1975 e 1985 como a Década da Mulher. Assim, nos anos seguintes acontecem: a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Conferência Internacional sobre a Mulher em Nairobi (1985) e a Conferência de Beijing (1995), todas com forte participação de feministas brasileiras, que voltavam com mais instrumentos para pressionar o governo brasileiro (Gonçalves e Abreu, 2018).

Em âmbito nacional, os anos 1980 são marcados pela chegada do recorte de gênero em políticas públicas, com a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (1983) e, em 1985, do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). A Constituição Federal de 1988 é um outro marco importante, pois considera-se que cerca de 80% das propostas do movimento foram contempladas nela, como resultado de intensa mobilização dos movimentos feministas e de mulheres (Carneiro, 2003; Schumacher e Brazil, 2003). Igualdade jurídica entre homens e mulheres, inclusive no que se refere a direitos e responsabilidades em relação à família, ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres e a definição do princípio da não discriminação por sexo e raça-etnia são algumas das conquistas deste período.

Entretanto, como aponta Papa (2012), no final dos anos 1980 se iniciou um processo de esvaziamento político, administrativo e financeiro do CDMN, e na década de 1990, pouco se avançou no que se refere políticas nacionais de igualdade de gênero. Apenas no final de 2002, quando estava acabando o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi

criada, por meio de medida provisória, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, que era subordinada ao Ministério de Justiça, com status de ministério. Esta secretaria também foi resultado da pressão de movimentos feministas e de mulheres, em articulação com a Bancada Feminina no Congresso Nacional.

No início primeiro mandato do presidente Lula, no ano seguinte, é instituída a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), também com status de ministério, mas vinculada à Presidência da República. Na mesma ocasião e com o mesmo formato foram criadas ainda as secretarias especiais de Igualdade Racial e Direitos Humanos e, posteriormente, em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude. De acordo com Papa (2012), estas secretarias marcam uma diretriz de governo que passa a favorecer a transversalidade das pautas identitárias nas mais diferentes rotinas e políticas governamentais, reconhecendo as desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

Esta estratégia já vinha sendo reconhecida internacionalmente desde a Conferência de Beijing (1995), que recomendava que as questões de gênero deveriam perpassar todas as políticas públicas e não estarem apenas restritas a um ministério ou secretaria específicos (Gonçalves; Abreu, 2018). Dentro desta perspectiva da transversalidade, entre 2003 e 2011 foram construídas três conferências e planos nacionais de políticas para mulheres (2004, 2007 e 2011), com ampla participação dos movimentos feministas e de mulheres e, também, diversos órgãos, ministérios e secretarias governamentais.

Ainda durante este período, em termos de políticas públicas para as mulheres, destacam-se a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)³¹, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007)³², a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015)³³, a priorização das mulheres como beneficiárias de programas como o Bolsa Família³⁴, Minha Casa Minha Vida³⁵,

³¹ Esta Lei endurece as penalidades relativas à violência doméstica e familiar contra mulheres, é resultado da pressão dos movimentos de mulheres, que prestou denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Estado brasileiro teve que responder na Corte Internacional da Organização dos Estados Americanos (OEA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 29 fev. 2024.

³² Para mais informações, consultar Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional>. Acesso em: 29 fev. 2024.

³³ Esta Lei qualifica o homicídio “por razões da condição de sexo feminino”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 29 fev. 2024.

³⁴ Maior programa de transferência de renda do país. Para mais informações, consultar: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 29 fev. 2024.

³⁵ Programa habitacional que torna mais acessível a aquisição de moradias populares em áreas urbanas e rurais. Para mais informações, consultar Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 29 fev. 2024.

Pronaf Mulher³⁶. No contexto desta pesquisa merece menção também o Programa de Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais, do qual faz parte o Curso Gênero e Diversidade na Escola, que tinha por objetivo formar profissionais da área de educação abordando as temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnico-raciais (Carrara *et al.*, 2017).

No entanto, com as disputas e a polarização com setores conservadores no processo eleitoral presidencial de 2014, o segundo Governo Dilma já começa com grandes retaliações, o que leva a uma reforma ministerial no segundo semestre de 2015. Nesta, as três secretarias criadas por Lula em 2003 são fundidas no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, o que foi duramente criticado pelos movimentos sociais (Araujo; Adrião, 2017).

Se isso estava acontecendo no cenário da política institucional federal, enquanto movimento social o feminismo foi declarado morto inúmeras vezes e pelos mais variados motivos. Como aponta Carla Gomes (2018), em sua tese acerca da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, entre as muitas possíveis explicações apresentadas, alguns meios de comunicação indicavam que a “crise” do movimento foi por não alcançar os objetivos desejados, enquanto outros afirmavam que este teria se tornado dispensável devido ao seu grande êxito. A autora afirma ainda que, mesmo entre as feministas havia narrativas de morte do feminismo, nestas o legado das gerações anteriores estariam se perdendo, uma vez que as jovens, que cresceram em uma sociedade com mais liberdades para as mulheres, não teriam noção das transformações provocadas pelo movimento no passado. Na Introdução do livro *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade* é possível perceber que sua organizadora, Heloisa Buarque de Hollanda (2018), estava entre estas feministas, pois relata que, até pouco tempo antes das manifestações de 2015, ela mesma achava que a sua teria sido a última geração engajada na luta das mulheres.

Contudo, os anos 2000 já começam com várias mobilizações. Articulada ao processo da, já mencionada, Marcha Mundial das Mulheres, em âmbito nacional aconteceu também a primeira edição da Marcha das Margaridas³⁷, com o lema “2000 razões para contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. De acordo com sua página eletrônica, esta Marcha é “um

³⁶ Oferece financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para mais informações, consultar BNDES: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher>. Acesso em: 29 fev. 2024.

³⁷ Seu nome faz homenagem a Margarida Alves, trabalhadora rural, sindicalista e defensora de direitos humanos paraibana, assassinada em 1983. O crime segue impune. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=asmargaridas>. Acesso em: 12 dez. 2023.

caminho coletivo de construção de um projeto de sociedade que propõe um Brasil sem violência, onde a democracia e a soberania popular sejam respeitadas, a partir de relações justas e igualitárias”³⁸. Outras seis edições aconteceram entre 2003 e 2023.

Desde meados da primeira década dos anos 2000, é possível identificar também a formação de coletivos de jovens feministas, dentro e fora das ONGs feministas, e blogs e listas de discussão feministas começam a se sobressair na internet. Alguns destes que se destacaram foram: o Escreva Lola Escreva, mantido desde 2008 por uma professora da Universidade Federal do Ceará; o Blogueiras Feministas, iniciado em 2010, mantido por uma articulação formada por mulheres e homens, em sua maioria brancas/os, que se organizavam, fundamentalmente, por meio de uma lista virtual de discussão; e o Blogueiras Negras, criado em 2012, por mulheres negras que se propunham a fazer da escrita uma ferramenta contra opressões que incidem sobre estas.

Os anos de 2010 começaram com a chegada da Marcha das Vadias ao Brasil, o que, de acordo com Gomes (2018), inaugurou “um novo ciclo e estilo de protesto feminista” e interrompeu um período de poucas manifestações de rua para além daquelas já estabelecidas no calendário feminista. A autora relata ainda que o evento, que aconteceu anualmente entre 2011 e 2017, reunia muitas ativistas, principalmente mulheres jovens, e contou com as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação para se disseminar rapidamente. No seu segundo ano (2012) a Marcha já estava presentes em 23 cidades, de todas as regiões do Brasil, usando amplamente Facebook, Twitter, Youtube, blogues e e-mails para a organização dos protestos.

O mesmo período também foi marcado pelo início de grandes campanhas virtuais, que se espalharam por todo o país, tais como Chega de Fiu Fiu³⁹ (2013), Eu não mereço ser

³⁸ Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=oquee>. Acesso em: 12 dez. 2023.

³⁹ Esta campanha, lançada pela ONG Think Olga, se propõe a combater ao assédio sexual em espaços públicos. Inicialmente, realizaram uma mobilização nas redes sociais, publicando ilustrações com mensagens de repúdio a esse tipo de violência, que foram compartilhadas por milhares de pessoas. Diante da grande adesão obtida, a ONG elaborou um estudo online sobre a opinião das mulheres acerca das cantadas de rua, criaram um mapa, que identifica o local onde ocorrem abusos, e o e-book Meu Corpo Não é Seu, um ensaio sobre violência contra a mulher. Para mais informações, ver Think Olga: <https://thinkolga.com/projetos/chega-de-fiu-fiu/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

estuprada (2014)⁴⁰, Vamos juntas?⁴¹ e #meuprimeiroassédio⁴², ambas em 2015, #exposed⁴³ (2020). Principalmente por meio de testemunhos, estas campanhas visibilizaram diferentes tipos de violência de gênero, possibilitaram a muitas mulheres perceberem que episódios vistos inicialmente apenas como “incômodos” tinham outros nomes, como, por exemplo, assédio sexual, um movimento que em alguma medida é possível aproximar ao que foram os grupos de reflexão feministas dos anos 1970 e 1980 (Zanetti, 2016).

Outro destaque dos anos de 2010 foi a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, realizado em novembro de 2015, depois de três anos de organização e mobilização nas cinco regiões do Brasil, e que levou a Brasília cerca de 50 mil mulheres de todas as partes do país. Em seu manifesto, o movimento apontou que estava em marcha contra o racismo, o genocídio da população negra, a exclusão, a pobreza, o feminicídio, entre outros.

Como reflexo da ampla mobilização para esta Marcha, Flavia Rios e Maciel (2018) afirmam que a noção de interseccionalidade, ou de “fazer uma política interseccional”, ultrapassa os limites do feminismo negro e a categoria passa a fazer parte tanto de grupos e organizações feministas formadas por maioria de mulheres brancas, como também ganha espaço em outros movimentos sociais, tais como o LGBTI+ e o de juventude.

Em 2013, acontecem as chamadas Jornadas de Junho, inicialmente contra o aumento das passagens de ônibus, levaram milhares de pessoas às ruas em diferentes cidades do país, com contestações amplas, plurais e até contraditórias. No campo dos feminismos, como

⁴⁰ A partir da divulgação de dados da pesquisa “Tolerância social à violência contra a mulher”, realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que incluía uma pergunta sobre a concordância ou não com a frase “mulheres que usam roupas que mostram o corpo devem ser atacadas”, mulheres de todo o país postaram nas redes sociais fotos com as mais diversas roupas, e até mesmo sem nenhuma, segurando cartazes com a frase título da campanha e/ou variações. No Facebook, por exemplo, no final de 2014, a página da campanha contava com mais de 17 mil curtidas (Zanetti, 2016).

⁴¹ Criado por Babi Souza, que na época tinha 24 anos, depois de mais uma vez se sentir em perigo e com medo ao ter que andar na rua sozinha à noite, o movimento incentivava as mulheres a se juntarem e/ou se ajudarem ao perceberem alguma situação de risco, por meio de breves relatos de experiências vividas, que eram ilustrados por uma identidade visual específica. Um mês depois de iniciado o movimento, ela saiu do emprego e passou a se dedicar exclusivamente a este projeto. Em 48 horas, a página tinha 10 mil curtidas, depois de duas semanas estava com 100 mil curtidas e em 2 meses e meio tinha mais de 250 mil (Souza, 2016).

⁴² Também iniciada pela ONG Think Olga, esta campanha surgiu em reação aos comentários machistas e pedófilos que se referiam a uma participante de 12 anos do programa televisivo Master Chef Júnior Brasil. Nesta as mulheres compartilhavam nas redes sociais breves relatos da sua primeira experiência de assédio. De acordo com a ONG, a *hashtag* teve mais de 11 milhões de buscas relacionadas no Google Trends, foi replicada mais de 100 mil vezes no Twitter e revelou que 9,7 é a idade média do primeiro assédio (Zanetti, 2016).

⁴³ Esta *hashtag*, seguida do nome da cidade (ou escola), foi utilizada por jovens para expor situações de abuso e/ou assédio vividas e seu autor. Para mais informações, ver Claudia e O Globo: <https://claudia.abril.com.br/feminismo/exposed-abuso-sexual-twitter/> ou <https://oglobo.globo.com/celina/exposed-mulheres-usam-twitter-para-relatar-casos-de-assedio-violencia-ocorridos-no-brasil-24460596>. Acesso em: 07 dez. 2023.

apontam Guterres, Vianna e Aguião (2014), foi lido por algumas militantes como resultado de um sentimento de insatisfação generalizado, que não encontrou espaço nos movimentos, por vezes sem dinamismo e autonomia, e sem canais de interlocução satisfatórios nos mecanismos formais de participação.

Ainda no fim de 2015, o feminismo tomou mais uma vez as ruas e as redes, desta vez de forma intensa e simultânea, contra o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e seus colegas da bancada conservadora do Congresso Nacional. Eles faziam tramitar o Projeto de Lei 5.069/2013, que dificultava ainda mais o acesso à “pílula do dia seguinte” e ao direito legal de realizar um aborto seguro em casos de estupro. O projeto pretendia estabelecer a obrigatoriedade de apresentação de boletim de ocorrência (B.O.) e realização do exame de corpo delito, aumentando assim o sofrimento e a vulnerabilidade das mulheres vítimas de violência sexual.

Em várias cidades do país e por várias vezes, as mulheres tomaram as ruas sob a palavra de ordem Fora Cunha, em manifestações organizadas e divulgadas praticamente apenas pela internet, por meio de redes sociais. Articulado a isto, nas redes *online* a *hashtag* #mulherescontracunha foi mencionada mais de 40 mil vezes, de acordo com a ONG Think Olga. Esta mobilização toda, articulando ações *on* e *off-line*, logo ocupou capas e longas reportagens de vários veículos de comunicação, inclusive os da mídia comercial, nas quais foi chamada de “Primavera das Mulheres” ou “Primavera Feminista”.

Ainda nos anos 2010 se verificou um fortalecimento da organização das mulheres indígenas, que, em articulação com a Marcha das Margaridas, realizou a I Marcha de Mulheres Indígenas, em agosto de 2019. Outras edições desta marcha aconteceram em 2021 e 2023, organizadas pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)⁴⁴. Entretanto, ainda que compartilhem várias pautas feminista, tais como menor prestígio das mulheres nas sociedades indígenas, violência conjugal, difícil acesso das mulheres ao poder político, violências por parte de não indígenas, invisibilização de suas pautas específicas, entre outros, boa parte do movimento não se identifica como feminista (Dutra e Mayorga, 2019).

No entanto, depois de mais de 10 anos de um governo federal progressista, que começou com a eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2002, e menos de um ano depois da Primavera Feminista, o Brasil viveu em 2016 o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, em que, pelos discursos dos parlamentares ao declararem seus votos, ficou evidente o caráter

⁴⁴ Para mais informações, consultar ANMIGA: <https://anmiga.org/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

misógino, patriarcal e conservador, de cunho também religioso, do processo em curso (Pedro; Wolff; Silva, 2022).

A Presidência da República passa a ser ocupada pelo vice de Dilma, Michel Temer, que logo no primeiro dia de mandato faz uma reforma ministerial que transfere as políticas para as mulheres, igualdade racial e direitos humanos para o Ministério da Justiça, que passa a se chamar Ministério da Justiça e Cidadania. De acordo com Araujo e Adrião (2017), durante este governo não havia mulheres ou pessoas negras entre os ministros, as mulheres passam de *sujeitos da cidadania* a, quase exclusivamente, *sujeito mulher vítima de violência*.

A situação se agravou ainda mais com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2019, e sua articulação com parlamentares e grupos conservadores e religiosos. A responsabilidade pelas políticas para as mulheres foram o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que ficou a cargo de uma ministra que se declarava “terrivelmente cristã”. Como aponta Débora Quintela (2023), passou-se de uma agenda de transversalidade de gênero nos governos petistas, para outra de familiarização das políticas públicas, tendo como base o fomento à família tradicional (nuclear, patriarcal e hierárquica) e a privatização das responsabilidades de cuidado, reduzindo a mulher às funções reprodutivas.

Ainda de acordo com a autora, uma característica marcante deste período é “a subordinação da subjetividade das mulheres à família” (Quintela, 2023, p. 196), estas passam a ser tratadas mais como uma ferramenta para efetivação do projeto político em vigor do que como sujeitas de políticas públicas. Assim como outras políticas de Direitos Humanos, as políticas de gênero foram sendo extintas, deslegitimadas ou, com mais frequência, deixadas “morrer por inanição” por falta de financiamento. O pouco recurso para a pauta era destinado ao combate à violência, mas sem investimento em serviços públicos de atendimento às vítimas.

Importa lembrar que em meio a este processo de dismantelamento de políticas públicas aconteceu a pandemia global de COVID-19, que junto com a crise de saúde, trouxe também a socioeconômica, que atingiu de forma mais contundente aquelas/es que mais necessitavam dos serviços públicos. Um exemplo de como isso se deu na vida das mulheres foi que, no contexto de isolamento, as famílias não puderam contar com creches, escolas e redes pessoais de apoio para o cuidado, o que impactou a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Outro exemplo é como o maior tempo dentro de casa influenciou diretamente nos altos índices de violência doméstica e contra mulher, em um período em que os serviços de atendimento às vítimas estavam, além de precarizados, funcionando de forma reduzida (Quintela, 2023).

Como apontam Machado, Vaggione e Biroli (2020), assim como aconteceu em outras partes do mundo, conservadores religiosos e não religiosos se aliaram em reação às transformações societárias que estavam em curso, com o objetivo de garantir uma hegemonia moral em diferentes sociedades. Regina Facchini e Horácio Sívori (2017) assinalam que, diferente das formas clássicas de influência da Igreja Católica, lideranças do campo evangélico ocuparam a vida política, especialmente como legisladores vinculados a partidos de centro-direita. Estes têm como alvo privilegiado os direitos relacionados à equidade de gênero e à diversidade sexual e de gênero que, além de supostamente colocar em risco a liberdade religiosa, ameaçariam a integridade moral das crianças e da família brasileira.

Neste contexto, nos últimos anos uma estratégia política muito utilizada por grupos conservadores foi o combate à chamada “ideologia de gênero”. De acordo com Miskolci e Campana (2017), esta se caracteriza por articular em torno de si vertentes católicas e neopentecostais, pessoas com aproximações morais e/ou políticas as mais diversas, a quem os autores chamam de “empreendedores morais”. Mesmo não sendo necessariamente da sociedade civil, eles podem atuar dentro de instituições e governos, agindo no interior de um campo discursivo de ação, com alianças circunstanciais, portanto, sem constituir um grupo coeso. Ainda segundo os autores, estes grupos de interesse pretendem alienar os movimentos feminista e LGBTQIAPN+ (e seus apoiadores) das definições de políticas públicas, tomando o controle sobre estas e, segundo eles, protegendo a sociedade do que consideram ameaçar sua concepção de mundo tradicional.

De acordo com Biroli (2020), no Brasil a perseguição à “ideologia de gênero” ocupou a cena pública com força pela primeira vez em 2014, nas discussões sobre o Plano Nacional de Educação, quando itens referentes à igualdade e diversidade racial, sexual e de gênero foram excluídos do documento. Segundo a autora, nos anos 2010, esta perseguição também deu nova visibilidade ao então deputado federal Jair Bolsonaro, assim como consolidou sua aliança com políticos conservadores religiosos.

Machado, Vaggione e Biroli (2020) chamam a atenção para como a aposta deste neoconservadorismo na família tradicional, como núcleo de segurança, e do papel da mulher, como cuidadora, é convergente com o avanço do neoliberalismo, que limita o teto de gastos públicos e precariza as relações de trabalho. Sem aparatos estatais de proteção e assistência consistentes, resta o apelo ao suporte familiar e a pressão para que as mulheres se mantenham na função tradicional de cuidado.

Reforçando esta pressão pela permanência das mulheres neste papel tradicional, é possível encontrar várias iniciativas e páginas nas redes sociais que se dedicam a propagar um antifeminismo. Cabe lembrar que, em 2018, aconteceu no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Antifeminista do Brasil, liderado pela “ex-feminista” Sara Winter. De acordo com artigo da Revista Época, este contou com uma participação aproximadamente 150 pessoas, na maioria homens, e teve sua temática toda dirigida contra a descriminalização do aborto, que estava em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) naqueles dias.

De acordo como Gabriela Zimberg (2018), que pesquisou páginas de Facebook com este perfil político, desde seu início o ativismo antifeminista tem se desdobrado em várias frentes, diferentes entre si, mas que tem entre seus princípios um forte apelo ao papel maternal e de cuidadora da família da mulher. Sua pesquisa constatou também que, apesar da diversidade existente no interior do movimento feminista, estas páginas se apropriam de discursos específicos que tenham um tom mais radical e/ou impactante para a sociedade e apresentam como se estes representassem o feminismo como um todo, com o objetivo de deslegitimá-lo.

Assim como a nova geração de feministas, as antifeministas não se reivindicam como um movimento geracional ou de juventude, entretanto, a faixa etária da maior parte das mulheres envolvidas e o modo como usam os recursos tecnológicos, especialmente as redes sociais, apontam nesta direção. Nos termos de Mannheim (CASTRO *et al.*, 2019), é possível dizer que os dois grupos compartilham uma unidade geracional, na medida em que fazem parte de uma categoria identificada socialmente em termos geracionais que encaram o mesmo contexto histórico e social. Contudo, fazem parte de grupos sociais concretos distintos, uma vez que dentro deste contexto formam grupos de afinidades distintos, neste caso, a partir de suas posições políticas. Esta discussão será retomada no capítulo 4.

Ainda no contexto do crescimento da ultradireita na política, Sonia Corrêa e Carla Rodrigues (2023) apontam que nas últimas duas décadas também se multiplicaram, inclusive entre feministas, os argumentos morais defendendo as “mulheres autênticas”. Estes se baseiam no essencialismo em torno da categoria mulher, que o feminismo tanto combateu ao longo do século XX, recusando o conceito de gênero e excluindo assim todos/as/es os dissidentes de gênero: pessoas trans, não binárias, *queers*, entre outros.

Assim, para entender o cenário contemporâneo dos feminismos, principalmente articulado a questões de diversidade sexual e de gênero, é necessário observar as tensões criadas

pelas ditas “feministas radicais”, ou radfems⁴⁵. Também conhecidas como TERFs, abreviação de *trans exclusionary radical feminist*, em português, “feminista radical transexcludente”, esta vertente do feminismo se denomina como “crítica do gênero”. Algumas autoras também os chamam de “feminismos transexcludentes” ou “feminismos antitrans”, como Corrêa e Rodrigues (2023) e Benevides (2021).

Apesar de haver distinções internas também neste campo e poucos estudos a respeito no Brasil, de modo geral é possível identificar que, além dos questionamentos sobre identidade de gênero e a reivindicação de espaços e políticas exclusivos para mulheres cis, as feministas transexcludentes também defendem outras pautas. Entre estas se destacam a oposição à pornografia e a prostituição, entendidas como formas de violência contra as mulheres, posicionamento defendido também por outros segmentos do movimento feminista, como a Marcha Mundial das Mulheres. Além disso, para defender suas pautas, frequentemente recorrem a estratégias e argumentos usados pela ultradireita, como o pânico moral em relação à infância (Corrêa; Rodrigues, 2023), ou uma determinada natureza/biológica dos sujeitos.

Apesar de as eleições federais de 2022 terem dado vitória a uma ampla coalizão de centro-esquerda liderada por Lula, a pouca diferença de votos entre ele e Bolsonaro indica que, mesmo perdendo o pleito eleitoral, as forças conservadoras seguem fortes e atuantes no país, como foi visto na tentativa de golpe uma semana depois da posse do presidente eleito.

Neste terceiro mandato lulista, iniciado em 2023, temos pela primeira vez Ministérios, não secretarias com status ministerial, das Mulheres, dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas, reconhecendo, pelo menos simbolicamente, a diversidade da população brasileira. O Ministério das Mulheres é composto de três secretarias, que apontam suas prioridades temáticas: Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política⁴⁶.

No que se refere às questões LBTQIA+, a página eletrônica do Ministério das Mulheres⁴⁷ menciona como ações neste primeiro ano de governo: uma capacitação sobre atendimento a mulheres LBT e homens trans para um serviço específico, uma roda de diálogo na III Marcha das Mulheres Indígenas sobre os desafios enfrentados pelas indígenas LBTs em

⁴⁵ Segundo Brume Iazzeti (2021, p. 226), “os coletivos ‘radfems’ surgem como uma questão unicamente em espaços com uma grande maioria de meninas ou mulheres jovens, brancas e de classe média-alta, tanto em escolas quanto em universidades”.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional>. Acesso em: 29 fev. 2024.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/search?SearchableText=I%C3%A9sbica>. Acesso em: 29 fev. 2024.

seus territórios e as demandas de políticas públicas, apoio financeiro à produção de dados sobre vivências lésbicas no Brasil (1º LesboCenso Nacional) e criação de fórum de políticas para lésbicas e de grupo de trabalho sobre estratégias de enfrentamento à violência política contra mulheres.

Neste contexto, esta tese propõe uma análise não só em termos de trajetórias individuais das feministas diretamente entrevistadas, mas também observar de que forma isso reflete (ou não) na ampliação e diversificação dos campos discursivos construídos nos encontros entre os movimentos feministas e LGBTQIAPN+, que certamente também estão atravessados por outros marcadores sociais, tais como os de raça, classe, território, por exemplo.

No entanto, cabe lembrar que nos meios em que se discute diversidade sexual e de gênero muitas vezes as mulheres ficam invisibilizadas, como apontado na Introdução. Não obstante, naqueles voltadas para as mulheres, as questões de diversidade sexual frequentemente também não têm muito espaço; e, em ambos, há pouca preocupação com a questão geracional. Assim, essa pesquisa parte do entendimento de que produzir conhecimento sobre as trajetórias afetivo-sexuais das mulheres contribui para as discussões dos movimentos sociais e para a implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres, considerando especialmente a complexidade destes processos e as especificidades geracionais envolvidas.

1.2 Um mapeamento de grupos feministas

A fim de compreender melhor o cenário contemporâneo dos feminismos no Brasil, no qual se desenvolve a presente pesquisa, entre abril e julho de 2023, realizei um mapeamento de coletivos, organizações e redes feministas no Brasil por meio de uma rede social.

Nos últimos 30 anos as tecnologias de informação e comunicação (TICs), em especial a internet, têm ganhado cada vez mais espaço nas nossas vidas, processo que se deu de forma ainda mais acelerada no período pandêmico. Comunicação com redes pessoais, serviços bancários, acesso a programas governamentais e benefícios de seguridade social são alguns dos muitos exemplos dos usos cada vez mais frequentes e indispensáveis das TICs. Como apontam Sívori, Parreiras e Peña (2023), os ambientes e ferramentas oferecidos pelas grandes empresas de tecnologia se tornaram mediadores de quase todas as dimensões da vida cotidiana, tornando-se quase inevitável o uso das mais variadas plataformas digitais.

Embora a internet tenha possibilitado a ampliação e aceleração da circulação de informação e de outras formas de expressão e de contato, a expectativa de que esta fosse um

vetor de democratização e que criaria espaços mais igualitários e diversos vem se enfraquecendo. Questões relacionadas a acesso⁴⁸, moderação de conteúdo, vieses algorítmicos e vigilância em massa têm contribuído para que a internet se torne um ambiente de reprodução antigas e criação de novas formas de desigualdades, atingindo de modo especial mulheres, minorias racializadas, dissidentes sexuais e outros sujeitos marginalizados (Sívori; Parreiras; Peña, 2023).

Contudo, apesar destas limitações os movimentos sociais têm feito amplo uso destas ferramentas proporcionadas pelas TICs, inclusive as mulheres. Alvarez (2014) aponta que, se em meados dos anos 1990 a internet já era importante para o campo feminista, nos últimos anos ela foi fundamental para a popularização dos feminismos e transformação das suas linguagens. Esses aspectos podem ser evidenciados, por exemplo, pela predominância da internet na mobilização da modalidade “Marcha”, como a Marcha das Vadias, a Marcha das Mulheres Negras, a Marcha das Margaridas, entre outras. Segundo a autora, estas marchas se caracterizam pelo predomínio de meios massivos de comunicação e interação que estimulam uma “lógica de agregação”, presente também em outros movimentos, em que há aglomeração de massas de indivíduos de diversas origens em espaços físicos e manifestações eventuais.

Nos anos 2010 também é relevante as várias campanhas virtuais feministas já citadas anteriormente, que contaram com a participação *online* de milhões de mulheres discutindo temas como assédio sexual e outras formas de violência contra mulher (Zanetti, 2016). Gomes (2018, p. 18) destaca a polifonia das incontáveis expressões recentes do feminismo brasileiro na internet, que “é uma extensão do campo feminista”. Facchini, Carmo e Lima (2020), ao tratarem dos modos de produção e circulação do conhecimento, indicam a importância dos efeitos da popularização da Internet e o seu uso especialmente por gerações mais jovens de ativistas. Perez e Ricoldi (2019) apontam a relevância das novas tecnologias de informação e comunicação na formação de identidades coletivas juvenis e na comunicação e visibilidade dos movimentos sociais, assim como afirmam as redes sociais como um território de ação política e componente importante para compreender a constituição das diferentes formas de organização.

Um exemplo de como o uso das novas tecnologias tem sido feito pode ser encontrado na organização da marcha do 8M. Quando começou o ano de 2023, passei a monitorar perfis

⁴⁸ Como defendem Sívori, Parreiras e Peña (2023, p. 8), “Questões de acesso incluem não apenas a disponibilidade de infraestrutura, barreiras, letramento e inclusão digitais, mas também as condições e normas sob as quais as TICs são usadas, quem as controla e quem dirige seu desenvolvimento, bem como um conceito de “acesso substancial significativo””.

em redes sociais do 8M.RJ, de ONGs e coletivos feministas do Rio de Janeiro, a fim de saber quando começariam as reuniões de organização da marcha daquele ano. Ao chegar em fevereiro sem notícias, entrei em contato com duas interlocutoras atuantes no campo para saber se já havia alguma movimentação off-line, mas nenhuma das duas tinha informações a respeito. Pedi que me ajudassem a descobrir, logo uma delas me avisou a data da última reunião e me enviou a relatoria do encontro anterior.

Então, na noite do dia 02 de março, quinta-feira, fui presencialmente à última reunião, realizada em formato híbrido, no Sindicato dos Comerciários, no Centro do Rio de Janeiro. Lá havia cerca de 35 mulheres e, de forma remota, chegou a ter quase 60 participantes. A grande maioria delas, pelo menos entre as que falaram publicamente, eram ligadas a partidos políticos e/ou sindicatos. Pelas falas realizadas e conversando com uma das participantes entendi que a mobilização para a reunião aconteceu por meio de um grupo de WhatsApp, no qual ela imediatamente me incluiu. Posteriormente vi que este existia desde janeiro de 2020 e que contava com mais de 200 participantes.

A partir deste grupo de WhatsApp, pude acompanhar as discussões relativas à marcha de 2024, desta vez desde o início, e tive acesso aos links de todas as reuniões preparatórias. Como estava no doutorado sanduíche em Bogotá, só pude participar destas reuniões porque foram todas híbridas. Ainda que com muitas críticas à qualidade da transmissão, todas as reuniões contaram com uma consistente participação remota, por vezes, maior que presencial, e mesmo aquelas que estavam a distância tinham direito a voz e voto.

Ainda que as novas tecnologias sejam uma importante ferramenta para os feminismos e outros movimentos sociais, este processo do 8M permite observar também alguns dos seus desafios. Entre estes estão as demandas e dificuldades técnicas que limitam as opções de lugar para realização da reunião apenas aos espaços que contam com uma estrutura para transmissão *online*, assim como, as falhas se tornam mais um ponto de conflito. O fato de contar com um grupo de WhatsApp com centenas de mulheres que já construíram o ato em anos anteriores dificulta a aproximação de novas militantes e, principalmente, de novas organizações e coletivas/os para o processo. Se este grupo agiliza algumas discussões para além das reuniões, também é atravessado por mensagens que não necessariamente dizem respeito diretamente a seu objetivo, além das chances aumentadas de ruído na comunicação.

Para além do seu papel para os feminismos, como assinala Bonoto (2021), os espaços comunicacionais digitais têm se apresentado como um contraponto em relação ao caráter quase exclusivamente cisheterossexual de outros espaços de socialização. Ela e outros autores

(Naussbaumer, 2012; Daniliauskas, 2016) apontam também como estes espaços têm se mostrado importantes para a sociabilidade e a busca por iguais entre pessoas de identidades dissidentes, principalmente entre jovens e aquelas/es que se encontram distantes de circuitos LGBTQIAPN+ urbanizados, que muitas vezes não tem esta convivência entre pessoas da sua família ou próximas.

Dado este importante papel da internet, uma rede social, o Instagram, foi usada para fazer um mapeamento nacional de organizações e coletivas/os feministas, o que por certo não é um retrato fidedigno do movimento, mas permite observar algumas questões. Além disso, as narrativas das interlocutoras também mostram a dimensão do lugar desta tecnologia, como será retomado no capítulo 2, em relação aos feminismos, e no 3, em relação à diversidade sexual e de gênero, nos quais aparece como uma ferramenta de luta para as interlocutoras mais velhas, mas também como um espaço de descoberta e identificação para algumas das mais jovens, ainda que reconheçam na sua própria experiência alguns vieses algorítmicos.

Voltando ao mapeamento, sem pretensão de dar conta de todos os grupos organizados que se identificam como feministas, que nos últimos anos parecem ter crescido exponencialmente, tentei localizar principalmente dois tipos de grupos: as organizações não governamentais (ONGs), e as/os coletivas/os feministas. Como apontado na seção anterior, as primeiras marcaram a história do movimento no período de redemocratização do país (Pinto, 2003), já as segundas parecem ser o formato mais comum entre as feministas mais jovens, caracterizadas como “organizações fluidas e discursivamente distante das organizações tradicionais” (Perez; Ricoldi, 2019, p. 2).

O levantamento das organizações e coletivas/os feministas se deu em três frentes principais. Primeiro listei todos os grupos feministas que lembrava de ter visto nos últimos anos a partir da minha militância no movimento. Em seguida, acessei as páginas eletrônicas das duas principais redes nacionais do movimento, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), porém, devido à forma como estão organizadas, identifiquei poucos grupos. Desta forma, recorri à página da Associação Brasileira de ONGs (Abong)⁴⁹, na qual identifiquei as organizações de mulheres e feministas. O último movimento foi buscar por coletivas/os feministas em uma rede social. A seguir apresento um pouco do perfil encontrado em cada uma destas etapas, para na sequência fazer um balanço geral de todas

⁴⁹ De acordo com sua página eletrônica, “a Abong – Associação Brasileira de ONGs é uma associação nacional criada em 1991 com o objetivo de fortalecer as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) brasileira que trabalham na defesa e promoção dos direitos e bens comuns”. Disponível em: <https://abong.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

as organizações e coletivas/os encontradas a partir das informações disponíveis nesta rede social.

No caso de grupos que atuam em âmbito nacional, mas tem núcleos locais, incluí no mapeamento apenas o perfil nacional, por exemplo, foi incluído apenas o perfil nacional do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro⁵⁰, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e excluídos seus mais de 30 perfis de núcleo locais.

Cabe esclarecer ainda que, para além de uma escolha política, como o mapeamento foi realizado a partir dos grupos que conhecia pela minha militância, das afiliadas da Abong, ambas no campo político da esquerda brasileira, e por busca de coletivas/os declaradamente feministas em rede social, neste trabalho não há grupos autodenominados de centro ou de direita, nem mesmo de antifeministas.

1.2.1 Pela militância

Sendo alguém que acompanha o movimento de diferentes formas há muitos anos, no período mais recente frequentando principalmente manifestações de rua, seguindo nas redes sociais e fazendo trabalho de campo, comecei listando todos os grupos feministas de que me lembrava. Nesta primeira lista predominaram os grupos nacionais e/ou atuantes na cidade do Rio de Janeiro, por ser meu local de moradia, e entrou todo tipo de agrupamento que eu lembrava se identificar como feminista: ONGs, coletivos/as, redes e articulações, setoriais, secretarias e outras formas de organizações de mulheres dentro sindicatos e partidos.

Desta lista inicial, foram excluídos grupos de mulheres e de gênero dos sindicatos, pois considerando a pluralidade existente, caberia um trabalho específico. Pretendia incluir apenas as centrais sindicais, no entanto, pouco foi encontrado especificamente sobre a organização das mulheres dentro destas centrais. Por exemplo, não consegui localizar um perfil em redes sociais ou uma página específica da CUT Mulher, encontrei apenas um espaço dentro da página eletrônica da CUT Brasil. O único perfil de Instagram identificado foi o Movimento de Mulheres na Luta⁵¹ (MML), vinculado ao CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular)⁵².

Neste primeiro momento, havia também uma ocupação de mulheres, a Casa Almerinda Gama. Ainda que não tenha entrado nos dados aqui analisado, cabe registrar que o Movimento

⁵⁰ Para mais informações, consultar CFCAM BR: <https://www.instagram.com/anamontenegro.br/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

⁵¹ Para mais informações, consultar MML NACIONAL: https://www.instagram.com/mm_nacional/. Acesso em: 20 nov. 2023.

⁵² Para mais informações, consultar CSP-Conlutas: <https://cspconlutas.org.br/historia>. Acesso em: 20 nov. 2023.

de Mulheres Olga Benário⁵³, vinculado ao partido Unidade Popular (UP) pelo Socialismo⁵⁴. Desde 2018, este movimento vem ocupando imóveis abandonados e fazendo deles casas de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos/as, que sobrevivem de doações. De acordo com o jornal do partido, A Verdade, estas ocupações, espalhadas pelo Brasil, são uma forma de denunciar os altos índices de violência contra as mulheres e reivindicar políticas públicas a respeito. Em novembro de 2023, o perfil do movimento divulgava a 16ª ocupação, desta vez em São Bernardo do Campo (SP)⁵⁵.

Optei por excluir desta lista inicial ainda as organizações filiadas à Abong, pois uma vez que estavam na segunda lista também, era mais pertinente analisá-las no contexto das outras organizações com o mesmo perfil. Assim, nesta primeira lista ficaram 59 grupos feministas. Destes, 10 tinha conhecido (e começado a seguir em rede social) recentemente, por meio da programação do evento “Diálogo Mulheres em Movimento por Solidariedade, Justiça e Democracia”, organizado pelo Fundo Elas+⁵⁶, no Rio de Janeiro, em março de 2023.

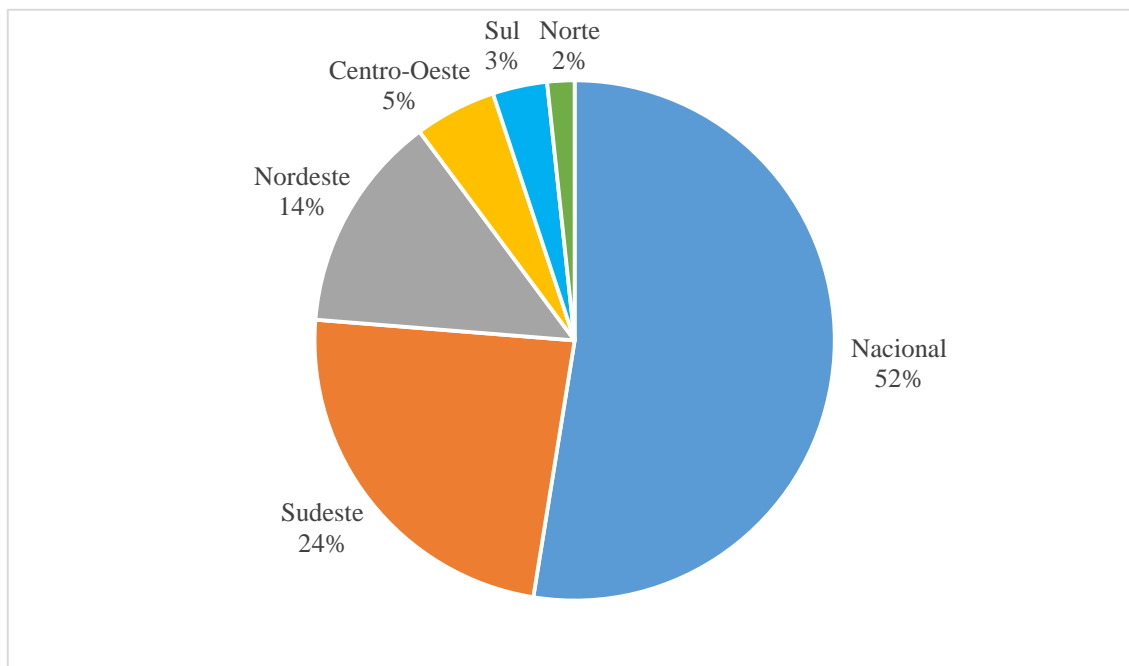
Em termos de distribuição geográfica, pouco mais da metade (31) são redes, articulações, secretarias de partidos de esquerda, frentes e afins que atuam em âmbito nacional. Aqui entram as já mencionadas AMB, MMM, AMNB, mas também articulações lésbicas, frentes nacionais pela legalização do aborto, diferentes redes feministas (de saúde, juristas, antiproibicionistas...), entre outras. Rio de Janeiro e São Paulo foram os mais representados, com 8 e 6 organizações respectivamente, e os outros estados do Sudeste não tiveram nenhum grupo nesta lista. O Nordeste aparece com 8 grupos, 3 no Rio Grande do Norte, 2 na Bahia e em Pernambuco e um em Alagoas. Por fim, foram identificados mais dois grupos do Rio Grande do Sul e nos estados do Pará, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, um grupo em cada.

⁵³ Para mais informações, consultar Movimento Olga Benário Brasil: <https://www.instagram.com/movimentoolga/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁵⁴ Três das interlocutoras desta pesquisa fizeram parte ou estiveram próximas a este Movimento.

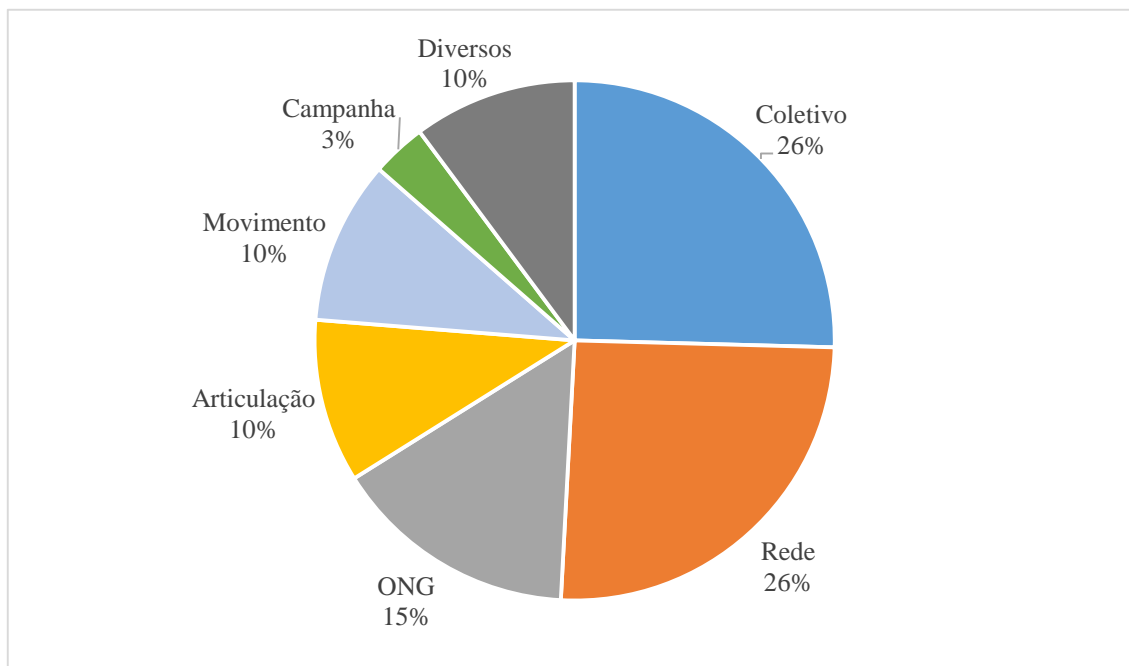
⁵⁵ Disponível em: <https://averdade.org.br/2023/01/as-ocupacoes-do-movimento-de-mulheres-olga-benario-exemplos-de-organizacao-popular/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁵⁶ Como informa sua página eletrônica: “O ELAS+ Doar para Transformar é um fundo de justiça social e ambiental, feminista e antirracista, que há mais de 20 anos investe no fortalecimento de organizações e grupos liderados por mulheres cis, trans e outras transidentidades”. Disponível em: <https://fundosocialelas.org/conheca-o-elas-donar-transformar/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Gráfico 1 - Grupos por distribuição geográfica (militância)

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento de dados entre abril e julho de 2023.

Todos os 59 grupos pareciam atuantes, com postagens em 2023, com exceção de um, cujo última publicação havia sido em 2022 e cinco não faziam qualquer menção a questões de diversidade sexual e de gênero. Partindo da forma como os grupo se autoneameavam, a distribuição ficou da seguinte forma: as redes e coletivos foram os mais recorrentes, com 15 grupos cada; depois vieram as ONGs, com 9; 6 articulações; 5 movimentos, que engloba desde a atuação de um grupo de mulheres dentro de uma central sindical ou partido até o movimentos mais amplos de mulheres negras ou camponesas; 2 campanhas, que apontam um caráter mais temporário, o que muitas vezes era a proposta inicial, mas que acabaram se tornando um grupo permanente; e por fim, uma de cada: bloco de carnaval, cineclube, entidade, nação maracatu, projeto-ação, secretaria e setorial. Apesar desta ser a lista efetivamente mais diversa em termos de formatos, uma vez que não partiu de “descritores”, vale observar que nomes diferentes identificam formas bastante semelhantes. Por exemplo, não foi possível identificar diferenças relevantes entre redes e articulações, uma vez que em ambos os casos se trata de atuação em conjunto em torno de alguma pauta, que pode agregar desde organizações mais consolidadas a feministas autônomas individualmente, como acontece na AMB.

Gráfico 2 - Formato dos grupos (militância)

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento de dados entre abril e julho de 2023.

No que se refere a organização de mulheres nos partidos políticos, cada um deles se nomeia de forma diferente: entidade, secretaria e setorial aparecem uma vez cada, há ainda os movimentos (2) e coletivos (2), mas estes podem indicar também grupos de mulheres vinculadas a uma corrente específica dentro de determinado partido. No total, sete grupos estavam declaradamente vinculados a partidos políticos: 3 ao PSOL e PCB, PCdoB, PT e UP aparecem com um cada. Todos contavam com o perfil nacional e vários perfis locais, que, como informado anteriormente, não foram contabilizados.

1.2.2 Pela Abong

Com a finalidade de mapear grupos mais institucionalizados, meu primeiro movimento foi acessar as páginas eletrônicas da AMB e da MMM, articulações brasileiras que agregam organizações feministas que trabalham com diferentes temas há mais de 20 anos. No entanto, devido às formas de organização local destas articulações, tais como fóruns, redes, comitês e núcleos, não estava disponibilizado um banco de dados ou lista de organizações afiliadas em suas páginas eletrônicas. Assim, recorri à página da Abong, pois sabia que as ONGs de referência nacional das duas articulações feministas, e outras, estavam associadas a ela. A partir de um quadro resumido que a página apresenta com informações básicas sobre cada uma das

238 organizações afiliadas, tais como ano de constituição, missão, âmbito de atuação, público-alvo, temáticas, entre outros, foram identificadas 26 organizações de mulheres.

Destas 26 ONGs, 3 foram fundadas antes de 1979, 19 entre 1980 e 1999 e apenas 4 a partir do ano 2000, o que está de acordo com diferentes autoras que apontam a institucionalização do movimento no período da redemocratização do Brasil (Pinto, 2003; Alvarez, 2014). Quatro das 26 organizações são de mulheres negras: duas fundadas entre 1980 e 1999 (Geledés/SP⁵⁷, em 1988, e Criola/RJ, em 1992) e duas depois deste período, Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA)⁵⁸, em 2000, e Odara (BA)⁵⁹, 2010, o que também está em acordo com a história da organização das mulheres negras dentro feminismo, iniciado nos anos 1980 e que foi se fortalecendo ao longo do tempo (Carneiro, 2003).

Diferente do que acontece com as feministas negras, não há nenhuma organização de lésbicas, bissexuais ou trans filiada à Abong. Uma das interlocutoras, que faz parte da AMB, também mencionou na entrevista que não há nenhuma organização ou coletivo com este perfil na articulação.

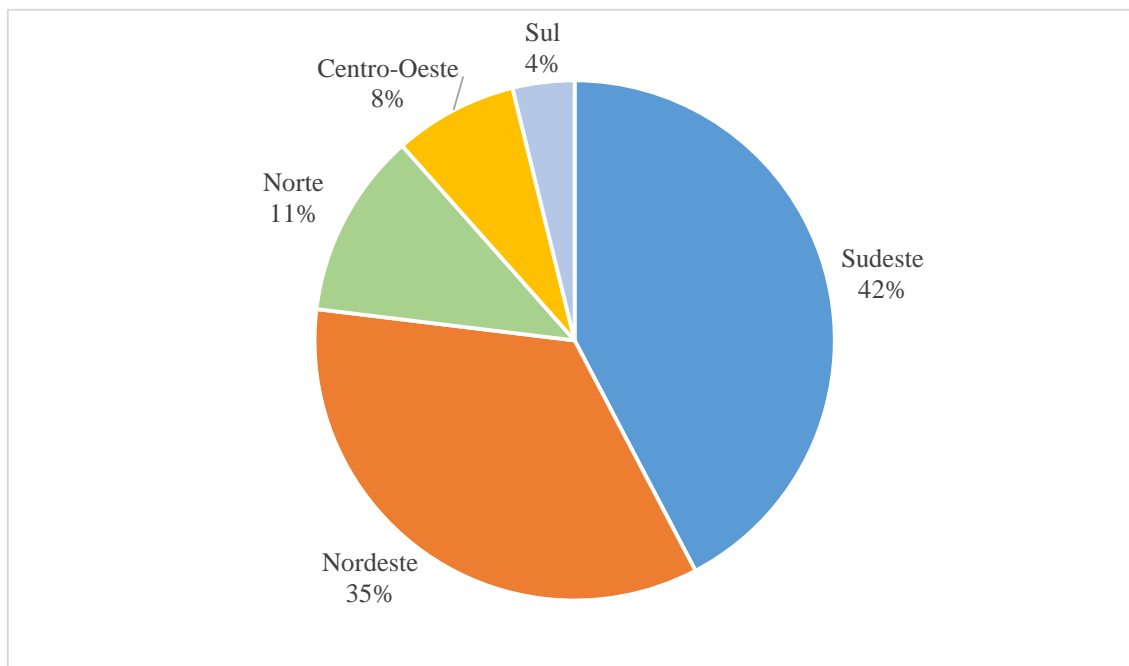
No que se refere a distribuição geográfica (Gráfico 3), Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo se destacam com 7, 6 e 5 organizações, respectivamente. Distrito Federal e Pará têm duas organizações cada e os estados Amapá, Bahia, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul contam com apenas uma organização feminista associada à Abong.

⁵⁷ Para mais informações, consultar Portal Geledés: <https://www.instagram.com/portageledes/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

⁵⁸ Para mais informações, consultar Imena Amapá: https://www.instagram.com/imena_ap/. Acesso em: 13 dez. 2023.

⁵⁹ Para mais informações, consultar Odara Instituto da Mulher Negra: <https://www.instagram.com/odarainstituto/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

Gráfico 3 - ONGs por distribuição geográfica (ONGs filiadas à Abong)



Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento de dados entre abril e julho de 2023.

Considerando que duas organizações tinham informações incompletas no quadro informativo, portanto, não foi possível analisar sua atuação sobre o tema, pouco mais da metade (13) faziam alguma referência a questões de diversidade sexual. A maior parte delas mencionava que tinha como um dos seus públicos-alvo lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais ou mencionava na missão ou entre as temáticas de atuação enfrentar a discriminação sexual, LGBTfobia ou suas variantes. No entanto, nenhuma indicava ter atuação prioritária com lésbicas, bissexuais ou pessoas trans.

A este respeito, é importante lembrar que a organização em torno da bissexualidade data do início dos anos 2000 e segue pouco expressiva. As organizações de pessoas trans começam a surgir ao longo dos anos 1990, tendo com marco criação da Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL), em 1992, no Rio de Janeiro, reconhecida como a primeira organização política deste segmento (Carvalho; Carrara, 2013). Já no que se refere às lésbicas, segundo Almeida e Heilborn (2008), entre os inícios das décadas de 1980 e 1990 houve esforços para afirmar esta identidade dentro do que então era chamado de movimento homossexual brasileiro (MHB), de organizações feministas e do movimento negro. Contudo, foi a partir da segunda metade da década de 1990, que grupos exclusivamente lésbicos se adensaram, fortalecendo assim a participação das lésbicas em grupos mistos e o surgimento de novas lideranças e grupos, especialmente ONGs.

Este último dado dialoga com reflexões de Soares e Costa (2012), já indicadas na Introdução, sobre como, ainda que ser contra a lesbofobia estivesse presente nos discursos de diferentes movimentos feministas, apenas recentemente passou a ser assumido efetivamente por parte deles. Por muito tempo, praticamente só as militantes que se identificavam publicamente como lésbicas realmente assumiam a pauta, como também foi apontado em entrevista exploratória.

Nesta entrevista, a interlocutora relata que quando começou a participar do movimento feminista, no início dos anos 2000, havia feministas que se relacionavam com mulheres, mas que esta dimensão da sexualidade não fazia parte do debate público e da militância delas, dado que aparece também nas entrevistas e será abordado mais detidamente na seção 4.3. Aponta ainda que havia até um afastamento entre as “feministas raiz” e as feministas lésbicas, que quando estas se relacionavam com aquelas tinham que deixar claro que não as estavam “cantando” e que a situação era ainda mais delicada quando a lésbica tinha uma aparência “dita mais masculinizada”. Segundo a interlocutora, ao discutir sobre direitos sexuais e reprodutivos, a dimensão da orientação sexual “sumia” e havia apenas uma fala do tipo “temos que respeitar”. Na sua percepção, este cenário mudou, “primeiro porque hoje tem um monte de feminista que é lésbica ou bissexual”, mas ainda não é o ideal, pois observa que ainda há uma invisibilidade das lésbicas no movimento.

Masson (2007) descreve uma situação que, apesar de ter se passado em Mendoza, na Argentina, dialoga com a observado pela interlocutora. Conta que, no ato de abertura do Encontro Nacional de Mulheres de 2004, as lésbicas feministas carregavam um grande cartaz em que dizia: “Nós, lésbicas, já não brincamos de esconde-esconde, brincamos de ‘queimado’” e, debaixo deste cartaz, jogavam uma bola grande onde estava escrito “Cuidado que te toca a mancha lésbica”. Esta bola era passada entre elas e de vez em quando passavam para outras mulheres, o que por vezes produzia grande incômodo, com reações que passavam por não querer tocar na bola, devolvê-la com gesto de aversão e participar do jogo sem se mostrar ofendidas.

Segundo a autora, esta atividade foi resultado de extensos debates de grupos de lésbicas feministas, que avaliam que há uma “invisibilidade lésbica” e buscam criar formas de questionar o que chamam de “a norma da heterossexualidade obrigatória”. Por outro lado, ainda no contexto do ato, Masson (2007, p. 227) conta que escutou uma senhora de uns 50 anos falar: “Como avançamos! Há alguns anos atrás era impensável que todas as feministas caminhassem debaixo da bandeira das lésbicas. Às vezes não se nota, mas avançamos muito”. Como veremos

último capítulo, boa parte das interlocutoras para esta pesquisa concorda que houve avanços, embora também afirmem que a questão não está resolvida.

1.2.3 Por uma rede social

Na etapa seguinte, realizei uma busca no Instagram⁶⁰, por ser uma das redes sociais mais usadas no país e por entender que, sendo mais recente, já faria um filtro de grupos que ainda têm perfil disponível *online*, mas não existem mais, como tenderia a acontecer no Facebook, que tem perfis mais antigos.

De acordo com dados publicados pela página eletrônica Gente⁶¹, do Grupo Globo, o Instagram é a rede social preferida das/os brasileiras/os, com 20% da preferência, ficando atrás apenas do WhatsApp, que teve uma marca de 32%. O Youtube ficou em terceiro lugar, com 17% e o Facebook em quarto, com 11%. De acordo com os dados, de 2022, o Instagram chega a ter 23% da preferência das gerações Y e Z⁶², enquanto na geração X tem 15% e entre as/as Baby Boomers empata com o Facebook, ambos com 13%. Enquanto o WhatsApp é considerado essencial, o Instagram é considerado divertido e o Facebook tradicional.

Como descritores de busca no Instagram, usei “coletiva” e “coletivo feminista”. Excluí neste momento candidaturas políticas coletivas e coletivas profissionais⁶³ (a menos que informasse em seu título que era uma coletiva feminista). Desta forma, cheguei a 76 coletivas e coletivos feministas, em 8 não foi possível identificar o estado de origem e as postagens tinham âmbito nacional. Dentre os 68 casos em que o estado era identificável, o Sudeste totalizava 45 grupos, destes 24 eram do Rio de Janeiro⁶⁴ e 16 de São Paulo; o Nordeste teve 10 grupos, com destaque para a Bahia com metade deles; Sul teve 5 grupos e Centro-Oeste e Norte tiveram 4 cada um (Gráfico 4).

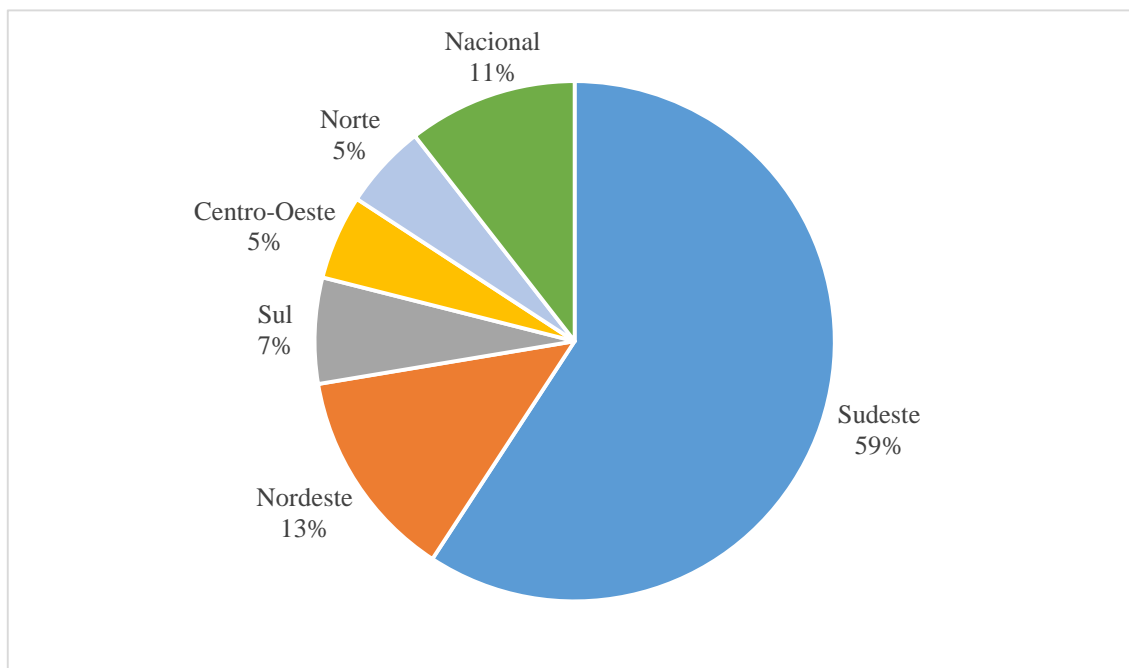
⁶⁰ O Instagram, lançado em 2010 nos Estados Unidos, é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como Facebook, Twitter, Tumblr e Flickr. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Instagram>. Acesso em: 14 dez. 2023.

⁶¹ Para mais informações, consultar Globo Gente: <https://gente.globo.com/infografico-o-brasileiro-ama-redes-sociais/>. Acesso em: 03 fev. 2024.

⁶² Nesta classificação geracional, frequentemente utilizada por meios de comunicação e pesquisas de mercado, Baby Boomers seriam as pessoas nascidas entre 1945 e 1960, a geração X aquelas nascidas entre 1960 e 1980, Y entre 1980 e 2000 e Z entre 2000 e 2020. Para mais informações, consultar Segmento: <https://www.segmentopesquisas.com.br/blog/2019/5/24/as-geracoes-e-suas-caracteristicas>. Acesso em: 30 jan. 2025.

⁶³ Só de doulas havia mais de 10 coletivas.

⁶⁴ É possível que meu local de moradia tenha influenciado na busca realizada pelo algoritmo do aplicativo. Entre outros vieses, um provável para as buscas realizadas é a quantidade de seguidoras/es, que tende a ser maior em estados mais populosos.

Gráfico 4 - Coletivas/os por distribuição geográfica

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento de dados entre abril e julho de 2023.

Entre as/os 76 coletivas/os mapeados desta forma, 29 estavam dentro de instituições de ensino: 22 universidades, 4 escolas e 3 institutos federais. Em boa parte deles é possível verificar que a/o coletiva/o se formou a partir da percepção de alguma lacuna na forma como a instituição de ensino lidou, ou não, com alguma questão de gênero, sendo muitas vezes em resposta a alguma situação de violência ou opressão sofrida, movimento identificado também por Perez e Ricoldi (2019) e por Lima (2020), que indica que este tipo de reação também acontece se tratando de questões de raça e sexualidade.

Outros 20 grupos foram classificados como de atuação local, por bairro, cidade ou região próxima, e 9 apresentaram um perfil de organização mais estruturada, com desenvolvimento de projetos sociais, por exemplo. Além dos 7 grupos em que não foi identificado um perfil mais específico, houve coletivos organizados por expressão artística (5), categoria profissional (2), partido (2), religião (1) e deficiência (1).

Neste conjunto de 76 grupos, 12 não faziam qualquer referência mais explícita a diversidade sexual, dois grupos se declaravam textualmente como de feministas radicais. Um se identificava como de “travestigêneres”, 3 como lésbicos, outros 3 se diziam de lésbicas e bissexuais e um de LBTs (lésbicas, bissexuais e transexuais), totalizando 8 grupos.

Apesar de ser de conhecimento público as manipulações possíveis no número de seguidores neste tipo de rede social, faz-se relevante observar que, dos perfis de coletivas e

coletivos feministas localizados pelo Instagram, o que tem maior número de seguidores/as é o Sangra Coletiva⁶⁵ com mais de 18 mil seguidores (abril/ 2023). Este tem como foto do perfil um útero desenhado à mão em cor de sangue, na parte destinada à biografia informa “Sobreviventes sangram. Sobreviventes se curam juntas. São Paulo – SP” e suas publicações se referem exclusivamente à revogação da Lei de Alienação Parental (LAP) e ao enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Em seguida tem o perfil do Coletivo Feminista Unigranrio Por Elas⁶⁶, com mais de 16 mil seguidores, mais três perfis têm entre 5 e 10 mil seguidores, 11 perfis com entre 2 e 5 mil seguidores e 60 perfis têm menos de 2 mil seguidores.

Nesta etapa realizada por rede social, destaca-se a concentração ainda maior de grupos no Sudeste e, mais especificamente, no eixo Rio-São Paulo, onde estão mais da metade deles. Também é interessante notar a grande quantidade de coletivas/os que atuam em instituições de ensino, principalmente universidades, em acordo com o identificado por outras autoras. Por fim, apenas nesta etapa foram identificados grupos de feministas radicais, dois assumem esta posição textualmente, mas outros, como o Sangra, parecem também apontar nesta direção.

1.2.4 Tudo junto e misturado

Apesar dos paradoxos em relação ao uso da internet já abordados na Introdução, mas também considerando o papel pronunciado desta para o campo dos feminismos e da ação política contemporânea, foi feita a escolha de fazer o levantamento de dados para este mapeamento a partir das informações disponibilizadas nos perfis de Instagram dos grupos identificados etapas anteriores. Assim, na última etapa, juntei as três listas - grupos que conhecia da militância, organizações de mulheres associada à Abong, coletivas/os feministas levantadas via rede social - em uma única tabela.

A partir do perfil de Instagram dos grupos mapeei, sempre que possível, 1) o estado e/ou área de atuação; 2) o principal tema de atuação associado ao feminismo em geral; 3) se estava vinculada a algum tipo de instituição ou organização maior, tais como partido, instituição de ensino, entre outros; 4) que tipo de formato tinha: coletivo/a, rede/articulação, ONG, setorial/secretaria...; 5) ano de fundação, o que muitas vezes não foi possível identificar; 6) ano de entrada no Instagram; 7) ano da última publicação no Instagram; 8) número de publicações no *feed*; 9) número de seguidoras/es; 10) o endereço no Instagram (@); 11) a existência de

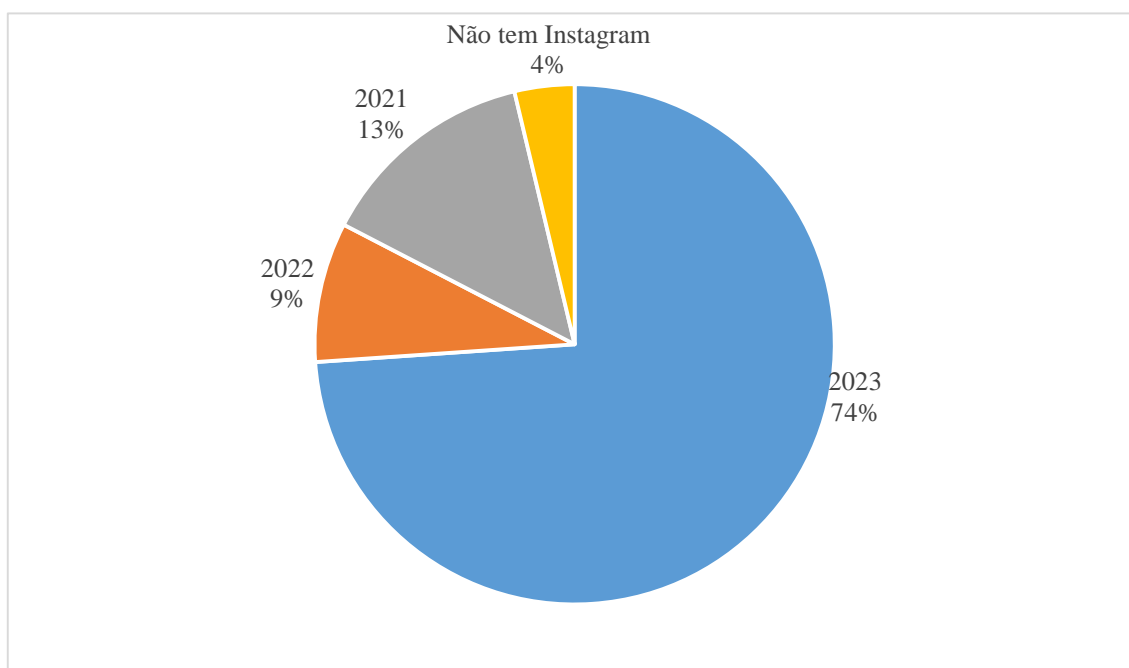
⁶⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/sangracoletiva/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

⁶⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/coletivo_porelas/. Acesso em: 09 jun. 2023.

alguma menção a diversidade sexual ou de gênero identificável na página de apresentação do perfil.

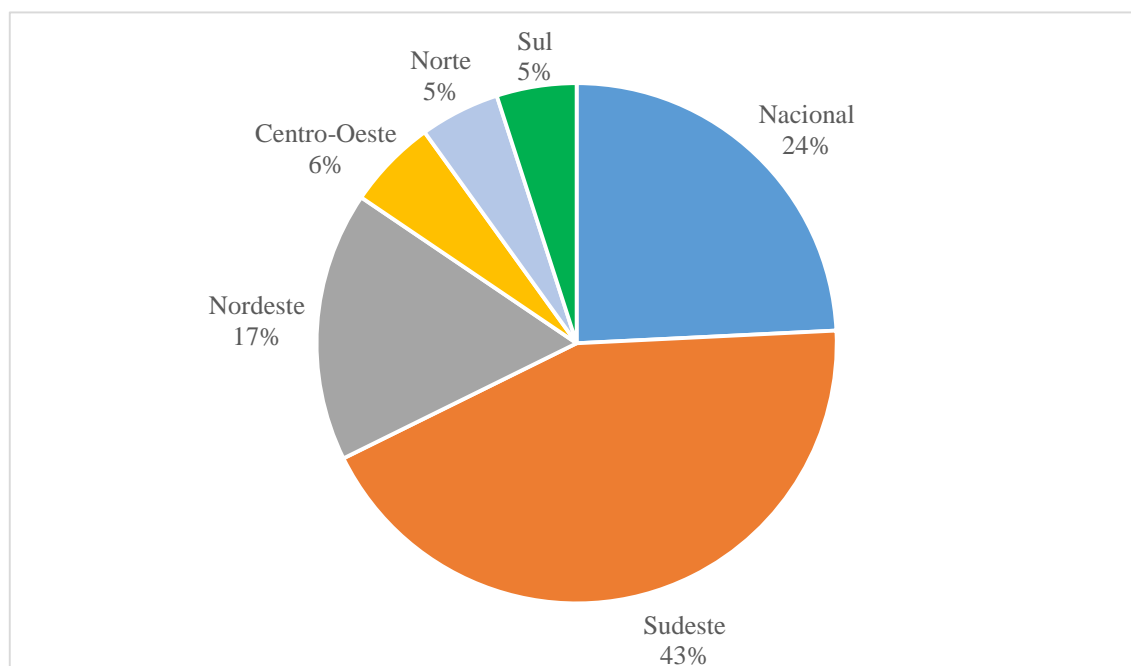
Seis organizações vinculadas à Abong não tinham Instagram, então nos limitamos aos dados oferecidos na página da Abong. Uma delas, a Sempreviva Organização Feminista (SOF), é a principal articuladora da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil e tem Facebook com publicações em 2023, quando o levantamento foi realizado, as demais pareciam não estar mais atuando ou não aderiram às redes sociais. Dos 155 grupos com perfil no Instagram, 119 tinham publicações em 2023, 14 postaram pela última vez em 2022 e 22 deles não tiveram publicações nestes dois anos.

Gráfico 5 - Ano da última publicação (geral)



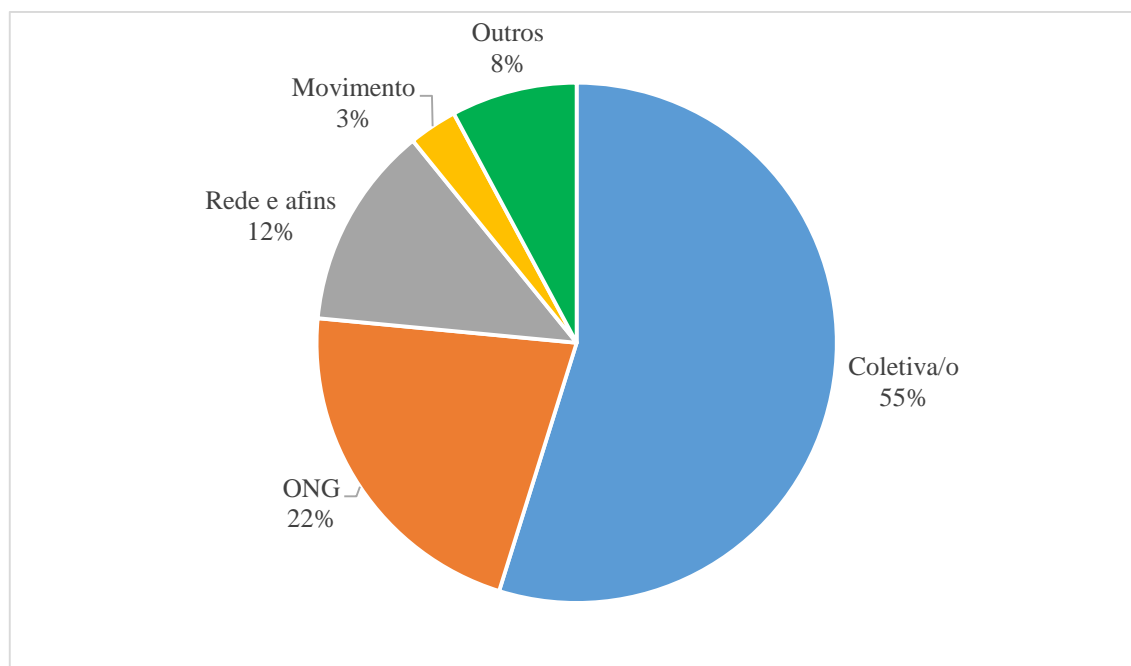
Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento de dados entre abril e julho de 2023.

Dos 161 grupos mapeados neste levantamento, em 39 não foi possível identificar a localidade de origem, não estava informado e os posts tinham abrangência nacional. Quase metade destes grupos (70) encontra-se na Região Sudeste, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, com 38 e 27 grupos, respectivamente, o que somados significa 40% do total pesquisado. Em seguida, vem a Região Nordeste, com 27 grupos, sendo 10 de Pernambuco e 8 da Bahia. A Região Centro-Oeste conta com 9 destes grupos e as regiões Norte e Sul contam com 8 cada. Oito estados não têm nenhum dos grupos mapeados: Ceará, Maranhão, Piauí, Sergipe, Acre, Roraima, Tocantins e Paraná.

Gráfico 6 - Distribuição geográfica (geral)

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento de dados entre abril e julho de 2023.

Classificando os grupos pelo formato que têm (Gráfico 7), foram identificados 91 coletivas e coletivos feministas, 36 ONGs ou ações com desenvolvimento de projetos sociais, 21 redes, articulações e frentes, 5 movimentos. Os demais estavam dispersos em formatos com apenas uma menção, principalmente grupos culturais ou ligados a partidos. Outra questão a ser esclarecida é que muitos dos grupos fazem parte também das redes e afins aqui mapeados, em alguns casos com bastante protagonismo, por exemplo, SOS Corpo e SOF são as principais articuladoras nacionais da AMB e da MMM, respectivamente.

Gráfico 7 - Formato dos grupos (geral)

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento de dados entre abril e julho de 2023.

É interessante notar também que grupos com perfis bastante parecidos se denominavam de formas bastante diferentes. Por exemplo, como foi mencionado na seção 1.2.1, entre os grupos vinculados a partidos foram encontrados coletivos, movimentos, secretaria, setorial, entidade. Isso reflete uma conhecida estratégia dos partidos para se relacionar com movimentos sociais e outros atores sociais. Como aponta Mônica Pereira (2009) em dissertação sobre a comunicação política do PCdoB, por meio das entidades, o partido pretende se aproximar dos movimentos sociais e “das massas”. Assim, no caso do partido estudado há uma entidade para cada temática: União Brasileira de Mulheres (UBM), que está entre os grupos mapeados, a União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO) e a Corrente Sindical Classista (CSC), fundadas em 1988, e a União da Juventude Socialista (UJS), de 1984. A estas organizações, podemos juntar a União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (UNALGBT), fundada em 2015.

No período em que foi realizado o levantamento, entre abril e julho de 2023, o número de publicações (*posts*) dos grupos pesquisados que estavam no Instagram variava de 7 a 7642, sendo que 41 perfis tinham até cem publicações, 68 tinham entre 101 e 500 publicações, e 46 tinham mais de 501 publicações. Ou seja:

Tabela 2 - Número de publicações e grupos (geral)

Nº de publicações	Nº de grupos	Em %
Até 100	41	25,5%
De 101 a 500	68	42,2%
Acima de 500	46	28,6%
Sem rede social	6	3,7%
Total	161	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento de dados entre abril e julho de 2023.

O perfil com mais publicações era o Mulheres do PT, com 7642, seguida da ONG Cepia⁶⁷ com 3319, outras cinco instituições tinham entre 2000 e 3000 publicações: Coletivo Juntas⁶⁸, do PSOL (2708); CAMTRA (2677); Odara – Instituto da Mulher Negra (2183); Mulheres do PSOL (2110); e Centro de Mulheres do Cabo (2089)⁶⁹. Todas com mais de 2000 publicações, entrada no Instagram entre 2017 e 2019 e são ONGs (associadas à Abong) ou vinculadas a partidos.

No entanto, o número de publicação não necessariamente implica em mais alcance. Geledés – Instituto da Mulher Negra, que tinha 1567 publicações, é o perfil com mais seguidoras/es, com 146 mil; em segundo, vinha a ONG de comunicação Think Olga com 96,2 mil seguidoras/es e apenas 822 publicações; seguido das Mulheres do PT, com 61,6 mil. Em balanço geral, 58 grupos tinham entre 164-1000 seguidoras/es, outros 28 tinham entre 1000-2000, 27 entre 2001-5000, 17 entre 5001-10000, 25 acima de 10000.

⁶⁷ Para mais informações, consultar Cepia: <https://www.instagram.com/cepiacidadania/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

⁶⁸ Para mais informações, consultar Juntas!: <https://instagram.com/coletivojuntas/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

⁶⁹ Para mais informações, consultar Centro das Mulheres do Cabo: <https://www.instagram.com/centro.das.mulheres/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

Tabela 3 - Número de seguidoras e grupos (geral)

Nº de seguidoras	Nº de grupos	Em %
Até 1000	58	36,0%
De 1001 a 2000	28	17,4%
De 2001 a 5000	27	16,8%
De 5001 a 10000	17	10,6%
Acima de 10000	25	15,5%
Sem rede social	6	3,7%
Total	161	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de levantamento de dados entre abril e julho de 2023.

Aqui vale explicitar que tanto Geledés como Think Olga têm investido de forma consistente em estratégias de comunicação. Geledés foi a primeira organização negra a ter uma página eletrônica, em 1997, que foi transformada em um portal em 2009, onde abrigaria todas as frentes de atuação institucional, pois desde o ano anterior havia o risco de ter que fechar dada a conjuntura nacional. A partir de então, a proposta se tornou criar uma espécie de banco de dados de “escritos negros” sobre questões raciais e de gênero, em que se tornou referência⁷⁰. Já Think Olga é uma ONG de inovação social, nascida em 2013, que tem a comunicação, junto com a tecnologia e estratégias de educação, como principal ferramenta para impactar positivamente a vida das mulheres⁷¹, tendo produzido campanhas contra o assédio sexual de grande repercussão em redes sociais, tais como Chega de Fiu Fiu e #Primeiro Assédio.

Em 66 grupos não foi identificada nenhuma temática prioritária articulada aos feminismos, 15 se identificavam como de mulheres negras, 12 eram marcados por uma forte atuação local (bairro, cidade ou região próxima), outros temas recorrentes foram violência, aborto, saúde, justiça, comunicação e tecnologia, também apareceram pontualmente questões como arte e cultura, religião, política partidária, imigração, mulheres com deficiência. Alguns grupos articulavam mais de um tema ao feminista, nestes casos, tentei identificar qual era o prioritário.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/do-inicio-ao-reconhecimento-a-trajetoria-do-portal-geledes/>. Acesso em: 14 dez. 2023.

⁷¹ Disponível em: <https://thinkolga.com/quem-somos/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Apesar da diversidade temática encontrada entre os grupos, a partir das recentes experiências acompanhando ações dos movimentos feministas em Bogotá e no 15º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenhos (15º EFLAC) e sendo gorda (sem militância a respeito), me chama a atenção a falta de coletivos que tratem diretamente sobre este tema no mapeamento. Uma das interlocutoras, ao mencionar sua dificuldade em se sentir representada pelo movimento feminista organizado, coloca ser gorda entre as características que carrega e que dificultam sua identificação com o movimento.

No EFLAC esta questão estava presente inclusive nas atividades culturais e na declaração final do encontro, que diz:

“Sobrevivemos às violências estruturais, a um sistema de crueldade patriarcal que busca por nos invisibilizar, nos censurar, nos patologizar e até nos esterilizar. Somos pessoas trans, não binárias, gênero fluidas, intersex, *queer*, lésbicas, bissexuais, pansexuais e agêneros, mulheres com deficiência, indígenas, negras, mulheres vivendo com HIV, **gordas**, monstros, bruxas e loucas. Nos move a urgência de entrelaçar reflexões do urbano ao rural e de construir um compromisso político que retome o sentir-pensar diverso diante da crise do tecido da vida”. (Declaração do 15º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenhos: Diante da crise do tecido da vida: unidas, unides, resistindo e avançando⁷², grifo nosso.)

A partir desta observação, em novembro de 2023, fiz uma busca específica no Instagram, com o descritor “coletivo gorda”. Apareceram 3 resultados: Coletivo de Mulheres Gordas⁷³ e Coletivo GordaSim⁷⁴, que não fazem menção ao feminismo em sua biografia e nem aparece de forma evidente passando pelas suas publicações; e o Coletivo Covil das Gordas⁷⁵, que em sua biografia diz: “Representatividade gorda, LGBTQIAAP, feminismo, anticapitalismo, ativismo, body positive, política e cultura”, mas não tem nenhuma publicação e apenas 41 seguidores⁷⁶.

Voltando aos dados do mapeamento, 6 grupos se identificavam como de lésbicas e bissexuais, 5 como de lésbicas, 3 como de LBTs e 2 como de trans, totalizando 16 grupos que têm feminismo e diversidade sexual e de gênero como atuação prioritária, o que em termos percentuais significa 10% do mapeamento, mas que corresponde a quase 17% dos grupos que tem uma temática específica articulada ao feminismo. Em 129 dos grupos (80%) foi possível

⁷² Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eDysOd8R2ohljGyT6rzqp7QBAQ-Rj7IE/view>. Acesso em: 11 dez. 2023.

⁷³ Para mais informações, consultar Coletivo de Mulheres Gordas: <https://www.instagram.com/polegordas/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁷⁴ Para mais informações, consultar Coletivo GordaSim: <https://www.instagram.com/coletivogordasim/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/covildasgordas/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁷⁶ Como esta busca foi feita em um momento posterior ao mapeamento, estes grupos não foram incluídos nos dados aqui analisados.

identificar alguma menção a diversidade sexual e de gênero passando pelo seu perfil no Instagram e/ou pelo quadro informativo da página da Abong, em 30 deles não foi localizada qualquer menção a respeito e em 2 não foi possível observar, pois duas ONGs que não disponibilizavam maiores informações na página da Abong e não tinham perfil na rede social.

1.2.5 E a diversidade sexual e de gênero?

Apesar deste mapeamento estar longe de se pretender um retrato fiel dos movimentos feministas brasileiros em 2023, estes dois últimos dados, ou seja, 80% dos grupos fazem menção a diversidade sexual e gênero e que 10% dos grupos têm esta como uma pauta prioritária articulada ao feminismo, dão uma dimensão do quanto o tema cresceu e ganhou espaços próprios dentro do feminismo. Aqui é interessante lembrar que nenhuma organização de mulheres da Abong, que em sua maioria foram fundadas antes do ano 2000, indicava questões relacionadas a diversidade sexual e de gênero como temática prioritária ou fazendo parte do seu nome, como acontece com as organizações de mulheres negras. Cabe explicitar ainda que, embora muitas organizações feministas sempre tenham trabalhado com direitos sexuais e reprodutivos, as pautas das mulheres lésbicas e bissexuais eram frequentemente invisibilizadas, como apontamos anteriormente.

Para além das questões específicas do feminismo, estes dados refletem a forma incisiva como questões e discursos em relação à população LGBTQIAPN+ têm ocupado a cena pública. O movimento cresceu exponencialmente, saindo do “gueto” vivido nos anos 1970 e 1980, e passando à afirmação do “orgulho” nos anos 1990, com artistas assumindo sua sexualidade e mais personagens homossexuais na dramaturgia, inclusive em telenovelas, mesmo que por vezes ainda de maneira caricata. (Facchini e França, 2009). Este crescimento fica evidente na dimensão que as paradas anuais do Orgulho LGBTQIAPN+ que hoje acontecem mais de 250 cidades do Brasil e mais de 500 ações anuais de visibilidade, incluindo todas as capitais do país, conforme informe a página eletrônica da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)⁷⁷.

Em termos de políticas públicas, no âmbito federal há um deslocamento de ações voltadas para a prevenção do HIV/AIDS, nos anos 1990, para iniciativas dos governos petistas, nos anos 2000, como: Brasil Sem Homofobia (programa de combate à violência e à

⁷⁷ A página informa ainda que a Associação, que foi fundada em 1995 com menos de 40 grupos LGBT, hoje conta com mais de 300 afiliadas em todo o Brasil. Para mais informações, consultar ABGLT: <https://www.abgl.org/historia>. Acesso em: 31 jan. 2024.

discriminação contra GLBT, de 2004), Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNDCDH/ LGBT, de 2009) e Sistema Nacional de Promoção de Direitos e enfrentamento à violência contra LGBT (2013). Entre as conquistas mais recentes, está a decisão do Superior Tribunal Federal (STF) que equipara a LGBTQIAPN+fobia aos crimes de racismo e intolerância, em 2019. Houve também uma apropriação pelo mercado e maior visibilização nos meios de comunicação de bandeiras associadas ao movimento, especialmente o arco-íris (França, 2012). Por outro lado, no Governo Bolsonaro houve um ataque direto a este segmento, marcado não só por discursos LGBTIfóbicos, que legitimavam todo tipo de violência⁷⁸, como também o desmonte das políticas dos governos anteriores, cortes orçamentários para a pauta, entre outros (Silva, 2021).

Fato é que, mesmo que ainda haja uma presunção da heterossexualidade (Ahmed, 2021) e que os dados sobre LGBTQIAPN+fobia ainda sejam alarmantes, de diferentes maneiras, com posições a favor ou contra, a diversidade sexual e de gênero está em pauta nos mais variados setores da sociedade brasileira: na política, no mercado, nos meios de comunicação, nas igrejas, nas instituições de ensino, entre outros. Neste contexto, se faz interessante pensar como este processo pode estar impactando as novas gerações, especialmente à luz das discussões apresentadas na Introdução. Isto é, considerando que a linguagem não é apenas reflexo de um pensamento ou experiência, que os discursos também dão forma àquilo a que se referem e estão estreitamente relacionados com o poder, estes são fundamentais também para entender como as emoções são constituídas.

Assim, tendo em vista que as gerações mais jovens já estão crescendo em um contexto em que estas questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero estão cada vez mais saindo do âmbito privado e ganhando rostos, discursos e políticas públicas, talvez em alguns casos já se possa falar, ou será possível em breve, em “nativas/os LGBTQIAPN+”, estabelecendo uma analogia com a ideia de nativas/os digitais. Ou seja, crianças que vivem em contextos próximos em que a diversidade sexual e de gênero seja visível e respeitada e desta forma possam viver o seu processo de descoberta da sexualidade com mais liberdade e possibilidades do que seus pais e mães tiveram, como indicam relatos de duas interlocutoras na seção 4.4.

Segundo Patrícia Coelho (Coelho; Costa; Mattar Neto, 2018), o termo nativo digital foi cunhado por Marc Prensky, em *‘Digital natives, digital immigrants’* e se refere àqueles que cresceram cercados pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs), principalmente as

⁷⁸ O Brasil é considerado o país onde mais pessoas LGBTI+ são assassinadas, uma a cada 32 horas, de acordo com dados do Grupo Gay da Bahia (GGB). Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>. Acesso em: 18 dez. 23.

digitais, desta forma, seus sistemas nervoso, articulatório e sinestésico se desenvolvem alinhados às demandas e necessidades do universo digital. Os imigrantes digitais, por sua vez, tiveram acesso tardio às tecnologias digitais, precisando frequentemente de um processo de adaptação, que pode variar de acordo com a vontade e ritmo de aprendizagem. Para Prensky:

O ‘sotaque do imigrante digital’ pode ser visto em coisas como recorrer a Internet para buscar informação em segundo lugar, e não em um primeiro momento, ou em ler o manual de um programa ao invés de assumir que o próprio programa vai nos ensinar a usá-lo. As pessoas mais velhas se socializaram de uma forma diferente da de seus filhos, e estão em processo de aprendizagem de uma nova língua⁷⁹ (Prensky, 2001, p. 2, *apud* Coelho; Costa; Mattar Neto, 2018, p. 1082).

No entanto, como esclarecem os autores, não se trata de dois grupos dicotômicos, pois diferentes grupos geracionais convivem em um mesmo espaço-tempo. Além disso, concluem que tanto nativos como imigrantes dispõem de “possibilidades semelhantes de relacionamento sensível e inteligível com o saber digital, ou seja, de forma geral, o sujeito, ao interagir com e na cultura digital, estabelece envolvimento não somente cognitivo, mas também afetivo” (Coelho; Costa; Mattar Neto, 2018, p. 1091).

Embora também haja uma reação conservadora entre as novas gerações, com práticas LGBTQIAPN+fóbicas, dispostas a defender a família tradicional e, muitos casos, a moral cristã (Weller; Bassalo, 2020), é interessante pensar na possibilidade de mudança nos costumes e na moralidade, como aconteceu com o divórcio e tantas outras questões. Neste sentido, é possível pensar em como o fato das novas gerações crescerem uma sociedade em que discussões sobre diversidade sexual e de gênero estão públicas e acessíveis podem impactar suas experiências subjetivas neste campo, inclusive permitindo uma ampliação do campo de possibilidades (Velho, 2003) das/os mais jovens no que se refere a estas questões. Da mesma forma, cabe verificar como fica o “sotaque do imigrante LGBTQIAPN+” ao lidar com estas mudanças, isto é, se e como estes processos impactam as mesmas experiências para as/os mais velhas/os.

⁷⁹ No entanto, como apontam os autores, não se trata de dois grupos dicotômicos, pois diferentes grupos geracionais convivem em um mesmo espaço-tempo. Além disso, concluem que tanto nativos como imigrantes dispõem de “possibilidades semelhantes de relacionamento sensível e inteligível com o saber digital, ou seja, de forma geral, o sujeito, ao interagir com e na cultura digital, estabelece envolvimento não somente cognitivo, mas também afetivo” (Coelho; Costa; Mattar Neto, 2018, p. 1091).

2 SER FEMINISTA É...

El feminismo te ayuda a entender que algo no está bien; reconocer que algo no está bien es reconocer que no eras tú la equivocada.

Hacerse feminista: como redescubrimos el mundo en el que estamos. Comenzamos a identificar que lo que pasa a mí, les pasa a otras. Comenzamos a identificar patrones y regularidades. (Ahmed, 2021, p. 65)

Considerando que a proposta deste trabalho é entender a relação entre feminismo e as relações afetivo sexuais entre mulheres, faz-se relevante compreender os caminhos e sentidos da autoidentificação como feminista para as interlocutoras. Assim, este capítulo está dedicado a apresentá-las, conhecer como elas se aproximam do movimento, entender o que significa para elas serem feministas e os impactos deste processo nas suas vidas pessoais. Tendo em conta que as interlocutoras têm entre 18 e 81 anos, contar estas histórias é, em alguma medida, rever aspectos da história recente do movimento feminista carioca e brasileiro. Desta forma, elas serão apresentadas de acordo com o período histórico em que se aproximaram dos feminismos, isto é, começando por aquelas que se engajaram nos anos 1970 e terminando por aquelas que passaram a se identificar como feministas nos anos 2020.

Apesar de reconhecer identidade como um conceito problemático, Stuart Hall (2014) aponta que ainda não apareceu um termo melhor, restando então a necessidade de reconstruí-lo. Para o autor, este conceito é estratégico e posicional, assinalando que não há um núcleo estável do eu, que permanece sempre o mesmo, pelo contrário, dado que está em constante processo de mudança e transformação. Cada vez mais fragmentadas e fraturadas na modernidade tardia, as identidades são multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou antagonizar. Apesar de surgir de narrativas do eu, sua natureza necessariamente ficcional não diminui sua eficácia discursiva, material ou política.

De acordo com Hall, a unidade, a homogeneidade interna que o termo “identidade” tem como fundacional não é natural, mas sim uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que falta. Ele retoma Laclau ao destacar que a constituição de uma identidade social é um ato de poder, uma vez que a identidade consegue se afirmar apenas por meio da repressão do que a ameaça, assim, as unidades que as identidades anunciam são construídas dentro de um jogo de poder e da exclusão. Portanto, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela, por meio da relação com o Outro, com aquilo que falta.

Essas reflexões dialogam com Avtar Brah (2006) ao pensar diferença como identidade, compreendida pela autora como uma multiplicidade relacional em constante mudança. Esta

dimensão relacional permite que ao ser acionada dentro de um processo político, a diferença possa se dar por meio da reivindicação de uma identidade coletiva específica, “criada” a partir de um processo no qual experiências em comum relativas à diferenciação (de raça, gênero ou classe, por exemplo) ganham significados particulares, destacando assim alguns de seus traços, em detrimento de outros, sem que isso apague as heterogeneidades ou desigualdades internas. Para a autora, a diferença pode articular diferentes conjuntos de identidades culturais ou políticas, uma vez que é determinada mais pela sua função semiótica, tendo em vista diferentes estratégias e resultados políticos.

Assim, em Brah (2006), o conceito de diferença diz respeito à variedade de formas como discursos específicos da própria diferença são constituídos, contestado e reelaborados. Algumas de suas construções apresentam limites fixos e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes, mas em outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Portanto, para a autora, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão, trata-se de uma questão contextual e contingente saber se a diferença gera desigualdade e opressão ou igualitarismo e diversidade. Outra possibilidade é que as diferenças que produzem desigualdades sejam acionadas para produzir movimentos de resistência e percepções da diversidade ainda nos espaços de unidade. Assim, explica ela, articular dois ou, por outro lado, mais marcadores sociais da diferença não significa fazer uma simples junção, é um movimento que transforma as configurações relacionais, que são específicas de um contexto e um período histórico.

Além da sua dimensão como identidade, a autora apresenta outras três maneiras de conceituar diferença. Como experiência: na qual se dá voz coletiva a experiências individuais, como acontece nos feminismos, sendo a experiência o lugar da formação do sujeito e contra a ideia de um "sujeito de experiência". Como relação social: em que a maneira como a diferença se constitui é organizada por meio de discursos econômicos culturais e políticos e de práticas sociais específicas, ou seja, destaca a “sistematicidade através das contingências”. Por fim, a diferença como subjetividade: que não é unificada nem fixada, mas fragmentada e em constante processo.

Assim, Brah avança nas reflexões, iniciadas por Hall, e propõe pensarmos além da identidade, investindo sobre a diferença e a experiência como “campos de contestação”. Desta forma, a experiência é contestada e em seu processo de significação produz realidade, assim como a diferença.

Neste contexto, para além da identidade feminista que une as dez interlocutoras, é relevante conhecer também suas diferenças, não só em termos de trajetórias pessoais, mas também no que se refere às múltiplas formas e espaços de engajamento e de percepção sobre o que significa ser feminista para cada uma. Entretanto, cabe lembrar que com estas entrevistas não se pretende apresentar uma “amostra” do feminismo (Dell’aglio; Machado, 2019), mas por meio delas é possível levantar algumas questões e reflexões entre as tantas possíveis sobre os temas em estudo.

Considerando que os capítulos 2 e 3 são baseados nas narrativas das interlocutoras sobre feminismos e relacionamentos afetivo-sexuais com mulheres, é importante também lembrar a advertência de Bourdieu (1996) a respeito da “ilusão biográfica”. Como ele aponta, no relato autobiográfico há sempre uma tentativa de estabelecer relações inteligíveis que confirmem uma consistência, uma constância e uma lógica tanto retrospectivas como prospectivas ao que está sendo relatado. Para isso, a depender da intenção global, seleciona-se acontecimentos considerados significativos e se costura conexões entre eles de forma a dar-lhes coerência, o que interessa à pessoa que está sendo biografada, tanto quanto a quem está biografando. Esta forma de perceber a história de vida leva à construção da noção de trajetória “como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (Bourdieu, 1996, p. 189).

2.1 As interlocutoras e os caminhos até os feminismos

Duas das interlocutoras se aproximaram do movimento feminista em meados dos anos 1970, quando já estavam separadas de seus respectivos maridos. Uma delas é Lucia, 81 anos, branca, nascida no Rio de Janeiro, segunda de oito irmãos. Como seu pai era diplomata, residiu em diferentes países, casou-se na Europa, aos 20 anos, viveu um tempo em África, se separou 10 anos depois de se casar. Foi dona de casa até quase 40 anos, fez faculdade de Comunicação por volta da mesma idade. Trabalhou como vendedora, secretária, assessora parlamentar e depois em um programa de rádio. Se reivindica feminista de “segunda onda”⁸⁰. Ela conta que, um ano depois da separação do marido voltou para o Brasil com dois filhos pequenos. Havia pouco mais de um ano que estava aqui, quando, em 1976, foi “puxada” para uma organização clandestina que lutava contra a ditadura, da qual um dos seus irmãos participava. Nesta época ela tinha 30 e poucos anos de idade. Segundo seu relato, naquele momento ainda não havia um

⁸⁰ Para mais informações sobre a chamada segunda onda feminista, ver seção 1.1.

movimento feminista, mas já existiam alguns grupos de autoconsciência e pequenos coletivos que conversavam sobre a condição da mulher e estavam antenados com o primeiro encontro de mulheres promovido pela ONU, em 1975, no México.

Lucia conta que, neste contexto e sem a perspectiva de poder se tornar um partido legalizado, a sua e outras organizações clandestinas viram nestes grupos de mulheres a possibilidade “fazer alguma coisa pública”, especialmente nos movimentos femininos pela anistia. Assim, seguindo a orientação da sua organização, ela se aproximou destes coletivos e se engajou na Sociedade Brasil Mulher, que tinha sede em São Paulo, onde ia a reuniões mensalmente, além de também possuir uma sucursal no Rio de Janeiro. Depois de algum tempo, a Sociedade alugou uma salinha onde faziam “reuniões de feministas”, de autoconsciência, liam, discutiam, debatiam e era de onde iam para as manifestações que começaram a acontecer. Como ela destaca, o espaço era mantido por “cotização, porque ninguém tinha... Cada uma entrava com um pouco de dinheiro, pedia dinheiro na família, nos amigos e tal. Comprava mesa, cadeira. Alguém doava cadeira, doava mesa”.

Manteve sua vida profissional separada da militante até que largou seu trabalho de secretária para compor a equipe do mandato parlamentar de Lucia Arruda, feminista que havia sido eleita deputada estadual em 1982 no Rio de Janeiro. Contudo, ela não quis se recandidatar, assim esta interlocutora foi trabalhar em um programa de rádio da prefeitura, voltado para as comunidades, experiência a partir da qual fundou a ONG que coordenou até os anos 2000, quando ficou mais difícil conseguir recursos da cooperação internacional para o Brasil. Nesta ocasião, se aposentou. Atualmente mora em Botafogo⁸¹ com sua companheira e participa ativamente do conselho da organização feminista coordenado por sua companheira.

A outra mais velha é Beth, 72 anos, branca, nascida no interior do estado de São Paulo, filha de lavradores, analfabetos funcionais, teve que “lutar” para conseguir estudar depois do primário. Foi para cidade de São Paulo para trabalhar porque queria estudar, sonhava fazer Odontologia, começou Matemática, porque era um curso noturno, foi até o 3º ano, mas se formou pedagoga por causa do trabalho, apesar de nunca ter gostado de dar aula. Irmã mais velha de cinco irmãos, Beth casou aos 22 anos, pois tinha prometido à mãe. Perguntada sobre

⁸¹ Bairro de classe média da Zona Sul da cidade, com IPS Bairros - 2022 (Índice de Progresso Social - Bairros) de 75,14. O IPS da cidade do Rio de Janeiro é 64,34. Este índice, usado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, é composto por indicadores socioambientais e tem a finalidade de quantificar a disparidade geográfica do desenvolvimento social na cidade. Sua escala vai de 0 a 100. Para mais informações, ver Instituto Pereira Passos: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/pages/ipsbairros>. Acesso em: 18 abr. 2025.

sua profissão, Beth diz que é “ongueira”, escritora e pesquisadora da participação das mulheres na história. Não teve filhas/os, mora em Ipanema⁸² com sua companheira.

Encontrou “esse tal feminismo” por meio de uma amiga carioca que trabalhava na escola que Beth tinha com seu marido na cidade de São Paulo que, numa das idas ao Rio de Janeiro, conheceu o Centro da Mulher Brasileira. Aquela novidade logo despertou o interesse da paulista, na época com 25 anos, que pediu à amiga que descobrisse se havia algo do tipo em São Paulo. Assim soube que existia o Centro de Desenvolvimento da Mulher, que era “irmã” da organização carioca. Com dificuldade, conseguiu descobrir que haveria uma reunião deste Centro, foi acompanhada de duas “amigas do interior”. Chegando lá, puderam participar da reunião, ainda que sob alguma desconfiança das que as receberam. Era por volta de 1978, boa parte do grupo era ligada ao PCB, então tratava-se de uma questão de segurança para as participantes. As duas amigas nunca mais voltaram, mas Beth seguiu participando e depois de cerca de 3 meses já era a tesoureira do grupo.

No meio deste relato, Beth faz um parêntese para contar que na infância, ainda na roça, sempre se interessou mais pelas atividades do seu pai do que pelas de sua mãe. Andava a cavalo desde os 5 anos, sabia ordenhar, então quando terminou o primário a mãe disse que agora ela ia aprender a cozinhar. Lembra que sua mãe a abraçava e dizia: “Filha, certamente que nós duas aprontamos muito na outra vida. Por isso que nós voltamos mulher. Porque a gente, quando volta mulher, volta para pagar coisa que a gente fez”. Conta ainda que certa vez escutou seu pai negociando com o dono da fazenda onde era meeiro e este contou a mão de obra dela e da mãe como metade. Mas, em suas palavras, este “era um incômodo que parecia que era só eu, que não era normal, né?”. Ainda dentro do parêntese, lembra que quando chegou na cidade de São Paulo queria ler muito, pois na sua casa no interior não tinha livros, o acesso a eles era difícil, então logo associou-se ao Clube do Livro. Desta forma, pagando uma mensalidade bem barata, todo mês podia escolher alguns livros de um catálogo com opções bem diversas, mas depois de um tempo ela percebeu que sempre escolhia aqueles tinham alguma referência a mulher na capa.

Encerrando o parêntese, ela explica que ela logo se engajou no movimento, principalmente em ações para levantamento de dinheiro, mas que, para seu desespero, não havia um papel dizendo o que era o feminismo e ela tinha vergonha de perguntar. Segundo ela, em certo momento resolveram fazer um panfleto sobre as prioridades do Centro e, para sua

⁸² Bairro de classe alta da Zona Sul da cidade, com IPS Bairros – 2022 de 76,86. Para mais informações, ver Instituto Pereira Passos: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/pages/ipsbairros>. Acesso em: 18 abr. 2025.

surpresa, os direitos das mulheres apareciam só no item 4, depois de pontos como lutar contra o imperialismo americano. Diz Beth, “aí, me deu uma coisa no coração, mas não sei por quê. Queria tanto que fosse a primeira, mas, imagina, tudo comunista”. Além disso, ao pedir uma indicação de livro, lhe foi recomendado “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Friedrich Engels. Segundo ela, mais uma vez, “eu tinha uma sensação de que eu tinha que fazer outras coisas antes para chegar à minha vez, não é? Então, quase como dizia a minha mãe, só na outra vida”. Pouco depois teve, no 8 de março, o II Congresso da Mulher Paulista, aí sim encontrou toda a diversidade do movimento de mulheres da época: lésbicas, sindicalistas, as que lutavam por creches, entre outras. Com os desdobramentos e encontros deste congresso, nos anos 1980 foi uma das fundadoras do SOS Mulher⁸³, que segundo ela “é onde surge toda a proposta de políticas públicas na área da violência, foi o primeiro do Brasil”. Desde o início dos anos 1990 é coordenadora de uma ONG feminista do Rio de Janeiro.

Rosely, 55 anos, se identifica como negra, é baiana, tem um irmão mais velho, morou em São Paulo e conta que vem de uma família de matriarcas. Sabe quem é seu pai, mas nunca teve contato com ele. Estudou até os 13 anos em colégio de freiras (internato) na capital paulista, logo que saiu começou a trabalhar, entre outras coisas, como bancária. Tem formação em educação popular, trabalhou em diversas ONGs feministas, foi coordenadora nacional de uma importante articulação feminista, atualmente é assessora parlamentar e faz parte de uma coletiva feminista de autocuidado para defensoras de direitos humanos criada em 2014, da qual é uma das fundadoras, e da coletiva feminista de bairro. Contou que sofreu violência psicológica e patrimonial do pai da filha. No período da entrevista morava sozinha em Santa Teresa⁸⁴, estava solteira e animada com a chegada de sua primeira neta, que nasceu alguns meses depois.

Ao ser convidada a falar de sua trajetória familiar, Rosely já começa trazendo o feminismo: “eu sou feminista de DNA, venho de uma família de mulheres feministas”, para em seguida narrar como, desde sua bisavó até ela, se sucederam gerações de mulheres que desafiavam “as regras impostas por uma família tradicional nordestina”. Entretanto, ela se aproxima do movimento feminista organizado em meados dos anos 1980, com 16 anos, por meio do sindicalismo. Era bancária em São Paulo, foi demitida por participar de uma greve e

⁸³ De acordo com Schumacher e Brazil (2003), do Encontro Feminista de Valinhos, em junho 1980, saiu uma recomendação para a criação de espaços de solidariedade e denúncia das mulheres vítimas de violência. Assim, São Paulo foi a primeira cidade a fazê-lo, seguido posteriormente de outros estados. Esta iniciativa do movimento feminista impulsionou o surgimento Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (DEAMs), que foi implementada pela primeira vez em 1986, no Rio de Janeiro.

⁸⁴ Bairro de classe média entre a Zona Sul e Central da cidade, com IPS Bairros – 2022 de 67,92. Para mais informações, ver Instituto Pereira Passos: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/pages/ipsbairros>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ao contar o ocorrido em casa, levou uma surra do irmão. Fugiu para o Rio de Janeiro e durante algum tempo contou a com ajuda de um primo, com quem rompeu pouco tempo depois, tendo que ir morar na rua, onde viveu por três meses, até encontrar uma atividade de greve dos bancários na cidade. Se aproximou, contou sua história para várias pessoas enquanto participava das atividades, até que permitiram que ela dormisse no sindicato.

Dali, com o apoio das/os sindicalistas, sua vida foi se reorganizando, até que conseguiu um emprego na CUT, que estava sendo fundada naquele período. Logo se viu grávida de quatro meses. Segundo ela, desesperada, no meio de uma reunião da executiva da CUT contou isso e pediu ajuda para fazer um aborto. Depois de um momento de choque, era “um monte de homens”, um deles a colocou em contato com uma amiga que tinha participado da eleição de Lucia Arruda, deputada estadual feminista. Assim, Rosely teve contato com uma rede de mulheres que, sem fazer perguntas, deram todo suporte para a realização do procedimento e das quais ela nunca mais se afastou. De acordo com seu relato, “foram mulheres que me ensinaram o que é o ser feminista de verdade”, mesmo sendo muito diferentes dela naquele momento, todas de classe média, praticamente todas brancas.

Angela tem 39 anos, é branca, cearense, advogada, mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos. Toda sua trajetória educacional aconteceu em instituições públicas. Dos cinco anos à adolescência viveu na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a partir de então morou entre Centro e Zona Norte. Mais velha de três irmãs e filha de mãe solo, foi casada com um homem por 19 anos, com quem teve um filho. No período da entrevista estava vivendo seu primeiro namoro com uma mulher e residia com este filho, de oito anos, na Tijuca⁸⁵.

Angela se reconheceu feminista ainda mais jovem que Rosely. Ela conta que seu primeiro contato foi por meio da sua mãe, que era militante feminista e fundou uma ONG feminista quando ela ainda era adolescente. Assim, no final dos anos 1990, aos 14 anos, esta interlocutora começou a ajudar na organização, inicialmente foi voluntária, depois estagiária, chegando a se tornar coordenadora e seguia como sócia e colaboradora até a data da entrevista. Trabalhou lá até os 33 anos, quando saiu para ser assessora parlamentar em temas de gênero e feminismos. Para ela, é difícil separar sua trajetória feminista de sua trajetória profissional e de vida.

Já Nanda, 28 anos, branca, nasceu em Duque de Caxias⁸⁶, filha de uma professora da rede municipal e de um comerciante, tem uma irmã sete anos mais velha e, por parte de pai,

⁸⁵ Bairro de classe média da Zona Norte da cidade, com IPS Bairros – 2022 de 72,15. Para mais informações, ver Instituto Pereira Passos: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/pages/ipsbairros>. Acesso em: 18 abr. 25.

⁸⁶ Município da Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

fora do casamento, um irmão cerca de 10 anos mais velho. Estudou em escola católica, cursou a graduação e no período da entrevista era mestranda em Relações Internacionais. É muito próxima da família extensa, que tem histórico de violência doméstica e infidelidade conjugal antes de seu nascimento. Revela ter tido um pai presente, ainda que com conflitos.

Nanda tem seu primeiro contato com movimentos sociais na universidade pública, onde ingressou em 2014. Neste período se engaja principalmente da construção do Levante Popular da Juventude⁸⁷ e participa de um curso sobre economia política promovido pela Marcha Mundial das Mulheres, da qual fez parte por um tempo. Para ela, este curso “foi um momento de entender muito dessa minha construção familiar, em que minha mãe sempre foi uma referência muito forte, em que minha avó, minhas tias, minha irmã, minhas professoras também ocuparam muito esse lugar [de referência]”. Ainda na universidade, Nanda lembra que também eram fortes as discussões sobre assédio, estupro e violência sexual no campus, o que dá origem a um movimento de enfrentamento à violência contra as mulheres dentro da instituição de ensino. Também por meio da universidade se aproximou da organização em que trabalha até hoje, que entre outros temas, discute feminismos, principalmente a partir da chamada “economia feminista”. No momento da entrevista era coordenadora de projetos dessa instituição e militante pela legalização do aborto, morava com uma amiga na Glória⁸⁸, mas estava se organizando para ir morar com a namorada, apesar de nunca ter acreditado que casaria.

Olga, 32 anos, branca, filha única de mãe pedagoga e pai petroleiro, fez Direito em uma universidade pública, com intercâmbio de alguns meses na Europa. Foi blogueira de veganismo por quase seis anos, de onde vinha sua renda enquanto estudava para concurso. Chegou a começar a faculdade de Nutrição, mas no processo de uma ocupação feminista abandonou o veganismo e voltou a se dedicar ao Direito. Apesar de ter morado toda a vida em Vila Valqueire, Zona Oeste do Rio, no período da entrevista morava há dois anos com sua esposa no Leme⁸⁹, revelando ainda que estavam pensando em oficializar o casamento “no papel” e discutindo a possibilidade de ter filha/o.

Ao ser perguntada sobre como passou a se identificar como feminista, Olga diz que acha que teve ajuda de sua mãe, que assim como aquela, desde a infância sempre foi muito questionadora, mas que começou a se identificar como tal quando ouviu sobre feminismo na

⁸⁷ É “uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação estrutural da sociedade brasileira”, que faz parte do Projeto Popular para o Brasil. Disponível em: <https://levante.org.br/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

⁸⁸ Bairro de classe média da Zona Central da cidade, com IPS Bairros – 2022 de 71,31. Para mais informações, ver Instituto Pereira Passos: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/pages/ipsbairros>. Acesso em: 18 abr. 2025.

⁸⁹ Bairro de classe média da Zona Sul da cidade, com IPS Bairros – 2022 de 73,22. Para mais informações, ver Instituto Pereira Passos: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/pages/ipsbairros>. Acesso em: 18 abr. 2025.

internet, entre 2007 e 2008, com uns 15 anos. Conta que sempre achava as reivindicações feministas muito válidas, que ia nas manifestações com amigas mesmo antes de se organizar, mas que “o principal momento que eu realmente entendi que eu era feminista foi naquelas manifestações do Fora Cunha” (2015). A partir de então, ela conta que começou a estudar e militar como feminista, ainda que individualmente em um primeiro momento, sendo: “tipo assim, sabe? Ser aquela pessoa chata dos rolês, ficar produzindo conteúdo mesmo sobre isso na internet, né? Do jeito que dava”.

Porém, foi só em 2016, ao se tornar vegana, que começou a entender mais a necessidade de se organizar coletivamente. Se aproximou de uma corrente do PSOL, mas sentia falta de “coisa prática”. Ela conta: “Eu ficava tipo assim: ‘Gente, mas vamos ficar só fazendo reunião? Conversando aqui entre a gente?’”. Assim, seguiu procurando um espaço para atuação política, até que entrou para um grupo chamado Veganos Antifascistas, que já tinha algumas ações de rua. Se engajou individualmente no movimento de vira-voto da eleição presidencial de 2018, mas sentia falta de uma filiação partidária. Foi a reuniões de vários partidos, mas não se identificava com nada. Olga diz ainda que, naquele período, sua página sobre veganismo seguia crescendo, chegando a ter 60 mil seguidores, “e [que] ia meio que militando ali, chamando as pessoas para as manifestações e tal”. Até que em 2020, início da pandemia, ela descobre pela internet o partido em que atuava na época da entrevista, vai à sua primeira manifestação presencial depois disso e gosta muito, logo se filia ao partido e entra no movimento de mulheres a este ligado. Em pouco tempo já estava na Diretório Estadual do partido e na coordenação estadual do seu movimento de mulheres. Recentemente foi candidata a vereadora, quando obteve quase 1500 votos.

Lan tem 23 anos, se identifica como não binária, entende que é lida socialmente como mulher e refere-se a si mesma no feminino, que será o gênero que usarei para ela neste trabalho, como informado anteriormente. Sobre seu pertencimento racial diz “em questão de raça, negra, né? Mas tom de pele, eu posso dizer aí que parda”. Filha única de pais que cursaram até o Ensino Médio, teve uma infância com muita dificuldade financeira. O pai faleceu quando tinha 11 anos, tendo passado três ou quatro anos ajudando a cuidar dele.

Ainda que brevemente, a primeira forma de organização com que Lan teve contato foi a ocupação estudantil em sua escola do Ensino Médio, quando tinha cerca de 15 anos. Passou pela União da Juventude Socialista (UJS), mas durante sua primeira faculdade, em Ciências Sociais, militou por dois anos no mesmo partido de Olga, principalmente nos movimentos estudantil e de mulheres a este ligado, assim como participou de uma ocupação feminista

também promovida no contexto do partido. Conta que se reconheceu feminista depois de perceber que sua mãe também era, ainda que não se reconhecesse desta forma. Sobre isso conta que durante a doença de seu pai, mesmo sendo mais velha, sua mãe enfrentou toda a família extensa para sair para trabalhar e sustentar sua família nuclear.

Lan relata ainda que quando começou a pesquisar sobre os feminismos, seu algoritmo mostrava sobretudo sua versão mais radical, ou seja, via muitas críticas à sua corrente mais liberal e assim ela começou a buscar mais livros sobre o assunto, especialmente sobre feminismo negro. Se interessou pela discussão sobre “heterossexualidade compulsória”, com que teve contato por meio do feminismo radical, ao qual hoje tem muitas críticas, principalmente em razão do modo como tratam “a questão da transgeneridade”, o que motivou seu afastamento do movimento. Por fim, contou que conheceu Judith Butler e passou a se identificar mais com a filósofa. Neste processo, considerou deixar de se identificar como feminista, mas reconsiderou:

Eu acho que é importante a gente se dizer feminista, principalmente porque quando a gente tá num país que daqui a pouco, do nada, explode uma porrada de: ‘Não, que feminismo o quê? Eu sou antifeminista, eu sou...’ Não, é esposa tradicional, ou *trad wife*, estudei essa papagaiada agora. Enfim... eu acho que é importante a gente se colocar e se afirmar enquanto, né? Até para as pessoas conhecerem o movimento e verem que não é necessariamente aquelas coisas negativas que, por vezes, não têm nada a ver com o feminismo, mas que é colocado na internet para que as pessoas acreditem que, ‘ó, feminismo é isso aqui, hein?’ (Lan, informação verbal).

Ela participou do partido por dois anos, mas saiu porque teve “uma espécie de burnout, porque a cobrança era muito grande, conciliar a vida e a militância e mais outras questões pessoais que eu estava passando na época”. Ao longo da conversa, Lan menciona também um diagnóstico de transtorno de personalidade borderline. No período da entrevista, ela estava sem nenhum vínculo de militância, cursando Pedagogia, morava com sua mãe em Parada de Lucas⁹⁰ e desde a pandemia estava namorando uma pessoa não binária.

Monica morou seus 37 anos de vida na Maré⁹¹, tem três irmãs por parte de pai e dois irmãos por parte de mãe, é a mais velha de todas/os. Seus pais se separaram quando ela tinha quatro anos, ficou com a mãe, mas o pai morava próximo e era presente. Teve dois maridos. Casou-se pela primeira vez aos 17 anos, após engravidar, tendo o relacionamento durado seis

⁹⁰ Bairro de classe média baixa da Zona Norte da cidade, com IPS Bairros – 2022 de 61,42. Para mais informações, ver Instituto Pereira Passos: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/pages/ipsbairros>. Acesso em: 18 abr. 2025.

⁹¹ Bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, constituído por 16 favelas, com IPS Bairros – 2022 de 60,57. Para mais informações, ver Instituto Pereira Passos: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/pages/ipsbairros>. Acesso em: 18 abr. 2025.

anos. Este primeiro filho tem 19 anos. Depois se casou de novo, desta vez durou 13 anos e teve o segundo filho, que está com oito anos. No momento da entrevista, trabalhava como secretária e morava com o filho mais novo e a esposa. Na mesma ocasião manifestou o desejo de retomar a faculdade de Ciências Contábeis, que trancou no processo de separação do segundo marido.

A trajetória de Monica é diferente, pois ela teve sua primeira experiência de organização cerca de 15 anos antes da entrevista, em um projeto social de dança zumba para crianças e idosos no bairro em que mora, mas há muito tempo não participava de outra forma de ativismo. No entanto, por volta de setembro de 2020, uma conhecida estava reunindo um grupo de mulheres para jogar futebol, “só mesmo para brincar”, como cuidado com a saúde mental em tempos de pandemia. Ela ficou insegura porque tinha muito tempo que não jogava, mas foi e começou a chamar outras mulheres, dando início assim ao seu time de futebol feminino amador. Depois de um tempo “a coisa foi ficando mais séria”. Monica, sua companheira e uma amiga, que naquele momento já coordenavam o time, perceberam que não bastava o futebol, que o grupo que se formou tinha outras demandas, assim começaram a organizar rodas de conversa sobre temas diversos. Para isso, convidaram outras organizações e coletivos para ir conversar sobre machismo, abuso sexual, transexualidade, entre outros temas, e a partir destas novas relações ela começou a entender o que era “o feminismo de verdade”, para que serve, sua importância e começou a se identificar com tal.

Lelia tem 18 anos, se identifica como negra, terminou o Ensino Médio em 2023, passou no ENEM para História na UFF, mas era muito longe da sua casa, na Abolição⁹². Em razão disso, em 2024 estava estudando para tentar vestibular na UERJ, que fica no bairro Maracanã, também na Zona Norte, para o mesmo curso. Seus pais se separaram quando ela tinha cinco anos, contou que tem divergências com o pai e sempre viveu com a mãe. No período da entrevista, além da sua mãe, morava também com a irmã de seis anos e os avós.

Lelia se reconhece como alguém que sempre foi interessada em política. Para corroborar este entendimento ela conta que “com 10 anos, eu já estava lá no Facebook, arrasando no Quebrando o Tabu⁹³”. No entanto, afirma que “começou a levar a sério” a partir das manifestações no seu colégio pela volta às aulas presenciais pós-pandemia em 2022. Diz que a

⁹² Bairro de classe média baixa da Zona Norte da cidade, com IPS Bairros – 2022 de 66,57. Para mais informações, ver Instituto Pereira Passos: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/pages/ipsbairros>. Acesso em: 18 abr. 2025.

⁹³ Quebrando o Tabu é uma página no Facebook, com mais de 11 milhões de seguidores/as, a qual está vinculado um grupo fechado de mesmo nome, criado há 7 anos, com mais de 41 mil membros. Em sua apresentação diz apenas: “O mundo sob diferentes perspectivas”, mas repercutiu muito há alguns anos com conteúdos sobre feminismo, racismo e política. Disponível em: <https://www.facebook.com/quebrandootabu>. Acesso em: 30 out. 2024.

partir disto formou chapa para concorrer ao grêmio onde estudava, entrou para uma associação de estudantes, ia para manifestações. Neste processo, conheceu alguns partidos, entre estes o movimento de mulheres e a ocupação feminista ligados ao partido de Lan e Olga, o mais perto que chegou do movimento feminista organizado. Ao ser perguntada sobre seu primeiro contato com o feminismo mais especificamente, relata que o marco foi quando ficou muito chocada com a notícia do estupro de uma jovem por dezenas de homens em um baile, por volta de 2016, e como muitas pessoas diziam que a culpa era da vítima. Para ela, nesta sua indignação começou seu interesse pelo assunto.

Por fim, Ludmilla tem 18 anos, é negra e estava cursando a 2ª série do Ensino Médio. Morou até os 11 anos em Duque de Caxias, no mesmo quintal que a família extensa, que é “muito conturbada”, com brigas, violências e questões psiquiátricas. Segundo ela, “minha família tem polícia, SAMU [Serviço de Atendimento Móvel de Urgência] o tempo todo”. Desde que sua mãe se casou, elas moram com o padrasto e uma irmã mais nova, em Realengo⁹⁴. Seus pais nunca viveram juntos. Ela conta que tem contato com o pai, mas que preferia não ter. Tem outras três irmãs paternas, sendo uma de consideração. Ludmilla nunca participou de nenhum grupo organizado e, ao ser perguntada, conta que seu primeiro contato com o feminismo foi por meio de sua mãe, prima e tia, mas principalmente a mãe, que considera a mais militante. Conta que sua formação, “no caso, sobre essas questões são mais realmente o que eu via, o que eu ouvia, conversas sobre”.

Fazendo um balanço do perfil das interlocutoras, elas têm entre 18 e 81 anos, quatro se identificam como negras e as demais como brancas. Quatro delas têm filhas/os, Lucia tem também cinco netas/os e Rosely aguardava a primeira. Apesar de algumas terem ponderações sobre sua orientação sexual, o que será retomado no próximo capítulo, quando perguntadas em termos objetivos, Angela, Monica e Lelia se identificaram como bissexuais e as demais com lésbicas. Todas as que chegaram à universidade fizeram cursos de ciências humanas ou sociais, Lelia ainda não tinha entrado, mas queria História, e Ludmilla ainda cursava o Ensino Médio.

Apesar de todas morarem na mesma área urbana, a cidade do Rio de Janeiro, Beth é a única que tem origem rural, do interior do estado de São Paulo. Angela e Rosely também nasceram e viveram parte de sua primeira infância em outros estados, nestes casos do Nordeste. Lucia nasceu em Belém, pois seus pais são de lá, mas em seguida veio para o Rio. Nanda e

⁹⁴ Bairro popular da Zona Oeste da cidade, com IPS Bairros – 2022 de 63,25. Para mais informações, ver Instituto Pereira Passos: <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/pages/ipsbairros>. Acesso em: 18 abr. 2025.

Ludmilla nasceram e viveram boa parte das suas vidas em Duque de Caxias, próximas a suas famílias extensas, mas já moram há alguns anos no Rio.

Lucia, Beth e Olga moram na Zona Sul do Rio de Janeiro, região mais rica da cidade, e Nanda e Rosely em bairros valorizados da região central da cidade. Angela, Monica, Lan e Lelia moram todas na Zona Norte, contudo a primeira mora em um bairro de classe média, bem próximo ao Centro da cidade, a segunda em um conjunto de favelas e as últimas duas em bairros de classe média baixa. Ludmilla é a única que mora na Zona Oeste, em uma região mais popular.

Ainda que não fosse uma questão da entrevista, apenas Lucia não menciona nada sobre fazer terapia, Beth diz que um dia vai ter disposição para fazer, Monica e Ludmilla falam que estão se organizando para começar e as demais dizem que fazem ou já fizeram terapia. A menção ao fato de fazer ou ter feito terapia não aparece vinculadas ao relacionamento com mulheres. Por exemplo, Olga conta que, “na época eu não tava fazendo terapia inclusive, então foi um processo que eu fiz sozinha”. Angela, por sua vez, diz que o processo de começar a ficar com mulheres não gerou “nenhum estranhamento, nem me causou desconforto, nem me causou inquietação. Eu faço terapia desde 2017. A primeira vez que eu fui falar de mulher com a minha psicóloga foi quando eu beijei uma mulher”.

Feita esta retrospectiva de como cada interlocutora chegou ao feminismo, vale destacar alguns pontos. Os relatos das duas mais velhas e que entraram no feminismo nos anos 1970 têm em comum o fato de terem sido casadas com um homem e encontrado o feminismo já na vida adulta. Sobre os contornos do movimento na época, é interessante notar a proximidade do movimento de São Paulo e Rio de Janeiro, visto que nos dois relatos a iniciativa em que a interlocutora estava envolvida tinha uma origem em uma cidade e uma espécie de sucursal na outra. Ainda que estas duas militantes tenham sido durante boa parte de suas vidas responsáveis por ONGs feministas, financiadas principalmente pela cooperação internacional, ambas mencionam com algum destaque que, na época em que começaram sua militância, o feminismo era feito com os recursos de suas militantes ou os que elas conseguissem levantar por meio de doações, festas e rifas.

Das 10 interlocutoras, uma nunca participou de nenhum grupo organizado, outras duas já participaram, mas não estavam vinculadas a nenhum no período da entrevista. Tratam-se das três interlocutoras mais jovens. Uma destas duas que já estiveram organizadas, nunca foram vinculadas a um grupo especificamente de mulheres ou feminista, mas relatam ressalvas em relação às divisões internas do movimento. Lelia se afirma preta, LGBT e gorda, e, em seguida, conta que os grupos feministas “não me representam, porque é pra pessoas que não tem nada a

ver comigo, são mulheres que vivem uma realidade completamente distinta da minha, entende?”. Já Lan se incomoda especialmente com a exclusão das pessoas trans, que considera ter muitas feministas que concordam. Aqui vale lembrar que ela também tem um corpo não normativo, tratando-se de uma pessoa não binária, lésbica e negra.

Estes relatos nos remetem a questões antigas do movimento, marcas da busca de unidade a partir do “ser mulher” que, como lembram Dell’Aglia e Machado (2019), acabam por excluir corpos não normativos e desconsideram a diversidade de violências que as mulheres podem sofrer por outros marcadores sociais que carregam. Por exemplo, Claudia Pons Cardoso (2016), em pesquisa sobre construção da identidade feminista negra realizada no início dos anos 2010, relata o “desconforto” das mulheres negras em relação ao feminismo hegemônico, o que já era denunciado nos anos 1980 por Lélia Gonzalez, como lembra a autora. Considerando os avanços dos feminismos negros, é possível pensar que os incômodos mencionados por Lelia e Lan passe também pelos outros marcadores de diferença que carregam, notadamente conformação corporal, orientação sexual e não-binarismo de gênero. Por exemplo, como apontado no capítulo anterior, diferente do que acontece em outros países latino-americanos, não foi identificado um coletivo feminista gordo brasileiro no mapeamento realizado para esta pesquisa, conforme indicado na seção 1.2.

Das nove interlocutoras que são organizadas ou já foram, seis começaram suas trajetórias de militância primeiro em movimentos mistos e apenas três se aproximaram direto do movimento de mulheres. De acordo com o narrado nas entrevistas e nos termos do mapeamento apresentado no capítulo I, Monica tem atuação em um projeto social, Olga e Lan falam de uma atuação partidária⁹⁵, a segunda fala também de organização estudantil, assim como Lelia. As outras cinco interlocutoras são ligadas ao mundo das ONGs. Lucia é conselheira de um fundo para mulheres. Nanda, Rosely e Beth trabalham e Angela é colaboradora em ONGs, as quatro fazem parte de redes e articulações feministas nacionais. Rosely também faz parte do coletivo feminista do seu bairro.

Como aponta Ahmed (2021), a referência sobre de onde e, por meio de quem nos chega o feminismo é importante, pois nos tornamos ativistas em diálogo com outras pessoas. Assim, é interessante notar que mais da metade das interlocutoras (seis) tem forte referência em mulheres de suas famílias, como inspiração e/ou reconhecimento do feminismo nos enfrentamentos e inquietações que tiveram ao longo da vida. Para quase todas, a principal

⁹⁵ Ainda que Rosely e Angela trabalhem como assessoras parlamentares, não mencionaram militância dentro do partido a que o mandato é filiado.

referência é a mãe. No caso destas interlocutoras, fica mais evidente o processo descrito por Cardoso (2013), ao destacar como é fundamental entender as opressões a partir das experiências vividas no cotidiano, aprender a identificar as estratégias de resistência desenvolvidas para lidar com o sexismo, racismo e heteronormatividade, bem como transformar estas experiências em uma forma de ver e ler o mundo.

Voltando a Ahmed (2021), fazer-se feminista é encontrar palavras que frequentemente chegam depois de acontecimentos, ao olhar para trás e rememorar situações, muitas vezes familiares, que passam a ser nomeadas como sexistas, racistas, entre outros. A consciência feminista passa não só por encontrar palavras, mas entender por meio destas que a violência se dirige mais a alguns corpos do que a outros. Segundo ela, não dar nome ao problema não faz com ele desapareça, da mesma forma que apenas nomeá-lo não faz com que se resolva. Entretanto, chamar um problema pelo seu nome possibilita que ele ganhe densidade social e física, tornando tangível experiências que de outra forma poderiam parecer questões dispersas, como o sexismo e o racismo.

Quatro das histórias narradas falam de uma inquietação que já as acompanhavam há muito tempo, um incômodo diante de situações machistas ou de injustiça, por vezes ainda na infância, que nem sempre eram capazes de reconhecer ou reagir, mas que encontram no feminismo um espaço para dar nome e vazão a tudo isso. Esta retrospectiva até a infância ou a percepção de que este incômodo “sempre” esteve presente remetem à Bourdieu (1996), pois explicitam a construção de “um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção” (Bourdieu, 1996, p. 185).

Entretanto, também se aproximam de Ahmed (2021) que afirma que, uma vez que alguém se torna feminista, pode-se ter a sensação de que sempre o foi, talvez porque já tinha inclinações a ser uma menina rebelde ou, nos termos da autora, “voluntariosa”. Ela aponta ainda que uma das formas de se chegar ao feminismo é por meio de um corpo em contato com um mundo no qual não está confortável, que se mexe inquieto ao perceber que as coisas não estão bem, até encontrar este espaço para dar nome e vazão àquilo que gera sua inquietação.

2.2 O que significa ser feminista

Assim como há feminismos diversos e diferentes formas de chegar a eles, há também múltiplas formas de perceber e viver o que é ser uma feminista. Desta forma, é fundamental entender o que esta identidade política significa para cada uma das interlocutoras.

A este respeito, Beth e Angela falam de uma forma de ver e estar no mundo e um caminho para transformá-lo.

Nos termos de Beth:

Hoje, eu acho que assim... Primeiro, eu acho que é um jeito de estar e um jeito de olhar o mundo, de sonhar com esse mundo. Para mim, ser feminista, eu adoro ser feminista. Eu acho que o feminismo me mostrou, primeiro, o respeito pelas mulheres. (...) fiquei feliz de poder ser uma pessoa autônoma, de tomar conta da minha vida, de fazer aquilo que for bom para mim e para o coletivo. Então, acho que é isso, o feminismo me mostrou que você pode transformar o seu redor, pode transformar para mais além do seu redor, desde que você acredite na luta coletiva, desde que você consiga fazer essa luta coletiva. Então, para mim, feminismo é tudo (Beth, informação verbal).

Assim como para Angela:

(...) para mim é muito uma forma de enxergar o mundo mesmo. Então, assim, é uma leitura de mundo, é uma leitura de mundo que parte do reconhecimento das desigualdades de gênero, das desigualdades históricas enfrentadas pelas mulheres e dos milhares de desdobramentos que isso tem no reconhecimento das mulheres. Enquanto humanas, não reconhecimento de direitos, exploração, opressão, violência. Então, obviamente, reconheço o feminismo enquanto um movimento, um movimento político. Mas, pensando em o que é ser feminista, eu penso muito a partir dessa leitura de mundo. Para mim, é uma leitura, um olhar (Angela, informação verbal).

Nanda e Rosely vão na mesma direção, apontando que para elas o feminismo é um projeto político de transformação desta sociedade patriarcal, racista e capitalista. A primeira é objetiva: “Acho que significa me organizar politicamente com outras pessoas que lutam por uma transformação social em relação ao patriarcado, em relação ao racismo, em relação à luta de classes também. Acho que ser feminista significa para mim estar em rede”.

Rosely, por sua vez, explica:

Na minha vida, pelo menos... O feminismo é um projeto político de transformação de uma sociedade a partir da destruição do patriarcado, que se alimenta, como a gente falou da outra vez, do racismo e do capital. Então, esses três se autoalimentam. Então, o feminismo, para mim, ser feminista é ter este compromisso político com a transformação da sociedade a partir do olhar das mulheres, que sempre, no nosso caso feminista, é um olhar inclusivo, é um olhar que cuida da natureza, do mundo, a partir de uma outra lógica e não da lógica capitalista e da exploração do outro. Para mim, ser feminista é defender um projeto político transformação de uma sociedade. E muito mais. Defender a autonomia das mulheres, a autonomia de todas as pessoas, mas a partir da garantia da autonomia do corpo das mulheres. A gente garantindo a autonomia das mulheres, a gente garante a autonomia de todas. Então, a partir do momento que a gente transforma o mundo com esse olhar feminista, é bom para todo mundo, não é bom só para as mulheres. Por isso que digo que o feminismo é um projeto político para o mundo, que é a transformação para melhor para todos e todas e todes (Rosely, informação verbal).

Já Olga entende seu feminismo em articulação com a luta de classes:

Pra mim ser feminista significa lutar pela emancipação das mulheres, mas de todas as mulheres, sem deixar nenhuma pra trás. Porque em alguns momentos da história o feminismo significou lutar pela emancipação de algumas mulheres, sem emancipar outras. E eu acho que o feminismo precisa ser esse movimento de emancipação da mulher através da emancipação de todas elas e não só de todas as mulheres, mas da nossa classe também, pelo que eu acredito. Então acho que é lutar pela nossa emancipação, de todas as mulheres e da emancipação da classe trabalhadora também. Porque eu acho que essas coisas precisam andar juntas. Acho que a gente consegue dentro desse sistema alguns avanços, a gente às vezes consegue, mas não consegue de fato se libertar de verdade. Eu atrelo muito essas duas lutas. Eu acho que o feminismo, sem a luta de classes, ele não consegue chegar onde a gente precisa chegar (Olga, informação verbal).

Lan fala da possibilidade de “fazer aquilo que você bem quiser” e retoma como exemplo da luta da sua mãe para poder trabalhar fora:

Eu acho que é justamente isso. Você ser uma pessoa que mesmo que as pessoas falem que você não pode ou não deve fazer uma determinada coisa, você vai lá e faz. Principalmente quando o impedimento que essas pessoas tentam colocar pra você é o seu gênero. Falam: ‘não, você não pode ir trabalhar, você tem que ficar em casa cuidando do seu marido’. Aí você destrincha essa ideia. (...) porque era isso que a minha mãe tava fazendo naquele momento. Porque o pai não tinha renda, ele era autônomo. Ficou doente, não tinha mais nada. E a minha mãe não, ela foi lá, ‘eu vou trabalhar, eu vou cuidar da minha família, eu vou cuidar da minha casa’. E durante todo esse período assim, ela foi essa pessoa que fez tudo isso. Então, eu acho que o feminismo tem muito a ver com essa questão, você se dizer feminista tem relação com isso, você acreditar que independentemente do seu gênero, você pode fazer aquilo que você bem quiser, desde que, claro, não esteja prejudicando outra pessoa, esteja ali dentro dos direitos humanos, você pode fazer o que você bem quiser e entender (Lan, informação verbal).

Lelia traz uma dimensão mais individual de feminismo e críticas aos coletivos feministas:

Eu acho que essa pergunta, ela é muito... porque depende de como você é como pessoa. Se você é uma mulher preta, se você é LGBT, se você é gorda, se você é grande. Porque o feminismo, vou falar aqui do radfem, ele não é um movimento que me representa, que eu não tô incluída nele, entende? Eu vejo o feminismo mais como uma coisa individual. Sororidade. Se eu ver uma mulher passando por uma situação ruim, eu vou ajudar ela, eu vou prestar suporte, se for necessário. E assim eu vejo que eu sou uma mulher feminista. Mas a maioria dos coletivos assim, ‘ai feminismo não sei o que, não sei o que lá...’ não me representam, porque é pra pessoas que não tem nada a ver comigo, são mulheres que vivem uma realidade completamente distinta da minha, entende? Mas é isso, acho que o feminismo é você olhar pra outra mulher e olhar pra mulher humano, entende? Você ajudar a outra mulher, não colocando barreiras de sexualidade, identidade de gênero, raça, entendeu? (Lelia, informação verbal).

Neste último aspecto, Lelia se aproxima de Monica e Ludmilla, ao entenderem que além de identificar violências e desigualdades, ser feminista é se posicionar quando estas situações se apresentam no cotidiano. Monica exemplifica relatando situações vividas com seu filho e com sua mãe.

Eu vejo que... O feminismo, assim, na minha vida, tá? Onde eu consigo entender que tem uma pessoa ali passando por um abuso e eu consigo esclarecer pra ela. Eu tenho dois filhos homens. E eu crio eles pra serem feministas, assim. Quando meu filho de oito anos passa uma mulher na rua e o homem mexe, ele fala: 'mãe, eu não quero ser esse tipo de homem'. Ele virou pra mim: 'o homem olhou pra bunda de uma mulher'. Eu não tinha visto. Ele falou, 'mãe, que coisa horrível, eu não quero ser esse tipo de homem. Isso é muito horrível'. Então, assim, na minha vida, quando a minha mãe, que já tem mais idade, assim, vem com algumas falas machistas, ou com algumas coisas que ela nem percebe o quanto é machista, sabe? Aí eu consigo chegar pra ela e falar: 'ó, mãe, tá errado. Não, olha aqui, não é assim. Para aqui, ó, pensa'. Quando eu consigo identificar algumas formas de abuso, algumas coisas, eu acho que o feminismo tá nessa questão, sabe? Não sei se eu expliquei de forma certa, mas é como eu vejo ele na minha vida (Monica, informação verbal).

Ludmilla destaca que ser feminista é defender os direitos das mulheres, no que se aproxima de Lucia. Nas palavras da primeira:

Eu, pra mim, o que é ser feminista é lutar a favor dos meus próprios direitos e a favor dos direitos de outras mulheres também. E, tipo, conversar sobre... Eu iria me posicionar, tipo, dependendo da situação também, Entendeu? Tipo, eu acho que eu sou mais feminista nas questões, tipo, se eu ver uma... Eu vendo uma situação que tá sendo machista, eu sempre me coloco no... Na... Me posiciono ali, sabe? (...) Então, é mais dessa situação mesmo, sabe? Ou quando eu vejo pessoas que estão sendo tóxicas com as meninas, ou quando falam escrotice, sabe? Que aí, nossa, tem uns colegas meus da escola, que tudo bem que pra eles é só brincadeira, eles não vão fazer isso nem nada, mas não tem graça (Ludmilla, informação verbal).

Sobre os desafios de ser feminista, duas respostas foram mais frequentes, cada uma com três menções. Uma diz respeito às disputas internas. Angela, ao ouvir a pergunta, responde prontamente: "Pior, é construir manifestação". Indagada sobre o porquê, ela conta:

Eu acho que são espaços onde a gente, onde a lógica da disputa está muito presente, a gente não consegue romper a lógica da disputa. E é tão louco, contraditório, que são espaços que se pretendem ser unificados, são os espaços onde a gente vai para disputar a política, mas não é só disputar. É isso, cada organização..., não é para construir uma política unitária, é para cada organização querer levar a sua avaliação política e acho que é isso. Aqui no Rio a gente vivenciou, não que as organizações também não façam isso, organizações feministas, mas processos muito tensos com o movimento partidário, onde acho que a gente reproduz a lógica dos partidos, do movimento partidário na disputa de poder. Não estou falando contra os partidos, no sentido de um reconhecimento da importância deles, mas é que o *modus operandi* da política é muito centrado nessa disputa de poder. (...) Essa disputa de poder é muito patriarcal, muito machista, muito violenta. Não é só assim, muito violenta. Então, assim, eu já vivi processos realmente extremamente violentos e esgotantes e que... é isso, não é?

Acabam perpassando, inclusive, em relações pessoais. Tomam proporções muito violentas, eu acho que é isso. Uma reprodução de violência, de machismo que a gente não consegue, ou pelo menos não conseguiu até hoje se superar (Angela, informação verbal).

No Rio de Janeiro, os esforços de construção de atividade unificada se concentram sobretudo na construção do ato do 8M. Em outro momento, mais informal, Angela fala especificamente do processo de organização deste ato em 2018, que foi tão violento que desde então não participa mais destas reuniões. Pelo relatado brevemente por ela, neste caso específico a tensão aconteceu entre algumas mulheres lésbicas e trans, era o primeiro ano que estas tinham uma participação mais expressiva no processo de organização.

Dificuldades relativas à construção do 8M no Rio de Janeiro foram mencionadas também por outras interlocutoras. Por exemplo, Nanda, em outro contexto, conta: “Participar das organizações do 8M no Rio de Janeiro foi pra mim um marco, sabe? Traumático, mas importante, porque antes eu não conhecia nada nem ninguém. Aí lá era o grande ringue de batalha e eu ficava... Tretas, tretas, tretas, tretas”⁹⁶.

Entretanto, quando perguntada diretamente sobre os desafios de ser feminista, Nanda volta a mencionar as tretas, mas agora na relação com o capital:

O pior é ver também as tretas. Acho que é isso, o pior é entender que esse espaço também foi dominado por disputas de capital e de poder e que tomou uma proporção e uma visibilidade que é bastante importante. Importante no sentido de que a gente não quer ficar escondida ou de lado, de canto, mas essa visibilidade tem a ver com a potencialidade que a gente tem também enquanto movimento social e, por causa disso, também é muito bom, é muito importante que outras pessoas possam dominar nossos signos, nossas bandeiras, nossas reflexões. Mas se usurpar delas para manter o status quo, para manter, enfim, a lógica que a gente luta para destruir, para superar, para transformar. Então, acho que isso é o pior (Nanda, informação verbal).

Já Lelia volta para a desunião e não inclusão de todas as mulheres dentro dos espaços do movimento. Para ela, “o ruim, é que é um movimento que é em nichos, é muito exclusivo para algumas pessoas. Tem parte do feminismo que não inclui ninguém, um pequeno grupo de pessoas. Enfim, a desunião entre as mulheres no feminismo é uma coisa que me incomoda”.

O outro desafio recorrente refere-se à dificuldade de convencer ou fazer homens, e algumas mulheres, entenderem o que é e a importância do feminismo. Sobre isso, Lucia cita como exemplos questões amplas como violência, aborto e educação.

⁹⁶ Na mesma direção, Gomes (2018) aborda mais detidamente os conflitos observados neste esforço de construção de ato unificado do 8M em anos anteriores, espaço importante para entender parte da organização do movimento no Rio de Janeiro, como mencionado por Nanda.

Eu acho que é a dificuldade dos homens e de outras pessoas aceitarem esse lugar. Acho que tem ido, mas ainda é muito difícil. A questão da violência mostra isso. A questão da violência, tem homens que não aceitam, não aceitam porque a mulher não quer mais morar com ele, não gosta mais desse homem. Será que é tão difícil entender isso? Você também pode mudar, né? Então, essa parte é muito difícil. E também que morram mulheres pela questão do aborto, né? Porque vai fazer aborto inseguro, porque não tem como... então, esse tipo de coisa, que não se avançou. E a questão da educação também, que ainda hoje, ainda é, apesar de tudo, ainda tem muito... muito sexista, porque senão não tinha esses homens que a gente está tendo agora, se não tivesse ainda essa educação, que ainda não é igualitária, que já é melhor nas novas gerações, mas ainda não é... (Lucia, informação verbal).

Monica pontua que é difícil fazer com que as pessoas levem as discussões feministas para suas vidas:

O mais difícil é exatamente essa parte de poder explicar o feminismo de uma forma boa, sabe? Que não é de uma forma radical, sabe? Que as pessoas passam, 'ih, feminista? Vai sair com os peitos na rua'. Não, não é só isso. Tem muita coisa ali, sabe? Tem muita coisa por trás. O mais difícil é você fazer as pessoas entenderem o que é, sabe, como é, ou inserir ele na vida das pessoas de uma forma que as pessoas entendam e levem pra vida, de verdade (Monica, informação verbal).

Ludmilla se queixa de conhecidas/os seus que falam que o feminismo é “bobeira” e “desnecessário”, assim como dizem que as feministas não se cuidam, são comunistas e “matam crianças” – esta última em alusão à defesa da garantia do aborto legal e seguro:

Eu acho que o mais difícil é esse que sempre ficam falando que é bobeira ou que feminista não se cuida. Sempre tem uma coisa, assim, que fala que é... Principalmente pessoas, tipo, da igreja que fala que o feminismo é desnecessário, que tem que estar ali pelo homem sempre, tem que estar submissa pelo homem sempre e tal. Uma coisa do tipo, sabe? Ou então que tá relacionado até essa questão do aborto também, sabe? 'Fica aí, feminista, vai ficar matando criança'. É uma das coisas que... totalmente desnecessárias, sabe? Que sempre vai ter, sempre vai relacionar a parte de esquerda, comunistas, sempre vão relacionar com coisas ruins, principalmente pessoas que não entendem muito sobre e tal, não posso falar muito, né? Mas, enfim, é sempre assim. É sempre. Então, eu fico mais... Eu não passo muito por essas coisas, porque eu fico mais na minha. Mas, às vezes, quando eu dou minha opinião relacionada a essas coisas, as pessoas sempre falam alguma coisa ou outra. Principalmente homem que... Ai, eu não tenho muita paciência não (Ludmilla, informação verbal).

Outra resposta que se repete, mas só duas vezes, fala da tomada de consciência sobre nossos direitos e as desigualdades que nos atingem. Aqui Angela e Olga coincidem quando falam que este processo tem dois lados: um bom, pois é a partir disso que se constrói caminhos de maior liberdade e autonomia, e outro ruim, dado que junto com ela vem um sentimento de impotência. Sobre o bom, Angela diz:

Eu acho que o feminismo nos dá muitas ferramentas para pensar sobre a nossa autonomia, sobre a nossa liberdade. O que não quer dizer que seja dado, nem automático, que a gente não se culpe, um monte de coisa, mas eu acho que tem muitas ferramentas, muitos elementos no feminismo que nos ajudam na nossa construção de mulher na sociedade, mas não de mulher no lugar que querem que a gente esteja. Eu acho (Angela, informação verbal).

E depois retoma, ponderando o lado ruim.

Não sei se tem a ver só com o feminismo em si, mas [o ruim] é meio que o oposto do que eu falei, no sentido da tomada de consciência, porque também é uma dor, também é estar em contato com dores, com processos doloridos e acho que ter a consciência do quanto estrutural é, dá também um sentimento de impotência também, muitas vezes. É quando bate no ponto da dor e você entende que não é só, sei lá, prender aquela pessoa que não é só, que é o cara que trabalha com você, que você tem afeto, que você também, que já sabe que ele tem afeto, mas que tu tá vendo ali o machismo escancarado. E tipo, não é só tipo: ‘ai, que filho da puta’. Então, acho que essa... é isso, a tomada de consciência, ao mesmo tempo, é muito desafiadora, porque... E aí, acho que o sentimento de... Impotência, muitas vezes (Angela, informação verbal).

Olga sintetiza estes dois lados da seguinte forma:

Mas eu acho que o melhor e o pior é essa consciência que a gente adquire. É o melhor porque a gente entende que a gente precisa lutar, mas também é o pior porque a gente identifica e lida com coisas que são difíceis. Mas eu acho que são dois lados de uma moeda que é importante e que é essencial para que a gente, inclusive, consiga se libertar, para a gente entender a nossa condição. Se a gente não entende a nossa condição, a gente continua do jeito que está. Aceita, convive com isso. Então, acho que é o melhor e o pior essa consciência que a gente tem (Olga, informação verbal).

Para Rosely, “O pior é remar contra a maré. Ser poucas dentro de um mar contrário. Isso aí é... É muito ruim. Sermos poucas e somos muito poucas. Somos muito poucas. Isso é bem ruim”. Já Beth desdobra sua resposta em dois momentos da sua vida como feminista. No início, o esforço para não se tornar desagradável, pontuando o machismo e outras questões que observava.

No começo, o mais difícil para mim de ser feminista, não sei se era pior ou mais difícil, era porque você tinha que fazer um controle imenso para não ser uma pessoa desagradável e chata. Porque o mundo onde eu vivia, as relações que eu tinha de amizade, no trabalho, no mundo afetivo, não eram pessoas que conheciam o feminismo ainda. Então, gente, era horrível ouvir coisas machistas, coisas de classe, coisas preconceituosas. Era o tempo inteiro. Você olhava do lado, no ônibus, no metrô, na fila. Em qualquer lugar por onde você estava, o mundo se expressava. Na verdade, o patriarcado, o racismo é que ditava as normas. Parecia sutil, mas o feminismo que escancarou aquilo que parecia natural como não sendo natural. Então, não é que é o pior, mas é que, por exemplo, eu voltava para a minha cidade no interior, e eu tinha que falar 1, 2, 3 e tal... porque assim, ou você, cada vez que alguém falasse uma frase dos seus amigos, que você mais gostou, que você conviveu a vida inteira, fez ruim. Ou você, cada vez que alguém abria a boca, você era aquela pessoa desagradável, pra

dizer você é machista, corrigindo as pessoas e tal. Ou então, ou você não saía mais com eles, ou então você fingia fazer um ouvido de não ouvir, ou fingir que não tinha ouvido aquela coisa para passar, para ter essa convivência. Eu percebi que teve um momento que, para a minha convivência social, o feminismo me deixava sempre enalacrada, entendeu? Porque eu sentia um mal-estar e não conseguia lidar com isso, falar sobre isso ou tomar uma providência etc. (Beth, informação verbal).

E, depois, já nos dias de hoje, a cobrança de se posicionar sempre, nas mais variadas questões:

Mas hoje, por exemplo, primeiro, eu adoro ser feminista, eu acho que meus passos, a minha conquista, a jeito que eu olho o mundo, o que eu sonho, tem essa perspectiva feminista antirracista e eu acho bem bom. Tenho maior orgulho de ser uma feminista. E o difícil, é essa coisa também, um pouco, é quase que a mesma coisa, só que é diferente agora, é mais um pouco assim, é quase como se espera de você dar conta de muita coisa. Acontece uma coisa no meu prédio, que às vezes o porteiro sabe, o outro sabe, que eu sou aquela mulher, não sei o que lá, como se eu fosse uma vigilante dos comportamentos da humanidade, entendeu? Então tem também uma cobrança, né, que eu acho que eu não gosto (Beth, informação verbal).

A narrativa de Beth faz lembrar a descrição de Ahmed (2021) sobre o que ela chama de “feminista estraga-prazeres”, que será apresentada mais adiante. Já o desafio atual, remete à mesma autora quando esta afirma que a consciência feminista pode ser sentida como um interruptor aceso, que por vezes precisa ser desligado para sobreviver em um mundo que não é feminista, porém nem sempre esta opção está disponível. Também não se trata de uma decisão fácil, pois, em alguma medida, isso significa renunciar ao que se é.

No polo oposto, perguntadas sobre o bom de ser feminista, a resposta que mais se repete e já foi mencionada acima fala da liberdade e autonomia proporcionada pela tomada de consciência, ainda que duas, das três interlocutoras que deram esta resposta, também a indiquem como uma dificuldade. Angela aponta positivamente também o sentimento de reconhecimento e identificação com outras mulheres, no que coincide com a percepção de Nanda do quanto é bom estar em contato e aprender com outras mulheres. Neste sentido, estas interlocutoras vão ao encontro de Ahmed (2021) quando fala que o feminismo provoca uma sensação de não estarmos sós, de como mesmo ler livros feministas, por vezes, é como fazer amizades, pois por meio desta leitura se vai tomando consciência de que outras já passaram pelo mesmo que você.

A terceira resposta que se repete fala das conquistas alcançadas. Nos termos de Lelia, é bom ter uma vida já livre de algumas opressões. Já, nos de Lucia, é positivo o feminismo “ter conseguido mostrar a cara”, apesar de ainda não ter chegado a todos os lugares e de alguns retrocessos. Por fim, Rosely e Ludmilla falam que o bom é saber que estão do lado certo da história.

Entre as respostas com apenas uma menção, Beth diz que hoje adora ser feminista, pois “o jeito que eu olho o mundo, o que eu sonho, tem essa perspectiva feminista antirracista e eu acho bem bom (...), é tão transformador, eu acho que ele é tão solidário”, ainda que reconheça que não todas as feministas ou nem sempre se comportam assim. Na mesma direção, Nanda destaca o quanto a luta feminista não é só pela vida das mulheres ou por uma dimensão específica, mas está preocupada com o todo, com a comunidade, a natureza, a sociedade.

Perguntadas sobre o impacto que percebem que o feminismo em suas vidas, as quatro interlocutoras mais velhas falam prontamente “em tudo” ou dizem que não conseguem nem medir. Vale lembrar que elas estão no movimento há, pelo menos, 20 anos e que têm sua trajetória profissional muito ligada ao movimento, portanto, este é o lugar a partir do qual elas vivem e “leem” a própria vida há muito tempo.

Beth destaca o impacto na sua relação com os homens:

O feminismo me fez respeitar os homens. Porque antes eu acho que eu não respeitava os homens, antes de ser feminista. Acho que eu temia os homens. Eles se apresentavam na minha vida como a minha única opção. Porque alguém pra ser bem-sucedida, pra ser querida, pra poder estar no mundo, tinha que ter um homem do lado. Antes era o pai, mas depois é o marido, né? E aí o feminismo não fez isso (Beth, informação verbal).

Em outra parte da conversa ela conta que o casamento foi sua libertação, pois quando se separou tinha cumprido todas as coisas que sua mãe havia pedido, o que era uma forma de agradecimento por ela ter permitido sua ida para a cidade de São Paulo ainda muito jovem.

Lucia, por sua vez, fala de uma mudança radical:

Não consigo nem assim separar. Fica até difícil separar o antes, porque de primeiro eu era mãe. Em Portugal, mãe, dona de casa, aquela coisa toda careta. Depois vim para o Brasil, entrei na política, entrei no feminismo e mudei da água para o vinho. Era tudo ao contrário. Era amor livre, tudo, coisas, festa, libido (Lucia, informação verbal).

Rosely é taxativa na dimensão da transformação:

Tudo! Transformou a minha vida. Desde o primeiro dia que eu entendi que aquela revolta, aquelas coisas que eu não aceitava, que aquilo tudo que me oprimia, que tinha um caminho que era através da transformação por este projeto feminista, que chamam feminismo, a partir do momento que eu entendi isso, isso mudou tudo na minha vida (Rosely, informação verbal).

Angela lembra que quando se aproximou mais do feminismo estava no Ensino Médio e de lá para cá todas as suas escolhas foram impactadas por este pertencimento, mas faz um destaque em relação à maternidade:

Não que não estivesse comigo antes, mas um momento em que eu sinto muito forte a força do feminismo e entendo esse lugar, foi na maternidade, o quanto foi importante ter as ferramentas, ter possibilidades feministas nesse momento, então... É isso, acho que todo um... Reflexão, que não é só reflexão, né? Que também é sobre impacto na vida, nas escolhas de tipo... Mães são seres humanos, mães falham, mães erram, mães têm dores, mães têm desejos, mães têm sonhos, mães têm traumas. Mães são seres humanos, fazem merda (Angela, informação verbal).

Ainda que não dê a mesma ênfase que as anteriores na amplitude deste impacto na sua vida, Nanda também aponta fala de atravessamentos na vida como um todo:

O feminismo impactou a minha vida no sentido de... romper barreiras, me possibilitar outros imaginários, fez com que eu sonhasse com outras coisas e vivesse outras realidades possíveis já nesse tempo-espço. Esses outros mundos que a gente fala, o feminismo me trouxe (Nanda, informação verbal).

Estas percepções remetem, mais uma vez, a Ahmed (2021) quando apresenta o feminismo como uma oportunidade de começar de novo, como se, de certo modo, a sua história começasse com o feminismo. Esta dimensão fica mais evidente nas trajetórias de Beth e Lucia, as duas interlocutoras mais velhas e que encontraram o feminismo já adultas, quando já estavam separadas de seus maridos, então fica mais visível uma “mudança da água para o vinho”, como afirma uma delas.

As demais interlocutoras indicam campos mais específicos. Olga fala do estabelecimento de relações mais saudáveis, no sentido de não aceitar mais o que não deseja e incluindo o fato de deixar de ser heterossexual; profissional e emocionalmente, menciona questões relacionadas a autoconfiança e autoestima; a relação com o próprio corpo também foi trazida. Conta que, a partir do feminismo, passou a compreender também que dificuldades que entendia como pessoais, como falar em público, são consequências do machismo da sociedade em que vivemos.

Monica e Ludmilla são mais pontuais. A primeira conta que a partir do feminismo não aceita que ninguém a coloque em um lugar que ela não quer, como ter que fazer coisas que não deseja para agradar a pessoa com quem está com ela, seja homem ou mulher, no que se aproxima de Olga. Monica relata também que se surpreende como ainda tem meninas que se submetem e que, dentro do possível, tenta conversar sobre isso com elas. Ludmilla identifica

que o impacto foi conseguir entender e se posicionar melhor quando se vê diante de uma situação machista.

Lan manifesta dificuldade em identificar o impacto “de forma abrupta”, pois entende que sua geração já encontra um “feminismo pé na porta”, com direitos como o voto e a educação garantidos. Lelia entende que por algum tempo o impacto foi negativo, atrapalhava sua vida, ela era a “superchata”. Segundo ela, seus familiares diziam: “Ai, porque a Lelia... ela fala muito, ela pensa muito, ela tem muitas opiniões. Ela é muito nova e tem tantas opiniões”. Só quando chegou ao Ensino Médio e se engajou no grêmio viu que poderia ser uma ferramenta para ajudar outras mulheres.

Os incômodos que Olga, Beth e Lelia relatam que o ser feminista trouxe para suas vidas cotidianas, que por vezes as fizeram serem consideradas, respectivamente, “a chata do rolê”, “uma pessoa desagradável e chata” e “a superchata”, coadunam com o apontado por Sara Ahmed (2021). Como aponta a autora, quando alguém diz que algo é machista ou racista faz com que esta questão se torne mais tangível para outras pessoas, entretanto, para quem não tem ideia da coisa machista ou racista que falou, expor o problema faz com que aquilo passe a existir, assim, a pessoa que expôs o problema passa a ser ela mesma um problema, se tornando assim o que Ahmed chama de feminista “estraga-prazeres”.

Como argumenta Lacombe (2010), o feminismo, não só como uma forma de pensar o mundo, mas também como uma forma das feministas pensarem a si mesmas, possibilita o exercício de uma prática militante a partir da posição social de cada uma. Assim, a mulher pode agir individualmente como feminista, desde que não o faça em nome de outras feministas, entretanto esta atitude deve ser lida dentro de uma abordagem de ação coletiva, pois suas práticas se tornam efetivas a partir de argumentos coletivos.

Contudo, é interessante notar a diferença de percepção sobre o ser feminista entre as mais jovens e as mais velhas aqui entrevistadas. Principalmente para as quatro mais velhas, os feminismos se apresentam como um projeto de transformação da sociedade, uma forma de ver o mundo, o que atravessa diferentes dimensões da vida, o que fica evidente ao falarem das suas trajetórias profissionais em ONGs, por exemplo. Já entre as mais novas, sobretudo as três mais jovens, os feminismos parecem ter um caráter mais pontual e individualizado, que não implica necessariamente em um engajamento coletivo, o que se reflete também nos discursos sobre o movimento e seus impactos na própria vida.

Em síntese, as entrevistas refletem a multiplicidade de experiências, desafios e transformações pessoais e coletivas proporcionados pelos feminismos. Para muitas

interlocutoras, assim como definido por Curiel (2013), o feminismo se apresenta como um projeto político e uma prática cotidiana que impacta profundamente suas vidas, oferecendo ferramentas para enfrentar as diferentes formas de opressão de gênero e construir novos caminhos com mais liberdade e autonomia.

Como pontua Ahmed (2021), a consciência feminista ilumina os sistemas de opressão, mas também traz o peso de viver em um mundo que frequentemente se opõe a esses ideais. Ainda assim, as interlocutoras demonstram que, com todas as suas nuances e contradições, o feminismo continua sendo um instrumento poderoso de transformação pessoal e coletiva.

2.3 O papel da internet

Considerando o relevante papel que a internet tem tido para os movimentos sociais nos últimos anos, como apontado na Introdução, foi perguntado às interlocutoras que papel esta tem na sua trajetória feminista. Das quatro interlocutoras que se aproximaram do feminismo antes dos anos 2000, três delas apontam que a internet é uma ferramenta importante, que movimentos sociais, ONGs e mandatos parlamentares têm investido muito na comunicação via redes sociais. Rosely a destaca como importante espaço de denúncia e também aponta sua capacidade de mobilização, tomando como exemplo a Primavera Feminista e a campanha Eu Não Mereço Ser Estuprada⁹⁷. Por outro lado, ela aponta a falta de cuidado com esta ferramenta, que banaliza e não aprofunda questões complexas. Beth, por outro lado, não menciona a internet em nenhum momento, mas também não fez esta pergunta diretamente a ela, como feito com as demais.

Já Nanda conta que, “por mais que eu seja de uma geração que viveu ali uma coisa feminista na internet, eu me organizei muito no movimento das antigas, digamos assim”. Como dito anteriormente, seu ativismo se deu mais por meio dos movimentos que conheceu na universidade. Ela fala que a internet foi útil para formação, por exemplo, para saber que havia um curso da Marcha Mundial das Mulheres ou para realizar um curso remoto sobre feminismos camponeses comunitários numa universidade argentina. Entretanto, como ela mesma observa, algumas oportunidades e redes que acessou pela internet só foram possíveis porque ela fala espanhol e inglês.

Lelia conta que a internet influenciou “demais”, que aos 10, 11 anos estava em vários grupos de “feminismo liberal” em uma rede social, que foi ali que viu a notícia sobre um estupro

⁹⁷ Para mais informações sobre estas mobilizações, ver a seção 1.1.

coletivo que a marcou, onde procurou mais informações para entender o que estava acontecendo e encontrou o feminismo.

À mesma pergunta Lan responde: “100%, porque foi na internet que eu busquei livro, foi na internet que eu busquei vídeo, foi na internet que eu achei pessoas que falavam a respeito”. Conta que seguia vários perfis feministas, principalmente de feministas negras e conclui:

Talvez se eu vivesse na minha bolha, assim, sem contar com a internet, eu até saberia o que é feminismo, mas eu não saberia exatamente o que faz, como funciona, quais são as... Quando começou, digamos assim, o porquê que começou. Achava talvez que o dia 8 de março, acharia que o dia 8 de março era para entregar bombom e ganhar flor. Enfim, acharia que é isso. Mas a internet abriu meus olhos muito mais para poder conhecer a luta de fato e o movimento (Lan, informação verbal).

No entanto, como mencionado anteriormente, depois de um tempo ela percebeu que os algoritmos estavam entregando muito conteúdo sobre feminismo radical, buscou ir além disso e recorreu aos livros que pesquisou na internet. Esta percepção de Lan vai ao encontro dos dados obtidos por Jaqueline Jordão Martinez (2021) em pesquisa realizada em 2016, na qual aponta um expressivo crescimento do feminismo radical no ciberespaço. A partir da análise de uma centena de grupos de discussão feministas em língua portuguesa no Facebook, a autora aponta que 30% destes era alinhado a alguma vertente feminista e 18%, especificamente, ao feminismo radical. Ainda no caso de Lan, o tema volta no próximo capítulo, ao falar do papel fundamental que a internet teve sua identificação como pessoa não binária.

Já Olga conta que:

No feminismo... eu acho que a internet teve mais papel no meu socialismo, no meu comunismo, de eu me entender enquanto isso, do que no feminismo. Porque o feminismo, eu acho que foi mais pelo Olga mesmo. E eu já estava organizada, né? Então, eu acho que eu já me entendia a feminista, mas eu fui entender qual feminismo me pegava, qual feminismo eu realmente concordava, no Olga. Então, assim, são vários tipos e eu ficava, tipo, meio que, tipo, assim: ‘sou feminista, eu sei que eu sou feminista, mas tá, mas como? Quando? Onde?’ Sabe? E aí eu fui entendendo, assim, esse processo de formação do Olga, assim, foi mais um pouco, foi mais uma coisa mais presencial e tal, de organização das reuniões, de estudo, né, coletivo, individual também. Mas foi menos esse processo da internet. Hoje eu acho que a internet pra mim funciona mais na contramão, né? Tipo assim, eu tento propagar o feminismo através da internet, então eu crio conteúdo hoje nessa mesma página que era vegana, eu ressignifiquei ela (Olga, informação verbal).

Por fim, destaca a importância da internet como ferramenta, mencionando como exemplo uma menina que, em uma reunião do movimento de mulheres do seu partido, contou

que percebeu que sofria violência de gênero no seu relacionamento ao responder sim a todos os itens de uma *checklist* a respeito em uma rede social.

A internet teve um papel mais relevante na trajetória feminista destas últimas três interlocutoras. Neste grupo, estão duas das mais jovens, Lelia e Lan, que lembram como a internet, sobretudo as redes sociais, foi fundamental para conhecerem o feminismo e se reconheceram enquanto feministas. No entanto, se queixam de a internet entregar mais sobre um feminismo com o qual não se identificam. Uma nunca participou de um grupo feminista e outra esteve próxima durante sua militância partidária, da qual estava afastada no período da entrevista. A terceira, Olga, de 32 anos, por sua vez, apesar de ter uma trajetória de ativismo marcadamente individual e virtual, só se aproximou do feminismo organizado ao ingressar em um partido político. As experiências destas interlocutoras levam a problematizar o papel da internet no feminismo, pois, ao mesmo tempo que é uma forma de ter contato com ideais feministas e entender melhor do que se trata o movimento, também parece que “os algoritmos” dão mais destaque e circulação a vertentes feministas excludentes. Também faz pensar o quanto aquilo que está disponível *online* estimula ou não um engajamento mais organizado *offline*.

Por outro lado, a narrativa que estas três interlocutoras apresentam sobre suas trajetórias feministas e internet coadunam com o que Débora Zanini (2019) chama de ação engajada. Diferente de outros conceitos da teoria da ação política, que analisam os processos de participação e mobilização política a partir da relação indivíduos – organizações/instituições, este conceito:

...se refere a um novo processo de identificação de indivíduos com causas coletivas que ocorre a partir da potencialização e descentralização das interações estabelecidas nestas ambiências [mídias sociais]. Esse processo de identificação com causas coletivas permite que indivíduos se vejam como parte “de algo maior”, remetendo a um sentido de pertencimento, mesmo que não organizados em associações, movimentos, ou grupos de interesse (Zanini, 2019, 21).

Para a autora, o processo de identificação entre indivíduos passa pelo autorreconhecimento racional e emocional das histórias e experiências pessoais e cotidianas relatadas nas mídias sociais, que são identificadas e sentidas como “causas comuns” entre aquelas/es que ali interagem, podendo assim dispensar a ação de grupos organizados. Isto não quer dizer que as organizações não têm mais relevância no cenário político, pois, como Zanini sustenta, são elas que são capazes de direcionar em ações coletivas a força política produzida pela identificação entre indivíduos.

É preciso lembrar ainda que um aspecto fundamental da teoria feminista é a reflexão crítica sobre a relação entre esfera pública e privada. De acordo com diferentes autoras, nos anos 1970 e 1980, os grupos de autoconsciência foram uma importante ação para o feminismo por meio da qual as mulheres compartilhavam experiência, refletiam criticamente, e desta forma se fortaleciam para a atuação do movimento ao constatarem que “o pessoal é político” (Silva e Camurça, 2010; Zanetti, 2016; Hollanda, 2018; Paiva, 2023).

Nos últimos anos, esta coletivização de demandas parece estar acontecendo pela internet, porém de forma amplificada, dado o alcance das novas tecnologias. Como destaca Fernanda Paiva (2023), as plataformas digitais permitiram “um espalhamento de práticas discursivas feministas”, levando a uma escala global o que antes acontecia em grupos locais. A autora argumenta que os relatos pessoais se constituem em uma das estratégias discursivas do campo feminista que tem como finalidade o “letramento de gênero”, o que gera “processos de identificação” que, por sua vez, favorece “ciclos de mobilização”, como as campanhas #MeuAmigoSecreto ou #MeuPrimeiroAssédio, já mencionadas na seção 1.1.

Apesar de eu ter chegado a Lelia, Lan e Olga por caminhos muito diferentes, as três estiveram em diferentes níveis ligadas ao mesmo partido e seu movimento de mulheres, assim como mencionam sua ocupação feminista. É interessante notar que, enquanto as duas primeiras chegaram ao partido via movimento estudantil, a única que o conheceu pela internet foi a Olga, que já tinha uma longa e diversa trajetória de ativismo *online* e, das três, foi a única que manteve um engajamento organizado mais contínuo. Como ela mesma aponta, ao se reconhecer como socialista pensou: “agora eu preciso me organizar, porque comunista⁹⁸ que não organiza não é comunista, sabe?”.

Ludmilla não percebe nenhuma influência da internet no seu feminismo, reforça o dito anteriormente que foi pelas conversas e ações de mulheres da sua família desde sua infância que se reconheceu como feminista. Monica, por sua vez, ao responder esta pergunta, conta que ao acessar outros espaços por meio do seu time de futebol feminino, começou a ler e a procurar entender mais, revelando que contou com a internet nisso. Embora estejam distantes em termos de idade, uma tem 18 e a outra 37 anos, para além do pouco uso da internet neste contexto, ambas têm em comum morarem em áreas mais populares da cidade e o nível de escolaridade.

Observar os usos da internet na trajetória feminista evidencia não só as questões geracionais relacionadas ao rápido avanços desta tecnologia, mas também seu recorte de classe,

⁹⁸ Ao longo da entrevista Monique se identificou várias vezes como socialista, ainda que em alguns momentos tenha usado também a palavra comunista para falar de si mesma, como neste caso.

especialmente entre as mais jovens. Nos termos de Martinez (2021), Lelia e Lan, por exemplo, poderiam ser vistas como típicas “feministas de quarta onda”, isto é, jovens oriundas de coletivos estudantis que construíram sua experiência feminista através das redes sociais. Entretanto, lembrando Alvarez (2014), os feminismos são marcados por grande pluralidade, e entre as jovens não é diferente. Desta forma, mesmo no restrito universo desta pesquisa, Ludmilla, apesar de ter a mesma idade e pertencimento racial de Lelia, vai na direção oposta, afirmando que a internet “não teve nenhuma influência” no seu feminismo, assim como Monica, da qual a primeira se aproxima pelo pertencimento de classe.

Este capítulo evidencia, a partir de diferentes autoras, que os feminismos fazem parte de um processo de dar nome a incômodos que inicialmente pareciam restritos às próprias experiências pessoais. Nomear possibilita dar densidade social e física aos incômodos, inseri-los em seu contexto histórico e identificar formas individuais e coletivas de enfrentá-los. Para as interlocutoras, este processo parece se iniciar a partir do exemplo materno e/ou da aproximação a grupos feministas presenciais, principalmente entre as mais velhas, ou *online*, para algumas das mais jovens. Se tomar esta consciência, por um lado, é libertador, por outro também traz desafios, pois as desigualdades e injustiças se tornam mais visíveis. Assim, os feminismos se tornam uma forma de ler o mundo e apresentam um projeto político de transformação da sociedade, que se propõe a tornar o mundo um lugar melhor para “todas, todos e todes”.

3 “SE RELACIONAR COM MULHER É UMA REVOLUÇÃO”

Amora sabia o que era aquilo, mas não entendeu como podia ser. (...)

Ambas sentiam todas aquelas coisas que não teriam nomes, todos aqueles movimentos dentro. Até que Angélica disse: Amora, eu te amo (Polesso, 2022, p. 147).

Neste capítulo, a partir das narrativas das 10 interlocutoras do Rio de Janeiro, busco compreender como aconteceu a “descoberta” do amor e desejo por mulheres, como isso repercutiu nas suas trajetórias de vida, principalmente nas suas relações com família, pessoas amigas e consigo mesma. É aqui, portanto, que são abordadas questões relacionadas mais diretamente a afetividade e sexualidade, lançando luz para como foi o processo de autoidentificação como não heterossexual, como pensam a possibilidade de se relacionar com homens, as críticas à monogamia e outros aspectos que tangenciam as elaborações de si dessas ativistas.

3.1 Reconhecendo o próprio desejo

É impossível pensar com clareza as políticas da raça ou gênero porquanto estas são pensadas como entidades biológicas ao invés de construtos sociais. Similarmente, a sexualidade é inacessível à análise política enquanto for concebida primariamente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia individual. A sexualidade é tão produto da atividade humana como o são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, formas de trabalho, tipos de entretenimento, processos de produção e modos de opressão. Uma vez que o sexo for entendido nos termos da análise social e entendimento histórico, uma política do sexo mais realista se torna possível” (Rubin, 2003, p. 13).

Dentro desta perspectiva da sexualidade como uma construção social, Adrienne Rich, feminista lésbica estadunidense, e Olga Wittig, lésbica feminista materialista francesa, são algumas das principais referências nas discussões mais específicas sobre lesbianidade e heterossexualidade compulsória, ou obrigatória, a depender da tradução. De acordo com Curiel (2011), Rich, em texto clássico de 1980, aponta que a heterossexualidade, como a maternidade, a exploração econômica e a família nuclear devem ser analisadas como instituições sustentadas por ideologias que reduzem o poder das mulheres e produzem segregação por sexo na divisão do trabalho. Wittig, por sua vez, em ensaio de 1982, defende que a diferença sexual que define os sexos é uma formação imaginária e ideológica, que usa a natureza como causa, mas que, na realidade, é a opressão que cria o sexo e não ao contrário (Curiel, 2011).

Ou, como sintetiza Jules Falquet,

O que Wittig mostra é que a heterossexualidade (1) não é natural, mas social, (2) não é uma prática sexual, mas uma ideologia, que ela chama de “o pensamento straight [hétero]”, e, sobretudo, (3) que esta ideologia, que é a base da opressão patriarcal das mulheres, de sua apropriação pelos homens, é fundamentada na crença fervorosa e incessantemente renovada na existência de uma diferença dos sexos (Falquet, 2012, p. 22).

No contexto latino-americano, Ochy Curiel (2011), antropóloga feminista decolonial afro-dominicana, vem apontando a heterossexualidade como um regime político que está presente nos escritos jurídicos e constitucionais, tendo a diferença sexual como fundamento e por meio das concepções sobre “mulher”, “homem”, família e nacionalidade.

Essas reflexões revelam-se muito oportunas, pois uma parte central das entrevistas que realizei dizia respeito ao processo que levou as interlocutoras a reconhecerem e, em muitos casos, aceitarem seu desejo por mulheres. Em diferentes momentos, as narrativas nos levam a pensar como esta heterossexualidade compulsória se faz visível em suas trajetórias e os percursos e agenciamentos operados por elas diante dessa ‘norma’.

Com relação a tais aspectos, as dez interlocutoras do Rio de Janeiro podem ser divididas em três grupos: (i) aquelas que já iniciaram sua trajetória afetivo-sexual percebendo que havia um desejo direcionado a mulheres meninas; (ii) aquelas que reconheceram tal desejo em um momento posterior, contudo, identificam que este já estava presente em situações do passado, que na época não foi elaborado desta forma; e, por fim, (iii) aquelas que afirmam que nunca sentiram absolutamente nada deste tipo por mulheres e que, apenas depois de adultas, foram surpreendidas por este desejo e amor.

Em fevereiro de 2025, a Oitava Feminista, uma das coletivas identificadas pelo mapeamento apresentado no capítulo I, realizou uma roda de conversa chamada “Nunca é tarde para se entender lésbica”⁹⁹. Na chamada para a atividade sua facilitadora problematizava o fato que, mesmo em espaços lésbicos, muitas vezes as “lésbicas tardias” não são entendidas como “lésbicas de verdade” pelas “lésbicas de nascença”, questão que retomaremos mais adiante.

Apesar da tentação de assumir esta classificação encontrada em campo, que precisaria ser ampliada também para as interlocutoras bissexuais, o termo “lésbica de nascença”, que poderia ser um nome genérico para o primeiro grupo em que classifiquei minhas colaboradoras, é carregado, contudo, de um entendimento essencialista da orientação sexual. Da mesma forma, seria difícil o uso do termo “lésbica tardia”, que pela forma como é apresentado pela facilitadora, é uma experiência que, pelo “medo da rejeição, da violência e do isolamento social faz com que muitas de nós demorem anos para entender e aceitar que somos lésbicas”. Tal

⁹⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DGg0dK2SGj2/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

descrição poderia se encaixar facilmente para o segundo grupo identificado nesta investigação, mas não para o terceiro, pois pelas narrativas, durante boa parte da vida, inclusive adulta, as interlocutoras reunidas neste grupo nunca haviam percebido qualquer traço de desejo por mulheres.

Desta forma, apresento a seguir as narrativas que pude ouvir sobre o processo de reconhecimento do próprio desejo, organizadas e analisadas a partir dos três grupos mencionados anteriormente. Em seguida, busco identificar aspectos que aproximam transversalmente interlocutoras de diferentes grupos, como o uso de bebidas alcoólicas nas suas primeiras experiências com mulheres.

3.1.1 “Com nove anos, eu comecei a achar que tinha uma coisa estranha comigo”

Começando por aquelas que já iniciaram sua trajetória afetivo-sexual reconhecendo e vivendo seu desejo por mulheres, ao ser perguntada sobre como “descobriu” seu desejo por mulheres, Ludmilla, 18 anos, inicialmente diz que só percebeu que “gostava mesmo de menina” na pandemia, ao ver um vídeo no Tiktok¹⁰⁰. Relata que, quando viu, começou a chorar e falou “meu Deus, eu sou igual, eu gosto de menina”. Chamou a mãe na hora e contou. A resposta que recebeu foi: “tá bom, depois só vê se tem certeza mesmo”. Entretanto, na sequência ela admite: “Eu meio que já sabia que eu gostava. Só que eu tinha vergonha de chegar, não sabia como chegar. E quem chegava era sempre menino, né?”. Ludmilla relata que teve até uma colega de escola que insistiu muito para ficar com ela, mas que recusou, pois não sabia o que fazer, tinha vergonha de beijar.

Ao longo da conversa, Ludmilla relata que transou pela primeira vez aos 14 anos e achou meio sem graça. Disse que “foi um pouco doído, porque ele foi meio escrotinho” e que no final ainda perguntou se ela não era virgem, pois não tinha sangrado. Diz que ficava com meninos “mais por obrigação”, pois achava que “um dia ia gostar”. Conta que quando tinha uns 7 ou 8 anos, junto com duas filhas de amigas de sua mãe com quem brincava, na hora de ir dormir começavam a “ficar, passar a mão...”. Contou ainda que na época tinha uma fascinação por peitos. Em outro momento, retomando este assunto, fala que quando era bem pequena tinha uma madrastra que tinha “um peito enorme” e que lembra que gostou de abraçá-la uma vez em que tomaram banho juntas. Segundo a interlocutora, ela sempre teve desejo por mulheres, sabia

¹⁰⁰ TikTok é uma plataforma de redes sociais na qual são compartilhados vídeos curtos. O uso dessa rede social se ampliou no Brasil durante a pandemia de covid-19 e, atualmente, a maioria de seus usuários são jovens.

que “tinha aquilo ali, mas também não sabia o que era”, até ver o vídeo e decidir contar para a mãe.

Só quando já estava no ensino médio, em uma “resenha” em que acha que as bebidas estavam “batizadas” e ficou “muito doida”, Ludmilla teve coragem de falar para uma menina que ela era muito bonita. A garota conseguiu seu telefone, conversaram, ela mandou “umas indiretas”, “mas não rolou nada além disso”. Por fim, Ludmilla diz: “só me aventurei mesmo no mundo lésbico depois que raspei a cabeça”, em 2022. Algumas pessoas falavam que era uma loucura, mas várias elogiaram muito e ela concorda: “realmente eu fiquei muito bonita”. Assim, “começou a vir um monte de menina. Eu fiquei muito feliz, porque eu não conseguiria chegar nas meninas”. Ainda a respeito desse período, conta também que postava fotos e muitas meninas começaram a seguir, curtir, o que a fez se sentir “muito bonita mesmo”. Esta fala de Ludmilla sobre seu corte de cabelo indica uma aproximação a uma elaboração de gênero mais masculina, o que nos termos de Simões, França e Macedo (2010) faz parte do jogo de demonstrar pertencimentos e dar-se a ver.

Lelia, 18 anos também, por sua vez, relata que “quando eu tinha uns nove anos, eu comecei a achar que tinha uma coisa estranha comigo. Eu era diferenciada das outras garotas, mas eu só fui saber o que era exatamente, dar um nome a isso, lá para os 13, 14 anos, que foi quando eu me assumi para a minha mãe”.

Com 10 anos, ela deu seu primeiro beijo, em uma amiga, mas ficou preocupada, achou que tinha “algo de estranho”. Diz que na época era muito religiosa, evangélica, que sentiu “muito da culpa cristã” e então foi mais ainda à igreja, “para ver se aquilo saía da minha mente”. Conta que achava que “se ficasse firme, aquilo ali ia desaparecer”, o que não aconteceu. Com cerca de 12 anos começou a ver que era uma coisa mais séria, não tinha muito o que fazer, então buscou mais informações sobre o assunto. Com 13 anos, teve seu primeiro namoro com uma menina, que durou 6 meses e, segundo ela, foi bem difícil, pois, como não eram assumidas para suas famílias, tinham que se encontrar escondido.

A partir de então percebeu que realmente era bissexual e poucos meses depois se assumiu para sua família. Revelou que para sua mãe teve que fazer isto duas vezes, pois da primeira vez ela ignorou. Lelia acha que ela pensou que “era uma fase, então não deu muita atenção”. Assim, em 2021, ela disse de novo para a mãe que era bissexual, como conta Lelia: “aí ela já viu que não ia ter muito o que fazer. Ela falou tá bom, então tá bom, eu te aceito e tal...”. Desde então, a interlocutora não teve envolvimento sério com mulheres, só encontros

casuais. Aos 16 anos teve o primeiro namorado que levou em casa e depois outro relacionamento hétero mais curto.

Indagada sobre como lidou com a questão religiosa, Lelia diz que neste processo começou a questionar Deus e a religião, apontando a contradição de existir um Deus de amor que não a aceita. A partir de então percebeu que não podia ficar se odiando, pensando que ia para o inferno, e, assim, começou a “entender que devia viver sua vida” e assim “se libertar disso”. Hoje se considera “muito de boa mesmo” neste aspecto e avalia que ter começado a se interessar por uma religião de matriz africana a ajudou muito neste processo, pois viu que pode ser religiosa e viver sua sexualidade sem problemas.

Sobre sua infância, Lelia lembra que quando via filmes da Disney, “ao invés de estar querendo o príncipe do filme da princesa, eu tava querendo a princesa, entende?”. Relata ainda uma situação dentro do carro, quando ela tinha 9 ou 10 anos, em que sua mãe fez algum comentário homofóbico e, em seguida, disse que não queria que sua filha fosse lésbica. Conta que não foi fácil, pois havia poucas pessoas LGBT no seu círculo familiar e sempre eram criticadas, então pensava “nossa, eu não posso ser assim. Eu não posso ser dessa maneira, isso tá errado”. Outro pensamento que tinha era: “nossa, eu só vou ficar com uma menina quando eu for mais velha, escondido da minha mãe. Tipo: nossa, a pessoa queria ficar com uma única menina quando fosse mais velha e depois nunca mais, pra ela não saber”.

Falando sobre sua primeira relação sexual, Lelia conta que foi aos 17 anos, com um homem, entretanto, complementa: “Eu acho que teria sido melhor se tivesse sido com uma mulher, com uma pessoa que entende como eu sou. Mas não foi ruim, não; não me causou muito desagrado, não; mas poderia ter sido melhor”. Questionada sobre o porquê, que diferenças percebia entre se relacionar com homens e mulheres, Lelia diz:

Com uma mulher eu não preciso explicar as coisas óbvias sobre mim, porque ela já automaticamente entende, ela é uma mulher. E com um homem eu fico muito incomodada de ter que dizer o óbvio, ter que explicar pra ele o que ele tem que fazer, como ele tem que agir, como se estivesse criando ele. Com uma mulher não precisa fazer isso, ela já sabe. É muito mais fácil, entende? (Lelia, informação verbal).

Outra interlocutora, Lan, 23 anos, conta que começou a perceber que gostava de “pessoas atreladas ao feminino” por volta dos 12 ou 13 anos, mas negou isso por muito tempo devido à formação católica que recebeu da sua família paterna. Pensava que não podia, pois era contra a religião, contra sua família. Como era a primeira neta, sentia que havia uma expectativa na família de que fosse perfeita, “o ouro em pessoa”. Neste contexto, só foi se aceitar quando tinha 16 anos, idade em que contou para a mãe que era bissexual.

Aos 17 anos teve um relacionamento à distância com uma mulher, mas, apesar de morarem na mesma cidade, devido a questões familiares, nunca chegaram a se encontrar. Lan diz que sofreu muito, que foi um trauma, segundo ela, “o primeiro relacionamento lésbico é sempre um trauma”. Por volta dos 18 anos, começou um relacionamento heterossexual que durou uns nove meses. Conta que durante este período fez duas descobertas: foi diagnosticada com transtorno de personalidade borderline e que não gostava de homens como achava que gostava. Relata que foi um período “muito complicado e conturbado”, pois seu namorado “não era uma pessoa muito fácil, era manipulador e invasivo”, o que, de certa forma, reforçava nela uma necessidade de ser aprovada por aquela figura masculina. Uma semana depois do difícil rompimento com este namorado, Lan conheceu a atual namorada, relacionamento que sobreviveu a “todos os transtornos possíveis dentro da pandemia”.

Lan diz que quando terminou com o namorado teve como rede de apoio “uma panelinha de amigos”, composta majoritariamente por pessoas LGBT, principalmente lésbicas, da qual ele também fazia parte. Lembra que até pela vivência que elas/es traziam de seus relacionamentos, aquele era um contexto em que estava tudo bem ela “ser quem era, sentir atração pelas pessoas que sentia”. Narra que estava com este grupo, era carnaval, tinha bebido, “tava no brilho”, então não precisou pensar muito, foi lá e beijou aquela que se tornaria sua namorada. Marcou um “date” com ela no dia seguinte em um museu, teve medo de que ela não fosse, achando que tinha sido só o convite de uma pessoa bêbada, mas “felizmente ela acreditou sim e foi. E deu tudo certo a partir daí. Segurei a mão dela na fila do museu, assim, me tremendo de medo de alguém falar qualquer coisa, mas não aconteceu nada”.

Lan lembra:

Quando eu conheci a minha namorada, foi uma coisa muito esquisita, porque... Sei lá, foi um toquezinho na mão e eu já fiquei assim, meu Deus, borboletas no estômago, toda... Enquanto eu tava, sei lá, nove meses me relacionando com um cara e era tudo forçado, eu imaginava o que eu tinha que fazer, como fazer, como reagir. ‘Não, isso aqui eu acho que foi fofo da parte dele, então eu vou achar fofo’. Sem necessariamente achar, sem necessariamente sentir... E acho que quando eu comecei a conhecer ela, a gente começou a conversar e tal, eu fiquei assim, gente, mas as coisas são tão naturais aqui (Lan, informação verbal).

A primeira vez que Lan se recorda de ter sentido desejo por uma menina foi por volta dos 11 ou 12 anos, em uma disputa pelo controle remoto com uma amiga, uma olhando no olho da outra, conta que pensou “meu Deus, o que vai acontecer aqui? Aí veio aquela palpitação no coração de o que é isso? O que é isso?”. Disfarçando, entregou o controle para a amiga. A partir daí começou a perceber a forma como olhava para as mulheres. Diz que, ao mesmo tempo,

passou a ter medo de entrar no banheiro, quando o fazia, andava olhando para o chão, pois tinha medo de que “estivesse estampado na cara” que ela gostava de mulheres. Para Lan, o banheiro era um terror: se tinha que entrar, saía rapidinho; se alguma amiga chamasse, dizia que não estava a fim. Tal apreensão remete à Sedgwick (2007), quando aponta que, mesmo para as pessoas mais assumidamente gays, cada nova situação social exige delas novos cálculos e esquemas de sigilo ou exposição em relação à sua orientação sexual, o que inclui a dificuldade de adivinhar qual seria a reação de cada interlocutor/a.

A interlocutora conta que foi assim até:

[...] o momento em que eu passei a ficar mais ativa em rede social. E tava conversando muito com uma menina online e tal. Comecei a gostar dela. Quando eu percebi, eu já tava me declarando, assumindo pra minha mãe, ‘mãe, eu gosto de meninas, mãe’. E a minha mãe descabelou de chorar como se, ‘nossa, o mundo está acabando’, ‘eu não acredito que eu pari isso’, enfim. [Até ela aceitar] foi muito complicado, muito doloroso também, porque ela me falava coisas muito cruéis. Então, isso de certa forma foi até uma... Eu tentei arrancar isso de mim, de certa forma. Então, conforme as coisas que ela falava, principalmente quando eu me assumi pra ela, lá com meus 15, 16 anos, todo aquele tempo foi remoendo e eu pensando que ‘não, eu vou ignorar isso, essa é uma parte da minha vida que eu vou deixar quieta, eu também tenho a opção de gostar de homens’, que até então na minha cabeça era isso, eu podia, né? (Lan, informação verbal).

Ela diz que se forçou de todas as formas possíveis a se relacionar com um homem, mas que a mãe também desaprovou o namorado que teve. Então, quando terminou com ele, Lan pensou que, já que estava desagradando de qualquer jeito, ia ficar com quem queria e “foda-se”. Entretanto, conta que teve algumas “recaídas”, até a mãe aceitá-la de fato. Em um período em que tinha terminado com a namorada, decidiu se relacionar com homens porque era algo que fazia a sua mãe feliz. Tentou ficar com um amigo da época, que sabia que gostava dela, mesmo sabendo que era lésbica, e foi horrível. Só então ela realmente se convenceu de que “não dava certo”.

Ludmilla, Lelia e Lan narram as suas primeiras experiências afetivas e sexuais já marcadas pelo desejo por mulheres. Além de serem as interlocutoras mais jovens, entre 18 e 23 anos, elas têm em comum o mesmo pertencimento racial, são negras, e o fato de ainda morarem com suas famílias monoparentais. Como as três interlocutoras nasceram nos anos 2000, durante as suas infâncias já havia políticas públicas federais voltadas para este segmento, o casamento entre pessoas do mesmo sexo no país já era legalizado em suas adolescências e já havia pessoas públicas assumidamente LGBTQIAPN+ respeitadas na esfera pública. Contudo, é interessante notar como as três falam de um sentimento desconhecido, que a princípio não conseguiam sequer nomear, o que talvez possa ser atribuído à falta de referências LGBTQIAPN+ no seu

entorno próximo, que provavelmente poderia existir, mas que não eram visíveis, ou mesmo pela referência sempre pejorativa às poucas figuras conhecidas, como menciona Lelia.

Outro aspecto a ser considerado é o desafio de se identificar e ter determinados comportamentos afetivo sexuais quando ainda há uma hierarquização sexual bem delimitada. Como aponta Gayle Rubin (2003), nesta hierarquia “heterossexuais maritais e reprodutivos” estão no topo, sendo recompensadas/os com respeitabilidade, legalidade, suporte institucional, benefícios materiais, entre outros. Enquanto, na medida em que se desce na escala vai se intensificando as acusações de doenças mentais, má reputação, criminalização, limitada mobilidade social. Assim, talvez as interlocutoras só estivessem tentando evitar o estigma a que ainda estão sujeitos alguns comportamentos e identidades sexuais, o que aparece de forma mais contundente na narrativa de Lan.

Uma vez identificado “o que está acontecendo”, nas três narrativas vem também uma apreensão relacionada à comunicação disso à família, antes mesmos de qualquer experiência sexual ou amorosa com mulheres. Tal apreensão também é observada por Oliveira (2019), contudo, nos depoimentos de lésbicas e gays por ele ouvidos que fizeram esta comunicação de forma relativamente espontânea ou voluntária, o momento “escolhido” para esta comunicação foi diferente. Ele relata que, se as experiências sexuais eram consideradas temas de âmbito estritamente privado, portanto sem necessidade de comunicação, as experiências amorosas eram consideradas aquelas que “podiam” e “deviam” ser publicizadas, assim, o início de um “namoro” com uma pessoa do mesmo sexo seria uma experiência que motivaria a “saída do armário”.

Voltando às jovens ouvidas neste trabalho, mais do que a comunicação à família, a primeira preocupação é a reação das mães, exclusivamente a delas em um primeiro momento, o que talvez possa ser atribuído ao fato de ser com quem moram e de quem ainda dependem financeira e afetivamente e/ou à responsabilidade moral atribuída às mães no contexto familiar. Pereira (2008) observa a mesma dificuldade entre jovens de baixa renda de Maceió, que decidem não revelar sua identidade sexual por medo de serem rejeitadas ou decepcionarem a família. Segundo a autora, “negar-se enquanto sujeito parece menos danoso que ser vítima da rejeição materna” (Pereira, 2008, p. 53).

Meinerz (2005) também relata que é recorrente entre suas entrevistadas a referência ao “pacto de silêncio”, por meio do qual se evita o confronto direto das famílias com suas parceiras afetivo-sexuais das filhas. Uma delas, por exemplo, menciona que os pais sabem veladamente, o que ela confirma falando que a mãe não cobra mais namorados. A entrevistada conta também

que, quando estão com seus pais, eles se comportam como se elas fossem só amigas e então elas também agem como tal.

O tema família será retomado mais adiante, mas vale lembrar aqui o protagonismo da mãe dentro do contexto familiar, vivido principalmente pelas interlocutoras mais jovens, mas também presente em outras narrativas. Como explica Novo (2023), o “amor materno” é frequentemente lido como um “instinto” inerente à capacidade feminina de gerar e dar a vida, o que potencializa concepções das emoções como fenômenos físicos naturais e sua vinculação imediata com o feminino. Tido como naturalmente sentido ao se tornar mãe, este amor é considerado como “puro, universal e inabalável”, distinguindo-se assim das outras formas de amor, o que também pode explicar as grandes expectativas relativas à aceitação desta figura.

Apesar dos avanços, as situações relatadas por estas três interlocutoras já evidenciam como a heterossexualidade compulsória segue plenamente vigente. Na falta de filmes e desenhos animados com referências não heterossexuais, Lelia fala do seu olhar diferente do esperado para um filme da Disney, no qual se interessa pela princesa, não pelo príncipe. Ludmilla conta como só foi capaz de vocalizar o que já sentia ao ver um vídeo na internet, mas ainda assim não conseguia “chegar nas meninas”, o que de certa forma é solucionado por um corte de cabelo que, por meio de uma performance de gênero considerada masculina, demarca a direção do seu desejo, assim as meninas começam a chegar nela. Por fim e mais explícita, é a repressão sofrida por Lan por parte de sua mãe, o que impacta diretamente no seu processo de autoaceitação.

É interessante destacar que tanto Ludmilla como Lan, que na entrevista se identificaram como lésbicas, ainda “fizeram um esforço” para se relacionar com meninos. A primeira conta que ficava com meninos por obrigação, achando que “um dia ia gostar”. Já a segunda diz que o fez para agradar a mãe, mas que ao estar com uma menina percebeu o quanto tudo o que fazia no relacionamento hétero era “forçado”, como racionalizava as reações a partir daquilo que achava que deveria sentir nas interações com o namorado. Lelia, a única deste grupo que se identifica como bissexual no momento da entrevista, diz que seus relacionamentos até ali foram predominantemente com meninos, entretanto, gostaria que sua primeira relação sexual tivesse sido com uma menina, pois com elas não é necessário “explicar o óbvio”.

Vale ressaltar também como a internet se faz presente explicitamente em dois relatos. Ludmilla se reconhece e consegue comunicar o que sente a partir de um vídeo do TikTok e Lan consegue dar vazão aos seus sentimentos quando fica mais ativa nas redes sociais, onde se apaixonou por uma menina, o que a levou a se assumir para a mãe. Assim como percebido por

Bonoto (2021) em pesquisa sobre ativistas LGBT, a mídia cumpre um papel relevante em processos de percepção pessoal, ainda que marcada por diferenças geracionais. Se entre os/as mais jovens a “descoberta”, está intrinsecamente relacionada aos usos da internet, para os/as mais velhos/as o primeiro contato com referências não heterossexuais era via mídia impressa, tanto hegemônica como alternativa, o que não foi mencionado pelas interlocutoras mais velhas deste trabalho.

Outra aproximação relevante entre os relatos de Lelia e Lan refere-se ao lugar da religião, evangélica e católica, respectivamente, no processo de lidar com seus desejos durante a adolescência. Ambas falam do papel que esta teve na percepção de que o que estavam sentindo era errado, o que era corroborado por suas famílias, em comentários lesbofóbicos no caso de Lelia e pela reação recriminatória da mãe e formação católica recebida por parte da avó de Lan. No caso de Ludmilla, as questões religiosas aparecerem muito tangencialmente na sua entrevista.

3.1.2 “Eu fui apaixonada por ela e eu não entendia”

Entrando no segundo grupo, aquelas que olhando retrospectivamente percebem que “sempre” sentiram desejo por mulheres, Olga, 32 anos, é a que percebeu isso mais nova. Questionada sobre a primeira vez que percebeu que existia este desejo, ela diz que, pensando agora, isto é, durante a entrevista, nas vezes em que pode ter se reprimido, menciona que, por volta dos 13 ou 14 anos, ela “estava começando a ficar com meninos” e uma amiga próxima, que namorou um menino por alguns meses, “se descobriu lésbica”. Ela conta que ficou “achando muito estranho”. Relata que sua mãe lembra que ela chegou em casa contando isso e dizendo que não sabia se continuaria sendo amiga dela ou não, ao que sua mãe teria respondido: “Tá maluca, Olga? É a mesma pessoa, continua sendo a mesma pessoa. Que diferença faz isso?”. Agora Olga percebe que “na verdade, era eu que me sentia atraída por ela. Entendeu? E aí era uma movimentação onde, tipo assim: não, acho que talvez eu deva não ser, ficar mais próxima dela, porque eu me sinto atraída por ela e ela fica com meninas e isso não vai dar certo”. Por fim, ela diz:

Mas eu só vim realmente a ficar com uma mulher com 18 anos. Então demorou bastante pra eu... Tipo, achar que tudo bem, sabe? Foi um processo, assim. E assim... Primeira vez que eu beijei uma mulher foi com 18. Porque também eu tinha bebido, e aí aquela coisa, né? O filtro sai um pouco, você se solta mais, né? Tira um pouquinho daquelas máscaras sociais que a gente usa, e aí... Fiquei mais tranquila (Olga, informação verbal).

Em outro momento, quando convidada a narrar como foi o processo de reconhecer seu desejo por mulheres, ela começa dizendo que sempre teve atração por elas, que inicialmente “se entendeu” como bissexual, mas que por vezes se questionava, pois nunca tinha namorado uma mulher. Cita um amigo que uma vez disse para ela, “você é bi de balada, você nunca namorou uma mulher, você nunca se apaixonou por uma mulher”. Ela segue contando:

E aí demorou pra eu entender que era uma coisa imposta pela sociedade. Eu não entendia isso como possível porque as pessoas não entendiam isso como possível. Eu ia internalizando isso de alguma forma. Eu não me abria pra essa possibilidade mesmo. Quando eu me relacionava com mulheres, eu ia até um certo local e a partir dali eu falava, não, é até aqui que eu vou, é até aqui que eu posso ir e isso foi um processo (Olga, informação verbal).

Ela afirma que o processo da ocupação feminista, em 2022, foi muito importante para sua aceitação no campo da sexualidade, pois, nas suas palavras:

Aí na ocupação, como a gente ocupou com 40 mulheres e ficou lá só mulheres por vários dias, eu fiquei tipo assim: cara, homem é tão desinteressante, sabe? E, aí foi um processo de eu entender que tipo assim, cara, eu realmente fico com homem porque a sociedade diz pra mim que eu tenho que ficar. Não é uma coisa que eu realmente ache que eu realmente goste, que eu realmente admire, sabe? E aí eu comecei a falar: gente, que negócio louco. E aí foi um processo. Na época eu não tava fazendo terapia inclusive, então foi um processo que eu fiz sozinha. Foi uma coisa que eu fui entendendo... (Olga, informação verbal).

Na época ela estava namorando com um homem, mas conta que depois da ocupação “desandou o relacionamento”. Revela que tentaram convertê-lo em uma relação aberta, mas não deu certo, pois ela “não é muito adepta da não monogamia”. Foi durante este período de tentativas com ele que Olga conheceu sua “atual namorada”, com a qual mora há dois anos.

Nanda, 28 anos, considera que sua sexualidade sempre esteve muito presente na sua vida. Lembra que beijou um menino pela primeira vez aos 10 anos, ainda que depois tenha ficado muito tempo sem beijar ninguém. Conta que começou a se masturbar muito cedo, com uns 12 ou 13 anos, e que era uma experiência compartilhada com suas amigas; ensinavam uma à outra como fazer, o que usar, como se descobrir sexualmente, o que diz lhe ter dado maior autonomia. Além dos conflitos de relacionamento entre seus pais, sua irmã começou a se relacionar sexualmente muito cedo, logo teve um HPV muito sério, o que gerou mais conflitos e “um grande trauma”.

Nanda conta que nunca namorou um homem, mas que no ensino médio gostava de um menino que era “maior viadão”. Depois, na universidade, achou que estava apaixonada por um amigo com quem convivia muito e transou “pontualmente” com meninos. Porém, ao mesmo

tempo, se questionava se nunca iria namorar e porque, diz que sentia uma tristeza por não entender bem o que estava sentindo. Depois analisa,

Eu acho que, subconscientemente, essa coisa de não querer buscar problema e nem conflito, que a minha irmã teve muitos conflitos, eu não queria ter conflito nenhum. Então, eu acho que, em alguma medida, eu me pudei do meu próprio desejo, que poderia também ser um desejo heterossexual, que nem isso eu acho que eu acessava de uma forma plena, sabe? Então, eu acho que eu voltei muito mais pra mim mesma e fui levando. Só quando eu tava na universidade que eu realmente aproveitei assim, sabe? Tipo, de me permitir sentir, de me permitir me atrair, aí é isso. Eu lembro também, uma vez que eu viajei para São Paulo, de estar em São Paulo com uma amiga, que é isso, já se relacionava com mulher, e falar assim: ‘Aquela mulher ali é bonita, eu beijaria aquela mulher, sabe? Estou com tesão’. É isso, assim, de viajar sozinha e também de olhar para as mulheres, de me permitir ter esse olhar, né?’ (Nanda, informação verbal).

Seguindo o relato, ela conta que, por volta dos 21 anos,

Aí eu já tinha outras amigas que eram LGBTs. E aí... fui numa festa, já tinha beijado outras meninas, mas numa festa eu fiquei com uma pessoa, que hoje em dia é uma pessoa não binária, a gente transou. Foi super legal, eu fiquei super feliz. Isso de ser uma xereca também, sabe? Assim, graças a Deus, uma coisa que eu conheço! E aí, Julia, o que eu acho que mais me transformou foi no sentido de quando eu transei com uma mulher, com uma pessoa com vulva, eu entender que, na verdade, eu nunca tinha... Tipo assim, transar com homem nunca foi realmente prazeroso, inclusive pela minha postura, pela forma que eu agia. De tipo, deles não conseguirem lidar e de várias vezes eles ficarem brocha. E eu ficar meio puta, porque eu também já não tenho muita paciência. E aí, tipo, é isso, assim, quando... A primeira vez que eu fiz uma mulher gozar foi... Cara, nuvens, estrelinhas, alegria, felicidade, amor, tudo, tudo de bom. E eu falei lá, cara, não tem porquê eu transar com homens num sentido normal, sem ser numa suruba. Porque não vai dar em nada, não é isso. Ninguém vai ser feliz com isso, sabe? E aí, foi isso (Nanda, informação verbal).

Sobre a primeira vez que lembra de ter sentido desejo por uma mulher, ela menciona uma amiga que conheceu pela internet quando tinha 15 anos, da qual ela tinha muito ciúme e com a qual rompeu porque ela tinha outra amiga. Nanda conclui:

Eu fui apaixonada por ela e eu não entendia. (...) Era alguém que eu tinha uma afetividade que era muito diferente e que eu não entendia, porque na minha cabeça ela era minha amiga, entendeu? Mas que também é isso, nem se compara a nada do que eu senti pelos meninos que eu, em tese, me apaixonei (Nanda, informação verbal).

Monica, 37 anos, conta que se relacionou com homens a vida quase toda, mas sempre teve a “cabeça muito aberta”. Acha que sempre foi bi, pois já pensava que “se um dia rolar... conhecer alguém..., tudo bem”. Acredita, portanto, que não tinha tido oportunidade. Até que, há uns 6 anos, foi morar em Manaus, onde conheceu sua professora de ginástica e, “de forma

muito natural”, começaram a conversar e acabaram “ficando”. Segundo ela, saíram algumas vezes, mas não tiveram nada sério.

A interlocutora diz que um tempo depois voltou para o Rio, ainda estava casada, mas seu casamento “já vinha conturbado de muito tempo”. Já estava no processo de separação quando conheceu sua atual esposa no seu time de futebol e estão juntas há três anos. Entretanto,

Assim, falando de forma bem sincera, eu nunca imaginei que eu ia ter coragem de assumir uma mulher, de criar um relacionamento mesmo. Vou sair, tá tudo bem, mas não pensava que eu ia ter coragem. De chegar para os meus pais e falar: olha, eu estou com uma mulher, olha, eu estou com uma menina (Monica, informação verbal).

Quando se conheceram, sua esposa também estava se separando de um casamento heterossexual de 13 anos: “a vida estava turbilhão”. Neste contexto, uma foi apoio para a outra e o são até hoje, segundo ela. Para Monica, esta relação:

[...] é diferente de qualquer coisa que eu já tenha vivido na vida. É diferente, é muito diferente. Eu fui casada há 13 anos, mas eu fui, por exemplo, eu falo que eu fui mãe solo casada. Eu sempre fazia tudo sozinha, eu nunca deixei de fazer nada; eu pegava o meu filho, botava nas costas e vambora. Então assim, mas eu sempre saí muito sozinha, eu sempre fiquei muito sozinha. Hoje em dia eu tenho uma pessoa comigo que é companheira de vida (Monica, informação verbal).

Monica segue explicando o que isso quer dizer. Acha que por ter sido irmã mais velha e ter sido mãe cedo sempre teve muita responsabilidade, sempre cuidou de todo mundo, mas não tinha quem cuidasse dela. Dá como exemplo sua separação, que foi “totalmente conturbada”. Revela que nem sua mãe sabia o que estava acontecendo, que não teve nenhum apoio, que só contou com a ajuda do seu time de futebol para fazer a mudança.

Hoje em dia eu tenho essa pessoa que cuida de mim, e às vezes é estranho até. É difícil saber ser cuidada assim, eu fico... às vezes ela fica... esses dias mesmo que eu fiquei doente, né? Aí ela: ‘cara, deita, descansa, fica aí, eu fico...’ É difícil ser cuidada, é difícil saber ser cuidada também. E hoje em dia eu tenho essa pessoa que... Eu tô até emocionada (Monica, informação verbal).

Sobre o que a fez ter coragem de assumir o relacionamento com uma mulher, ela diz:

Então, tudo foi inserido na nossa vida de forma muito leve. E assim, conforme a gente foi se relacionando, eu via... O jeito que ela era comigo, foi um amor mesmo. O jeito que ela era comigo, o jeito que ela cuidava de mim, o jeito que ela se preocupava com meus filhos. Eu falei: ‘não, eu não tenho que esconder essa pessoa, eu quero essa pessoa na minha vida! Eu quero ela na minha vida e eu quero poder levar ela na minha mãe, porque eu quero poder levar ela pra almoçar comigo, eu não quero ficar me escondendo’. (...) De verdade, assim. A gente tem uma parceria, uma cumplicidade,

um respeito. Isso é importante. Eu saí do meu antigo casamento, ele terminou de uma forma muito abusiva. Abusiva, houve agressão e tudo isso (Monica, informação verbal).

Perguntada se antes da mulher de Manaus já tinha tido vontade de ficar com alguma outra mulher, Monica diz que já teve umas que “eu olhava e falava: ‘caraca, se vem aqui eu acho que eu ia’. Tive sim. É o que eu falo, eu acho que eu não fiquei antes por falta de oportunidade”. Depois lembra que quando era adolescente tinha uma amiga que morava em São Paulo, mas passava as férias perto da casa dela e algumas vezes viajaram em grupo. Monica conta que pensava que se esta amiga pedisse para ficar com ela, ela ficaria. Apesar de, naquela época, elas contarem coisas da vida uma para a outra, a amiga nunca disse que era lésbica, falava sempre em namorados. Depois de anos sem se ver, quando Monica tinha uns 19 ou 20 anos e um filho, ao se reencontrarem, a amiga revelou que “todos aqueles namorados eram meninas”. Ao questionar por que ela fez isso, a amiga disse que como eram “da igreja”, tinha medo de ser julgada, mas que tinha vontade de ficar com Monica, que disse que sentia o mesmo. Apesar das revelações, ficaram “só na amizade mesmo”.

O processo de Beth, 72 anos, por sua vez, se deu décadas antes, ainda nos anos 1970. Como ela conta, ao se despedir de sua mãe na sua partida do interior para a capital de São Paulo, sua mãe fez um pedido: “a única coisa que eu peço..., o sonho de mamãe é ver uma filha entrar no altar de véu e grinalda, de branco”. Assim, aos 22 anos, ela se casa, depois de três anos entre namoro e noivado. Apesar de ir a motéis e drive-in com o namorado e explorar todas as possibilidades “físicas e corporais”, Beth diz: “eu volto e me caso de véu, grinalda, branco e virgem, tá?”.

Perguntada sobre o que aconteceu depois do término do casamento, Beth responde:

Aí, então, aí vem a coisa do feminismo. E aí, era aquilo, né? Ver aquelas mulheres... falando, se comportando, não sei o que mais, quer dizer, sabe? Fazia manifestação, as prostitutas estavam juntas, aí fazia não sei o que lá, elas se beijavam na rua, aí depois eram duas mulheres se beijando, depois eram mulheres que beijavam um homem, tinha... Era assim, uma variedade, uma diversidade de jeito de distribuir afeto, de convivência e tal, que era muito legal. E eu acho, quer dizer, eu acho não, a certeza que depois, quando eu assumi mesmo o meu desejo pelas mulheres, que eu vou olhar que ele não era de agora, foi o feminismo que... o feminismo possibilitou que aflorasse dentro de mim ou aflorasse na minha vida aquilo que era uma coisa que eu já sonhava há muito tempo. Era um desejo que estava ali completamente oprimido, completamente oprimido (Beth, informação verbal).

Aqui é interessante lembrar que, conforme Beth relata, até se aproximar do feminismo, suas relações mais próximas continuavam sendo com pessoas que tinham vindo da mesma

“roça” que ela. Por exemplo, ao se separar do marido foi dividir casa com amigas que vinham de sua cidade, as mesmas pessoas com que também foi à sua primeira atividade feminista.

A interlocutora segue contando que haveria uma grande festa das feministas lésbicas, que cobraram que elas sempre iam às festas promovidas pelas hétero e a recíproca não era verdadeira. Assim, depois de ver que mesmo suas amigas “mais modernas” iam levar seus maridos e namorados, Beth vai à festa com seu namorado da época. Nesta ocasião, ela conta que começou “a dar umas olhadinhas assim, meio interessada, olha pra lá, olha pra cá e tal” e então recebeu um “correio elegante” anônimo, “um papel com um beijo”, isto é, com a marca de uma boca em batom. O namorado perguntou se ela desconfiava quem tinha sido e ela disse que sim, sem mostrar a pessoa.

Na festa seguinte ela foi desacompanhada, desta vez “eram poucas convidadas, mas mais de 100 lésbicas”. Foi quando, nas suas palavras, “tudo ocorreu”. A festa aconteceu em um casarão onde muitas delas moravam. Várias pessoas dormiram por lá mesmo, em qualquer espaço que encontraram. Beth acordou na manhã seguinte em uma banheira sem água, com a autora do correio elegante, que confirmou a autoria. Ela continua seu relato assim:

Ou seja, deve ter sobrado lá pra gente ter namorado. Mas eu não lembro... porque tinha bebido todas. Mas claro que eu sabia ali dentro da banheira que tinha rolado uma coisa; e eu brinquei falando assim... Ah, eu tenho um problema de amnésia. Aí, tanto é que eu fiquei, entre as lésbicas, uns 2, 3 meses que elas diziam: ‘ô, Amnésia!’. Elas me chamavam de Amnésia (risos). (...) Mas pra ela [a autora do correio elegante] depois eu cochichei: ‘não, eu sei, tá? Mas vou falar que eu não lembro.’ Porque tinha namorado... (Beth, informação verbal).

Beth relata que, ao contar para o namorado, ele disse: “Ah, eu já sabia. Mesmo quando a gente transa, ele falou para mim, eu percebo que a coisa menos interessante do meu corpo é o pau”. Perguntou se ela tinha gostado e a resposta foi “muito”. Ele: “Então, eu aceito que você vá viver essa experiência, né?”. Como ela descreve, eles eram muito apaixonados, ele era um homem “muito lindo”, já a incentivava no feminismo, ajudava a catalogar e fazer resumo dos textos feministas que a interessavam e, naquele momento, a incentivava viver aquela experiência. No entanto, com o tempo a relação com a moça do correio elegante foi ficando mais intensa, até que não era mais possível conciliar as duas relações, quando então ela rompeu com o rapaz e começou a namorar a moça.

Na sequência ela conta:

Muitas lésbicas cobram de mim. Eu nunca fui uma ativista lésbica. Nunca fui. Eu acho que naquele momento eu não tinha condições. Mas até hoje, eu penso que até hoje, eu devo ter uma certa... Eu não sei se... Nunca fiz assim psicanálise, vou fazer em algum

momento, mas estou com preguiça. Mas acho que ainda tenho... Não sei, acho que tenho... Quase não gosto muito de falar desse assunto, mas acho que ainda tenho um clipzinho que precisa desgrudar. Não sei se é lá do meu passado, de algum momento, de alguma coisa, por exemplo. Quando a minha família descobriu, quando eu assumi com o meu irmão, ele disse: ‘minha irmã, eu já sei isso desde quando...’. Aí quando eu fui falar com o outro..., ou seja, a minha cidade inteira sabia. E eu escondo até hoje da minha cidade, sendo que a minha cidade inteira sabia há 40 anos atrás (Beth, informação verbal).

Este desconforto de Beth ao falar de sua sexualidade apareceu também no processo da entrevista. Quando entrei em contato por WhatsApp, falando sobre esta pesquisa e pedindo a entrevista, ela concordou prontamente. Entretanto, no dia da sua realização, de forma presencial na ONG que ela coordena, desde o início da conversa, antes de começar a entrevista propriamente dita e até mesmo na despedida ao final, ela manifestou sua dificuldade de falar sobre o assunto, fazendo isso sempre de maneira simpática, em um tom entre brincadeira e timidez (ou vergonha). Quando introduzi o bloco sobre a trajetória afetivo-sexual e a convidei a contar sua história, Beth imediatamente respondeu: “Vixe, essa eu não vou falar quase nada”, mas depois respondeu sem hesitação a todas as perguntas.

Quando perguntada se a experiência relatada havia sido sua primeira relação com mulheres, Beth lembra: “Ai, tem uma anterior, que eu não tinha contato com o feminismo ainda, olha só. Tem uma anterior, eu tava casada. E aí eu vou ter um caso com uma menina, mas é tão rapidamente”. Ela conta que na época estava se separando do marido, que “tinha colocado um chifre imenso” nela. Neste processo, ele colocou uma pessoa para investigá-la, que descobriu seu “caso”, e, na primeira divergência que tiveram durante o processo de separação legal, ele usou isso contra ela. Ela conta:

E aí, quando eu reagi, ele disse: ‘É, mas, se você reagir, eu vou colocar no processo esta história de que você me traiu com uma mulher’. Então, não era ter traído, era traído com uma mulher. Aquilo, pra mim, foi a morte. Eu abri mão de tudo que você sonhar na vida, abri mão (Beth, informação verbal).

Depois desta situação, Beth não conseguiu manter o “caso”:

E aí, menina, me deu uma coisa tão complicada, assim, que eu não podia ver a [mulher com quem estava se relacionando]. Eu era apaixonada, até estava bem apaixonada por ela. Porque era como se... eu percebia a grande ameaça, entendeu? Ou seja, deixar o meu desejo, satisfazer o meu desejo era o maior risco da história, ou seja, era revelar para o mundo aquilo que eu jamais gostaria que fosse revelado. Jamais queria que fosse revelado. Então, cheguei para a menina... mas, menina, no outro dia, a pessoa não podia olhar na minha cara, nem tocar em mim. Começou a me dar urticária (Beth, informação verbal).

Beth lembrou também que ainda casada, quando começou a se interessar por mulheres, em uma visita a Aparecida do Norte fez uma promessa à Nossa Senhora Aparecida: “Pelo amor de Deus, faça isso comigo. Não quero sentir nada por nenhuma mulher”. Inicialmente, parecia que ela tinha sido atendida, estava namorando rapazes, mas o último foi o que a acompanhou à festa lésbica narrada anteriormente. Ela conta que uma amiga disse brincando: “Eu amo a Nossa Senhora Aparecida. Porque ela é uma pessoa inteligente. Porque se ela tivesse te atendido, você ia ser aquela frustrada da humanidade. Aí ela não atendeu, porque ela é boa”.

Provocada mais uma vez, Beth diz que entre estas duas mulheres não houve outra, “só o desejo”. Perguntada então se, ainda mais jovem, lembrava de alguma situação de desejo por meninas, ela fala de uma menina que morou na casa dela por um tempo, que dormiam na mesma cama e tocavam muito uma no corpo da outra, ainda que nunca em partes íntimas. Ela completa: “Mas as duas, o tempo inteiro tinham namorado. As duas o tempo inteiro eram apaixonadas pelos seus namorados, mas era engraçado como a gente tinha uma intimidade nos corpos, só de nós duas, sem falar, sem nada comentar”.

A seguir menciona outra amiga que eventualmente dormia na sua casa, na época as duas também tinham namorados, entretanto, conta ela:

Pra dormir, a gente contava histórias. Era sempre repetir as mesmas histórias, nós duas. Coisas que fossem engraçadas. Porque na hora que a gente dava gargalhada, a gente se grudava muito para rir. A risada permitia grudar os nossos corpos, mas muito, muito, muito mesmo (Beth, informação verbal).

Por fim se recorda que tanto no dia do seu noivado, como no do seu casamento esta amiga, que nunca se casou, “chorou muito, muito, muito, muito” e completa: “Mas não sei, naquela época não era possível dizer, na minha cabeça não era possível”.

As interlocutoras deste grupo estão entre os 28 e 72 anos, todas se autodeclaram como brancas. Beth é a única que nasceu no interior e foi para a cidade de São Paulo na juventude; as demais viveram toda a vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Todas identificam, pelo menos, uma relação com uma amiga na adolescência que hoje reconhecem que havia um desejo envolvido. Quase todas vivem sua primeira experiência com uma mulher antes dos 25 anos, a única exceção é Monica, que a vive pouco depois dos 30 anos. Olga é a única que ainda vivia com os pais quando beijou uma mulher pela primeira vez, assim como, pelos relatos, é uma das poucas entre as 10 interlocutoras da pesquisa cujo pais lidam com esta questão com tranquilidade, o que ela já sabia desde a adolescência.

Beth e Olga têm em comum o fato de o feminismo ter sido o espaço onde conseguiram assumir publicamente uma relação com mulheres. Ainda que Monica não estabeleça esta relação, é interessante notar que ela teve coragem de assumir uma relação com uma mulher, o que nunca achou que poderia acontecer, quando já estava atuando no seu time de futebol feminino e com uma pessoa faz parte deste. Voltaremos a esta coragem mais adiante.

Apesar de ver mulheres se beijando em espaços de encontro de diferentes grupos feministas, foi em festas lésbicas que Beth volta a ficar com uma mulher, quando também experimentará pela primeira vez um relacionamento lésbico, sobre o qual manterá uma discrição, apesar de, como disse acima, acreditar que todos (sua família e cidade) já sabiam. Monica fica pela primeira vez com uma mulher no período em que viveu em Manaus. Nanda em São Paulo verbaliza para sua amiga que beijaria “aquela mulher” e que só se permitiu viver sua sexualidade ao estar na universidade. Olga, ainda que já beijassem mulheres na balada, só se abriu para algo mais do que isso em uma ocupação promovida por sua organização política.

Neste contexto, parece relevante que experiências importantes no que se refere à vivência lesboafetiva aconteçam fora do espaço do cotidiano e do familiar, o que permite supor que estar longe dos olhos mais próximos talvez seja a oportunidade para dar vazão a algo que de alguma forma já estava ali, mas era reprimido por medo do julgamento alheio. Como aponta Andrea Lacombe (2010, p. 159), “sair do âmbito social de origem é um modo de proteger a honra da família e a sua própria por meio de diferentes estratégias”. Aqui podemos considerar que talvez se trate também de se proteger da reação do entorno, pelo menos enquanto estão em processo de reconhecimento e afirmação desta nova experiência.

Os entraves que as quatro apresentam nos remetem mais uma vez à heterossexualidade compulsória, à qual talvez possa ser atribuído o fato de, apesar de todas hoje entenderem que sempre sentiram desejo por mulheres, terem levado um tempo para conseguir dar vazão aos seus sentimentos. Olga fala textualmente sobre como não se abria para esta possibilidade devido a “uma coisa imposta pela sociedade” e que foi internalizada por ela. Nanda conta como os relacionamentos que via no seu entorno, todos heterossexuais, a fez podar seu próprio desejo, até mesmo em relação aos homens e sem cogitar se relacionar com mulheres, mesmo tendo uma afetividade muito forte por uma amiga. Monica fala que sempre esteve aberta a esta possibilidade, mas nunca teve oportunidade, mas que também nunca imaginou que teria coragem de assumir um relacionamento lésbico. No caso de Beth, possivelmente por ter enfrentado este processo décadas atrás e por sua origem não urbana, expressões da heterossexualidade compulsória se fazem em diferentes situações, entre elas, a promessa pedida

por sua mãe na sua saída do interior, o uso que seu ex-marido fez do seu relacionamento lésbico para chantageá-la e a promessa feita a Nossa Senhora Aparecida.

3.1.3 “Foi uma coisa assim, me apaixonei e pronto”

Por fim, chegamos ao terceiro grupo, as interlocutoras que contam nunca ter sentido qualquer tipo de desejo por mulheres e, na vida adulta, descobrem que é um caminho possível.

Lucia, 81 anos, conta que depois da separação de seu marido português, no início dos anos 1970, quando tinha 30 anos, se relacionava pontualmente com homens, principalmente ligados ao seu engajamento político. Se lembra de apenas uma relação que considerou mais séria, mas relata que quando via que isto estava acontecendo “saía correndo, tinha pânico de casar”. Já havia algum tempo que não se interessava por ninguém, quando em 1994, conheceu sua companheira, na República Dominicana, em um evento de uma financiadora da ONG que coordenava na época. Nas palavras dela:

Realmente, eu não tinha tido nenhuma [mulher], nada. Realmente, a coisa... depois eu fui me desinteressando dos homens também. Eu já não queria nada. Eu já achava com 50... 50, né? Cinquenta foi mais ou menos quando eu conheci ela. Então, eu já tinha feito cinquenta anos. Eu realmente estava assim, meio..., chatice tudo isso. Eu ainda menstruava, então, o perigo de engravidar ainda tinha, tudo isso. Minha menopausa foi tarde, assim, vamos dizer, depois de 51, 52. Mas, realmente, eu estava meio desinteressada nessa área. Os homens muito chatos, nas mulheres não tinha tesão. É claro que eu tinha só muitas amigas mulheres e muitas amigas lésbicas, mas eu não tinha tesão. Realmente, foi uma coisa de me apaixonei e pronto. Foi pá! Assim, caí dura. Mergulhei. Também não tinha nada me segurando. Não tinha nenhum compromisso com ninguém, pronto. Ela, no início, não acreditava muito, porque dizia, ‘não, mas ela é heterossexual’. E ela falava, ‘o que é que eu faço com isso’. Até que se convenceu, né? Pelo menos resolveu experimentar (Lucia, informação verbal).

Naquele momento, sua companheira morava no México, então cada uma voltou para o seu país de residência e seguiram se comunicando principalmente por carta. No entanto, no ano seguinte ela se mudou para o Rio de Janeiro e vivem juntas até hoje. Antes de começar formalmente a entrevista, realizada de forma remota, Lucia já começou dizendo que não sabia se era lésbica, pois não tinha interesse em homens, mas também não tinha interesse por mulheres. Ela sintetiza: “Eu acho que é outra coisa, né? Uma paixão que virou amor, que virou uma relação”.

Rosely diz que, apesar de sempre ter tido a dimensão da importância política das lésbicas, nunca tinha sentido desejo por mulheres. Nas palavras dela: “De verdade, eu nunca tive um desejo de beijar uma mulher. Nunca olhei para uma mulher e disse: nossa, vontade de

beijar essa boca!”. Até que aos 40 anos, quando uma amiga lésbica que conhecia há quase 10 anos e com quem frequentemente ia para a “balada”, que sempre ia deixá-la em casa no fim da noite, ocorreu o a seguinte cena:

[...] quando eu fui sair do carro, ela me puxou e me deu um beijo que me tirou do chão. Assim, foi um beijo! Eu, no primeiro momento, levei um susto, depois eu fui embora, porque era uma coisa muito boa. Caraca, quando acabou, eu parei, olhei pra ela e falei: ‘mas o que é isso? Por que que você fez isso? Você não sabe que eu sou hétero?’ Eu falei, eu fiz essa frase, né? Aí ela falou assim: ‘ah é? Você é hétero? Desculpa’. Aí eu falei: ‘pô, [amiga], tá me desconhecendo? Quantos anos que a gente se conhece? Há quase 10 anos. Nunca rolou isso’. Ainda ali rapidinho, isso foi um papo muito rápido, muito rápido. Aí ela falou: ‘Não, tudo bem. Você não gostou’. Falei: ‘Não, não é isso. Não é isso. Não se trata disso de gostar ou não gostar. Eu queria entender por que você fez isso’. Aí ela entrou no carro e foi embora. E me deixou com aquela sensação maravilhosa do beijo, mas com trocentas mil coisas na minha cabeça. Aquela noite eu não dormi. E foi a primeira vez que eu me masturbei pensando em uma mulher (Rosely, informação verbal).

No dia seguinte, Rosely ligou “enlouquecida” para uma amiga “sapatão”, com quem foi encontrar em seguida, que a aconselhou a “deixar acontecer”, mas Rosely não resistiu e ligou para a amiga que tinha beijado, que agiu como se nada tivesse acontecido. Esta amiga não quis mais nada, nem conversar, o que Rosely considera uma falta de responsabilidade afetiva. Ela seguia impactada pelo beijo e contando esta história para todas as suas amigas, até que meses depois, em uma parada LGBT, uma outra amiga resolveu a questão. Como narra a interlocutora, esta outra amiga era “uma das pessoas que sempre me dava uma cantadinha de leve, sempre muito respeitosa”. Ficaram se beijando publicamente por horas no carro das lésbicas, para surpresa das amigas que assistiam, pois até então, diz Rosely, “eu tinha o apelido de Maria Machado, porque não podia ver um pau em pé, que eu derrubava o pau, trepava mesmo, pegava quem eu queria. E nunca com mulher”. Ela segue contando: “E dali a gente já foi pra cama. E foi a melhor experiência sexual que eu tive na vida. Até ali, né?”.

Rosely emenda este relato dizendo que a partir desta experiência “fui para o mundo” e decidiu que só contaria para sua filha adolescente quando estivesse apaixonada e tendo uma relação com uma mulher, pois era assim que acontecia nos seus relacionamentos heterossexuais, “não tinha essa relação de ficar contando”. Tempos depois, teve sua primeira namorada, que sua filha já conhecia e que ficou feliz quando começou a frequentar mais sua casa, ainda achando que sua mãe e ela eram só amigas. Rosely relata que no dia que decidiu finalmente contar, ao chegar em casa, sua filha entrou no quarto da mãe e encontrou o casal pelado na cama. Segundo Rosely, “E ela [a filha] ficou muito mal, mesmo. Porque ela não esperava que

eu não tivesse falado pra ela”. Rosely explicou por que ainda não tinha contado¹⁰¹, mas a filha levou um tempo para superar.

Perguntada sobre como entende o seu processo de interesse por mulheres, Angela, 39 anos, começa dizendo que acha que ao longo da sua trajetória, consciência e formação feminista, foi se construindo uma “naturalização” das diferentes orientações sexuais. Ela diz: “Então, assim, embora não fosse um desejo que eu reconhecesse em mim, quando eu reconheci também pra mim não teve nada, não teve absolutamente nenhum questionamento sobre. Então, assim, é isso. A primeira vez que eu tenho consciência foi em 2019”.

Lembra que começou a falar em suas conversas: “ah, eu acho que agora eu pegaria mulher, mas eu não pego porque eu não pego ninguém”, pois estava em um casamento heterossexual e monogâmico. Dizia que acreditava que se “daria bem” porque seu orgasmo é muito clitoriano, até que sua irmã mais nova a questionou: “tá bom, mas você se imagina chupando uma boceta?”. Neste momento ela se deu conta que não tinha pensado nisso ainda, que “estava pensando só em mim”, o que segundo ela não foi um estranhamento, só que sua reflexão vinha de outro lugar, talvez do “desejo fazer”. Ela lembra que esta conversa foi no período em que, pela primeira vez, “mais concretamente, tive consciência de um desejo, assim, por uma mulher”. Nesta época, porém, ela diz não ter dado muita atenção a isto, pois havia uma “barreira primária”, uma construção muito forte dentro do seu casamento de não ficar com outras pessoas. Assim, achava que se sentiria culpada, então nem deu muita importância.

No ano seguinte, 2020, veio a pandemia e um longo período de quarentena. Em 2021 Angela começa em um trabalho novo, conforme ela conta:

Meio que a gente volta presencial no meio do ano. E aí, sei lá, dois, três meses depois, eu tenho a primeira experiência de beijo com mulher de uma... situação pra mim ali inesperada, não era uma pessoa que... uma pessoa muito bonita, não sei o quê, mas não é que eu tinha interesse, pelo menos não tava, eu não tinha consciência de que eu tinha algum interesse e foi uma coisa muito na brincadeira assim, né? Foi no bar, tanto que na verdade o primeiro beijo foi triplo. Aí depois... A gente se beijou só nós duas. Então foi uma coisa assim, de bebida, todo mundo bebendo, só mulheres bebendo. (...) Deu mais uns beijos, foi no banheiro, mas foi uma coisa muito rápida, foi tudo muito... Mas ali, realmente, dali eu não consegui mais voltar (Angela, informação verbal).

¹⁰¹ Ainda que Rosely construa sua narrativa sobre o tempo que levou para contar para filha sobre seu relacionamento lésbico em torno da afirmação de “não ter esta relação de ficar contando” sobre seus relacionamentos, é possível supor que este tempo também poderia estar associado aos cálculos de sigilo ou exposição ao revelar sobre a própria orientação sexual a uma nova pessoa, como descrito por Sedgwick (2007), que neste caso é uma pessoa importante na sua vida.

Lembra que falou muito com uma amiga, com quem trabalhava e que também estava no bar neste momento. Conta que dizia tipo: “‘Amiga, não sei o que fazer, não paro de pensar nisso, não sei o que, me ajuda’. Eu lembro que eu fui um dia lá pra casa dela, ela desceu e ficamos no bar. Eu tipo assim: ‘cara, não sei o que fazer, não paro de pensar nisso’. Tipo, completamente tomada”.

Entretanto, Angela analisa que este momento teve “muitas camadas”. Ela descreve:

Tem uma camada de... me sentir desejada, porque eu acho que nesse processo de não reconhecer meu desejo, eu não conseguia nem ver que pessoas poderiam me ver, tipo, eu realmente acho que eu me bloqueei. E porque isso não foi só por causa do beijo, foi porque antes, a conversa antes, os comentários, eu não sei o que. Então isso teve um, eu sempre... uma coisa que me prendia muito era não vou ficar com ninguém, porque se eu ficar com alguém eu vou me sentir super culpada, eu vou querer contar para o [ex-marido] e aí fudeu. E aí tudo que eu não queria era contar para o [ex-marido], eu me senti zero culpada. Zero com vontade de contar. Então, tipo, essa barreira foi rompida e jogada para o espaço. E um desejo muito grande, muito forte (Angela, informação verbal).

Ao longo da conversa, Angela menciona que tem dificuldade de dissociar a retomada do reconhecimento do seu desejo, depois de um longo casamento monogâmico, e o início do seu desejo por mulheres. Então, lembra que ficou “extremamente impactada”, porém tem dúvidas sobre como teria sido se este primeiro beijo tivesse sido com um homem, ao invés de uma mulher. Acredita que teria impactado muito também, pois passava por voltar a reconhecer o seu desejo, se sentir desejada e saber que conseguia dar vazão a ele e “ficar calada”. Depois disso, como ela conta, foram cerca de dez meses “de beijos, de pegações”, até que “pela primeira vez eu transei com uma mulher, me apaixonei e me separei. E tô namorando até hoje”.

Em outro momento, Angela lembra que na infância, com 10 ou 11 anos, fazia umas brincadeiras, tipo beijar, deitar em cima, tanto com primos quanto com amigas, mas reforça: “Eu acho que era uma pura experimentação. É isso. Eu tinha, assim, por exemplo, eu também tinha beijado meus primos, mas eu não considero que o meu primeiro beijo foi com meus primos, mas experimentações”. Seguindo sua revisão de outras fases da vida, diz que na sua adolescência, até mesmo em seu início na ONG em que entrou aos 14 anos, isto não estava posto. Diz ela: “por exemplo, da naturalização da relação, não só entre mulheres, mas das variadas relações afetivo-sexuais, também não era uma coisa que estivesse tão construída no início, no meu primeiro contato com o feminismo”. E menciona que o início destas discussões na organização se deu a partir da entrada de uma jovem lésbica para a equipe, o que será retomado na seção 4.3.

Segue dizendo que nas escolas por onde passou tem “zero lembranças de casais lésbicos nem gays. Zero!”. Diferente do que sua namorada, nove anos nova e com outra origem de classe, costuma relatar. Segundo Angela, “para ela [a namorada] já era uma coisa muito presente, meninas ficarem com meninas, com meninos e todo mundo ficar”. Provocada sobre como era na universidade, Angela fala de um menino que ela “achava muito que era gay, mas tava performando que não”. Por fim, conclui que esta questão passou a fazer parte do seu círculo a partir do feminismo e das relações que estabeleceu a partir da organização em que trabalhou¹⁰².

As interlocutoras deste grupo estão entre 39 e 81 anos. Além delas, só Beth está nesta faixa etária. As três foram casadas com homens, tinham filhas/os e começaram a se relacionar com mulheres quando tinham entre 35 e 50 anos, bem mais velhas do que praticamente todas dos grupos anteriores. Já eram feministas há mais de 20 anos e suas primeiras experiências foram com mulheres que também eram feministas.

Podemos dizer que as três já tinham contato com mulheres que se relacionavam com mulheres há algum tempo em suas vidas. Para além do casamento, Lucia nada fala sobre suas relações afetivas e sexuais durante sua infância e juventude. Entretanto, indagada se lembrava de já ter percebido algum interesse em mulheres antes na sua vida, ela responde categoricamente: “Não, não, não, não mesmo. É que não é mentira. Não, e nem assim... sublimei, nem nada. E tinha várias, o que eu estou falando, tinha gente que vinha, que tentava, e eu... Gente, gente, chega para lá”. Rosely lembra que a primeira lésbica que conheceu foi sua mãe que apresentou, quando moravam em São Paulo; sua mãe era amiga das mulheres do Ferro’s Bar, uma referência histórica para o movimento de lésbicas brasileiro¹⁰³. Assim, desde muito nova, teve contato com lésbicas. Angela conta que desde o início dos anos 2000, quando estava chegando aos 20 anos, ela começou a conviver com “diferentes orientações sexuais” na ONG em que trabalhava, ainda que em outros espaços, como aqueles da sua trajetória educacional, não tivesse ninguém publicamente reconhecido como LGBTQIAPN+ por perto.

¹⁰² Vale registrar que, em 2017, quando saiu desta organização, Angela se tornou assessora de uma parlamentar bissexual, na qual, segundo ela, “a pauta LGBT também nem era lá essas coisas todas, agora sim, mas tinha uma centralidade diferente do que tinha na ONG”. Este “agora sim” faz referência à mandata declaradamente “sapatão” em que trabalhava na época da entrevista e onde já estava quando começou a se relacionar com mulheres.

¹⁰³ Inaugurado nos anos 1960, na região central da cidade de São Paulo, em 1961, o Ferro’s Bar era um ponto de encontro da comunidade lésbica. Em 19 de agosto de 1983, foi palco do que é considerada a primeira manifestação de lésbicas contra a discriminação, motivada pela proibição de venda do boletim Chanacomchana em seu interior. Esta data posteriormente ficou marcada como Dia do Orgulho Lésbico. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/agosto-mes-da-visibilidade-lesbica/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

Este conjunto de interlocutoras parece ter sido, em alguma medida, surpreendido pelo desejo por mulheres, que antes era desconhecido. Para Lucia, “foi pá”, aos 50 anos se apaixonou por uma mulher e “pronto”. Com Rosely, este desejo foi despertado por um beijo inesperado ao se despedir de uma amiga e naquela noite foi a primeira vez que se masturbou pensando em uma mulher. Angela já vinha em um processo que se iniciou com “uma construção de naturalização das diferentes orientações sexuais”, passou por reflexões como “Eu acho que eu posso... não sei se eu falava me dar bem, mas enfim. Porque o meu orgasmo é muito clitoriano”, mas seu primeiro beijo lésbico se deu em “uma situação meio inesperada”, “muito na brincadeira”, e “dali não conseguiu mais voltar”.

Também é interessante notar a participação das amigas logo no primeiro momento, para todas elas foram as primeiras a saber e, no caso de Rosely e Angela, houve uma amiga em especial, em ambos os casos lésbica e mais velha, a quem recorreram em busca de suporte para lidar com o que estavam sentindo.

Retomando o conjunto das 10 entrevistas, é interessante notar como o álcool aparece como um desinibidor para muitas delas, um certo autorizador para seguirem seus desejos. Ludmilla e Lan apontam como ter bebido as ajudou a ter coragem de abordar pela primeira vez as meninas pelas quais estavam interessadas. Para Angela e Olga, o álcool faz parte da narrativa sobre o primeiro beijo em uma mulher. Beth e suas amigas articulavam brincadeiras em torno do uso de álcool para lidarem com a informação pública de que ela teria dormido com uma mulher. Por fim, apesar de não dizerem que tinham bebido, Rosely e Nanda mencionam experiências iniciais ocorridas na volta de uma balada e em uma festa, respectivamente, nas quais é razoável supor que o álcool estivesse presente. Lelia, Monica e Lucia não mencionam nada a respeito.

Em estudo etnográfico sobre a constituição de parcerias homoeróticas entre mulheres, em um contexto em que ficar pontualmente com uma mulher era depreciado em relação a parcerias mais estáveis, Nádia Meinerz (2005) descreve como este ficar, quando envolve contatos sexuais, em geral é associado ao uso de bebidas alcoólicas. Ela percebe este movimento como um esforço destas mulheres de justificar seus envolvimento eventuais, evidenciando assim o seu lugar de desprestígio em comparação a envolvimento mais estáveis.

No caso das interlocutoras deste trabalho, as narrativas parecem indicar que a bebida alcoólica funciona mais como um desinibidor para a realização de um desejo latente, que é também uma nova experiência, com códigos aparentemente novos, como evidencia a fala de Ludmilla, quando diz que não sabia e tinha vergonha de “chegar” nas meninas. Entretanto, para

além da ansiedade que marca qualquer primeira vez, provavelmente este desinibidor seja necessário também devido ao desprestígio que as relações afetivo-sexuais entre mulheres têm na hierarquia sexual, o que está diretamente relacionado à lesbofobia.

As narrativas apresentadas nesta seção remetem mais uma vez ao que Bourdieu (1996) chama de ilusão biográfica. É possível pensar como o uso do álcool talvez seja acionado em uma tentativa de justificar ou dar coerência a uma atitude pouco condizente com a própria trajetória até aquele momento, como beijar uma mulher. Também é interessante observar a construção das narrativas como “um conjunto coerente e orientado”, o que fica mais explícito no segundo grupo, na seção 3.1, ao indicarem situações da adolescência que agora são relidas a partir da possibilidade de desejar mulheres.

Por outro lado, tais narrativas também permitem retomar o debate, apresentado na Introdução, sobre as emoções como fenômenos moldados pela interação social e o papel que o discurso neste processo. Ludmilla se reconhece a partir de um vídeo em que a pessoa falava sobre sua experiência lésbica, Angela descreve como aos poucos a diversidade sexual foi fazendo parte da sua vida e sendo percebida de maneira “naturalizada”, Nanda revela como foi importante estar em espaços onde havia muitas pessoas assumidamente LGBTQIAPN+ para conseguir reconhecer seus desejos e se permitir experimentá-la.

Ainda é pertinente observar como o primeiro grupo ainda está muito marcado pelos desafios de enfrentar a heterossexualidade compulsória ainda jovens e dependentes financeira e emocionalmente de suas famílias, em especial suas mães. No segundo grupo é interessante notar como dois fatores ficam mais visíveis sobre seus processos de reconhecimento do desejo por mulheres: a distância de suas famílias ou locais de origem e o contexto de proximidade ao feminismo em que este desejo se fortalece.

Finalmente, o terceiro grupo parece o menos impactado por esta normatividade, certamente pela fase da vida em que encontram este desejo e possivelmente pela longa trajetória feminista, que talvez as tenha permitido ou facilitado estarem abertas para experimentar quando foram surpreendidas pela oportunidade de conhecer esta outra forma de se relacionar, o que será retomado no último capítulo.

3.2 Lésbica, bissexual, heterossexual: discutindo as identidades sexuais

Para boa parte das entrevistadas, reconhecer o seu desejo por mulheres implicou também em uma mudança na sua identidade sexual, dado que antes se identificavam como

heterossexual. Assim, pareceu interessante investigar como se deu este processo de transição identitária até se reconhecer como bissexual e/ou lésbica, ainda que algumas ainda manifestem incômodos com a necessidade de se enquadrar em uma das letrinhas ou como isso é recebido em seu espaço de militância.

Rosely, ainda quando questionada sobre desafios enfrentados ao sair da homossexualidade, traz uma discussão relacionada ao acionamento de uma nova identidade sexual e a presença de um conjunto de desafios na afirmação identitária nos espaços políticos. Ela fala das dificuldades de ser reconhecida como lésbica pelas “lésbicas de raiz”, isto é, “essas que são lésbicas militantes, lésbicas que foram sempre publicamente lésbicas, que sempre lutaram”. Ela questiona, “pra se afirmar lésbica, eu tenho que passar por um enquadramento? Não, eu sou lésbica, me afirmo como lésbica onde estiver. E isso incomoda algumas que são militantes lésbicas”.

Ela diz que, de fato, não milita no movimento lésbico, não vai para Senale¹⁰⁴, não constrói uma organização lésbica, sua militância é em uma articulação feminista mista, acha que por isso até hoje percebe “caras e bocas” em relação à sua identidade lésbica. Na sequência, Rosely narra uma situação que tinha acontecido na semana anterior, em que foi convidada para representar Rosely Roth¹⁰⁵ em uma homenagem a diversas feministas e, ao anunciarem isso no evento, percebeu que:

[...] as [lésbicas] que estavam lá, torciam o nariz porque ‘ah, ela não é lésbica, ela não é lésbica nada, até ontem...’ Até ontem? Eu tenho 55 anos. Como eu te disse, nove, dez anos que eu não me relaciono sexualmente, afetivamente com homem. Mesmo que eu tivesse dois anos, mesmo que eu tivesse meses, se eu tô dizendo o que eu sou, quem são vocês pra vir dizer quem eu sou? (Rosely, informação verbal).

Em outro contexto, ao responder se sua identificação em termos de orientação sexual mudou ao longo do tempo, Olga narra uma dificuldade semelhante ao começar a se identificar como lésbica.

Então, isso é um processo. Hoje eu já falo, só que é impressionante, porque até as pessoas que são mais progressistas, elas ficam assim: ‘cara, para com isso, você tá louca? Você é bi!’ Eu falo, ‘cara, como assim? Você tá, tipo assim, eu estou falando que eu não sou. Eu estou falando que eu sou lésbica, entendeu? Eu não me sinto mais

¹⁰⁴ Fundado em 1996, o Senale é o Seminário Nacional de Lésbicas, maior encontro de ativistas e pesquisadoras lésbicas e bissexuais do país, que em 2010 teve seu nome mudado para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais e, em 2014, a sigla foi mudada para Senalesbi (Leão, 2018).

¹⁰⁵ Rosely Roth (1959-1990) é considerada uma das mais célebres ativistas pelos direitos das lésbicas no Brasil, contribuiu em importantes grupos lésbicos de São Paulo, participou do levante do Ferro’s Bar e teve uma vasta publicação sobre o tema. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/rosely-roth-1959-1990/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

atraída, tipo assim, é uma coisa que eu não tenho mais vontade, não... entendeu?’ As pessoas dizem, ‘ai gente, mas bi é assim mesmo, tem fases’. (...) E que, aí, inclusive tem gente que fala que a bissexualidade é uma fase de transição. Eu não acho que seja. Eu acho que faz parte da heterossexualidade compulsória, entendeu? Você fica, você tem dificuldade de negar o que a sociedade diz que é o certo. E de uma forma mais contundente, né? E tipo assim, falar, não, eu não quero isso. É mais difícil. E a bissexualidade, ela tem uma aceitabilidade maior. Do tipo assim: ‘ah tá, beleza. É quase que é também um problema, né? Porque tem pessoas que são bi e tudo bem’. É um problema que as pessoas falam: “ah isso é uma fase, você tá ficando com mulher, daqui a pouco você volta a ficar com homem”. Entendeu? E aí, tem inclusive mulheres que ficam com mulheres e aí depois voltam a namorar homens e falam que são hétero. Aí eu falo, ué gente, mas será? Será que é mesmo? Eu acho difícil, mas tudo bem, se você tá dizendo, né? Quem sou eu? Mas assim, é porque eu acho que é muito mais, não dá pra gente comparar essa movimentação do dizer que é hétero com dizer que é lésbica, porque quando você diz que é lésbica, você está contrariando tudo que a sociedade coloca como uma normativa de sexualidade e de relação afetiva e tal, então é bem diferente, mas é difícil (Olga, informação verbal).

Neste trecho, destaca-se a percepção que Olga tem da bissexualidade, que se aproxima dos estereótipos e mitos sobre esta orientação sexual que passam pela acusação de indecisão ou é percebida como apenas “uma fase”, tentativa de esconder uma homossexualidade e que estaria menos sujeita a preconceitos, pois supostamente este só aconteceria quando estivesse com alguém do mesmo sexo. Ou, nas palavras de Angelides:

Caracterizada de maneira diversa nos discursos dominantes da sexualidade como, entre outras coisas, uma forma de infantilismo ou imaturidade, uma fase de transição, uma autoilusão ou estado de confusão, uma fuga pessoal e política, uma panaceia, uma tendência superficial da moda, uma ferramenta de marketing, mesmo uma mentira e uma catacrese, a categoria de bissexualidade há mais de um século tem sido persistentemente recusada o título de identidade sexual legítima (Angelides, 2001, p. 1 *apud* Calmon, 2019, p. 284-285).

Beth apresenta uma narrativa semelhante. Ao falar sobre uma menor visibilidade das mulheres lésbicas, pergunto se ela considera que esta é menor do que a das bissexuais, ao que responde:

Ah, não. As bis, é... Nem considero. As bis acho que é tão temporal, entendeu? Essa coisa de... Porque nunca vejo alguém que é bi que está assim, não, estou apaixonado pelas duas pessoas. Não, estou lésbica, estou hétero, estou isso. Então, sei lá se é bi. Não sei, mas eu acho que... eu acho que... para o movimento não, mas para a sociedade, eu acho que quebrou mais as amarras em relação, por exemplo, aos homens gays e trans, que as mulheres lésbicas, entendeu? (Beth, informação verbal).

Em sua tese sobre mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com mulheres, Lacombe (2010) aponta como, naquele contexto, a bissexualidade é tida como um comportamento histórico, dado que não estabelece uma escolha concreta e, de certa forma, não cumpre as expectativas de manter um relacionamento estável e monogâmico. Inspiradas/os em

Kenji Yoshino, diferentes autoras/es (Leão, 2018; Saldanha, 2023) têm como discutido a bissexualidade sofre um apagamento¹⁰⁶ discursivo e político tanto por parte de heterossexuais quanto de homossexuais, que são unificados na categoria analítica monossexuais. Ao assumir o desejo por pessoas de diferentes gêneros, a bissexualidade desestabilizaria a divisão social da sexualidade.

Em sua tese, Facchini aponta que a bissexualidade:

Como acusação, se aplica principalmente a quem, estando numa relação com alguém do mesmo sexo, não nega o desejo pelo outro sexo ou mesmo a possibilidade de transpor esse desejo para o plano da prática. É justificada a partir de raciocínios em que o homem é visto como promíscuo e sujo, de modo que a mulher que mantém relações sexuais com homens - como se contaminada pela desqualificação moral que a eles se aplica - é apontada como fonte de riscos emocionais e de saúde e situada a partir de categorias como curiosa, não confiável e aventureira por oposição a expressões como lésbica mesmo ou sapa-sapa. A categoria bi remete também a poderes que poderiam ser descritos em termos de capacidades e imunidades: capacidade de sedução, de flexibilidade e de obter gratificação sexual ilimitados, e imunidade em relação às possibilidades de apaixonar-se e de passar por experiências de discriminação e violência (Facchini, 2008, p. 230).

Monaco (2020), por sua vez, em investigação sobre um coletivo de ativismo bissexual, identifica entre suas interlocutoras um esforço de não corresponder aos estereótipos de promiscuidade, não-monogamia, indecisão, entre outros, pois corresponder a este causaria uma deslegitimação das pessoas bi. Contudo, a autora argumenta que a refutação dos estereótipos geraria uma bissexualidade estável e normativa, perdendo assim a oportunidade de considerá-la como um agente de mudança social. Assim, ao pensá-la como uma fase, possibilitaria entendê-la como um processo contínuo, não tão fixo e completo; a promiscuidade e não-monogamia permitiria repensar os conceitos de fidelidade e monogamia vigentes.

No período da entrevista, Olga estava candidata a vereadora, prestes a começar o período oficial de campanha eleitoral, e uma das discussões era como se apresentar em termos de sexualidade.

Assim, eu tenho dito nos materiais que eu sou LGBT e isso está me incomodando. Porque tipo assim, LGBT é o quê? Eu sou LGBT? O que que eu sou? Eu sou LGBT? LGBT é uma bandeira, um negócio, entendeu? Mas eu sou lésbica, eu sou sapatão, tá. E aí? Não vai... Aí fico nessa, entendeu? Mas às vezes as pessoas vão dizer... vão questionar, porque você namorou homem até dois anos atrás. Gente, foda-se. Tô nem aí, entendeu? 'Ah, mas e se você voltar a se relacionar?' Como eu falei, mano, não vai rolar, não vai rolar. E mesmo se rolar, entendeu? É que eu acho que a galera fica numa de tipo assim, vai parecer que você tá querendo... [Ah... capitalizar, usar isso

¹⁰⁶ Na concepção de Yoshino, enquanto a invisibilidade seria um cenário em que os indivíduos estão inseridos, o apagamento implicaria em um processo com algum nível de agência que levaria à invisibilidade (Saldanha, 2023).

politicamente?] É, só que tipo assim, não é, entendeu? Eu falo isso. Eu sou casada com uma mulher, entendeu? Há dois anos. Não tô fingindo, não é um negócio, sabe, que começou ontem, que eu tô aqui só pra conseguir voto. Mas enfim, é difícil, entendeu? Porque a própria comunidade faz essa, do tipo... ‘Não, você é bi, que sapatão o quê?’ Eu fico assim, cara, não... Tipo assim, só foi difícil de eu entender. Porque a sociedade é assim, entendeu? Mas isso não deslegitima o que eu tô falando, né? As minhas vontades e tudo mais, mas é difícil. Ainda mais quando é mais velha. Quando você é isso, tem 30 anos. ‘Só agora você percebeu?’ ‘Só. E você com isso? Só agora’. E talvez eu até, eu entendia antes essa coisa de eu sentir vontade e tal, mas eu só aceitei agora. Sabe assim, uma coisa é o que você sente vontade, outra coisa é a sua cabeça. Então acho que assim, as duas coisas encaixaram agora, vou fazer o que? Demorou! Gostaria que tivesse acontecido antes, inclusive (Olga, informação verbal).

Aqui é interessante perceber que, se o fato de ter 30 anos, portanto uma fase da vida com mais independência e autonomia, é considerado pela própria Olga um facilitador na hora de romper com a heterossexualidade, principalmente no contexto familiar, ocorre o inverso ao se identificar como lésbica no seu partido. Assim como no caso de Rosely, ter se relacionado com homens parte da vida parece manchar seu currículo afetivo sexual, de forma que as permita serem reconhecidas no máximo como bissexual.

Como Rosely concluiu ao falar do seu processo de identificação sexual,

Eu me vejo lésbica, mas o que é mais importante, que eu queria deixar registrado, eu nunca fui uma pessoa conservadora, fechada numa caixa. A sexualidade é fluida. Eu me afirmo politicamente como uma mulher lésbica. Hoje, o meu sentimento é este, mas isso não é uma sentença para sempre na minha vida (Rosely, informação verbal).

Nanda também dialoga com estas questões. Ela começa dizendo que obviamente é uma pessoa *queer*, que não se preocupa muito com a nomenclatura, mas que no Brasil isso acaba se tornando uma questão, pois o movimento LGBT é “muito encaixotado”, o que, segundo ela, às vezes, dificulta o processo de auto entendimento. Conta que por um tempo se identificou como bissexual, pois se atrai por pessoas, se sente atraída por pessoas trans, por exemplo. Depois houve um período de dúvida se era lésbica ou bi, ela explica:

[...] muito num lugar de tipo: ah, eu já gostei de homem. Sendo que eu nunca nem tive uma relação assim, que eu mesma considere uma relação. Eu não ficava muito presa nesse lugar, depois de um tempo eu entendi: não, talvez faça sentido que eu me diga bissexual, porque eu me relacionaria, tenho atração sexual por pessoas trans e não binárias, aí depois eu falei: cara, eu acho que eu estou sendo preciosista e, politicamente, faz mais sentido também para mim me entender enquanto uma mulher lésbica, porque é isso que me organiza também emocionalmente, amorosamente, sexualmente (Nanda, informação verbal).

Aqui retomamos Rosely, que falando do seu processo identitário se aproxima de Nanda na dificuldade com as “caixinhas” e no reconhecimento da lesbianidade como uma identidade política. Ela conta:

Eu passei um tempo sem entender muito bem qual era a das caixinhas, e aí isso também faz parte de que a gente politiza tudo. Não de sentimento. Sentimento eu sabia que ali eu queria ficar com mulher, não ficar, com desejo com homem. O nome que aquilo tinha, para mim, não importava muito, mas politicamente era importante. Então, no primeiro momento, eu tava ainda tentando me entender se aquilo era uma coisa definitiva, se eu ia sentir vontade de transar com homem, porque não era uma coisa que eu não gostava. Eu sempre gostei. Eu não tô dizendo que eu não gostava de transar com homem. Hoje eu não transo mais, não me vejo mais transando com homem. Acho que é uma coisa que eu já superei, eu já entendi que tem outras coisas melhores. Não que aquilo seja ruim. Então, esse primeiro momento aí, eu acho que eu me colocava como bi (Rosely, informação verbal).

Angela, por sua vez, diz que “se tiver que marcar um x”, ela marca bissexual, se não for este o caso, ela não está muito preocupada em se definir, pois considera que “sair da heterossexualidade, aí foi um marcador importante pra mim. Agora o pós isso, não é tanto, então...”. Lucia também resiste a se definir nestes termos, na pergunta objetiva sobre sua orientação sexual no início da entrevista ela diz,

Eu acho que eu sou uma pessoa que pode ser qualquer coisa, entendeu? Quer dizer, eu era hétero, né? Aí me apaixonei por uma mulher. Virei lésbica? Virei, mas não sei porquê. E agora já estou com 80 anos, mas se eu fosse muito mais nova e separasse, pode ser que eu voltasse a me apaixonar por homem, mas eu não sei dizer. Não sei dizer. Claro que hoje em dia todo mundo me considera lésbica, eu me considero. (...) Então, eu acho que, hoje em dia, as pessoas me rotulam como lésbica, mas eu acho que, se eu fosse de uma nova geração, eu acho que eu seria indefinida, sei lá. Qualquer coisa, pode ser qualquer coisa (Lucia, informação verbal).

Na pergunta específica sobre o processo identitário, Lucia diz que nunca se identificou como bissexual, mas que “talvez eu seja bi, eu não saiba, mas acho que agora já era. Já fiquei lésbica pra sempre”.

Beth, que no início da entrevista respondeu lésbica na pergunta sobre sua orientação sexual, sobre seu processo identitário conta que, como na época em que começou a se relacionar com mulheres não tinha o “B”, era só GL, ela nunca se identificou como bissexual. Entretanto, diz ela “como eu também não dizia que eu era lésbica, então não era nem bi, né? Nem bi, nem lésbica, nem nada”.

Já Monica diz que acha que se identifica como bissexual “desde sempre”, pois sempre esteve aberta a esta possibilidade, ainda que não falasse isso para outras pessoas. A primeira

vez que verbalizou isso foi para a amiga de São Paulo, no reencontro quando tinha 19 anos, e depois para a personal em Manaus, quando efetivamente se relacionou com uma mulher.

Entre as mais jovens, que são também aquelas que já começaram suas experiências afetivo sexuais reconhecendo o seu desejo por mulheres, Lelia diz que sempre se identificou como bissexual, ainda que antes evitasse dizê-lo. Ludmilla retoma o que já havia sido relatado, achava que gostava de menino, por um vídeo na internet entendeu que gostava também de meninas e, depois de ficar com um menino quando já se relacionava com meninas, percebeu que “realmente” era lésbica.

O processo identitário de Lan foi mais complexo, pois ao mesmo tempo em que se questionava sobre sua orientação sexual, também havia as questões relacionadas à identidade de gênero, ela não sabe dizer se um veio antes do outro. Conta que estava lendo em uma rede social uma *trend*¹⁰⁷ sobre heterossexualidade compulsória e, no final, havia uma *checklist* de perguntas, que contabilizando as respostas dava um resultado. Ela diz que, “como quem não quer nada”, foi respondendo às perguntas na cabeça e quando foi ver o resultado foi: “parabéns, você é lésbica”.

Lan ficou pensando sobre aquilo, conversou com sua namorada e outras amigas, que já se identificavam como lésbicas, perguntando como elas tinham se descoberto. Ficou assistindo vídeos no TikTok, onde na época “tinha muita sapatão”, falando sobre sexualidade, mas também encontrou pessoas bissexuais falando como se sentiam. Como gosta muito de ler, também procurou livros e ficou surpresa com a quantidade de títulos LGBTs disponíveis, acessou vários pela internet. Ao ouvir e ler as vivências de outras pessoas entendeu que também era lésbica, embora ainda tenha levado um tempinho para aceitar, por causa das questões com sua mãe. Lan acrescenta, “tinha uma coisa que passava pela minha cabeça, era: não, mas se eu me assumir lésbica, então nunca mais vou poder ficar com homem. Como se eu realmente quisesse, como se eu sentisse vontade de ficar com um”.

No que se refere ao seu reconhecimento da não binariedade, Lan conta que este processo iniciou em 2020, quando tinha uns 20 anos, em uma das conversas iniciais com sua atual namorada, que também se identifica como não binária¹⁰⁸. Lembra que falou para ela:

Ué, acho que eu tenho mais coisa em comum com você, pelo que você tá dizendo com relação ao seu gênero, com relação ao que é colocado por ser mulher, né? Mulher é isso, isso e aquilo outro. Mesmo que hoje em dia a gente coloque o termo mulher como uma coisa muito mais abrangente, como você ser o que você quiser ou você ser

¹⁰⁷ *Trend* é o termo atualmente utilizado para algo ou algum tema que se torna tendência ou “viralizam” nas redes sociais.

¹⁰⁸ Lan refere-se à namorada no feminino, assim, farei o mesmo neste trabalho.

quem você é, enfim, ainda assim eu acho que não é um termo que necessariamente corresponde a quem eu sou (Lan, informação verbal).

Retomando como esta questão foi se apresentando ao longo da sua vida, Lan relata:

Acho que foi muito que através de coisas que eu nunca me senti necessariamente... mulher, assim, nunca me vi dessa forma. Até porque eu cresci dentro de uma família onde as pessoas eram muito assim, meio Damares [Alves], né? Meninos vestem azul, meninas vestem rosa. E eu sempre fui meio que fora ali da caixinha, nunca dentro daquela caixinha que tentavam me colocar. Era sempre a maneira que eu sentava, que aí vinha um reclamar todo santo dia. A maneira que eu sento, a maneira que eu falo, a maneira que..., de certa forma, quando me davam uma ordem, eu não necessariamente obedecia. (...) E eu comecei a pensar, gente... Eu não sou nenhum nem outro, só que na época eu não fazia a menor ideia de que existia algo além desse binarismo de gênero. Então a única coisa que eu pensava era, eu sou uma menina muito esquisita, porque eu não sou essa menina que as pessoas estão querendo que eu seja. Eu não encaixo dentro desse padrão. Enfim, esse tipo de coisa fez com que dentro da minha pré-adolescência, por exemplo, eu tivesse uma autoestima péssima, porque eu não me sentia bem vestindo roupas de menina, mas também me sentia pior ainda se eu estivesse vestindo roupas de menino. (...) E quando eu passei a ter noção disso, eu já tava aí com os meus 20 anos. Até o YouTube também, diversas pessoas que falavam sobre questões de gênero e tal. Eu acompanhava por ali, foi quando eu passei também a ler um pouco mais de Butler e tal. E comecei a perceber que existe uma terceira coisa que... e eu acho que eu tô mais com essa terceira para esse guarda-chuva do que para coisas tão binárias assim. Tanto que hoje eu me reconheço como uma pessoa agênero. Se é dentro da expressão que eu tiver, seja uma mais feminina, uma mais masculina, expressão de gênero, enfim. Independente do momento que eu tô, ainda assim, como eu me identifico sendo uma pessoa agênero (Lan, informação verbal).

Nas narrativas de Ludmilla e Lan mais uma vez a internet aparece com uma fonte de informação, um espaço no qual é possível encontrar iguais, o que contribui para seu autorreconhecimento.

Sobre a possibilidade de se relacionar com homens, mesmo as interlocutoras que se identificam como bissexuais fazem ressalvas, com exceção de Lelia, que se relaciona igualmente com mulheres e homens. Apesar de ter se relacionado mais com homens, ela diz se sentir mais atraída por mulheres e que preferiria ter tido sua primeira relação sexual com uma mulher, “com uma pessoa que entende como eu sou”. Indagada sobre a diferença entre se relacionar com mulheres e homens, ela diz que para eles é necessário explicar o óbvio, explicar o que é para fazer, enquanto elas “automaticamente entendem”.

Já Angela e Monica, de formas diferentes, estão dispostas a se relacionar com homens, mas acham difícil, pois, depois da experiência que estão tendo com mulheres, seus níveis de exigência para um relacionamento aumentaram muito. Angela diz que hoje acha as mulheres mais interessantes, que em relação aos homens “pode ter uma coisa de tesão”, contudo ela explica: “eu não tô dizendo dessa água não beberei, não. A vida tá aí mostrando que pode ser dinâmica, é surpreendente. Mas eu não me vejo muito me relacionando com homens. Se eu

projeto não é isso que vem. Não tô dizendo que não pode acontecer”. Em outro momento ela esclarece: “Mas eu não me imagino mais me relacionando com homens. Enfim, não sei. Mas pode ser algum momento também. [Nem pegação?] Ah, não. Pegação, sim. Enfim. Eu acho que o padrão fica muito alto, né?”

Monica conta que conversou recentemente com sua esposa a respeito, se elas ainda seriam bi. A interlocutora diz que se aparecesse alguém legal estaria aberta a se relacionar com homens, contudo:

Eu penso que eu vou ficar com ela até o fim da vida. Então, eu não penso muito sobre isso. Mas eu acho que sim, se a gente terminasse, se houvesse oportunidade e fosse alguém legal. Mas assim, pra um homem chegar depois do que eu estou vivendo tem que ser um cara muito foda. Tem que ser um cara muito foda mesmo, porque vai ser difícil bater isso. Superar essas expectativas que eu tenho hoje em dia de um relacionamento. Que eu nem acreditava mais (Monica, informação verbal).

Passando àquelas que se identificam como lésbicas, apesar de Lucia se identificar como tal, quando se trata de uma resposta objetiva, várias vezes ao longo da entrevista mencionou que nunca tinha sentido desejo por mulheres e que, quando conheceu sua companheira, havia já muitos anos que tinha se desinteressado de homens também. Entretanto, cogita:

Podia ser que se eu fosse mais jovem, talvez não tivesse dado certo, sei lá, tivesse voltado, não sei, porque eu já tenho amigas que fizeram, casaram com homem, tiveram filho, casaram com mulher, depois voltaram para ter homem, depois voltaram para mulher e ficaram, são bi mesmo. Talvez eu seja bi, eu não saiba, mas acho que agora já era. Já fiquei lésbica pra sempre (Lucia, informação verbal).

Nanda conta que “transar com homem nunca foi realmente prazeroso” para ela. Assim como, em outro momento, ela menciona que para se relacionar com um homem cis “só se for numa suruba de pessoas que eu confio”. Entretanto, por várias vezes ao longo da entrevista, Nanda reforça a importância de não se romantizar as relações entre mulheres, pois também podem ser adoecedoras e violentas.

A última vez que Rosely transou com homens foi há quase 10 anos, pois afirma não ter mais tesão por eles. Até cogita que, se um dia, andando na rua, um homem interessante a surpreender com um beijo e deixá-la de “pernas bambas”, como no seu primeiro beijo lésbico, não vai se fechar. “Porém, entretanto, contudo, eu acho muito difícil”, diz ela, pois convive com poucos homens, só com aqueles que é obrigada, como amigos de trabalho, sobrinho e genro. Todavia, como já mencionado, ela conclui afirmando que a sexualidade é fluida, que não tem nenhum desejo por homens atualmente, “mas eu não vou dizer nunca na minha vida”.

Ludmilla, Lan, Olga e Beth afirmam taxativamente que não sentem mais desejo e nem se relacionariam mais com homens. Olga fala das dificuldades de se relacionar com homens em uma sociedade machista e hierárquica como a nossa. Conta também como, à medida em que foi avançando mais na sua consciência feminista marxista, foi entendendo que “não ia estar plenamente feliz e satisfeita em uma relação com um homem”¹⁰⁹. Beth, também aponta as desigualdades como problemática, nas palavras dela:

A vida cotidiana, pra mim, é maravilhosa com as mulheres. Essa troca com as mulheres, essa vida... A vida não é só a questão sexual, eu acho que é a questão da convivência mesmo, entendeu? As mulheres, a sensação que a gente tem... tem códigos muito parecidos, é uma comunicação mais fluida. Não tem essa coisa do ‘sim, senhor’, do poder, essa coisa da natureza, que já coloca o homem nesse outro lugar, do poder. Não tenho tesão por eles, não (Beth, informação verbal).

No decorrer das entrevistas, Rosely, Monica e Olga mencionam ter vivido relações abusivas e/ou violentas com ex-namorados e maridos. Nanda fala do impacto que ter visto as mulheres da sua família passarem por situações deste tipo teve na sua vida, apesar da referência de amor e cuidado que tem no avô materno. Lan fala de um relacionamento “muito conturbado e complicado” com um ex-namorado que considerava manipulador, embora também reconheça que ela foi “bem tóxica” com um amigo com quem ficou quando teve uma “recaída” heterossexual, pois sabia que ele gostava dela e no dia seguinte o bloqueou em tudo, “sumiu da vida dele”.

Por outro lado, Nanda é a única que verbaliza uma preocupação de não romantizar o relacionamento lésbico. Apesar de não estabelecer uma relação direta no contexto da entrevista, vale lembrar que ela narra que adoeceu emocionalmente durante sua primeira relação lésbica. Ludmilla também fala de uma relação em que a namorada “era meio escrota”, a controlava e chegou a bater na sua cara, “na praça, na frente de todo mundo”. Sobre a relação mais recente, terminada poucos meses antes da entrevista, ela reconhece que “foi mais questão minha mesmo, porque eu era muito insegura e aí eu comecei a ficar muito ciumenta e acabei ficando tóxica, sabe?”. Monica, por sua vez, narra que a primeira mulher com quem se relacionou em Manaus “era um pouco abusiva”, “tinha algumas formas de querer mexer com o meu psicológico”, fazia “chantagem emocional”, Rosely também reconhece como falta de responsabilidade afetiva a postura adotada pela amiga que lhe roubou o primeiro beijo lésbico.

Apesar de não serem necessariamente relações sempre ou plenamente saudáveis, as relações entre mulheres narradas pelas interlocutoras têm em comum três dimensões

¹⁰⁹ Voltaremos a essa discussão no próximo capítulo.

consideradas positivas, que em alguma medida estão sintetizadas na citação de Beth acima: a facilidade de comunicação no relacionamento entre mulheres, a possibilidade de uma relação menos hierárquica, pelo menos no que se refere ao gênero, e a importância destes e outros aspectos da vida cotidiana, para além da dimensão sexual. Este último aspecto nos remete ao *continuum* lésbico defendido por Adrienne Rich. Nas palavras da autora:

[...] quando delineamos um continuum lésbico, começamos a descobrir o erótico em termos femininos: como ele não é confinado a qualquer parte do corpo ou apenas ao corpo em si mesmo; como uma energia não apenas difusa, mas a ser, tal como Audre Lorde chegou a descrever, onipresente no ‘compartilhamento de alegria, seja física, seja emocional, seja psíquica’ e na repartição de trabalho; que o erótico é como a alegria que se fortalece e que ‘nos faz com menos vontade de aceitar a ausência de poder ou, então, aqueles outros estados adquiridos do ser, que não são nativos para mim, tal como a resignação, o desespero, a depressão e a autonegação’ (Rich, 2010, p. 37).

Algumas questões apresentadas estão em acordo com o encontrado por Maria Silvério (2021, p. 31), junto às participantes da sua pesquisa, pois, segundo a autora, “a bissexualidade e as relações entre mulheres também se mostram como um ato de resistência contra o machismo nos relacionamentos afetivo-sexuais e uma busca por vínculos mais igualitários, satisfatórios e prazerosos”. A autora aponta também que uma “simples curiosidade” sobre se relacionar com outra mulher pode ser suficiente para que suas interlocutoras reneguem ou subvertam sua heterossexualidade, o que é celebrado como demonstração da própria agência ao romper com comportamentos machistas.

Entretanto, muitas interlocutoras desta pesquisa fazem questão de marcar que não estão dizendo que jamais voltariam a se relacionar com um homem, mas que consideram esta possibilidade muito remota, pois acreditam ser difícil encontrar um que esteja à altura das suas expectativas atuais ou simplesmente não têm mais interesse.

3.3 Encarando a sociedade e a própria família

Perguntadas sobre o principal desafio de sair da heterossexualidade, boa parte das respostas passa pela dificuldade de encarar uma sociedade lesbofóbica e a própria família, tendo esta aparecido também em vários outros momentos da entrevista.

Sobre tais desafios, Angela e Lucia, acostumadas a relacionamentos heterossexuais, estranharam as recomendações de não manifestar afeto em público para evitar sofrerem

violências¹¹⁰. Lelia fala que sente que sua vida pode estar em risco só por estar vivendo um relacionamento. Beth e Olga falam do desafio de encarar a sociedade.

O medo de demonstrar afeto publicamente é mencionado também por Lan ao falar do início de seu relacionamento com a atual namorada, mas conta que aos poucos foi ganhando confiança e, atualmente, quando alguém olha estranho, ela encara. Lan diz que “a segurança veio a partir do momento em que eu passei a ver como forma de afeto e também passei a sentir que era algo muito natural”.

Em outro contexto, Nanda também fala desta violência em espaços públicos, mas aponta uma nuance. Quando namorava uma pessoa alguns anos mais velha o que mais enfrentava era violência verbal. Agora que namora uma mulher de idade próxima à sua, com uma performance considerada mais feminina, o assédio predomina. Ela conta:

Nós [Nanda e L. sua atual namorada] somos duas mulheres femininas, que performamos feminilidade, que saímos arrumadas, usamos brinco, sabe... temos uma idade próxima. Na minha relação com a [ex-namorada] tinha essa diferença de idade, que em alguns momentos foi uma coisa bastante presente, mas não é uma coisa que eu vivo nessa relação. A gente sofre muito assédio, mas não... Com a [ex-namorada], por exemplo, teve uma vez que a gente estava atravessando a rua e um cara virou e falou assim, ‘se eu tivesse uma faca eu matava vocês’. Tipo, coisas assim. A gente viveu muitas situações de violências verbais, né? Mas a gente não tinha muita situação de assédio, nem nada nesse sentido, que é uma coisa que eu vivo com a [atual namorada] (Nanda, informação verbal).

Ludmilla fala de um conjunto de desafios ligados ao fato da sua ex-namorada “não ser totalmente assumida”, pois tinha receio de contar porque “todo mundo na família dela é evangélico”, tinha medo principalmente das primas se afastarem dela. Esta interlocutora ficava chateada por toda a família da então namorada a conhecer apenas como “Ludmilla”, quando ela a tinha apresentado como namorada a toda sua família. Lembra de situações de quando estavam juntas na rua em que ouviram comentários como “ah, o papai do céu não gosta disso” ou “ah, só não pode beijar”, o que reforçava o medo que a ex tinha de demonstrar afeto em público, o que também deixava Ludmilla chateada. Por fim, ela conclui:

Só que, cara, se eu for morrer... sendo quem eu sou, tá de boa, não posso fazer nada, entendeu? Eu não vou ficar também discutindo com as pessoas que são contra, coisas do tipo. Porque é isso, infelizmente eu posso estar fazendo literalmente nada, só estar assim e a pessoa perceber que eu sou coisa do tipo e querer me bater, sem [eu] estar

¹¹⁰ Tratando de ativismo LGBT e dialogando com o que Becker aponta sobre a importância fundamental dos “usuários mais experientes” na “redefinição dos efeitos” após uma “experiência desagradável” com o uso da maconha, Lopes (2011) também aponta em sua etnografia o papel do sujeito mais experiente na carreira militante de ensinar àquele que não vivia esta experiência negativamente a reconhecer o preconceito e a discriminação.

demonstrando literalmente afeto nenhum. Então, por mim, eu só larguei de mão (Ludmilla, informação verbal).

Este trecho da narrativa de Ludmilla deixa entrever ainda como sua performance de gênero, ao explicitar sua orientação sexual, apontada anteriormente como um facilitador para a aproximação de outras meninas, aparece aqui como algo que pode torná-la mais exposta ao risco de sofrer uma agressão no espaço público, por parte de pessoas que sequer conhece e sem “estar fazendo literalmente nada” que pudesse justificar.

As dificuldades sobre a forma como a namorada lidava com a mãe também são trazidas por Angela como um desafio. Sua sogra só soube do relacionamento quando elas já estavam juntas havia cerca de oito meses, período durante o qual ouvia a namorada ao telefone com a mãe inventando coisas para não dizer com quem estava. Conta também como foi difícil quando conheceu a sogra, pois não conseguia agir normalmente, não podia demonstrar afeto, não sabia o que podia falar sem denunciar que já estavam juntas há quase um ano.

Ainda que não tenham trazido como resposta a esta pergunta especificamente, outras interlocutoras falaram sobre as dificuldades de suas companheiras em lidar com a própria família. Rosely conta como isso foi difícil na relação com a sua primeira namorada:

Eu sempre tive muito orgulho, então eu sempre falei muito isso, que jamais iria estar num armário. Por outro lado, também sempre respeitei quem tava naquele momento se fortalecendo pra vir pra esse mundo, porque é um mundo muito violento. É legal ter o orgulho, mas porque eu também tenho privilégios e eu entendi os meus privilégios. Eu já estava mais madura, não morava na Zona Oeste, lugares que são perigosos para os nossos corpos. A [primeira namorada] tinha muito medo, uma mulher negra, de pele retinta, em uma sociedade que nem tinha acesso ao feminismo. Era uma militante da economia solidária, mas não era uma militante feminista (Rosely, informação verbal).

Olga também lembra:

A família da [esposa], principalmente a mãe dela, foi bem difícil, não comigo, né? Mas pra [primeira esposa], quando ela se assumiu, foi um processo bem difícil, porque ela é do interior do Mato Grosso do Sul. Então, assim, o pai dela sempre foi muito tranquilo (...). Inclusive, ajudou muito nesse processo da mãe dela aceitar, mas a mãe dela era mais difícil, assim. E aí, quando... quando ela me conheceu, eu senti também um pouquinho de resistência, mas hoje em dia já está tudo bem também (Olga, informação verbal).

Para além das questões familiares de namoradas e companheiras/esposas, os processos de revelação e aceitação da própria família são muito mencionados não só ao tratar dos desafios de sair da heterossexualidade, mas também em tantos outros momentos, o que permitiu ter uma

dimensão da complexidade e relevância desta relação na trajetória das interlocutoras desta pesquisa.

A chamada “saída do armário” tem sido objeto de diversas pesquisas no Brasil, principalmente nos estudos sobre homossexualidade masculina (Miskolci, 2009; Soliva, 2010; Seffner e Duarte, 2015; Passamani, 2015). Apesar de não ter sido um termo usado no roteiro de entrevistas semiestruturadas empregado para este trabalho e ter sido mencionado uma única vez por apenas uma das interlocutoras¹¹¹, é um conceito que ajuda a pensar este processo de comunicar (ou não) a pessoas ou grupos próximos sobre suas relações não heterossexuais. De acordo com Eve Sedgwick (2007), o “armário” seria um dispositivo de controle da sexualidade, que assume o espaço público como heterossexual, presumido como padrão, e, mesmo que de forma nem sempre explícita, relega ao mundo privado e à invisibilidade quem foge a esta norma.

Uma das questões presentes na entrevista era como pessoas do entorno das interlocutoras reagiram ao fato delas estarem se relacionando com uma mulher. Como mencionado anteriormente, no caso das mais jovens, ao relatarem como se deu o reconhecimento do desejo por mulheres, já mencionavam como foi o processo de contar isso para a mãe e a preocupação com sua reação. Ainda que com outra dimensão, esta questão se coloca também para boa parte das demais e, em alguns casos, esta é uma conversa que nunca chega a acontecer, como para Lucia, Beth e Rosely, as interlocutoras mais velhas. Para aquelas que têm filhas ou filhos em idade que já compreendem, estas/es passam a ser as pessoas a quem se devota maior cuidado ao contar. Assim, esta questão não é mencionada por Angela, cujo filho era pequeno na época em que começou a se relacionar com mulheres, e Monica narra sua conversa apenas com seu filho mais velho.

Cynthia Sarti (2004), afirma que a família por muito tempo foi entendida principalmente como uma unidade de reprodução biológica, dado que neste espaço social acontecem os fatos relacionados ao corpo biológico, tais como nascimento, amamentação, crescimento, acasalamento, envelhecimento e morte. Contudo, esta noção desconsidera seu caráter cultural, no qual cada família constrói sua própria história, própria formulação discursiva por meio do qual atribuem significação e explicação à realidade vivida, a partir dos elementos da cultura em que está inserida. Diante disto, segundo a autora, as mudanças se mostram especialmente difíceis, dado que experiências vividas e simbolizadas na família estão socialmente instituídas

¹¹¹ Em contraponto à postura de sua namorada da época que tinha dificuldade de assumir o relacionamento com mulheres, Rosely diz: “Eu sempre tive muito orgulho, então eu sempre falei muito isso, que jamais iria estar num armário”.

nos dispositivos disciplinares existentes na sociedade, como os jurídicos, médicos, pedagógicos e religiosos, todos ainda com forte referência em um “modelo” de família como unidade biológica. Sintetizando, mais do que os laços biológicos, o que une a família são os significantes que geram elos de sentido nas relações, que é o que confere força simbólica inclusive aos chamados “laços de sangue” (Sarti, 2004).

Os valores sobre gênero e sexualidade também são marcados por estes significantes fortemente disciplinados. Assim, como afirma Novo (2023), a descoberta da identidade sexual ou de gênero de um/a filho/a, para muitas famílias, significa desafiar e violar seus valores e suas visões de mundo. Segundo o autor, isto se torna mais perturbador devido a uma concepção de que nas relações entre parentes as pessoas compartilham uma existência comum, sendo desta forma “intrínsecas umas às outras” (aspas do autor). Assim, esta identidade pode ser encarada como um tipo de traição à família, uma vez que o “estigma” (idem) de um/a filho/a é sempre, de certa forma, compartilhado pelas mães e pais.

Em livro sobre sua história de amor com Marielle Franco, Monica Benicio ajuda a dar a dimensão do problema. Ela desabafa:

A família era de fato a maior e mais difícil das batalhas. A maioria de nós aprende logo nos primeiros anos de vida que a família é o lugar de segurança e afeto no mundo, que é nesse lugar que está o amor incondicional e que nada poderá ser maior do que é instituído ali. Você e seus irmãos precisam ser amigos eternos e para todas as horas. Seus pais têm por você o maior amor do mundo e eles sempre vão te amar e te proteger independentemente de qualquer coisa. Tudo o que eles fazem é por quererem o seu bem. Mas para quem é LGBTQIA+ não é bem assim. (...) O medo de perder o amor daqueles que compõem nossa identidade, que estiveram presentes na maior parte da nossa história de vida, é algo apavorante”¹¹² (Benicio, 2024, p. 66).

Entretanto, como explica Ahmed (2021), querer a felicidade, ou “o seu bem”, pode significar querer que sua/eu filha/o aceite todas as normas estabelecidas, a fim de evitar o custo de desafiá-las, ou seja, a felicidade estaria em não se desviar dos caminhos mais comuns. Assim, a reação negativa à não heterossexualidade da/o filha/o muitas vezes é formulada como uma preocupação de que ela/e não seja feliz e, de fato, este pode ser um caminho que parece mais difícil. Contudo, a autora lembra que, para uma mãe ou um pai, o desejo de felicidade muitas vezes passa pelas/os filhas/os terem aquilo que ela/e não pode ter, o que se torna a esperança de um certo tipo de vida, o que dificilmente inclui ter um/a filha/o LGBTQIAPN+, o que faz com que uma expectativa se torne uma decepção. Desta forma, começa a relação entre dívida e felicidade. Uma mãe ou pai considera que abriu mão de sua felicidade em nome daquela das/os

¹¹² Este medo de perder o amor da família também é verbalizado por Nanda, como veremos mais adiante.

filhas/os, que posteriormente passam a ter o dever de lhe retribuir com felicidade. Sendo assim, o que a mãe ou pai considera que seria a felicidade das/os filhas/os, na verdade, é o que faria a ela ou ele mesmo feliz (Ahmed, 2021).

Como já visto na seção 3.1, a mãe de Ludmilla reagiu com tranquilidade. Já para seu pai, a jovem achava que seria difícil contar, mas não foi. Ela relata que houve uma situação em que ele reagiu mal ao fato dela acompanhar a mãe em um “médico espírita”, por traumas de quando viveu com um irmão em um orfanato espírita. Então ela pensou: “se ele tá assim com isso, imagina se ele soubesse que eu gosto de menina” e começou a ficar nervosa. Como ela tinha tentando suicídio pouco tempo antes, ele se preocupou ao vê-la nervosa, pois estava com o alicate de unhas na mão e ficou passando na perna, mas não para se machucar, diz ela, “só passando”. Então, ele sentou-se ao seu lado, tirou o alicate da sua mão e começou a conversar, dizendo que a amava, aí ela falou o que estava pensando, mas não lembra se chegou a mencionar a questão da sexualidade, mas acha que deu algum sinal a respeito. Ele a acalmou, disse que estava tudo bem. Algum tempo depois, quando ia levar a namorada na casa do pai pela primeira vez, ligou para dizer que levaria uma amiga, mas acabou dizendo que era namorada. Ele falou que tudo bem, que já imaginava, que não tinha problema, que só queria que ela ficasse bem e feliz.

Ludmilla considera que nunca teve problema nenhum com “o resto da família”. Conta que na primeira vez que levou uma namorada a uma festa de família, logo a apresentou enquanto tal. Depois lembra de um tio homofóbico que “saiu saindo” da primeira vez que ela foi falar com ele, mas conseguiu em outra oportunidade. Quando ela lhe apresentou sua namorada ele disse: “namorada? Eu sou velho para estas coisas” e, segundo Ludmilla, depois “ficou de boa”. Ela relata que o filho deste tio é gay e que depois disse a ela que, quando contou isso para o pai, a situação foi mais difícil. Já sua bisavó, também ao ser apresentada à namorada, falou “namorada? Nossa, tá na moda agora, né? Caramba!” e, segundo Ludmilla, “ficou super de boa”.

Perguntada sobre como sua família reagiu a sua bissexualidade, Lelia diz:

Então, eu acho que a maior parte da minha família achava que eu já dava pinta, entre aspas. Mas assim, a minha mãe, ela foi um processo diferente. Ela, no início, ignorava a informação. Só que aí eu comecei a reafirmar isso em todas as oportunidades que eu tinha. E eu falava pra ela das pessoas que estava interessada, se eram mulheres ou homens. E depois de um tempo, ela foi aceitando essa informação. E hoje em dia é bem tranquilo. Mas no início ela ficava tipo assim: ai, Lelia, não fala disso não... Mas hoje é bem tranquilo (Lelia, informação verbal).

Sobre a avó, que mora junto com ela, Lelia conta: “minha vó também, apesar de ter 70 anos e ser uma pessoa mais conservadora, ela resolveu deixar de lado todas as questões que ela tem e também aceitou tranquilamente”. Sobre seu pai e o resto da família, ela diz: “eu nunca contei, mas também nunca deixei de segredo” e explica: “Eu me vejo assim, eu falei pra quem eu achava relevante saber. Pessoas que realmente eu pensei: ‘nossa, essas pessoas têm que saber que eu sou bissexual’. E para essas pessoas eu contei. Entendeu?”.

Perguntada sobre para quem foi mais difícil de contar, Lelia diz:

Ah, pra minha mãe. Porque assim, mesmo ela sendo a pessoa mais... é... progressista, digamos, na minha casa, depois de mim, ela é progressista. Eu acho que... ela tá... ela vai... porque minha mãe, ela sempre foi muito religiosa. Então eu ficava assim, cara, ela não vai falar que eu vou para o inferno, não sei o que, não sei o que lá. Eu ficava muito com esse medo dela ser extremamente religiosa. Só que assim, foi mais tranquila do que eu pensei que seria (Lelia, informação verbal).

Lan, por sua vez, considera que o maior problema do seu rompimento com a homossexualidade foi a não aceitação da própria mãe, questão com a qual ainda não lida bem. Ela diz que sente que precisaria desta afirmação para poder ser ela mesma, por exemplo, gostaria de ter “estilo muito mais andrógono”, mas evita por causa da mãe. Conta que o mesmo acontece em relação à sexualidade, pois as ofensas que ouvia em casa “reforçava estereótipos e coisas ruins que eu ouvia na rua, pois tinha minha mãe apontando pra mim como eu sendo a pior coisa do mundo”. A situação só começou a mudar quando, em um período de crise financeira, sua namorada emprestou o cartão de crédito para os cuidados com sua cachorrinha que estava com um tumor, o que depois seria reembolsado por sua mãe. Para Lan,

Eu acho que de certa forma isso foi quebrando a minha mãe. Tipo, pô, não é tão ruim quanto eu imaginei. A menina tá ajudando, ela vem aqui em casa, ajuda a cuidar do cachorro. Leva o cachorro pra aqui, leva o cachorro pra lá. Então assim, a filha, tudo bem. A filha tá tratando bem, tratando mal, é mulher, não quero saber. Mas... o cachorro não, cuidou do meu cachorro, meu cachorro favorito, então... realmente deve ser pessoa boa. E aí foi quando ela passou a desconstruir um pouquinho. Demorou uns 6 anos praticamente, mas foi, e hoje em dia elas se dão bem, assim, tem... (Lan, informação verbal).

Outra pessoa que Lan achou que ficaria impactada era sua avó paterna, como era esperado que ela fosse “a garota de ouro”, seria uma quebra de expectativa, mas ela aceitou mais fácil do que sua mãe. Lan conta que perguntou se a avó gostaria de conhecer sua namorada, ela respondeu que “agora não”, mas passados alguns meses mudou de ideia. Com a tia, Lan considera que foi tranquilo, disse para ela que estava namorando uma menina, pois ela não entenderia se dissesse que estava namorando uma pessoa não binária, a tia respondeu “tá bom”

e continuou o que estava fazendo. Lembra também que a primeira pessoa a saber, depois da sua mãe, foi um tio que é gay e foi “um certo apoio”, com quem conversava bastante, mas têm um relacionamento complicado, no período da entrevista estavam “meio estremecidos”.

Em relação às amigas diz que foi tudo tranquilo, só teve uma amiga evangélica que “jura de pé junto até hoje” que o amor da vida de Lan é um menino por quem teve uma “paixonite” quando estava 5º ou 6º ano do Ensino Fundamental, mas hoje ela percebe que era só o entusiasmo de conversar com alguém que gostava de anime¹¹³ tanto quanto ela.

Pelo narrado por Olga, seus pais sempre foram muito tranquilos em relação à diversidade sexual, que a dificuldade que teve “vinha da sociedade” e ela internalizou. Conta que sua mãe sempre soube tudo o que estava acontecendo na sua vida, que diz que até tem curiosidade em saber como é estar com uma mulher, mas que “realmente” é hétero, “não se atrai mesmo”. Seu pai a princípio não sabia, mas não era uma questão, “tanto fazia” ele saber ou não. Ela conta que, depois da ocupação, “praticamente só ficava com mulheres”, que se beijava um homem não tinha vontade de ter relações sexuais, ou seja, a ocupação “foi realmente um divisor de águas”. Vendo esta movimentação, o pai perguntou se ela era bi ou lésbica, naquele momento ela respondeu que não sabia, que achava que era bi, mas que era pra ele deixar isso pra lá. Ele respondeu, “não, tudo bem, é só pra saber mesmo, pra mim não faz diferença nenhuma”.

A reação da família extensa não foi tão tranquila. Olga menciona que, em um primeiro momento, foi “bem difícil” com sua madrinha, que é tia da sua mãe e é “bem homofóbica”. Entretanto, relata que quando alguém questionava sua mãe a respeito, a resposta era: “Ué, ela tá feliz. Nunca vi a Olga tão feliz. Pra mim o que importa é isso. Você não se importa com isso?”. Diz Olga que, desta forma, “as pessoas foram se amolecendo mais” e considera que o fato da namorada ser “aquela pessoa muito querida” também facilitou o processo.

Olga depois lembra de uma prima 10 anos mais nova que namorou uma menina por 4 anos e que ela foi a pessoa que explicou para a família toda porque precisavam aceitar aquele relacionamento. Lembra principalmente da avó, que era muito apegada a esta prima, mas com quem teve que fazer um “terrorismo psicológico”, dizer que a depressão em que a prima estava tinha a ver com esta questão, só então sua avó entendeu e aceitou. Olga reconhece que isso a ajudou, inclusive porque quando ela apresentou a namorada à família sua prima ainda estava namorando, “então eram dois casais de sapatão na mesma família... e a minha avó pensando, ‘meu Deus, o que eu fiz de errado para as minhas duas netas serem assim’ (risos)”.

¹¹³ Tipo de desenho animado produzido no Japão.

Com a família paterna o contato é mais esporádico, só uma ou duas vezes por ano, mas “a maioria das pessoas está de boa”. Fala mais especificamente apenas do avô de 98 anos que de getulista se tornou bolsonarista e é “extremamente reacionário”. Ela considera a possibilidade de ele estar “gagá” e conclui que não vale a pena tentar explicar.

As primeiras a saberem quando Nanda transou com uma mulher foram suas amigas. Ela conta que elas diziam “quando a Nanda vai finalmente beijar uma mulher e ficar com mulher, que é o que ela tem que fazer”. Ela menciona sua família como uma das dificuldades de romper com heterossexualidade, nas palavras dela:

O medo que eu tinha da minha família não me amar mais. Porque é isso, eu sempre fui uma criança muito amada, muito querida, muito paparicada, muito querida mesmo, de querer, de ser desejada. Então, em alguns momentos, quando eu pensava assim, cara, minha família não vai mais me amar como ela me amava antes, era muito difícil (Nanda, informação verbal).

Sua avó foi a primeira a perguntar se Nanda tinha namorada e a resposta foi: “não, mas se eu tiver a senhora vai lidar com isso, a senhora vai aturar, sabe?”. A avó contou a conversa para toda a família e algumas pessoas foram perguntar à Nanda se tinha sido um sonho da avó ou que conversa era esta, o que “virou uma grande questão”. Entretanto, conta Nanda, sua relação da época, com sua primeira namorada, tinha uma dimensão sexual muito feliz, mas também foi uma relação muito difícil, então ela nunca chegou a levá-la para conhecer sua família. Com a segunda namorada, com quem estava no período da entrevista, a história foi diferente, ela é aceita por sua família e todas as suas amigas gostam dela, pois a veem feliz.

Quando realmente a questão chegou à família, Nanda conta que a reação foi “vamos fingir que isso não existe”. Ela resume assim:

De início, a minha mãe falou, ‘olha, filha, ora muito pra Deus. É porque você trabalha lá na ONG, você convive com essas pessoas. E aí, por causa disso, você tá assim’. Também por isso era difícil falar pra ela que eu tava com uma pessoa da ONG [sua primeira namorada], porque era a concretização de tudo que ela tinha falado. E aí, e o meu pai... também assim, meu pai é muito silencioso, então nada. Minha irmã tinha uma coisa meio tipo: aí, eu nunca nem vi você beijando na boca, eu não quero nem ver você beijando na boca, quanto menos imaginar você com alguém, então não quero nem saber disso. Não quero participar. Mas é isso, eu coloquei muitas vezes num lugar de tipo, ‘cara, se fosse um homem você não ia agir assim. Enfim, você precisa rever essa homofobia’ e tal. Foi difícil, não foi fácil. Na minha relação com a minha família não foi fácil. Mas hoje em dia a gente vive super bem (Nanda, informação verbal).

Nanda narra também como foi contar para o avô materno, conta que disse a ele que sua namorada iria para sua comemoração de aniversário e ele respondeu: “olha, eu nunca imaginei isso, nunca, mas eu te amo, eu sempre vou te amar”. Emocionada, ela completa: “Aí eu morri,

né? Aí eu me acabei. Porque meu avô..., enfim, é uma das pessoas mais importantes da minha vida”.

Sobre a família paterna, Nanda conta que são pessoas muito conservadoras, então “caguei quilos e litros”, pois “não me importo mesmo, assim, não nutro laços com eles”. Conta que levou a namorada ao aniversário do avô paterno, que nem a apresentou para “um monte de tio e velho, homem, evangélico”. Perguntada se chegaram a ser hostilizadas em algum momento, ela diz “não, não, mas é isso, eu não dou nem a chance... Eu já chego logo arrumando confusão. Já chego logo de cara fechada e dando assim, ‘oi, tchau’. Então, não venha falar, fale nas minhas costas”.

Nanda fala também de dificuldades em relação a amigas de infância, conta que:

Uma delas é evangélica, e aí quando ela se casou, eu não fui, eu era madrinha de casamento e eu não fui, porque eu não queria estar naquele ambiente, porque ia me dar muitos gatilhos, porque eu tava vivendo num momento, né? Um relacionamento com a [primeira namorada], e aí... ela não ia poder ir, sabe assim? Tipo, ia ser muito gatilho estar naquele ambiente com aquelas pessoas que eram importantes para mim até determinado ponto, até determinado tempo da minha vida. E eu não ia poder ser quem eu sou, e eu ia estar com medo de fazer alguma coisa, de falar alguma coisa ou da forma que as pessoas iam estar me olhando (Nanda, informação verbal).

Monica se surpreendeu com a reação da sua família, eles que foram a ela e perguntaram o que estava acontecendo, como não queria mentir, disse que estava “com uma menina”. Seu filho, que tinha 16 anos naquela época, falou “mãe, só quero ver você feliz”. Conta que a relação com sua mãe sempre foi boa, mas até melhorou, ficaram mais próximas, agora ela frequenta mais a sua casa e hoje considera a nora uma outra filha, “chega a puxar o saco”.

Conta que tinha um pouco de medo de contar para o irmão, porque, mesmo sendo uma pessoa maravilhosa, é bolsonarista. Ela entrou em contato com a esposa dele e pediu para ela “preparar o terreno”, pois precisava conversar com ele. Então, o irmão mandou uma mensagem dizendo: “Minha irmã, se você tá feliz, eu tô feliz e tá tudo bem. Não me importa. Se você tá com ela é porque eu sei que ela é uma boa pessoa. Eu sei como você é, não me importa. Eu te amo e é isso que importa”.

Assim como toda a sua família, seu pai é evangélico, mas “do jeito dele” também falou que a amava, que “não ama o pecado, mas ama o pecador” e que estava tudo bem. Monica fala também do padrasto, que diz ser como um pai para ela, pelo qual é “apaixonada”, mas do qual também tinha muito medo. Quando sua mãe contou, ele ligou dizendo que a amava e amava a pessoa com quem ela estava, que contasse com ele e que, caso alguém falasse alguma coisa ou a fizesse algum mal, era para dizer para ele. Desde então, Monica o percebe preocupado em

“não falar alguma besteira” ou fazer comentários que antes ele faria, até mesmo em relação a outras coisas.

Só tem uma tia que não fala com ela até hoje, mas que Monica considera que é “problema dela”. No mais, avalia que na família mais próxima, que era com quem ela realmente se importava, tudo foi mais leve do que ela imaginava. Diz que teve umas questões complicadas com o pai do seu filho, que é militar, mas não entrou em detalhes. Para outras pessoas não viu necessidade de contar, “só chegou e pronto”, pois, segundo ela, como disse sua esposa, “quando a gente começa a namorar um homem a gente não pra explicar pra todo mundo porque a gente tá namorando aquela pessoa. E a gente só vai com a pessoa. Eu não vou ficar me explicando”.

A narrativa de Monica sobre o processo com sua família segue um caminho praticamente oposto ao observado por Oliveira (2019) na trajetória de Karine, uma jovem branca universitária de classe média do Rio de Janeiro. A primeira não tomou a iniciativa de conversar sobre seu relacionamento, sua família que rompeu o silêncio e perguntou o que estava acontecendo. Para não mentir, Monica contou sobre sua relação com uma mulher, o que achava que não teria coragem de fazer. Já no caso analisado pelo antropólogo, Karine descreve o processo para tomar coragem contar para os pais e estes reagem à informação com silêncio, o que só é rompido a partir da iniciativa da jovem.

Apesar das diferenças sociais e de percursos entre as duas, as análises sobre silêncio e coragem empreendidas por Oliveira (2019), também fazem sentido para pensar a narrativa de Monica. Ele destaca como o silêncio é simbólico e como o seu rompimento demarca não só o valor do diálogo, mas também deflagra situações micropolíticas no ambiente doméstico. O autor explicita também o trabalho emocional envolvido na transformação do medo relativo à reação dos pais em coragem, marcado por tensões geracionais e preconceitos culturais antecipados pelas filhas.

Angela conta que, como é “muito bocão”, contou para várias amigas. Além daquela que estava com ela no bar no dia do primeiro beijo lésbico, contou também para as irmãs, com as quais tem uma relação muito próxima, mas que tiveram uma reação péssima, então ela não falou mais. Para sua mãe resolveu contar tudo o que estava acontecendo quando, “muito bêbada”, ficou com um amigo na porta do prédio em que vivia com o filho e o marido, pois achou que as coisas estavam saindo do seu controle, falou no sentido “tipo, não sei o que fazer”. A mãe reagiu na “chave do terrorismo”, como diz Angela, “a chave dela sempre foi muito ‘faz o que você quiser, mas não separa’”, falava de seu filho e do que um homem magoado pode fazer. Pelo seu relato, esta reação do seu núcleo familiar de origem, mãe e irmãs, fala mais sobre

o rompimento de um casamento de quase 20 anos, com um marido querido pelas três, e um filho pequeno, do que do fato de estar se relacionando com mulheres. Vale lembrar que Angela se casou aos 19 anos e as irmãs são alguns anos mais novas, portanto, quando o marido entrou para a família elas ainda eram crianças.

Com toda sua família extensa, tanto materna como paterna, morando no Ceará, Angela incumbiu sua tia mais nova de divulgar a informação. Justifica que escolheu esta tia não por ela ser casada com uma mulher, mas por ser a pessoa de lá com quem tem uma relação de maior proximidade, inclusive de idade. Angela conta,

Falei: ‘ah, me separei, não sei o quê...’ e ela: ‘Mas você tá bem?’ ‘Não, tô bem e já tô namorando uma mulher, não sei o quê...’, enfim. E assim, é isso, o espanto das pessoas muito focado na separação e não como crítica, assim só. E aí, eu falei, ‘ó, agora tá contigo, tá? Você passa pra frente. Fala com todo mundo. Estou, tipo, dando a informação pra você fazer o trabalho pra mim (Angela, informação verbal).

Para o pai não falou, pois quando entrou em contato nesta intenção,

Eu mandei uma mensagem pra ele um dia, pensando também, tipo, iniciar uma conversa pra falar. E ele me respondeu qualquer coisa desinteressada da minha vida. Eu falei, ‘ah cara, não’. Eu acho que ele, eu não sei se ele soube pela [tia mencionada acima], se ele soube pela rede social. Eu falei assim, ‘ah cara, não, não’. Tipo, ‘você não tem relação de acompanhar a vida, pra que eu vou ficar...’ (Angela, informação verbal).

Angela diz que tinha um grupo específico de amigas de adolescência para quem tinha “receio” de contar, mas que estavam entre as pessoas que para quem ela queria dizer pessoalmente, antes de publicizar nas redes sociais. Então contou primeiro para uma, com quem achou que seria mais fácil, que foi “muito, muito, muito fofa” e, depois do susto ao saber da separação, disse que o importante era ela estar feliz. Na conversa com outras duas, de novo houve o espanto pela separação, uma delas ficou voltando muito neste assunto, tipo “de repente vocês podem voltar”. Angela diz que especificamente:

... sobre estar namorando com a mulher, elas ficaram, não teve muito, não foi uma coisa super fofa e acolhedora, mas também não teve nenhum tipo de manifestação. Não é que elas não foram acolhedoras..., no script delas, na possibilidade, elas até foram (...), mas assim, teve zero, zero comentário constrangedor ou... foi um lugar de respeito, sabe? (Angela, informação verbal).

Por fim, Angela diz que havia uma quarta amiga neste grupo, “mas uma virou missionária, eu não tenho contato, então assim, não gostaria mais de falar mesmo ali. Não tinha muito pra mim por que contar”.

Rosely conta que logo que foi morar com sua primeira namorada foi um período difícil, pois sua mãe, que tinha questões de saúde mental, precisou ir morar na sua casa. Assim como aconteceu com a filha, Rosely também pensou que deveria contar para ela, o que acreditava que não seria um grande problema, visto que as primeiras mulheres lésbicas que conheceu na vida eram amigas da sua mãe, “as mulheres lá do Ferro’s Bar”, no período em que moravam em São Paulo. No entanto, antes que ela contasse, sua mãe perguntou a sua filha sobre “aquela amizade” e, segundo Rosely, a resposta da filha foi: “se a senhora quer saber coisas da minha mãe, a senhora deve perguntar pra minha mãe. Mas eu só vou te dizer que a minha mãe está muito feliz, como eu nunca vi minha mãe feliz. E ela gosta muito da [namorada], então a senhora tome cuidado, porque minha mãe está muito feliz”.

A mãe não perguntou mais nada, a namorada foi morar junto com elas. Na semana seguinte sua mãe caiu e precisou fazer sete cirurgias até conseguir se recuperar. Rosely conta que “[a namorada] foi uma parceira maravilhosa, segurou a onda junto comigo, e com muito amor com a minha mãe, e minha mãe foi se apaixonando pela [namorada]”. A partir daí a família inteira a conheceu como “mulher” da Rosely, ainda que ela nunca tenha chamado ninguém para conversar e falar que estava casada com uma mulher.

Já seu irmão, que segundo ela sempre foi machista e lesbofóbico, ao saber por meio de sua mãe, disse que ele “sempre soube que ela era sapatão”, que a filha também o seria, pois ela ensinava para a menina estas “coisas ruins”. Embora nem ele nem ninguém da família tenha tido coragem de falar algo do tipo diretamente para ela e que todos da sua família na Bahia tenham “se apaixonado” por suas duas companheiras que conheceram, Rosely admite que:

Claro que na família não tem outra igual a mim, então, as primas ficam mais assim, tentando se encaixar ali, porque eu causei alguns constrangimentos, mas nunca tive... É isso, é um privilégio. É um privilégio, mas também tem a ver com como é que eu fui criada. Fui criada no mundo, fui criada sozinha, fui criada pelo movimento. De onde é a minha origem? Minha origem é o movimento, e o movimento (Rosely, informação verbal).

Lucia diz que no início só suas amigas sabiam deste relacionamento e que a única pessoa para quem teve vontade de contar foi a filha. Assim, na última visita de sua companheira, antes dela se mudar de vez para o Brasil, a levou para conhecer sua filha, que antes que Lucia dissesse qualquer coisa, se antecipou dizendo já tinha entendido tudo, que não precisava dizer nada.

Com o filho, que morava no interior do estado e era casado com uma mulher de “família toda careta, toda religiosa”, o processo foi mais lento, “mas aos poucos ele foi entendendo também, não precisou dizer nada, e hoje em dia ele considera a [companheira de Lucia] como

uma outra mãe”. Para seus pais, Lucia nunca contou, ainda que sua companheira seja convencida de que sua mãe sabia, pois uma vez a apresentou para uma pessoa dizendo que ela era “tipo, muito, muito, muito amiga [da filha], está entendendo?”. Sua irmã concorda, mas pensa que a mãe jamais falaria porque era um “tema tabu” para seu pai, “que era bem careta mesmo”. Os irmãos e irmãs foram sabendo aos poucos, “aceitando aos poucos”. Perguntada se alguma destas relações mudou depois de saberem do seu relacionamento, ela diz: “Não. É... acaba naturalizando. É uma relação como outra qualquer, né? Só são duas pessoas do mesmo sexo, né?”.

Já para Beth a principal preocupação era a família e, em alguma medida, sua cidade de origem. Ela conta que ainda quando estava com a primeira namorada, a da festa lésbica, dois irmãos sabiam e outra irmã ficou sabendo poucos anos mais tarde, quando ela já estava em outra relação. Lembra que, na maioria das vezes, ia com a namorada visitar a família, mas era sempre apresentada como amiga. Ela explica que, como no interior não tem quartos para receber visita, “é aquele monte de gente tudo dormindo no mesmo lugar. Dormia nas casas, as camas eram tudo de casal. Dormia junto, na cama e tal”.

Em outro momento relata:

Quando a minha família descobriu, quando eu assumi com o meu irmão, ele disse: ‘minha irmã, eu já sei isso desde quando...’. Aí quando eu fui falar com o outro foi a mesma coisa, ou seja, a minha cidade inteira sabia. E eu escondi até hoje da minha cidade, sendo que a minha cidade inteira sabia há 40 anos atrás. A minha família inteira sabia, não sei quantos anos atrás, a sobrinhada fala: Tia, nós tudo sabemos (BETH, informação verbal).

Atualmente, isso já é falado abertamente na família, sua irmã chama sua companheira de cunhada na frente da mãe, mas Beth diz que como sua mãe “tá com Alzheimer, então acho que ela..., não sei se ela entende direito, mas ela ama a [companheira de Beth], ela vai falar comigo, ela fala: ‘e a [idem] tá bem? Cadê a [idem]? Mostra ela aí pra mim’”. Em relação a seu pai, já falecido, a interlocutora diz que nunca falou sobre isso com ele, assim como, “na frente dele a gente também nunca fez nada”.

Se para as mais novas um dos primeiros movimentos foi contar para a mãe, as narrativas de Rosely, Lucia e Beth revelam que no caso das interlocutoras mais velhas o caminho foi não contar. Ainda que Rosely afirme que tinha a intenção de conversar com a sua, isto não aconteceu. Como mencionado em seção 3.1, ela disse que tinha a mesma intenção em relação à filha, mas sua relação foi descoberta antes desta conversa acontecer. É interessante notar também que, no caso das duas mais velhas, as mães acabaram percebendo e lidando, pelo menos

aparentemente, com alguma tranquilidade e depois da partida dos pais, que elas acreditam nunca terem chegado a saber.

Sobre os outros pais, Lelia, Nanda, Angela e Olga demonstram indiferença em relação ao fato deles saberem ou não sobre suas relações com mulheres, mesmo que no caso da última ele sempre tenha deixado claro o quanto isso era tranquilo para ele. Monica e Ludmilla foram surpreendidas pela boa reação de seus pais e, no caso da primeira, também do padrasto. O pai de Lan é falecido e Rosely, apesar de saber quem é seu “progenitor”, ele nunca assumiu sua paternidade.

A figura da avó também aparece nas narrativas das quatro mais jovens e, praticamente todas, contrariando as expectativas das interlocutoras, reagiram com tranquilidade à novidade, inclusive melhor que as mães em alguns casos, como relatam Lelia e Lan. Já a avó de Olga, que já tinha outra neta lésbica, não reagiu tão bem, mas acabou aceitando. O avô materno de Nanda reagiu de forma acolhedora e emocionante para ela, enquanto para seu avô paterno ela não fez questão de contar, assim como Olga.

Nos diferentes relatos fica evidente que há um grupo de pessoas para quem é importante contar diretamente, mas as/os demais não importa muito como vão saber. Para isso, por vezes toma-se como referência o fato de que em relacionamentos heterossexuais não há esta preocupação de se dar tantas explicações. As amigas frequentemente são as primeiras a saber, logo ou na medida em que as coisas vão acontecendo. No entanto, também há casos em que não é tão fácil contar, o que parece acontecer mais com aquelas que são de outras fases da vida, como acontece com Angela e Nanda em relação às amigas da adolescência e infância, respectivamente.

Frequentemente, a mãe é a principal preocupação, sobretudo entre as mais jovens. Entre as mais velhas, há também um cuidado e uma apreensão sobre contar para as filhas e filhos, assim como uma evitação de falar sobre isso com os pais. Para a família que vive sob o mesmo teto, de modo geral, há um movimento entre as interlocutoras de querer contar em primeira mão, a família extensa varia, pode ter grupos que não mereçam este cuidado. O tempo parece ser um aliado na aceitação e acomodação das relações, principalmente dentro das famílias, como relatam Lucia e Nanda.

Nestes diferentes grupos, as pessoas para quem é mais difícil de contar, na maioria das vezes, são caracterizadas por seu pertencimento religioso cristão, principalmente evangélico, ou por serem identificadas como conservadoras e/ou bolsonaristas, mas mesmo entre estas têm casos que surpreenderam positivamente com uma resposta amorosa e acolhedora.

Em alguns casos, as interlocutoras não precisaram, ou talvez não precisariam, sequer falar sobre sua relação com mulheres. A filha de Lucia se antecipou dizendo que já tinha entendido o que estava acontecendo, no sentido de poupá-la de ter que contar. Lelia conta que sua família disse que já suspeitava e Rosely diz que seu irmão, “que é um lesbofóbico”, palavras dela, ao saber pela mãe afirmou que sempre soube. Nestes últimos dois casos, entretanto, o tom parece mais acusatório do que acolhedor. Também houve situações em que a família percebeu que havia algo diferente antes da interlocutora estar pronta para falar. No caso de Nanda, a avó a perguntou diretamente, já no da Monica, a família perguntar se estava tudo bem a levou a contar que estava se relacionando com uma mulher, assim como a filha e a mãe de Rosely se anteciparam ao movimento.

Se, como visto anteriormente, para as jovens há uma grande apreensão em contar para a mãe, com quem moram e de quem dependem, Olga verbaliza como não estar nesta posição ajuda aquelas que reconheceram seu desejo mais tarde. Ela diz:

Só que eu acho que uma coisa também que ajudou foi que eu já sou uma mulher, né? Quando eu cheguei pra apresentar [a namorada] e tudo mais, eu já tinha meus 30 anos de idade na cara. Já sou advogada, já pago minhas contas, então meio que assim... Ninguém se sente muito à vontade pra opinar muito. Mas a gente percebe, né? As pessoas sem entender muito, porque eu sempre namorei homens. Então rolou um estranhamento generalizado na família (Olga, informação verbal).

Outras interlocutoras, ainda que não falem explicitamente, apontam nesta direção. Como vimos na primeira seção deste capítulo, ao narrar como reconheceram seus desejos lésbicos, Lucia lembra que quando se apaixonou por sua companheira “não tinha nada me segurando” e Beth já se sentia livre da promessa feita à mãe de “casar de véu e grinalda”. Entretanto, mesmo nestas condições, viver ou falar abertamente com os pais sobre seus relacionamentos com mulheres, por muito tempo, não foi uma opção possível. No caso de Lucia, caminho semelhante foi adotado em relação ao seu filho, que segundo ela, foi entendendo aos poucos, “não precisou dizer nada”.

Nanda, por sua vez, relata que só se permitiu viver sua sexualidade em um contexto de independência financeira e emocional, que foi quando entrou na universidade. Nas palavras dela:

Eu percebo também que eu esperei eu sair de casa, eu ter uma independência financeira, eu não morar mais na casa da minha mãe, para, inclusive, me permitir viver a minha sexualidade. Então, tipo, essa dimensão de classe, de independência e também emocional psicológica também fez muito parte, assim (Nanda, informação verbal).

Os relatos sobre como diferentes grupos de sociabilidade das interlocutoras reagem a suas relações lésbicas corroboram o que Lima (2020) observa em relação a jovens negros LGBTI, quando afirma que o “mundo de origem” é narrado por eles como o “lugar da repressão”. No trabalho da autora, o contraponto é o “mundo da universidade”, percebido como um lugar de liberdade, no qual ocorrem descobertas sobre si e sobre sexualidade, experiência semelhante àquela descrita por Nanda¹¹⁴. Para várias interlocutoras, este lugar de liberdade é o feminismo.

3.4 Transformando a relação com próprio corpo e com a conjugalidade

Apesar de não haver inicialmente uma pergunta sobre como se relacionar com mulheres impactou a relação com o próprio corpo, esta questão apareceu logo nas primeiras entrevistas. Assim foi incluída no roteiro de entrevista uma pergunta um pouco mais ampla, que indagava sobre eventuais mudanças na forma como a interlocutora se relacionava consigo mesma e com seu corpo. Mesmo com a ampliação da pergunta, boa parte das respostas específicas a ela passa por se sentir mais à vontade e livre com o próprio corpo.

Beth afirma: “Eu me cuido muito mais, lido muito melhor com o meu corpo, com o meu jeito, meus trejeitos. Desde que eu passei a conviver com as mulheres, a namorar as mulheres, a transar com as mulheres, do que antes, entendeu?”. Rosely reforça esse sentimento ao afirmar que:

Eu era mais pilhada em algumas coisas e me relacionar com mulher me deixou mais livre, mais à vontade com o meu corpo. Mais à vontade com o meu corpo. Relacionar com os homens, acho que eu estava sempre muito preocupada. Eu sempre fui gorda e sempre gostei de ser gorda. Não era um problema ser gorda. Nunca foi. Mas eu tinha preocupações com o peito, sei lá, umas coisas assim, que com as mulheres é tão maravilhoso que a gente... Assim, não, teve isso para melhor. Teve impacto para melhor, para me aceitar mais, para ver que o... É isso, o nosso corpo é o que nós temos e a gente se ama assim (Rosely, informação verbal).

Olga inicia afirmando que a autoestima melhora muito, pois no seu entendimento homens não gostam de mulheres, “Eles se relacionam com mulheres, mas eles gostam de homens, né? Eles admiram homens. Eles elogiam homens”. Conta como seu pai é diferente e

¹¹⁴ Apesar de Lan estar cursando sua graduação no período da entrevista, diz apenas que entre suas amigas mais próximas da universidade há duas bissexuais, uma lésbica e uma heterossexual. As outras interlocutoras não falam nada relacionando universidade e diversidade sexual.

sempre a elogiou. Conta que “tinha uma autoconfiança e autoestima inabaláveis” quando era mais nova, mas que os relacionamentos com homens muito controladores foi diminuindo isso. Lembra que sempre foi extrovertida e comunicativa, o que frequentemente gerava tensão com os namorados que teve e, que apesar de “não baixar a cabeça”, foi “perdendo o brilho”. Assim, para ela, “se relacionar com mulheres potencializa a gente”.

Entretanto, segue Olga:

Acho que a principal diferença é a relação afetiva. É uma relação de muito elogio, de muita valorização, de colocar você pra cima no geral. Então eu acho que isso é a principal diferença. Até a relação com o corpo mesmo. Uma mulher vai criticar o seu corpo? Nunca. Nunca que ela vai reclamar, dizer que você devia emagrecer. Jamais. Assim, pode até ter alguém, mas eu não conheço, entendeu? Geralmente as mulheres te colocam pra cima, falam: ‘que é isso? Tá uma gostosa, tá linda, tá maravilhosa, você é perfeita’. Enquanto isso o homem vai tipo assim, não é, eu acho, por mais que ele tente falar, fazer a crítica da melhor forma possível, que na cabeça dele é uma crítica construtiva, não vai ser, entendeu? Vai ser, vai minar a autoestima, vai acabar com você. Então eu acho que tem muito, eu acho que muito dessa diferença, assim, dessa coisa de como que você se... A sua relação com você nesse sentido, né? Da autoestima. Tanto... não só física. Física também, mas intelectual, profissional. Acho que é bem melhor, assim, essa relação com a gente (Olga, informação verbal).

Monica vai na mesma direção,

Hoje em dia eu olho pra mim de uma forma diferente. Até porque eu tenho uma pessoa falando ali o tempo todo: ‘Monica, você pode, você é foda, você...’ Sabe? Eu tenho uma pessoa ali falando, ‘caraca, vai...’. Às vezes eu falo: ‘poxa, eu queria fazer tal coisa...’ Ela fala: ‘vai, cara, vai lá, tenta, vai, mete as caras lá’. Então, assim, hoje em dia eu consigo me amar mais, sabe? Eu consigo ver... Às vezes eu vejo meu... às vezes eu duvido de mim, assim, às vezes eu sou muito insegura com as coisas, sou muito... será? Será? ‘Não, vai lá. Vai, vai dar certo. Se não der também, tá tudo bem. Você tentou, vai lá’. Então, hoje em dia, eu tenho mais essa relação de amor comigo, sabe? De olhar e falar, ‘não, eu posso sim. Ah, eu vou fazer sim’ (Monica, informação verbal).

Na sequência Monica lembra que participou de outro projeto social quando estava com o ex-marido e do quanto ele a desmotivava, questionando o tempo todo o valor do que ela estava fazendo. Por fim ela fala também da relação com o próprio corpo:

A gente é mulher, a gente nunca tá satisfeita com nada, né? Então eu sempre fui muito complexada, mas eu trabalhei em academia há muito tempo, eu vivi em forma por muito tempo, e hoje em dia, hoje em dia eu tô um pouco acima do meu peso, mas eu consigo estar bem, por quê? Eu pego umas fotos que eu vi e falava, ‘caraca, aqui eu tava linda, mas eu lembro que naquele dia eu tava me sentindo horrorosa’. E hoje em dia eu consigo ver que o problema não tava no meu corpo, tava na minha cabeça, em como eu me via, em como eu pensava, sabe? Hoje em dia eu já consigo me olhar com mais amor também, é isso. [Mas você acha que tem a ver com a sua relação?] Também. Mesmo por esse apoio de tempo, as vezes eu acordo e falo: ‘caraca, não tô bem hoje’.

‘Para de graça, você tá linda!’. Ela já sentou comigo em frente do espelho e falou, ‘olha pra isso aqui, se olha, se olha’. E eu: ‘tô horrorosa’. ‘Se olha, Monica, você tá linda, olha isso aqui’. Então assim, claro que isso me ajuda muito, muito, muito, me faz me sentir melhor, sabe? (Monica, informação verbal).

Lan também se aproxima de Olga e Monica, depois de contar situações relatadas por amigas hétero, tais como o namorado terminar porque a amiga tinha pintado o cabelo de rosa ou trair e dizer que o fez porque a namorada não tem o mais o mesmo corpo. Sobre seu atual relacionamento diz:

Eu, pelo menos, me relacionando com mulheres, pessoas não binárias, eu não tive problema com isso. Muito pelo contrário, teve um momento em que eu tinha muitas compulsões alimentares e, ao invés, de me colocar pra baixo, a minha namorada sempre tentou me colocar pra cima, até quando eu tava me vendo como o cocô do cavalo do bandido. Então, assim, ela sempre me colocava pra cima, tentava realçar, ressaltar pontos que ela achava bonito em mim e até pegar essas falas de momentos em que... Tempos atrás eu falei, “não, porque eu gosto muito do meu sorriso, eu gosto como é o formato dos meus olhos”. Aí ela falava: “não, mas você gosta muito do formato dos seus olhos, seu sorriso, você tem o corpo assim assado”, enfim, e tentava trazer esses pontos, principalmente com relação autoestima física, né, que era a parte que mais me pegava. Então, ela sempre tentava trazer esse tipo de coisa (Lan, informação verbal).

Outras respostas não passaram pelo corpo. Lucia começa dizendo que nunca pensou nisso, mas como é uma relação mais igualitária acredita que sim, que “é aquela coisa, você se sente mais poderosa, podendo fazer aquilo que você tem vontade, deseja e acha que deve fazer. Você não tem mais tanta limitação. Tem a limitação do mundo, que não tem jeito, mas tem menos limitações. Eu acho que sim”. Ludmilla se remete mais às dificuldades que tinha por se obrigar a ficar com meninos: “Melhorou comigo porque foi um alívio. Porque depois quando me relacionava com meninos eu me sentia suja e ainda me sinto um pouco, né? Porque eu não fiz porque eu gostava, porque eu tava afim, sabe?”.

Lelia ao ser questionada diz:

Me sinto mais livre para ser quem eu sou do que com uma relação com um homem. Tipo, nos primeiros momentos. Com a mulher eu já sou automaticamente ali e já solto quem eu sou. Um homem, eu não faço isso porque eu sei que eu tenho que ter um cuidado de expor quem eu sou para uma pessoa do sexo masculino, eu não posso sair..., entendeu? Mostrando todas as minhas vulnerabilidades e com mulher eu não sinto isso. Bom, todas as vezes que eu me relacionei com mulheres, eu não senti que eu tinha que ficar sempre construindo essa barreira (Lelia, informação verbal).

Esta maior familiaridade, em alguma medida, dialoga com a alegria descrita por Nanda quando fala sobre a primeira relação sexual com uma mulher, como mencionado em seção anterior.

As questões apontadas pelas interlocutoras mais diretamente aqui, principalmente as primeiras, nos remetem mais uma vez à ideia de *continuum* lésbico (Rich, 2010), isto é, um conjunto de experiências de identificação entre mulheres, que está para além do desejo ou experiência sexual com outra mulher. Características deste continuum se fazem presentes também ao falarem sobre o desafio que seria voltar a se relacionar com homens e em tantos outros momentos em que as interlocutoras mencionam o quanto se sentem apoiadas e cuidadas nos seus relacionamentos lésbicos.

As múltiplas transformações de si, que passam pelo desejo, identidade, família e corpo também surgem nas narrativas ao falarem sobre a forma que passam a ver a conjugalidade, principalmente no que refere à monogamia. Pelo menos metade das interlocutoras já tentaram estabelecer relações não monogâmicas. Algumas tiveram resistência da companheira e se adaptaram ao relacionamento fechado, mas a maior parte delas se reconhece como monogâmicas atualmente.

Chama a atenção como as três interlocutoras mais jovens são as mais veementes nesta afirmação. Lan afirma que tentou uma relação não monogâmica, diz que se entendia como não monogâmica, mas isso virou uma “complicação” no relacionamento e hoje se diz “bem monogâmica”. Ludmilla diz que nem cogita discutir esta possibilidade, pois não conseguiria porque é “um pouco ciumenta”. Lelia é a mais enfática, e diz: “Eu sou extremamente monogâmica. Meus relacionamentos... São mais fechados que os portões do inferno, não tem como”.

Monica também conta que seu relacionamento é “completamente monogâmico”, questão que foi discutida e combinada com a esposa quando ainda estavam paquerando. Ela diz que “sempre foi muito aberta”, mas a esposa disse logo que respeitava, mas não era o que queria. Monica topou a monogamia e diz que “com ela [a esposa] realmente eu não conseguiria. Não consigo, não tem como. É só a gente, não tem nada”. Em outro momento da entrevista ela volta a dizer: “Eu hoje em dia, eu não consigo, eu falei pra ela, eu falei: ‘cara, isso é muito, muito louco, o que a gente tem é tão sólido, é tão legal, que eu não consigo olhar pra outras pessoas tipo, nossa, fulano me atrai, eu não sei’”.

Perguntada sobre o formato do seu atual relacionamento, Lucia diz monogâmico, questionada se isso foi discutido em algum momento, ela conta:

Não. Eu sou nada ciumenta. Zero. Nada. Não sou. Ela é. Então não dá pra... mas eu realmente não tenho interesse, nunca tive, inclusive, nesse tempo todo. (...) Ela teve muitas relações que entrava outras pessoas. E ela sofreu muito com isso. Eu nunca tive. Quando tinha outra, eu largava, pronto. Largava e não quero nem saber. Ou então

saía fora. Então, não tinha muito isso. Com o meu ex-marido, eu me separei porque teve outra relação. Então, eu me separei. Quando eu descobri, pronto, foi separação total (Lucia, informação verbal).

Para Nanda este “é um debate em aberto”, conta que já viveu uma relação não monogâmica, mas que a atual é monogâmica e que isso é muito tranquilo para ela, pois tem

...muita facilidade também lidar com os meus desejos e me concentrar numa... numa relação e tal, e tipo, por mais que eu ache pessoas bonitas e ache atraentes, e enfim, fique até em alguma medida com tesão, até chegar numa coisa de tipo, vou me relacionar com ela, são outros 500, sabe? (Nanda, informação verbal).

Olga diz que não é muito adepta da não monogamia. Apesar de nunca ter estudado mais para se aprofundar, acha que é um formato que não funciona para ela. Quando começou a se relacionar com mulheres, tentou abrir a relação com seu namorado, mas não funcionou, ela é a única que menciona ter tentado este formato com um homem. Sua atual relação também começou aberta, mas como as duas têm muitas atividades e amigas/os, acabava não restando muito espaço para outras relações sexuais. Contudo, ela diz:

Existe uma flexibilidade no sentido de que tipo assim, cara, se sentir vontade de ficar com alguém... Então assim, é monogâmica, mas é uma monogamia mais tranquila. Com menos cobrança. Com menos, sei lá, punição caso alguma coisa aconteça, entendeu? Então tipo, a gente também respeita essa coisa das nossas vontades, que pode ser que aconteça e tá tudo bem. Tem muito diálogo também, né, na relação, que é uma coisa também que é muito diferente. Existe uma abertura muito maior pro diálogo. Nessa outra relação que eu tinha, essa que durou seis anos, meu Deus do céu, era tipo assim, um caos, um caos, um caos. Eu não podia cogitar nada, entendeu? (Olga, informação verbal).

Angela relata que esta questão já foi repactuada algumas vezes com a atual namorada, no momento da entrevista o relacionamento estava fechado, mas também com margem para negociação. Esta não era uma possibilidade na relação com seu ex-marido, ela conta:

Não sei se não se falava, mas pra mim não chegava nenhum tipo de debate sobre relação aberta, sobre sair com outras pessoas. E isso era um valor pra gente, não sair com outras pessoas, não estar com outras pessoas. Então, isso era uma coisa muito séria, muito... E durante muitos, muitos e muitos anos. Eu acho que durante uma grande parte eu realmente não sentia falta e numa outra parte eu comecei... eu acho que por toda a estrutura do relacionamento, por eu saber qual o peso disso no relacionamento, eu me fechei mesmo para as possibilidades, até do sentir. Eu não sei quando começa o ‘não fazia mais falta’ e o ‘eu me fechei para as possibilidades’, mas hoje eu enxergo que eu me fechei muito (Angela, informação verbal).

Entre as interlocutoras, Rosely é a única que fala que tem muita dificuldade com a monogamia, pois se sente presa, embora tenha aceitado este formato na relação com as duas

companheiras com quem foi casada. No período da entrevista ela não estava com ninguém, mas falando sobre seu último casamento ela diz:

Pra mim sempre foi muito difícil fechar. Porque é isso, a gente anda no mundo e o mundo é muito interessante. E às vezes a gente se priva de viver coisas, né? Mas eu sempre também era, tanto com uma como outra [companheira], muito apaixonada. Não tinha desejos, assim. É mais uma coisa de me sentir presa. É uma coisa do sentimento. Mas a B. nem tinha negociação. Então, a gente teve um relacionamento monogâmico durante seis anos. Confesso que durante esses seis anos eu encontrei outras bocas para me beijar e que eu me privei porque era um acordo entre nós. Nem beijo na boca, então, era um acordo (Rosely, informação verbal).

Em dossiê sobre relações não monogâmicas, Pilão *et al.* (2021) apontam como, recentemente tem crescido o número de pesquisas de mestrado e doutorado sobre monogamia compulsória no Brasil, o que acompanha uma tendência percebida também no universo acadêmico europeu e estadunidense. Segundo os/as autores/as, ao longo do século XX pouco se problematizou a monogamia, cenário que não mudou significativamente mesmo com o florescimento de um novo campo de estudos sobre sexualidades, a partir dos anos 1970. Neste, predominaram questões relativas às dissidências heterossexuais, o que começa a mudar com a Teoria *Queer*, que a insere entre os elementos associados ao conceito de heteronormatividade. Os/as autores/as afirmam ainda que, a partir do desenvolvimento e popularização de conceitos, identidades e ativismos sobre práticas não-monogâmicas, este cenário segue se modificando ao longo do século XXI.

De acordo com Ochy Curiel (*apud* Teixeira; Silva; Figueiredo, 2017), a monogamia seria parte do regime da heterossexualidade, tendo como produto o casal heterossexual, que além da preocupação capitalista com a transmissão de heranças, reproduz uma lógica de papéis de gênero. Adriana Nunan (2007) também identifica que diferentes estudos apontam como a socialização de papéis de gênero parecem influenciar o caráter monogâmico ou não de casais homossexuais. Estes revelam que casais gays são frequentemente menos monógamos em relacionamentos do que aqueles lésbicos e heterossexuais. Tal dado estaria relacionado, entre outras explicações, ao fato de os homens serem culturalmente ensinados a se interessarem mais por sexo e variedade sexual, enquanto para as mulheres é colocado que sexo e amor estão intimamente relacionados. Por outro lado, a autora também afirma como particularidades da conjugalidade homossexual a falta de modelos de relacionamento em que possam se espelhar, assim como a falta de validação social, legal e religiosa, o que permite que estas/es sujeitos possam criar as próprias regras conjugais.

Ainda que no final todas as interlocutoras que estavam em relacionamentos no momento da nossa conversa tivessem o acordo de monogamia, é interessante notar como esta é uma questão refletida e discutida por muitas delas, que talvez não estivesse colocada alguns anos atrás ou ainda seja pouco frequente em relacionamentos heterossexuais, como Angela menciona ao se referir ao seu casamento. Em praticamente todos os casos, aparentemente, ao cogitar um relacionamento não-monogâmico, as interlocutoras estão falando da possibilidade de ficar com outra pessoa, não de poliamor ou *swing*, por exemplo. Apenas uma interlocutora fala da possibilidade de participar de um *swing*, mas em outro contexto.

Apesar de não ter sido uma questão abordada nas entrevistas, poderia ter sido interessante investigar também se os intercursos fora do relacionamento teriam a mesma importância ou peso caso acontecessem com homens cis. Pelo observado em conversas informais em campo em que se relatava discussões de casal sobre a não monogamia, em se tratando de relacionamento entre uma bissexual e uma lésbica, é possível supor que não. Aparentemente as ressalvas passavam por questões como um risco aumentado de contrair infecções sexualmente transmissíveis ou um maior incômodo e/ou insegurança pelo fato de ainda haver interesse por homens.

Leão (2018) aponta que uma das formas de violência específica contra bissexuais seria a noção de “ponte bissexual”, evidenciada nas discussões sobre transmissão do HIV, por considerar que há mais risco ao se relacionar com homens. Meinerz (2005), por sua vez, também identifica este “receio” entre suas informantes e interpreta esta percepção de um perigo “muito maior do que nas relações com mulheres homossexuais” como uma transposição de um julgamento de ordem moral para o campo da saúde, pois as bissexuais são vistas como aquelas que “topam tudo”. No contexto de sua investigação, esta autora coloca em questão ainda a “impossibilidade de envolvimento com uma mulher bissexual”, dado o “aumento do perigo de ser trocada”, dado que a parceira poderia ser trocada por outra mulher ou outro homem.

Outra questão recorrente diz respeito à disposição das interlocutoras para se ajustar aos limites impostos pelo pacto da relação em nome do amor que as une. Rosely é quem manifesta maior dificuldade, mas ainda assim, por anos se privou do seu desejo em nome do acordo com a companheira. Monica, que “sempre foi muito aberta”, agora acha que nem conseguiria ficar com outra pessoa. Apesar de considerar “um debate em aberto”, Nanda narra a facilidade que tem de “lidar com seus desejos e se concentrar em uma relação”. Existir discussões deste tipo permite aos casais reconhecerem e dialogarem sobre a existência de outras pessoas interessantes no mundo, como diz Rosely. Assim como, em alguns casos, possibilita um espaço de

negociação que permita viver outras experiências e dar vazão a eventuais desejos fora do relacionamento, sem que isso configure uma traição, o que Olga chama de “monogamia mais tranquila”.

Embora não tenha sido problematizado por nenhuma das interlocutoras, para além de com quem se relaciona, também é interessante perceber que o que é valorizado na relação com mulheres são características tradicionalmente atribuídas ao feminino, tais como cuidado, comunicação mais fluida, compartilhamento de atividades cotidianas, como as domésticas. Tal observação aponta que, mesmo que as interlocutoras não tenham rompido radicalmente com a monogamia, nos termos de Curiel (*apud* Teixeira; Silva; Figueiredo, 2017), de certa maneira boa parte delas parece subverter a expectativa de reprodução de papéis de gênero implicada no casal heterossexual.

Este capítulo apresenta três diferentes caminhos percorridos pelas interlocutoras para viver suas relações com mulheres e evidencia como a heterossexualidade compulsória marca de diferentes formas todos elas. Religiões cristãs e conservadorismos talvez sejam as expressões mais evidentes da discriminação contra a diversidade sexual e de gênero, ainda que, em alguns casos, pessoas dentro deste perfil tenham surpreendido as interlocutoras com um acolhimento que priorizou o amor das relações familiares. Em várias narrativas, se encaixar em uma identidade lésbica ou bissexual não é uma questão pessoalmente relevante, mas pode ser cobrada ou controlada socialmente, sobretudo entre aquelas que ao sair da heterossexualidade se reconhecem como bissexuais e depois passam a se identificar como lésbicas.

Entre os principais desafios enfrentados pelas interlocutoras está ter que encarar a bi/lesbofobia, desde situações familiares àquelas vividas em espaços públicos. Para algumas pessoas, principalmente pessoas mais próximas da família, é importante que o fato de estar se relacionando com mulheres seja contado cuidadosa e pessoalmente. A reação da mãe é frequentemente a principal preocupação. Apenas uma interlocutora manifestou preocupação com a reação do pai, algumas não tinham pai presente, para outras era pouco importante se e como eles iam saber e, no caso das interlocutoras mais velhas, se evitou que eles soubessem.

Ainda que metade das interlocutoras mencione que já tiveram experiências negativas em relacionamentos com mulheres, apenas uma, das dez interlocutoras, acredita que voltaria a ter um relacionamento mais estável com um homem, duas acreditam que ainda poderiam ficar pontualmente, que são aquelas que se identificaram como bissexuais na pergunta objetiva, mas a maioria diz não ter mais o menor interesse neles. As relações entre mulheres são percebidas como mais positivas, pois são vistas como mais horizontais, com maior compartilhamento da

vida cotidiana e melhor comunicação, em que é possível inclusive cogitar outros formatos de relacionamento, como a não monogamia. Também é frequentemente mencionado como se relacionar com mulheres impactou positivamente na relação consigo mesma, passando a se sentir mais confiante para fazer o que deseja e mais confortável com o próprio corpo.

4 “O FEMINISMO É OLHAR O MUNDO NA LENTE DA LIBERDADE”

La conciencia feminista puede pensarse como la conciencia de la violencia y el poder que se esconden detrás de los lenguajes de la civilidad, la felicidad y el amor, y no simplemente como la conciencia del género como un espacio de restricción de lo posible. (Ahmed, 2021, p. 123)

Neste capítulo, busco compreender como o feminismo influencia as relações afetivo sexuais entre mulheres e vice-versa. Ana Maria Pereira (2008), em sua investigação de mestrado sobre lesbianidade e família em Maceió, afirma que aquelas que rompem com os padrões estabelecidos e se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres, “em sua maioria, vivem a sexualidade permeada por sentimentos de culpa e medo” (Pereira, 2008, p. 57). Observa também que, mesmo entre mulheres que são consideradas lideranças lésbicas, um sentimento de insegurança e receio de que sua “homoeroticidade” seja descoberta, o que implicaria em uma exclusão familiar e social. Por fim, a autora aponta que apesar das ações dos movimentos de Direitos Humanos, feminista e LGBTTT, a “(in)visibilidade lésbica” persiste na vida de inúmeras mulheres, o que leva à “negação do livre exercício da sexualidade”. O cenário encontrado nesta tese, tem pontos de contato, mas se mostra consideravelmente distante do descrito pela autora. Tal diferença certamente passa, entre outras coisas, pelo fato de que todas as interlocutoras aqui ouvidas são assumidamente lésbicas ou bissexuais, o que, para muitas delas, tem forte relação com o fato de serem feministas.

Exploro ainda a percepção das interlocutoras sobre como questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero têm sido tratadas pelos feminismos e no debate público, com especial atenção aos recortes geracionais. Como sistematizam Castro *et al.* (2009), no campo de estudos sobre juventude há duas percepções sobre geração que se destacam. Uma seria a perspectiva relacional defendida por Bourdieu e Champagne, em que “jovem” aparece em oposição a “adulto” ou “velho”, disputando bens materiais e simbólicos. A outra perspectiva de análise apresentada por Castro *et al.* (2009) parte da acepção de geração proposta por Karl Mannheim, que argumenta que esta seria uma construção moderna com o propósito de definir uma linearidade histórica em que as pessoas se sucedem em gerações.

De acordo com a autora, Mannheim apresenta um debate mais amplo, composto por três dimensões de construção conceitual de geração: o recorte biológico, a unidade geracional e os grupos concretos. A primeira dimensão tem o nascimento como corte, indica que populações que se encontram em diferentes momentos do ciclo da vida compartilham e disputam a

percepção de um dado contexto histórico. A unidade geracional parte da percepção social de que uma determinada população compõe uma categoria social identificada em termos geracionais, ainda que individualmente nem todas/os que fazem parte desta se reconheçam enquanto tal. Por fim, o grupo social concreto é formado pela identificação nativa de geração em dado contexto local, que pode se basear em formações comunitárias e/ou familiares ou se organizar por afinidades de posição social. Para melhor explicar as últimas duas dimensões conceituais, Castro *et al.* (2009) retomam o exemplo oferecido pelo autor que cita a juventude do partido comunista alemão e a juventude nazista, como dois grupos concretos dentro da unidade geracional juventude daquele contexto histórico.

Como foi mencionado pontualmente anteriormente, mas aparece de maneira mais evidente aqui, as referências em termos geracionais se dão frequentemente polarizadas em as “mais velhas” e “as jovens”, “mais jovens” ou “novas gerações”, o que se assemelha à forma como a questão geracional é acionada nos movimentos sociais do campo, de acordo com o indicado por Castro *et al.* (2009). A primeira expressão é usada inúmeras vezes para se referir àquelas que construíram os feminismos entre as décadas de 1970 e 1990, independente da faixa etária das mulheres envolvidas, o que remete à primeira dimensão conceitual de geração proposta por Mannheim. Já quando se fala em “as jovens” parecem apontar para aquelas, dentro de um ciclo específico da vida, que estão tendo destaque nesta construção na última década. Aqui é importante ponderar que isso pode estar relacionado ao perfil das interlocutoras, dado que nenhuma delas se aproximou do movimento entre 2000 e início dos anos 2010; contudo, também pode estar associado a um período de menos visibilidade dos feminismos, ocorrido entre seu período de institucionalização e a chamada “Primavera Feminista”.

4.1 Influência dos feminismos

Uma das principais questões que orientavam este trabalho era se o feminismo influenciou, de alguma forma, o processo de começar a se relacionar com mulheres. Lucia é a única que entende que, no seu caso, não teve muita relação, uma vez que ela já era feminista há muitos anos e não cogitava esta possibilidade até se apaixonar por sua companheira, o que aconteceu por volta dos seus 50 anos. Ela diz:

No meu caso, eu acho que não. Não acho que tenha influenciado, porque eu levei anos... Isso que eu falei, entendeu? Não influenciou, mas eu acho que pode ter influência para outras pessoas, sim. Eu não sei, entendeu? Eu acho que sim. Umas que estavam mais fechadas para isso e que, com o feminismo, viram vislumbrar isso. Mas,

no meu caso, eu sempre aceitei desde o início do feminismo. Eu lembro que o movimento feminista, no início, não falava nisso, mas foi obrigado a falar, porque as lésbicas vieram e se impuseram, assim como a questão racial. Isso foi... das trans, foi indo. E a gente foi aceitando e se abrindo para isso. Então, eu nunca tive nenhum problema. Achei que estava tudo certo, mas eu não me via como (Lucia, informação verbal).

Na seção 3.1, sobre o processo de reconhecimento do próprio desejo, Beth já aponta os feminismos como cenário em que ela volta a se relacionar com mulheres, depois de uma única experiência anterior, que o ex-marido fez se tornar um trauma, e de uma promessa à Nossa Senhora Aparecida para que não tivesse desejo por mulheres. Assim, ela identifica no feminismo a possibilidade de tomar suas próprias decisões e viver suas emoções, tal como descreve:

Eu já te disse que eu tinha tido experiências em *insights* anteriores, né? Mas eu acho que o feminismo é isso, né? Ele não me joga para isso, eu assumir a minha identidade lésbica, entendeu? Não, quer dizer, não é ele que patrocina a minha lesbianidade. Agora, ele possibilita que eu possa viver as minhas emoções por inteiro, que eu possa ser uma pessoa que tenha uma autonomia nas minhas decisões. Então, nesse sentido, ele me ajuda a isso. E se o mundo, se as minhas decisões, aquilo que é bom para mim, aquilo que não ferra com o outro, se eu tenho essa possibilidade, se eu tenho essas ferramentas, então eu tenho que dizer que o feminismo me ajudou profundamente. Não tenho a menor dúvida da vida (Beth, informação verbal).

Assim como Beth, outras duas interlocutoras associam o feminismo à liberdade de viver plenamente os seus desejos. Rosely é objetiva:

O feminismo é olhar o mundo na lente da liberdade, de ser livre, de não ter amarras. Essa lente que o feminismo coloca na gente, que depois que a gente bota esses óculos, a gente vê o mundo desse outro lugar. Então, a sexualidade, a afetividade com as mulheres está dentro dessa lente, da liberdade de você amar quem você quiser, de você viver e construir sua vida com quem você quiser. Só a lente do feminismo é que nos dá isso (Rosely, informação verbal).

Já nos termos de Lan:

Eu acho que [o feminismo] influencia na questão da liberdade, né? Porque, como eu estava falando antes, assim, se antes as coisas já eram difíceis desse negócio de você encostar ou pegar na mão ou até assumir enquanto namorada mesmo... Eu acho que nesse momento atual, na geração em que eu vivo, isso é uma coisa muito mais fácil. Até porque quando a gente entra nas redes sociais e a gente vê ali o nosso algoritmo, que é voltado para algo que faz parte da gente, parece que de certa forma isso faz com que a gente se aceite também. E entra a questão, não sei, uma vez eu li na internet alguma frase como: ser uma mulher e amar outra mulher é um ato revolucionário (Lan, informação verbal).

Lelia também se aproxima desta percepção, do feminismo como um lugar onde legitimou a possibilidade de viver os seus desejos e se aceitar como é.

Porque ao mesmo tempo que eu consumia conteúdos [de internet] sobre a militância [feminista] em si, eu também consumia muito conteúdo de mulheres LGBT. Então... eu sempre estava ali vendo... isso também..., eu esqueci de citar, mas também foi me ajudando no processo. Porque eu via que essas mulheres têm relacionamentos com outras mulheres e elas conseguem ser felizes mesmo assim, elas conseguem ter uma vida tranquila. E com certeza influenciou, com certeza. (...) Pro meu processo pessoal, foi realmente só pra me ajudar a entender que eu não precisava me odiar por ser bissexual. E que tava tudo bem ser do jeito que eu sou (Lelia, informação verbal).

Em linhas gerais, Lan e Lelia têm uma trajetória com alguns pontos em comum. Se no início da sua vida afetivo sexual a religião foi o lugar em que foi dito que o que elas sentiam era errado, o feminismo foi onde elas entenderam que eram livres para amar quem quisessem. Para ambas isso aconteceu por meio da internet, principalmente a partir dos relatos de outras pessoas que encontraram lá, como já discutido na seção 2.3.

Monica aponta na mesma direção, o feminismo como o lugar onde aprendeu a “se respeitar”, soube dos seus direitos e entendeu que não precisava aceitar o que não queria. Nas suas palavras:

Na verdade, o feminismo eu acho que influencia na vida, em tudo, né? Porque é mesmo nessa questão de você saber quais são os seus direitos, pelo que você pode lutar, onde você não cabe, onde você não quer ficar. E isso vem pra dentro do relacionamento também, sabe? Do que eu devo aceitar, do que eu devo não aceitar. Porque às vezes a gente acha que, ah, sou feminista só porque eu tô me relacionando com mulher. Mas não é assim. (...) Hoje em dia eu vejo mais nessa questão de saber... de me respeitar, sabe? De saber, ó, eu quero isso. Não, isso aí eu não quero pra mim. Isso aí eu não aceito de jeito nenhum. Ou muda ou acabou. Não tem como. Então, assim, nessa questão de me respeitar, sabe? Respeitar o outro, mas também de me respeitar (Monica, informação verbal).

Como já mencionado, quando Monica afirma que não pensava que teria coragem de assumir publicamente uma relação com uma mulher, perguntei a que ela atribuía tal coragem, ao que ela respondeu que aconteceu de forma tão “leve”, que não queria esconder aquilo que estava sentindo, sem qualquer menção aos feminismos. Contudo, ao falar da relação percebida entre se relacionar com mulheres e os feminismos, retomei a questão perguntando se ela considerava que o feminismo tinha a ver com a “coragem” de assumir um relacionamento com uma mulher, ela conta:

Eu acho que sim. Porque senão jamais, eu ia me encolher ali pra caber em qualquer lugar. Mesmo não estando feliz, mas quando eu comecei a pensar: não, eu posso fazer

isso, ninguém tem nada a ver com a minha vida e acabou. Eu sou mulher, eu mando o que eu quiser, eu faço o que eu quiser. Então quando a gente começa a pensar dessa forma, eu acho que dá coragem, sabe? Acho que foi essa coragem (Monica, informação verbal).

Olga narra como o feminismo a fez enxergar o machismo no cotidiano e na sua relação e que, a partir do momento que se tornou capaz de identificar este tipo de coisa, não conseguia mais aceitá-la e se tornou mais exigente.

Foi bem ali, quando eu comecei a militar de forma organizada e me aprofundar mais no estudo do feminismo marxista e tal. E aí eu comecei a enxergar várias coisas que eu não enxergava, de posturas machistas. Então assim, dentro das possibilidades masculinas, digamos, [meu namorado] era um dos melhores, assim, sabe? Só que ainda era ruim. Ainda era machista, ainda tinha... E aquela coisa do... você falar e ele falar assim, 'não, mas não foi isso que eu quis dizer, você entendeu errado'. Sabe? Falar coisa do... 'você é maluca', mas sem dizer que você é maluca. Entendeu? 'Você tá exagerando'. Aquelas coisas, né? Bem clássicas. Que são muito cotidianas e pequenas, né? Perto de uma agressão, por exemplo. Só que quando a gente se entende enquanto feminista e se aprofunda sobre o tema, a gente enxerga e identifica mais. E deixa de aceitar coisas que a gente aceitava antes, né? Então a régua, ela sobe muito. Muito. E aí já era, né? Não tem mais muito como voltar (Olga, informação verbal).

Como evidencia o trecho abaixo, Olga entende que com a consciência política que desenvolveu não conseguiria mais estabelecer uma relação heterossexual, pois acredita que na sociedade em que vivemos esta seria necessariamente marcada por opressão e controle.

Então, tipo assim, entender isso me fez entender que eu não ia estar plenamente feliz e satisfeita em uma relação com um homem hoje, entendeu? Talvez numa outra sociedade, num outro modelo, mas nessa sociedade estruturada da forma que ela é, não seria possível. E é uma coisa muito material mesmo. (...) Mas eu acho que eu, com a consciência política que eu tenho hoje, não conseguiria me sentir realmente plena, feliz numa relação com o homem, com todas essas coisas que estruturam a nossa sociedade hoje e que estão presentes na relação. É isso, não tem como a gente fingir que tá numa bolha. Tem homens melhores, tem ali, tem óbvio, uma gama de pessoas muito mais machistas e pessoas muito menos machistas, mas todos têm um pouquinho, algum nível de machismo ali (Olga, informação verbal).

Como já mencionado, Angela conta que até sua adolescência pessoas LGBT não faziam parte da sua convivência e nem parecia existir esta possibilidade. Este contato só passou a existir depois que questões de diversidade sexual e de gênero começaram a ser discutidas dentro da organização feminista de que fazia parte, o que só aconteceu depois que uma jovem lésbica passou a compor a equipe de trabalho. Ela conta:

Então, realmente acho que não tinha referências e o grupo, pensando adolescência mesmo. Então, realmente, acho que é isso. Eu acho que não estava dado como uma possibilidade, não estava apresentado como uma possibilidade. (...) Eu acho que tem

todo um..., quando eu falo, por exemplo, da naturalização da relação, não só entre mulheres, mas das variadas relações afetivo-sexuais, também não era uma coisa que estivesse tão construída no início, no meu primeiro contato com o feminismo, na minha organização, por exemplo. Partindo dela, também é uma discussão que meio que começa a chegar e começa a ser desenvolvido, olhado, trabalhado a partir de determinado ponto, que eu não vou lembrar qual, assim, em termos de ano (Angela, informação verbal).

Nanda também aponta como o feminismo contribui para, mesmo antes de gostar de mulheres, não ver problemas nisso:

Eu acho que o fato de eu também encarar as coisas muito mais e tipo: ‘ah, se eu gostar de mulher, eu vou gostar de mulher, vai ser ótimo’, tinha a ver um pouco com uma percepção assim também de não... não estigmatizar pessoas LGBTQs, ter amigos gays e homossexuais, tudo, bissexuais que falavam disso, mas também ter uma perspectiva política feminista, de amar as mulheres, de entender também, de certa forma, um lugar de identificação (Nanda, informação verbal).

Mas depois segue na direção apontada por Olga, o feminismo como uma perspectiva política que, ao evidenciar o machismo e desigualdades de gênero presentes nas relações com homens, direciona um olhar mais atento às relações homoafetivas e mais aberto à possibilidade de se relacionar com mulheres. No caso da Nanda, este processo ganha materialidade nas dificuldades e violências contra mulher que testemunhou dentro da sua família e assim ofereceram “um referencial muito desgastado dessas relações” com os homens. Ela diz:

Por que eu consegui me identificar tão facilmente com... com a minha mãe, com a minha irmã, com as dores que elas sentiam, sabe? Tipo, eu tenho uma prima que é da idade da minha irmã. E aí elas sempre compartilhavam tudo, de todos os casos, todos os relacionamentos e sofrimentos e tal. E eu era muito uma pessoa que estava ali junto e que aconselhava e que ficava ouvindo aquelas histórias. Eu ouvi muitas histórias de muitas relações violentas entre homens e mulheres durante toda a minha vida. Essa minha tia que eu falei agora há pouco também, ela viveu muitas, tanto de violência patrimonial, de violência física, de ameaças de morte, de perseguição, de tudo que você imaginar, de abandono. Então, era... eu já tinha um referencial muito... tenho um referencial muito desgastado dessas relações. (...) Então, eu acho que ter tido contato na universidade com pessoas que estavam falando disso [relações lésbicas] de uma outra maneira, e me permitir viver isso depois desse contato, foi muito importante para que eu não fosse, conscientemente, uma barreira para mim. Porque eu acho que, como eu te falei, subconscientemente, existiam várias barreiras que eu nem entendia, mas que só depois, com muita reflexão, e muita reflexão em espaços feministas. Eu acho que a possibilidade de entender todas essas dimensões, de entender também as minhas respostas e acolher e de não ficar assim: ‘nossa, que horror que eu sou, que coisa horrível’, sei lá, de não colocar isso num lugar pior do que já é, foi porque eu tinha uma percepção política feminista e que me permitia entender que a minha dimensão. O amor entre mulheres, para mim, está tanto numa dimensão política, de compromisso político, de relação, isso da minha história, mas também numa relação afetiva, amorosa. E eu sou muito mais feliz por isso. Eu sou muito mais feliz depois que eu pude me sentir nesse lugar (Nanda, informação verbal).

Entretanto, em outro momento, ao falar do seu “adoecimento emocional” durante seu primeiro relacionamento lésbico, Nanda também conta como o feminismo a ajudou a não idealizar as relações entre mulheres. Ela diz:

Acho que o fato de eu ser feminista faz com que eu também não romantize tantas relações entre mulheres. Eu tenho muita certeza de que existem violências muito terríveis, tão terríveis quanto muitas vezes acontecem em relações entre homens e mulheres. Elas podem acontecer em relações entre mulheres, em relações sáficas, para usar o termo. E aí, eu acho que isso foi uma visão crítica que o feminismo também me ajudou a ter, sabe? De, tipo, não romantizar as mulheres também nesse lugar e nem colocar a gente nessa pressão e saber que a gente também é humana, faz um monte de merda e tem um monte de trauma. E humanizar também isso, sabe? Não romantizar num lugar mentiroso (Nanda, informação verbal).

Além da Nanda, outras interlocutoras fazem referência a relações entre mulheres que consideraram violentas ou abusiva, uma delas se reconhece inclusive como uma pessoa que teve atitudes “tóxicas” em um relacionamento recém terminado, mas retornarei a isso mais adiante.

Voltando à relação entre feminismos e relações sáficas na sua vida, a interlocutora destaca a certeza de que seria acolhida pelo movimento caso a família a rejeitasse. Nas palavras dela:

Acho que talvez essa seja a chave principal de tudo isso que estou falando. Eu tinha espaços coletivos em que eu sabia que ia ser acolhida e que eu ia ser compreendida, que eu ia ter outras referências e que, se eu não fosse amada na minha família, eu ia ser amada naquele espaço político, porque ele me acolheria nesse lugar (Nanda, informação verbal).

No final da entrevista, convidada a fazer seus comentários finais, caso quisesse acrescentar algo que havia esquecido ou que não tivesse sido perguntado, Nanda reforça os feminismos como espaço de acolhimento, desta vez indicando também as referências teóricas feministas que foram importantes neste processo. Ela retoma:

Eu acho que eu trouxe muito a minha relação com a minha família, que eu acho que é uma das principais coisas. Eu acho que se eu não tivesse o feminismo, como eu falei, enquanto espaço de acolhimento individual, mas coletivo também, teria sido muito mais difícil. (...) Eu acho que a minha história traz muito essa dimensão não consciente mesmo das dificuldades, das distâncias, das violências e de como eu fui afetada também por essas relações heteropatriarcais. Acho que eu tenho, num lugar de muita referência, as lesbofeministas teóricas, mulheres que trazem essa dimensão, que escrevem sobre o amor entre mulheres (Nanda, informação verbal).

Na sequência, mais uma vez, ela pondera, lembrando que “não tem homem só horrível e terrível, mas são poucos os que conseguem romper com o patriarcado da sua forma mais violenta em relação a eles também”. Diz que apesar de não se identificar com a maioria das figuras masculinas da sua vida, seu avô “é uma pessoa que me ensinou sobre amor, ele é uma pessoa que me ensinou sobre afetividade, que me ensinou sobre respeito, sobre compromisso, sobre não abandonar, sobre... se manter junto sobre, enfim, tudo”, fazendo referência aos cuidados dele durante a doença da avó. Neste último trecho, falando de seu avô, é possível entrever o que significa “romper com o patriarcado” para Nanda.

Diferente das interlocutoras anteriores, Ludmilla e Lan falam sobre como ser lésbica leva ao feminismo. Nas palavras da primeira: “Eu acho que influencia, na verdade, a pessoa, a menina lésbica a ser feminista. Eu acho que influencia. Por exemplo, eu gosto de meninas e tal, então obviamente eu vou estar a favor de mulheres, né? Então influencia você ser feminista. Eu acredito que sim, né?”.

Já Lan, depois de falar da liberdade para manifestar afetos que a sua geração usufrui, aponta que é nos feminismos que a mulher que ama outra mulher vai encontrar um contraponto ao discurso heteronormativo do “patriarcado”.

Assim, não que toda feminista vai ser lésbica, não é isso que eu tô querendo dizer, mas que essa... querendo ou não, você passa pelo feminismo quando você se assume lésbica, porque... cara, eu não sei como explicar. Eu sei visualizar, mas eu não sei explicar. O seu entendimento enquanto uma pessoa que tá ali atribuída ao feminino e gosta de outra, que é algo que o patriarcado o tempo inteiro tenta falar que: ‘ó, isso aqui não presta, isso aqui não tem valor’, ‘não pode fazer nada, não tem direito a isso, não tem direito àquilo’, ‘como assim você vai amar uma mulher ou uma pessoa que tem uma estria, que tem pelos? Não, não pode, tá errado!’ E aí, de repente, você se reconhece enquanto uma pessoa lésbica, gosta de outra pessoa assim... e você pensa: ‘gente, mas tudo aquilo que me falaram não tem nada a ver, eu acho a coisa mais linda o seu corpo como ele é, as suas formas, as suas fases, tudo isso’. Então, eu acho que quando você se reconhece enquanto lésbica, querendo ou não, você passa pelo feminismo, sabe? Passa por determinadas pautas. Enfim, e uma dessas pautas é a liberdade, né? Porque querendo ou não, você, quando se coloca enquanto lésbica, você se coloca também enquanto uma pessoa que está livre de certas amarras do patriarcado. Porque ele tenta te dominar e te colocar em uma relação ali, heteronormativa, uma relação hétero, mas você se coloca que não, eu não gosto disso, eu não quero isso, então eu vou seguir sendo quem eu sou, me relacionando com quem eu de fato sinto atração, sinto afeto. Enfim, acho que é isso (Lan, informação verbal).

A proposta inicial da pesquisa era entrevistar mulheres que começaram a se relacionar com mulheres após seu engajamento feminista, entretanto, ao buscar mulheres mais jovens, não foi possível manter este recorte com tanta rigidez. Considerando que Lan e Ludmilla são duas jovens que já iniciaram suas trajetórias afetivo sexual cientes do desejo por mulheres, faz sentido que entendam o feminismo a partir do lugar da sua sexualidade. Tal movimento também

vai ao encontro do apontado por Ahmed (2020), quando afirma que a lésbica se contrapõe ao mundo criado pela imaginação masculina e ao se viver a experiência de “ir contra” faz-se necessário buscar apoio de quem luta por uma base diferente para a existência.

Nos termos de Becker, como apropriado por Lopes (2011), talvez seja possível dizer que, em alguns casos, os feminismos foram o espaço de socialização que permitiu o cultivo de uma identidade sexual considerada desviante ou por meio do qual se inseriram em grupos que, se não se organizavam especificamente em torno desta característica distintiva, carregavam esta marca identitária e/ou a percebiam de maneira positiva. Isso fica evidente nas amigas feministas lésbicas que foram acionadas nas primeiras experiências de Rosely e Angela; nas amigas que incentivaram Nanda no seu primeiro beijo lésbico e na certeza que ela tinha de que teria acolhimento no movimento; no contexto de ocupação feminista e de festa das feministas lésbicas que marcam as experiências de Olga e Beth, respectivamente; ou como algo que contribuiu para que Monica tivesse a “coragem” para assumir publicamente o relacionamento com uma mulher.

As narrativas das interlocutoras evidenciam ainda como “viver uma vida feminista é fazer de tudo o que existe algo questionável. A questão de como viver uma vida feminista é uma pergunta viva, e ao mesmo tempo uma questão vital.”¹¹⁵ (Ahmed, 2021, p. 21, tradução minha). Isso pode se desdobrar em sentir mais livre ou ter mais autonomia para viver plenamente suas emoções, como acontece com Beth, Rosely e Lan, ou não aceitar mais certas coisas nos seus relacionamentos, tal qual apontam Monica e Olga. Pode ainda fazer entender que não precisa se odiar por ser bissexual, como relata Lelia, ou contribuir para que a não heterossexualidade seja vista e vivida sem problemas, como mencionam Angela e Nanda. Estes são alguns dos aspectos lembrados pelas interlocutoras sobre a relação entre feminismos e o processo de se relacionar com mulheres.

No contexto das críticas feministas à felicidade, percebida como instrumento para justificar as normas sociais como um bem social positivo, Ahmed (2020) propõe a figura da “feminista estraga-prazeres”. Esta se dispõe a ir contra uma ordem social que é vista e desejada como se fosse a felicidade, frequentemente escondendo um tanto de opressão, como acontece quando mães e pais entendem e desejam a heterossexualidade como a garantia de felicidade das filhas e filhos. Inspirada nesta imagem, é possível supor que, uma vez que você se torna uma “feminista estraga-prazeres”, sua preocupação com certas convenções, ou com o que é

¹¹⁵ Original em espanhol: “Vivir una vida feminista es hacer de todo lo que existe algo cuestionable. La cuestión de cómo vivir una vida feminista es una pregunta viva, y al mismo tiempo una cuestión vital.”

percebido socialmente como lugar de felicidade, se reduz drasticamente, o que te permite não só questionar tudo, mas também buscar outras formas de viver em coerência com aquilo que se acredita. Este processo pode levar a rompimentos e constrangimentos de diferentes ordens, assim, romper com a heterossexualidade pode se tornar apenas mais um dentre tantos outros.

Por outro lado, este mesmo processo parece fazer parte da construção da possibilidade de “viver as minhas emoções por inteiro”, “me respeitar”, “me aceitar” ou se sentir livre, como descrevem as interlocutoras. Nos termos de bell hooks (2010), e outras mulheres negras, lutar por estes anseios poderia significar “criar condições para viver plenamente”, o que é apresentado em contraponto ao “sobreviver”. Para a autora, esta forma de viver passa por conhecer os próprios sentimentos e perceber as necessidades que só serão preenchidas em contato com outras pessoas.

Assim, como aponta Stephanie Lima (2020), inspirada em hooks e Collins, falar dos afetos torna-se fundamental não só para uma reformulação de si, mas também para a ação política e a construção da/o sujeito político. Este movimento apresentado pela autora fica evidente nas narrativas de Lelia e Lan, quando contam que ao se reconhecer enquanto pessoas não normativas, não só não heterossexuais, entenderam que estavam “sob ataque” de diferentes formas e que teriam que estar “em movimento, em luta constante”.

O conjunto de entrevistas aponta como o feminismo fomenta uma consciência crítica sobre as dinâmicas de poder e violência nas relações, seja entre homens e mulheres, seja entre mulheres. Explicita também, mais uma vez, como o pessoal e os afetos são políticos, ao possibilitar que as mulheres possam “viver suas emoções por inteiro”, não precisem “se encolher para caber em qualquer lugar” e possam “viver sua vida com quem quiser”, assim torna-se possível reconhecer, respeitar e assumir publicamente os próprios desejos e relações. Considerando também como se relacionar com mulheres impactou o relacionamento consigo mesma e possibilitou cogitar e/ou experimentar outros formatos de relação, fica ainda evidente como os feminismos, além de um espaço de liberdade, autonomia e fortalecimento coletivo, permite ampliar o campo de possibilidades e experimentar outros modos de vida e relacionamentos.

4.2 Ser LBT no movimento feminista

Uma vez que foi abordado o papel dos feminismos na trajetória afetivo-sexual das interlocutoras, pareceu interessante entender também qual havia sido o impacto do

reconhecimento da própria orientação sexual na sua inserção no movimento feminista. Faz diferença ser lésbica ou bissexual no movimento? Isso interfere nas relações pessoais e/ou políticas? Tem reflexos nas pautas que pessoalmente são priorizadas? Indagadas a respeito, as respostas das interlocutoras variaram consideravelmente, muitas responderam não ver diferença, mas ao longo da conversa era possível identificar algumas nuances.

Lucia conta que não percebe diferença, pois “as pessoas me identificam mesmo como feminista dessa segunda onda, das primeiras, estou naquele loop inicial que levou o feminismo para as ruas [...]. O que interessa é que eu sou desse núcleo inicial”. A menção à segunda onda feminista aqui aponta, por um lado, o pertencimento da interlocutora a uma geração de militantes feministas datada historicamente, por outro, a adesão à uma determinada forma de ver a história do movimento, demarcadas pelas chamadas “ondas”, como apresentado no capítulo 1.

Beth, que assim como Lucia entrou no movimento nos anos 1970, diz que ser lésbica não impactou, que suas pautas dentro dos feminismos sempre foram inclusivas, que já tinha aprendido muito com as companheiras de militância lésbicas e negras. Em outro momento, provocada se percebe uma maior visibilidade das LBT dentro do movimento contemporâneo, Beth concorda e complementa: “hoje é mais difícil achar quem é heterossexual”. Depois continua explicando como se dá este processo de aproximação afetiva e sexual entre mulheres, desde a competitividade antes da entrada no movimento até o olhar mais carinhoso que, em alguns casos, leva ao “tesão”.

Então, a mulher é inimiga uma da outra, porque elas têm que buscar [homens interessantes], são poucos os disponíveis e elas competem entre si. E aí eu acho que o feminismo acaba um pouco com isso, o feminismo destrói essa coisa da competição entre as mulheres. E aí quando destrói, então você não é mais a minha inimiga mortal, que eu já olho pra você com carinho. Aí demora muito pouco para olhar, não é só mais como irmã, como uma coisa de sororidade, como uma coisa de solidariedade. Isso tudo junto, daqui a dois segundos, já tem tesão junto, entendeu? Vai vindo, porque é óbvio que vai ter tesão, porque são outros sentimentos, a relação de poder é diferenciada. Não, existe, mas ela é diferenciada, ela não está dada, ela não é natural. Ela pode se construir na relação, dependendo de como ela se dá. Então, acho que é um pouco isso mesmo. Então, é muito difícil alguma mulher sobreviver à heterossexualidade no mundo feminista. Eu acho muito difícil (Beth, informação verbal).

Rosely, que entra no movimento na década de 1980, diz simplesmente que não vê diferença, sem maiores explicações. Ela já tinha dito que as pautas das mulheres lésbicas sempre fizeram parte da sua militância, mesmo antes se começar a se relacionar com mulheres. Em outro contexto ainda, ao falar do descompasso em relação à forma como ela e a primeira

namorada lidavam com a lesbianidade, diz referindo-se a ela mesma: “essa pessoa que tomou como bandeira de vida falar para as amigas o quanto que era bom amar mulheres”¹¹⁶. Rosely narra também uma conversa que teve com uma amiga mais velha sobre isso:

Ela diz o seguinte, que no final dos anos 80, 90, as lésbicas, lésbicas, lésbicas, as que assumiam a luta, como Rosely Roth como outras que, Marisa, como outras que assumiam que eram lésbicas e lutavam pelos direitos de lésbicas eram as achadas dentro do movimento feminista. As outras transavam, mas não se colocavam publicamente como militantes lésbicas. Então, todas eram lésbicas. Só que as que não militavam, não atuavam na militância LGBT, que agora chama LGBT, mas antigamente era GLS, as S, não tinha o carimbo de sapatão, de lésbica. Então, dentro do feminismo, sempre fomos a maioria. Sempre fomos a maioria. Sempre. Porque é muito bom ser lésbica, gente. E o feminismo é bom demais, porque o feminismo nos permite viver tudo que é livre. Entre tantas coisas boas do feminismo, ser livre sexualmente, ser livre das amarras que o patriarcado coloca na gente é maravilhoso. E se relacionar com mulher é uma revolução. É isso, é uma revolução mesmo. É um enfrentamento direto às amarras que o patriarcado traz. Por isso eles têm tanto medo. Por isso nós somos tão atacadas, somos tão reprimidas dentro do da nossa sexualidade, porque quando a gente se encontra com outra forma de sentir prazer, de se relacionar afetivamente e sexualmente falando, explode, é um boom e tira o poder do patriarcado. Por isso eles têm tanto medo. Então, a [amiga] falava disso e era verdade. Então, tinha as sapatão e tinha as outras que eram tudo... enrustidinha, que pegava um beijinho aqui, só nos encontros feministas, mas que estava lá com seus relacionamentos, casadas com homens e tudo mais. Eu não tinha isso, eu não era militante orgânica do movimento lésbica, porque eu não era lésbica, mas dentro do meu feminismo sempre estava a pauta das mulheres lésbicas e sempre me juntava com as mulheres lésbicas nos encontros para falar sobre isso (Rosely, informação verbal).

Beth e Rosely têm em comum a percepção de que questões relacionadas à orientação sexual já faziam parte da sua militância mesmo antes de se identificarem como lésbicas, pela forte atuação que consideram que estas tinham dentro do movimento, sobretudo nos anos 1980. Ambas consideram também que as feministas “todas eram lésbicas” ou se tornaram no caminho e que a maior visibilidade atual, talvez, se deva a possibilidade de ter menos “enrustidinhas”.

Olga, que se aproximou do movimento organizado na virada dos anos 2000, também considera que ser lésbica não impactou sua militância, pois elas já são maioria nos espaços em que atua. A interlocutora pontua que não é uma regra ter que ser lésbica ou bissexual para estar no movimento de mulheres, mas que acaba acontecendo ao se tornar feminista, pois se começa a enxergar o machismo de uma forma tal que é difícil aceitar. Outro elemento interessante que ela observa é que a pequena “cota hétero”, geralmente, é composta por “pessoas mais

¹¹⁶ Esta frase me remete a uma das primeiras lembranças que tenho de Rosely, quem conheci no início dos anos 2000, e que pouco tempo depois passou a fazer ampla campanha pelo amor e sexo entre mulheres como “a melhor coisa do mundo”. Assim como Angela, antes de me aproximar do feminismo, eu tinha quase nenhuma convivência com pessoas assumidamente LGBTQIAPN+, e Rosely foi a primeira mulher que eu soube que estava rompendo com a heterossexualidade depois de adulta.

velhas”¹¹⁷, o que dialoga com os dados da pesquisa de Daflon, Costa e Borba (2021), mencionada logo na introdução deste trabalho. Olga diz:

Eu acho que não, eu acho que não impacta não, porque a frente que eu atuo mais é do movimento de mulheres mesmo, né? E aí, já tem muitas mulheres lésbicas no movimento de mulheres. É uma coisa que as pessoas... ‘ah, pra ser feminista tem que ser sapatão, tem que ser bi?’. Não, mas acaba acontecendo. Porque é isso, entendeu? Você vai estudando, você vai vendo, vai enxergando machismo onde você não enxergava. Você vai começando a não aceitar. Então, eu acho que já é um meio que é muito tranquilo em relação a isso, entendeu? A gente até brinca que tem a cota hétero no Olga. Tem pouquíssimas pessoas que são, que dizem que são hétero no Olga. E geralmente pessoas mais velhas, inclusive. Isso é curioso, né? Mas eu não acho que impacta não, eu acho que a galera já tá tranquila com isso, até porque, dos quatro anos que eu milito, dois foram já namorando a N. e tal, então a galera já tá bem acostumada. E no movimento de uma maneira geral, tanto na UP, quanto no Olga, é bem generalizado, assim, sabe? É difícil alguém hétero (Olga, informação verbal).

Vale lembrar também que por várias décadas as feministas foram frequentemente associadas à lesbianidade, o que era acionado na maioria das vezes como uma acusação (Soihet, 2005; Zanetti, 2009; Soares e Costa, 2012), que colocava todas as militantes sob a suspeita da não heterossexualidade. Assim como aconteceu com Rosely, cujo irmão presumiu que ela sempre foi “sapatão” e ensinava estas “coisas ruins” à filha, esta questão aparece também na conversa com Monica, ao relatar que seu marido achava que nos espaços que ela frequentava todo mundo era “sapatão”, “como se isso fosse uma coisa ruim”. Nas palavras dela:

Quando eu me relacionava com homem, era muito complicado ele entender esses espaços, sabe? Pra ele era tipo: ‘ah, é tudo sapatão’. Tipo, como se isso fosse uma coisa ruim. Como se fosse ruim, não era. Ele sempre se reportava aos lugares que eu frequentava como de uma forma pejorativa, como de uma forma ruim. Então, assim, é mais complicado, sabe? Porque você tá ali lutando por um monte de coisa, mas quando você chega em casa e fala, caraca, vou ter que lutar dentro da minha casa também? É muito difícil. Então, eu não sei. Talvez mudaria a forma das pessoas enxergarem, sabe? Talvez isso (Monica, informação verbal).

Entretanto, a “explosão feminista” (Hollanda, 2018) e os avanços que a visibilidade e as pautas LGBTQIAPN+ tiveram na última década parecem ter superado ou diluído este estigma, o que pode ter contribuído para uma outra forma das mais jovens encararem esta associação. Nenhuma das interlocutoras menciona ter tido alguma hesitação em relação aos feminismos por isto, nem mesmo aquelas que assumiram sua não heterossexualidade depois de

¹¹⁷ Como apontam Castro *et al.* (2009), ao falar de geração no contexto dos movimentos sociais, é importante ter atenção se a referência é a um corte geracional de um ciclo da vida ou a uma geração de militantes dentro daquele movimento. No caso em questão, por exemplo, pelo contexto é possível deduzir que se trata de mulheres mais velhas em termos de idade, contudo em outro contexto poderia fazer referência a mulheres que estão há mais tempo no movimento.

adulta, o que não significa que pessoas do seu convívio não tenham estabelecido esta relação, como aconteceu com Rosely e Monica. Pelo contrário, como visto na seção anterior, a íntima relação entre os feminismos e a própria orientação sexual é percebida de maneira positiva pelas interlocutoras. E, como será discutido mais adiante, algumas feministas contemporâneas parecem mais incomodadas com a própria heterossexualidade e as dificuldades têm tido de se relacionar com homens.

Sobre ser bissexual no movimento, Monica, que se aproximou deste no início dos anos 2020, conta que sua orientação sexual parece agregar para sua atuação no movimento, lhe conceda um lugar de mais legitimidade perante outras pessoas. Ela diz:

Eu ser bissexual, eu acho que não, mas eu penso que se eu tivesse com um homem, talvez as coisas seriam diferentes, ou talvez as pessoas olhariam diferente, sabe? Tá falando isso, mas tá com um homem ali, não sei o que. Então, eu não sei de que forma as pessoas enxergariam. Até mesmo outra pessoa. Até mesmo um homem, eu não sei (Monica, informação verbal).

Lelia, que participou do movimento estudantil no início dos anos 2020 e nunca se organizou pelos feminismos organizados, diz que ser bissexual a fez perceber que tinha mais um motivo para lutar, pois era atingida por mais isso. Lan, que se aproximou dos feminismos no mesmo período, vai na mesma direção, porém é mais enfática. Conta como se sente sob ataque, inclusive deste Deus que parece odiá-la, que por isso precisa estar “em lutar constante”.

Completamente, porque a qualquer momento eu estou sob ataque. Na verdade, eu acho que eu sempre tive essa ideia de que assim, não... Sempre não, né? Mas talvez desde que eu passei a me entender como gente, eu passei a perceber que assim, não tem uma forma de viver que não seja estar em movimento, em luta constante. Porque é isso, se você ficar sentado olhando pro céu, não vai acontecer nada. E talvez seja por isso que eu tenha me afastado muito da religião também. Porque, pelo menos as pessoas que eu conheço, colocam a religião muito como: ‘Ah, mas aconteceu uma injustiça. Não, mas Deus vai cuidar disso’. (...) Não dá pra ficar sentado esperando cair do céu. Ainda mais por um [Deus] que, assim, sinceramente, me odeia, né? Pelo que falam aí, aparentemente tem um todo poderoso que me odeia. Então, eu vou ficar esperando? Só se vai cair um raio, só se for. Então, talvez por isso eu tenha tido essa ideia de que assim: se eu preciso fazer alguma coisa, se eu estou vendo alguma coisa errada, eu preciso me movimentar contra isso, né? (Lan, informação verbal).

Angela, que se tornou militante feminista no final da década de 1990, fala que quando começou a se relacionar com mulheres ampliou suas pautas, se preocupando mais com as LBTs. No campo pessoal conta que, apesar de estar menos em espaços de militância feminista atualmente, se sente mais acolhida. Ela percebe que algumas militantes se aproximaram mais

dela, o que acredita que também possa ser atribuído às mudanças na sua dinâmica da vida após a separação do ex-marido.

Nanda, que entra no movimento nos anos 2010, conta que não vê diferença nas relações pessoais, pois, como nunca teve um relacionamento hétero, pensa que nunca se sentiu “muito realmente heterossexual” e se questiona muito se as pessoas a identificavam como tal. Assim como Angela, diz que passou a se preocupar e querer aprender mais sobre as questões LBTs. A seguir, a jovem explica como este processo impactou sua atuação na luta pela legalização do aborto e a ter um olhar mais atento à reprodução dos papéis de gênero também no contexto do movimento LGBTQIAPN+ e dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Ela aponta:

Ser uma pessoa que se relaciona com outras mulheres e acompanha [as discussões sobre aborto], cara, fez toda a diferença nesse lugar de... do olhar mesmo, né? E de saber que, tipo, uma mulher bissexual que tá se relacionando com outra mulher, ela pode engravidar, pode acontecer alguma coisa. Ela pode ir numa suruba e ficar... e depois precisar fazer um aborto. Então... me trouxe outras dimensões de olhar, assim, e de cuidar. De atenção e de ter essa perspectiva de não ser violenta, mas também fez com que eu percebesse muito mais o machismo entre os homens gays, de como essa luta é muito dominada por uma percepção patriarcal, muitas vezes. Também fez com que eu percebesse essa reprodução dos papéis de gênero, que muitas vezes acontece, tanto em relações entre homens quanto em relações entre mulheres. Essa coisa das violências também que eu te falei. Eu não acho que um casamento LGBT é um casamento melhor do que nenhum outro. Porque ele pode ser um espaço também de muita violência, de muito constrangimento, de muita enganação, de muita mentira. (...) Assim, eu coloco várias vezes enquanto melhor, sim, somos melhores, mas não no lugar estático, sabe? Tipo, é possível..., somos passíveis de crítica, mas também somos passíveis de muito amor, e o amor vai ser sempre a minha primeira escolha, assim, né? (Nanda, informação verbal).

Ainda sobre ser LBT no movimento, a interlocutora manifesta incômodo com um tipo de comentário que ouve de outras militantes: “Tem até uma coisa de tipo: ‘ah, é muito melhor, se eu pudesse eu seria lésbica, se eu pudesse eu namorava uma mulher, é muito mais fácil do que namorar um homem’. Essas coisas assim, esse tipo de comentário que eu acho meio...”. Apesar de ela ter sido a única interlocutora do Rio de Janeiro a mencionar, esta é uma fala que parece estar se tornando cada vez mais comum em conversas entre mulheres, que já aparece inclusive nos meios de comunicação brasileiros¹¹⁸, sob o nome de heteropessimismo. Indiana Seresin (2019), o define da seguinte forma:

¹¹⁸ Alguns exemplos nas revistas Galileu:

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Comportamento/noticia/2022/08/o-que-e-heteropessimismo-e-por-que-homens-e-mulheres-sofrem-com-isso.html>; AzMina: <https://azmina.com.br/reportagens/hiperexpectativa-arrependimento-e-desesperanca-a-triade-do-heteropessimismo/>; Mina/Uol: <https://minabemestar.uol.com.br/inbox-heteropessimismo/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

O heteropessimismo consiste em desfiliações performáticas da heterossexualidade, geralmente expressas na forma de arrependimento, vergonha ou desesperança em relação à experiência heterossexual. O heteropessimismo geralmente tem um foco pesado nos homens como a raiz do problema. O fato de essas desfiliações serem "performáticas" não significa que sejam insinceras, mas sim que raramente são acompanhadas pelo abandono real da heterossexualidade. Claro, há heteropessimistas que agem de acordo com suas crenças, escolhendo o celibato ou a opção agora em grande parte ultrapassada do lesbianismo político, mas a maioria permanece na heterossexualidade, mesmo que a considerem irremediável"¹¹⁹. (Seresin, 2019, tradução DeepSeek).

No entanto, como problematiza a própria autora, apesar do heteropessimismo parecer um ponto de partida para mudança, e até possa provocar algumas, tende a individualizar os problemas das relações heterossexuais, ao invés de contribuir para mudá-las, se tornando uma força anestésica que torna as possíveis transformações mais lentas. Ressaltando a importância de se investir na mudança da cultura heterossexual, Seresin (2019) lembra dos milhares de mulheres que morrem anualmente assassinadas por seus namorados, maridos e ex.

Reis, Kveller e Bastos (2023), em artigo que se pretende introdutório ao campo de Estudos Críticos da Heterossexualidade, apresentam o heteropessimismo como um tema relevante ao tratar da heterossexualidade feminina. Segundo os autores, este campo vem na esteira dos estudos sobre masculinidades e branquitude e tem como diretriz ética e política básica a análise crítica da heterossexualidade como identidade e instituição. Desta forma, afirmam avançar em relação ao que tem sido investigado nos estudos sobre gênero e sexualidade por se propor a refletir sobre as bases e a construção histórica e discursiva do conceito de heterossexualidade.

Em entrevista, a socióloga e uma das referências deste campo, Jane Ward, afirma que a heterossexualidade serviria “como um braço íntimo, erótico e romântico do patriarcado” (Kveller *et al.*, 2023, p. 125). Assim, para ela estes estudos críticos teriam por objetivo “historicizar e desnaturalizar a identidade heterossexual, revelando-a como uma invenção patriarcal, política, econômica, colonizadora e eugênica que surgiu no final do século XIX”. (Kveller *et al.*, 2023, p. 123)

Apesar de ter feito a opção metodológica de, neste trabalho, analisar apenas as entrevistas com as feministas do Rio de Janeiro, pontualmente faz-se relevante trazer trechos de outras duas entrevistas, que ajudam a pensar as questões em discussão. Voltando ao heteropessimismo, além de Nanda, a interlocutora Mara, do Nordeste – 47 anos, bissexual, branca, doutora em Educação, educadora popular –, também fala a respeito deste tema, ainda que não use o termo. Primeiro, ela explica por que pensa que não teria mais paciência para se

¹¹⁹ Seresin (2019) menciona que há também o heteropessimismo masculino, que tende a não ser exatamente equivalente ao feminino, mas sim uma oposição distorcida às críticas feministas.

relacionar com um homem e, em seguida, descreve como as queixas sobre os relacionamentos heterossexuais levaram ao “curso de cura hétero”, uma brincadeira que fazem dentro do seu espaço de militância, que é misto.

Eu hoje tenho dúvidas se eu daria conta de uma relação heterossexual novamente. Porque o tipo de experiência que eu tenho hoje me diz assim, é muito mais fácil estar com uma mulher. E eu vejo um conjunto de mulheres fazendo isso, acho que é por isso que você está pesquisando isso. Várias amigas que foram migrando e falaram: ‘Não, cara, não dá mais, não tem mais condição. Eles são muito toscos, eles [os homens] não entendem um conjunto de coisas. Não dá mais’ e foram. Tem relação? Tem relação para dizer que eu quero essa relação, não foi pelo feminismo, mas foi pela percepção. Hoje, eu olho e falo: ‘Cara, acho que eu não daria conta, não. Acho que eu não daria conta. Não teria essa paciência dessa mãe que os homens precisam. Desse lugar de que eles têm que se colocar, de ter algum poder, de se sentir poderoso de alguma forma’. E eu acho que eu não dou mais conta disso. Essa sensação”. (...) A gente tem até uma brincadeira no movimento, que começou com uma das companheiras que falou: ‘Cara, vocês não têm aí no [setorial de] gênero um curso de cura heterossexual?’, eu: ‘Como assim?’, “Não, Mara, é porque, cara, eu não aguento mais, eu não acho mais um homem decente para ficar, está uma bosta, mas eu não tenho tesão em mulher. Eu fiquei pensando se vocês não poderiam organizar um curso de cura heterossexual. Vocês fariam?”. A gente começou a organizar o curso, de sacanagem, a gente já tem todos os módulos prontos, o que é cada módulo, onde vai ser. São quatro módulos E como que as companheiras podem se matricular no curso, onde vai ser, a gente já tem uma fila de mulheres que está matriculada. Tem umas até que querem ir de dupla, porque elas acham que elas poderiam ter um crush, mas elas não conseguem, é para superar lá. O primeiro módulo era de autoconhecimento. Fique de boa com você mesma, conheça teu corpo, dá uma parada para pensar na vida, nos teus desejos, naquilo que te faz feliz, esse é o primeiro módulo. Cada uma consigo, descobre seus prazeres, se masturba bastante. O segundo módulo é um módulo teórico, onde a gente vai se aproximar das teorias da sexualidade, do debate LGBT, de todo esse universo. O terceiro módulo é teórico prático, a gente vai falar de prazer. E ele é um módulo onde a centralidade dele é a sexualidade e o prazer, ele traz alguns elementos teóricos e ele traz elementos práticos, que você pode ir aos poucos praticando sozinha e com a colega, na medida das suas relações. Esse é um módulo também que a gente vai ter muito tempo para se tocar, para fazer coisas corporais juntos, para a gente ir sentindo isso e continuando na busca pessoal. O 4º é que é vamos trepar. Vamos trepar. E se chegou no 4º módulo, se não tem vontade de trepar, minha filha, se conforma de ficar com os homens. Mas virou uma piada, a gente colocou, tem os módulos porque tem um monte de mulheres que fala assim: ‘Me inscreve também’, ‘Eu também quero gente’. (Mara, informação verbal).

Ainda que este heteropessimismo não esteja restrito às militantes feministas, é possível supor que a popularidade alcançada pelos feminismos nos últimos anos tenha contribuído para um olhar mais crítico para as relações heterossexuais, como bem descreveu Olga e outras interlocutoras anteriormente. Contudo, este distanciamento entre mulheres e homens parece não se restringir ao campo das relações afetivo-sexuais, em se tratando da juventude, pesquisas em

diferentes escalas já vêm apontando o “fosso ideológico”¹²⁰ entre mulheres e homens jovens (Severo, Weller e Araujo, 2021; Perez e Araújo, 2023).

Aqui é interessante retomar a preocupação apresentada por Nanda, sobre uma idealização dos relacionamentos entre mulheres. Uma das interlocutoras de Bogotá, Sara – 23 anos, bissexual, branca, advogada, militante pela legalização do aborto –, que passou por um relacionamento lésbico abusivo, também faz esta ressalva e acrescenta que não adianta se relacionar com mulheres se isto se dá ainda dentro de uma lógica heteronormativa.

Então, eu sinto que carregamos algumas incoerências próprias dos relacionamentos, que, por sermos mulheres e feministas, não deixamos de cometer. E que às vezes são idealizadas ou replicadas, porque a heteronormatividade continua presente, mesmo que sejamos lésbicas ou bissexuais, totalmente imersas nisso. E eu tenho visto isso nos ciúmes, nas formas de se relacionar, nas possessividades, nas maneiras de lidar com termos, nas dores (SARA, informação verbal, tradução nossa¹²¹).

Analisando as narrativas apresentadas nestas últimas seções, é interessante notar como as mais velhas, tanto de idade, como de tempo no movimento, entendem que sua identidade sexual não impactou sua militância, pois já tinham “aprendido” muito a respeito na convivência com as feministas assumidamente lésbicas. Aquelas que entraram em um momento posterior, percebem que se relacionar com mulheres permitiram que elas se atentassem mais para as questões de diversidade sexual e de gênero na sua militância. Já as mais jovens, que no momento da entrevista não estavam organizadas e que são também aquelas que já iniciaram sua vida afetiva e sexual reconhecendo seu desejo por mulheres, entendem que sua orientação sexual é mais um marcador a partir do qual precisam lutar.

A heterossexualidade aparece aqui como alvo de críticas e como algo da qual algumas feministas gostariam, inclusive, de se “curar”. Embora reconheçam que não se pode idealizar as relações entre mulheres, pois também podem ser marcadas por violências de diferentes ordens, há uma narrativa de valorização destas relações. Finalmente, se, como mencionado anteriormente, por muito tempo a associação entre feminismos e não heterossexualidade se

¹²⁰ Pesquisa publicada no Financial Times informa que globalmente existe um “fosso ideológico entre homens e mulheres jovens”, da chamada Geração Z. Enquanto as mulheres jovens estariam “hiperprogressistas”, os homens jovens estariam “surpreendentemente conservadores”, o que teria como marco o Movimento #Metoo. Segundo informa o artigo, na Coreia do Sul isto já estaria impactando fortemente os índices de casamento e natalidade. Para mais informações, consultar O Cafezinho: <https://www.ocafezinho.com/2024/01/27/financial-times-esta-emergindo-uma-nova-divisao-global-de-genero/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

¹²¹ Original em espanhol: “Entonces yo siento que caminamos unas incoherencias mismas de los relacionamientos, que por ser mujeres y por ser feministas, no dejamos de cometer. Y que a veces se idealizan o se replican, porque la heteronorma sigue estando, así seamos las mismas y bissexuales, impregnadas totalmente. Y lo he visto, como en los celos, en las maneras de relacionamientos, en las posesiones, en las formas de tramitar unas rupturas, en los dolores”.

mostrou como uma acusação ou um estigma, com o avanço no debate público das pautas das mulheres e da população LGBTQIAPN+ esta relação se apresenta aqui como positiva e potente para enfrentar não só o patriarcado, mas também o capitalismo, como defendido por Rosely.

4.3 Diversidade sexual e de gênero: uma pauta feminista?

Como mencionado na Introdução, a invisibilidade de lésbicas e bissexuais é frequentemente denunciada pelas militantes que carregam estas marcas identitárias, assim como tem sido observada em diferentes estudos sobre o tema. Considerando que boa parte das interlocutoras se tornaram lésbicas ou bissexuais no contexto do movimento, era relevante para esta pesquisa conhecer a percepção delas a respeito. Aqui vale lembrar que nenhuma das interlocutoras tem engajamento nos movimentos LGBTQIAPN+, ainda que algumas interlocutoras tenham algum contato os movimentos de lésbicas, uma delas fala de proximidade com os movimentos trans e nenhuma menciona o movimento bissexual.

Começando pelas que estão nos movimentos há mais tempo, Lucia percebe uma ampliação destas pautas nos feminismos, ainda que tenha grupos que não aceitem mulheres trans, principalmente fora do Brasil. Recorda que no início havia mais resistência e que aos poucos elas foram conseguindo mais adesões, mas que atualmente esta não é uma divergência majoritária na militância, “a maior parte aceita”. Para ela, se as trans se consideram feministas e abraçam as pautas, não há o que questionar e elas devem ser incorporadas ao movimento.

Provocada mais especificamente sobre possíveis diferenças geracionais, ela fala:

Eu acho que as novas gerações têm muito mais facilidade. Aceitam com muito mais facilidade, é mais natural, é uma coisa que é quase do seu dia a dia, é do seu dia a dia. Então, encontro em todos os lugares, no trabalho, porque as pessoas já não se escondem, então, no trabalho, em todos os ambientes, na política, em todo lado, no lazer. Então, acho que realmente isso avançou nessa parte de costumes, por mais que tenha os não, né? Tem sempre aquele, aqueles de direita, aqueles machotes, tem sempre (Lucia, informação verbal).

Beth, por sua vez, é a única que afirma que as questões de diversidade sexual avançaram pouco nos textos feministas e compara com a questão racial, que avalia que mudou muito. Ela lembra que no feminismo em que chegou, em São Paulo, no final dos anos 1970, o movimento de mulheres lésbicas era muito forte, estava incorporado ao movimento feminista, e que há muito tempo mudou:

Ele [o movimento lésbico] não tem uma força política como, por exemplo, tem hoje o feminismo negro, entendeu? Mas o feminismo lésbico não cresceu, ele é ao contrário, ele cada dia é mais dividido, menos gente. Menos gente. Então, o que acabou acontecendo? A grande maioria das feministas são todas sapatas, mas elas não são ativistas lésbicas, elas são sapatas dentro do feminismo. Então, a pauta está colocada, porque está colocada no meu corpo mesmo. Como que não está colocada lá? Está colocada. Entendeu? O que não faz é essa interação ou talvez essa parceria mais profunda, como se faz muito. Por exemplo, você tem a passeata das mulheres..., a marcha das mulheres negras. Conheço um monte de feministas brancas que participa disso, que tem isso. Onde elas estão, essa questão está colocada. Mas aí, fazer a passeata das mulheres lésbicas, não sei se as heterossexuais vão aparecer nessa passeata, porque essa interação da força do movimento lésbico não teve muito com o movimento feminista (Beth, informação verbal).

Perguntada se este cenário é diferente entre as jovens, ela diz que sim, que “já estão botando mais o dedinho na ferida”, embora pontue que “falta uma voz ali, acho que falta reflexão, por exemplo”. Ao ser provocada se considerava que os feminismos incorporaram mais as pautas trans do que aquelas lésbicas, Beth responde:

Claro que incorporou, porque elas [as trans] vieram com a coisa da denúncia, não é? Então, assim, o feminismo... E as mulheres lésbicas não, porque conviviam com a gente, ou estavam com as lésbicas. Ou [a feminista] era uma delas, ou era casada com a outra delas. Então, tem ali... A relação não foi uma relação mais... incisiva, porque o movimento trans veio mais... questionou mais, teve mais argumentos, escreveram, falaram, botaram o dedo na ferida, biologia, cultura, biologia, biologia, cultura... fez ali, mexeu, estamos até hoje sem responder direito. Estamos aí nessa grande confusão (Beth, informação verbal).

A respeito de sua percepção sobre se havia alguma corrente do movimento avançou mais nas questões de sexualidade e gênero, Beth responde prontamente:

A minha corrente, obviamente! A minha corrente que é essa... acho que é assim. Porque, por exemplo, a corrente do feminismo lá das radfem é uma corrente terrível, porque é uma corrente que está biologizando o feminismo. O meu feminismo é muito mais... [Como você chama a sua corrente?] Acho que sou do feminismo anárquico, do feminismo redondamente, radicalmente autônomo, anárquico, que eu adoro, o feminismo que tem essa coisa da cultura, da construção cultural dos seres humanos. É óbvio que, quando chegou a coisa da transexualidade, mexe um pouco com isso, tem que mexer um pouco com isso. E mexe, porque essa coisa da biologia começa a perturbar bastante, mas é esse, esse é meu feminismo. Meu feminismo da autonomia, meu feminismo da democracia, meu feminismo da cultura (Beth, informação verbal).

Rosely começa afirmando que as pautas relacionadas à diversidade sexual têm avançado no feminismo e logo faz a ressalva: “não estou falando das TERFs¹²². Até porque esse tipo de gente eu não reconheço como feminista”, pois entende que o feminismo “é um projeto político

¹²² Para mais sobre TERFs, *trans exclusionary radical feminist*, em português, feminista radical transexcludente, ver seção 1.1.

que passa pela liberdade das pessoas e pelo respeito, pelo acolhimento”. Diz que é “meio ultrapassado” dizer que lésbicas e trans não têm nada a ver com feminismo, embora suas bandeiras não tenham sido efetivamente assumidas pelo movimento. Cita como exemplo a votação sobre o dia da visibilidade lésbica na Câmara das/os Vereadoras/es, quando só as lésbicas compareceram para pressionar. Ela considera que este isolamento pode ser atribuído tanto à postura do movimento de lésbicas de não fazer mais alianças, como à “lesbofobia que cada uma guarda dentro de si e, nesses momentos, deixa sair”. Retomando os avanços, menciona a eleição de parlamentares trans e lésbicas como um exemplo de como estas pautas avançaram nos feminismos, mas também na esquerda e na sociedade.

Na sequência, Rosely reflete:

Quando as mulheres se encontram na revolução que é amar outra mulher, é uma porrada muito grande dentro do patriarcado. É uma perna do patriarcado que se quebra e fica manco, porque é a partir desse domínio do nosso corpo, do nosso desejo, do nosso sentimento, que ele se fortalece. E, quando a gente rompe com isso, e estar com outra mulher é romper isso, ataca. Então, é mais difícil. A gente também está lidando com enfrentar uma coisa dentro de uma sociedade capitalista, patriarcal, racista. Essa sociedade, todas nós fazemos parte da sociedade, essa sociedade ainda vê a gente como uma grande ameaça, porque nós somos essa ameaça mesmo (Rosely, informação verbal).

Conclui reforçando que percebe que “estamos avançando”, mas em seguida menciona que na articulação nacional que ajuda a construir, não há nenhuma organização ou “coletiva” de lésbicas. Sobre se considera que alguma vertente do movimento avançou mais em relação às questões de sexualidade e gênero, Rosely começa comparando as jovens com as negras e na sequência faz o mesmo com as trans e as lésbicas:

Entre as jovens, a juventude traz isso, avançou bastante. O movimento negro, as mulheres negras ainda estão em outro lugar, em outro lugar. As mulheres negras sapatão, por exemplo, é o não lugar dentro do movimento de mulheres negras. O racismo atinge a todas nós, mas as mulheres lésbicas negras são ainda mais atingidas. Mas [falta] o movimento negro assumir isso como uma pauta, o movimento de mulheres negras não assumiu ainda. Basta ver a Marcha das Mulheres Negras, como as sapatão, as lésbicas são invisibilizadas. Mas as mulheres trans entraram com força. O movimento trans avançou anos luz do que o movimento lésbico. Isso é fato. E isso não tem que servir para a gente ficar puta e falar, sou contra que elas avancem. Não, quero que elas continuem avançando. O que não pode é a gente não avançar. E a gente não avança não é porque elas estão avançando. A gente tem que olhar porque a gente também não está avançando. Como é que nossa organização enquanto movimento lésbico está parada, está ainda na época da Rosely [Roth], que avançou tanto, mas parou ali. Parou ali, na década de 90, sabe? (Rosely, informação verbal).

Angela também percebe muita diferença desde quando se aproximou do movimento. Segundo ela, a pauta existia, “mas não era tão abraçada”, tinha pouca adesão, e hoje é difícil

ver um posicionamento feminista em que as LBTs não sejam mencionadas, apesar de reconhecer que ainda existem muitos os desafios e obstáculos. A partir de sua experiência pessoal na ONG em trabalhou por quase 20 anos, estabelece dois marcos institucionais: a contratação de uma jovem lésbica, no início dos anos 2000, que levou a um processo de formação de toda a equipe sobre o tema, e quando decidiram incorporar como questão prioritária e fizeram o primeiro material público pautando lesbofobia. Depois lembra de uma terceira fase, quando a diversidade sexual se faz muito presente na instituição, principalmente a partir das jovens lésbicas e bissexuais que passaram a compor a equipe e daquelas que participavam das atividades do núcleo de juventude da organização. Por fim, conta que ao pensar sobre isso faz uma analogia com a questão da legalização do aborto, pois são duas pautas que “apesar dos pesares” avançaram muito no debate público, que percebe que ao mesmo tempo reforça o movimento e é reforçado por ele, então não saberia dizer qual impactou mais o outro.

Sobre os segmentos do movimento em que percebe que houve mais avanços sobre diversidade sexual e de gênero, Angela diz:

Eu acho que a maior diferença que eu percebo é a geracional, apesar de... é geracional, mas não tem a ver só... é porque eu estou pensando e depois vem os contrapontos. Se eu fosse... generalizando, eu diria que a maior diferença é geracional com recorte de classe também, no sentido de ser mulheres mais velhas de classes mais populares [que têm mais dificuldade]. Eu acho que é, e eu estou falando isso dentro de um campo considerado feminista, de lideranças comunitárias, enfim. Mas tirando essa interseção, tem tantos grupos. Por exemplo, é isso, tipo, MariEllas e Casa Resistências, são grupos de mulheres lésbicas dentro de favela, mas são mais jovens. Entende? Então, assim, a classe não é o determinante. Necessariamente, tipo, tirou a idade. São grupos comunitários, né, de mulheres de dentro da favela que se organizam, mas que se organizam a partir da questão da diversidade sexual. O MariEllas é mais ou menos, mas acaba sendo muito, porque é um time de futebol. Então, acaba sendo muito também. Mas a Casa Resistências, por exemplo, é isso, é uma casa para acolher mulheres LBTs dentro de favelas (Angela, informação verbal).

Angela fala também da dificuldade das feministas mais velhas em relação à própria lesbianidade. Menciona o nome de uma figura histórica do movimento no Rio de Janeiro, que para ela é um “caso clássico” em que durante muito tempo sua lesbianidade “não era uma coisa tão pública assim”, mas que recentemente esta feminista fez uma bonita declaração pública de amor e agradecimento à sua companheira ao receber uma homenagem. Depois, Angela lembra de uma conversa sobre isso em que sua namorada contou que, por volta de 2019, em uma situação na qual esta figura estava presente, “alguém falou na mesa que ela era sapatão e ela ficou toda desconcertada e foi todo um...”.

A própria Angela tenta uma explicação a respeito:

Não era falado, é... Eu acho que uma coisa de... De marcar, tipo, ‘a minha militância não é essa’, né? Tipo, ‘ah, então eu não preciso me colocar nesse lugar porquê...’ Não

que não seja importante, mas tipo assim, ‘a minha contribuição é em outra coisa, eu tô aqui contribuindo com outra coisa e tal, então eu não preciso desse marcador’. Enfim, então acho que isso mudou também (Angela, informação verbal).

A partir das narrativas das últimas três interlocutoras, é pertinente ressaltar que, ao mesmo tempo que Beth defende que “a grande maioria das feministas são todas sapatas” e que tal questão está colocada no próprio corpo, afirma que em uma “passeata das mulheres lésbicas, não sei se as heterossexuais vão aparecer”. Rosely, por sua vez, relata que só aquelas que militam no feminismo de mulheres lésbicas comparecem para pressionar sobre temas específicos. Na percepção de Angela, as feministas mais velhas eram mais resistentes em assumir publicamente a identidade e as pautas lésbicas, o que vai ao encontro do observado por Pereira (2008) no movimento feminista de Alagoas.

A autora relata que algumas militantes alagoanas, mesmo sendo lésbicas, consideram isso uma questão privada, portanto sem necessidade de publicização e com uma atuação que restringe aos direitos reprodutivos, em detrimento dos direitos sexuais, o que lá também gera muitas divergências. Como aponta a autora, de acordo com Ana Paula Portella (2003, *apud* Pereira, 2008, p. 154), “existe um paradoxo no fato de o movimento feminista ter-se constituído num espaço privilegiado e acolhedor da vivência privada homossexual, sem que tenha sido capaz de processar publicamente a questão”. Todavia, esta constatação parece vir sendo superada pelo movimento nos últimos anos, principalmente pelas mais jovens.

Retornando às narrativas, Nanda aponta como as “aborteiras” têm feito bons debates sobre diversidade sexual e de gênero, buscando trazer referências não binárias, trans e lésbicas, por exemplo, considera que avançam no tema “com mais rapidez e assertividade”. Em contraponto, menciona as dificuldades encontradas no seu trabalho profissional com agricultoras urbanas, citando como exemplo a resistência de algumas em usar o pronome adequado para pessoas trans, e por algumas ecofeministas, que por vezes são transfóbicas ao fazer um debate “essencialista” e “colonizado” sobre mulheres e natureza. Ainda no contexto da ONG em que trabalha, menciona que, no lugar de coordenação que ocupa, entende que precisa estar atenta para contratar também pessoas LGBTs e negras, o que está afinado com a forma de fazer o trabalho institucional, mas como pauta política, considera que a diversidade sexual e de gênero está presente, “mas sem a mesma ênfase que outras coisas”.

Por fim, Nanda traz também um recorte de classe:

Acho que tem uma coisa de classe também, não é? Que, às vezes, as pessoas que têm mais dinheiro, que têm mais... várias vezes, né? Condições, escolaridade, convívio e tal, são muito conservadoras, não conseguem assimilar. Às vezes, pessoas que são

pobres, fodidas, encaram isso como a coisa mais normal do mundo, porque sempre fez parte, sempre esteve ali. Os fodidos estão sempre juntos, né? Seja fodido de dinheiro, fodido de... foi expulsa de casa porque era uma mulher trans. Então, assim, eu acho que depende de uma disponibilidade também (Nanda, informação verbal).

Na pergunta mais específica sobre diferenças geracionais, Nanda fala de seu incômodo com feministas mais velhas, que por vezes dão pouca atenção às questões de sexualidade. Neste contexto, ela usa o exemplo de uma feminista mais velha, por volta dos 60 anos que, segundo ela, até hoje fala “mulher gay”¹²³ se referindo a lésbicas. A jovem percebe ainda “um etarismo muito forte” da própria geração em relação a pessoas mais velhas, contudo também gostaria que as mais velhas fossem mais respeitosas com a identidade sexual e de gênero das pessoas. Cita como exemplo positivo as Loucas de Pedra Lilás¹²⁴, que são mais velhas, mas “fazem tudo, tudo, tudo”, “conseguem ser as melhores”. Por fim, ela conclui:

Então, não sei, mais uma vez, cai pra mim num lugar de disponibilidade também. De tipo, refletir e agir de outra forma, apesar da sua própria idade. Eu acho que tem gente que usa a idade para fazer merda, para justificar as suas merdas, tanto as mais novas quanto as mais velhas. Então, aí já é uma questão da cabeça da pessoa, do caráter, da índole, do que ela está querendo fazer. Enquanto tem outros que vão usar isso justamente para poder promover mais transformação e conseguir fazer com que, sei lá, as coisas que a gente fala entre a gente cheguem em pessoas que a gente nem nunca dialogaria, porque estão muito mais no convívio delas (Nanda, informação verbal).

Esta observação de Nanda nos remete à Gilberta Soares (2016) quando afirma o caráter dinâmico da geração, ao lembrar que estar jovem ou velha é uma situação vivida de forma em parte homogênea e em parte diferenciada, dado que as/os agentes sociais são marcadas/os também por outros pertencimentos identitários para além daquele etário.

Lan também se reporta às suas experiências pessoais. Na rápida passagem pela UJS durante a pandemia, conta que tinha contato com pouca gente, mas uma das pessoas era trans, então entende que lá era tranquilo. Depois, na UP, também achava “tranquilo”, dado que mesmo que alguém falasse alguma coisa inadequada, depois se desculpava e ficava tudo bem. Entretanto, conta que sentia muita falta de um coletivo LGBT lá, pois acabava que “todos os LGBTs da militância recaía pro Olga. E eu achava que assim, gente, não tem nada a ver.”

¹²³ Adrienne Rich (2010), no início dos anos 1980, já problematizava uso deste termo por invisibilizar as experiências específicas das lésbicas em relação a outras sexualidades estigmatizadas e que são muito importantes para o feminismo e a luta pela liberdade das mulheres.

¹²⁴ Loucas de Pedra Lilás é um grupo de teatro de Recife, que nasce, em 1989, “do desejo e da necessidade de inquietas militantes feministas, em criar imagens fortes, simples e bem-humoradas para ilustrar as questões das mulheres e as demandas do Movimento” (Matos; Miranda, 2019).

Entendia que pessoas alinhadas ao feminino ainda poderia ser, mas no caso dos homens trans não via sentido, “até porque é como se você negasse também o gênero daquele homem”.

Olga está entre as que considera que o feminismo avançou bastante, dando como exemplo o fato que recentemente a UP criou uma comissão LGBTIA+ para debater e estudar a política sobre o tema. Cita como exemplo a questão das cotas trans, que o partido defende, depois compara os dados sobre assassinatos de mulheres, pessoas trans e lésbicas e da precarização das condições de trabalho dos mesmos grupos, apontando a necessidade de articular também a questão racial. Por fim, conclui dizendo que tanto na UP, como no Olga se tem avançado bastante sobre a questão LGBTIA+ em diferentes camadas.

É interessante como um incômodo apontado por Lan, que estava afastada da UP há dois anos, foi contornado pelo partido, conforme relata Olga. A estratégia usada para isso foi a criação de um espaço específico para LGBTIA+, o que tem sido uma prática dos partidos para se aproximar dos movimentos sociais e de outros atores sociais (Pereira, 2009), como já mencionado anteriormente.

Sobre as diferenças entre vertentes do movimento sobre o tema, Olga começa pelo recorte geracional, a partir dos seus lugares de engajamento.

No Olga e na UP, que são os movimentos que estou próxima, assim, eu vejo que, assim, de verdade, na juventude, eu não sei se tem gente hétero. Eu acho que não tem. Muito não binário, muita gente trans, muita lésbica, entendeu? Muito, muito. E eu acho que é muito nessa coisa do... de entender que... tá tudo bem mais cedo. E, né, de se assumir quem é de verdade mais cedo, de inclusive encontrar na militância um apoio, uma rede pra isso, que às vezes na família, não é toda a família que vai aceitar isso bem. Mas eu acho que aumentou muito, eu acho que principalmente os mais jovens, com certeza, assim. Porque eu acho que a galera mais velha encontrou mais dificuldade pra assumir assim, e tinha menos debate sobre isso mesmo, a gente não fazia tanto sei lá, palestra, roda de conversa, nas escolas, nas universidades. Então é outro cenário, né? Então eu acho que essa coisa da juventude tem sido bastante diferente (Olga, informação verbal).

Depois, pensa no movimento de forma mais ampla:

Nas vertentes, eu não consigo enxergar muito. Eu acho que, no geral, existe uma movimentação mais no feminismo radical de não se relacionar com homens, de ser quase que uma orientação. Mas eu não me identifico pela questão trans, que é bem transexcludente. Então, essa coisa muito biologizante. Então, tem isso assim. Tem essa coisa das mulheres serem mais lésbicas de uma maneira geral, mas tem essa coisa do caráter biologizante. Então, excluir algumas pessoas, aí eu não me identifico por isso. Mas assim, no geral, nos movimentos feministas, até no feminismo liberal, eu vejo que tá mais. Acho que o feminismo liberal menos, né? De todos (Olga, informação verbal).

Provocada sobre se via alguma diferença em termos de classe social, Olga fala:

Na militância em si, eu tenho visto mais, até as lideranças comunitárias mesmo, eu tenho sentido que a galera tem se soltado mais nessa seara, nesse tema. Eu acho que principalmente as mulheres, inclusive. É a minha percepção, assim, eu vejo mais mulheres lésbicas ou bi do que homens gays quando a gente fala desses locais mais periféricos. Eu acho que ainda rola mais preconceito talvez com os homens nesses locais do que com as mulheres, apesar de existir, óbvio. Tem uma aceitação maior, a gente sabe né, aquela coisa do fetiche, aquela coisa do tipo: ‘ah que legal, que bonito’. Não é pelos melhores motivos, mas eu acho que existe ainda essa aceitação um pouco maior (Olga, informação verbal).

Monica fala das diferenças que percebe no seu coletivo, conta sobre uma pessoa que já fazia parte do projeto quando fez a transição de gênero, as resistências e comentários que ocorreram. A partir disto, ela e as outras responsáveis decidiram organizar uma roda de conversa destacando a necessidade de se respeitar o processo alheio. Citou também outras rodas que tiveram temas como diversidade, lesbianidade, entre outras.

Em se tratando de concordâncias, parece haver um consenso de que as jovens ou “as novas gerações” estão se entendendo e lidando publicamente com questões de orientação sexual e identidade de gênero mais frequentemente e de uma maneira mais tranquila que gerações anteriores. Apenas uma interlocutora, jovem, menciona conflitos intergeracionais dentro do movimento: o etarismo das mais jovens e a resistência das mais velhas em questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero. Como veremos mais adiante, ela aponta também que, por vezes, a fala de uma personalidade pública parece ter mais aceitação entre as mais velhas do que aquilo que é defendido pelas feministas mais jovens. Outra feminista retoma outros dois pontos relevantes: o papel do movimento no apoio e acolhimento quando a família não aceita a pessoa LGBTQIAPN+ e como este processo de reconhecer e viver publicamente a não heterossexualidade é mais complexo para militantes mais velhas, o que é percebido também por Angela, que exemplifica no exemplo de como a figura histórica lidou com sua lesbianidade mesmo dentro do movimento. Como veremos na próxima seção, esta não é uma dificuldade só entre as feministas.

Várias interlocutoras reconhecem o quanto as discussões raciais avançaram nas diferentes vertentes do movimento, o que é fruto das mobilizações das feministas que se iniciaram ainda nos anos 1980, como apontado na seção 1.1. No recorte de classe é onde se verifica mais diferenças de percepção, duas interlocutoras consideram as lideranças comunitárias as mais resistentes às questões de diversidade sexual, ainda que a primeira especifique que se trata das mais velhas e a segunda considere que também tem muita gente

com mais recursos que também não consegue avançar. Uma terceira, por sua vez, percebe avanços também neste contexto.

Três das interlocutoras mais velhas e com mais tempo no movimento têm em comum ressalvas a respeito dos feminismos lésbicos, duas apontam sua estagnação e até mesmo retrocesso. A terceira fala da dificuldade de articulação com “esse grupo mais visto como um movimento lésbico do Rio de Janeiro”, que entre outros problemas, é atravessado pela questão da transfobia, “que acaba ganhando espaço em alguns movimentos lésbicos”. Duas delas também coincidem na percepção de que se tornou regra mencionar as LBTs nos discursos feministas, mas percebem que as pautas relativas ao tema ainda não foram incluídas entre as prioridades.

Apenas uma interlocutora não mencionou a questão da participação das pessoas trans e uma outra, por sua vez, falou exclusivamente deste segmento, sendo a única que não falou diretamente das lésbicas. Olga e Nanda fazem ainda referência específica a pessoas não binárias. Assim, é possível observar que as respostas trazidas pelas interlocutoras corroboram algumas discussões presentes no movimento. Apontam também o quanto a participação de pessoas trans está na pauta do dia do movimento, como exemplifica Lucia, há algumas edições esta tem sido uma questão para o EFLAC¹²⁵.

Morais (2016) afirma que a primeira vez que houve uma reivindicação formal de participação de pessoas trans no evento foi em 2005, na sua 10ª edição, por meio da circulação virtual de um documento sobre o porquê dessa participação. Segundo a autora, a partir deste processo ficou garantida a participação das mulheres transfeministas nos encontros seguintes. No 15º EFLAC (2023), ouvi que aquela era a primeira edição que contava com a participação de homens trans, o que foi comentado como uma preocupação de houvesse alguma tensão, mas até onde consegui acompanhar, não houve nenhum incidente público.

Outro indicador de como a participação das pessoas trans avançou nas discussões do movimento, voltando ao contexto do Rio de Janeiro, também pode ser observado no manifesto da Marcha do 8M de 2023¹²⁶, que teve como título “Mulheres nas ruas em defesa da democracia! Sem anistia!”, em referência aos ataques golpistas já mencionados. A primeira página trazia a seção “Em defesa da Democracia e por que gritamos ‘sem anistia’”, as outras três páginas estavam divididas em cinco partes: Por emprego, renda e pelo fim da fome; Por

¹²⁵ Para mais informações sobre o EFLAC, Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, ver a seção Percursos metodológicos da Introdução.

¹²⁶ Ver anexo A.

educação pública de qualidade; Saneamento básico; Racismo ambiental e etnocídio; e Legalização do aborto já!.

Em três destas seções havia menções a questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Na que falava sobre educação, foi dedicado um parágrafo a como esta é fundamental para a inclusão e acesso a oportunidades de mulheres transexuais e travestis e defendendo as cotas para pessoas trans nas universidades. A seção sobre racismo ambiental afirmava: “nós, mulheres (cis e trans) de diferentes classes, raças, origem, orientação sexual, religião (...) viemos às ruas para exigir o fim do garimpo (...)”. Por fim, a última parte defendia a “legalização do aborto para mulheres e pessoas com útero” e “demais políticas públicas que integram os direitos das mulheres em sua diversidade (mulheres cis, trans, lésbicas, prostitutas, com deficiência, em situação de rua e população privada de liberdade)”.

Ou seja, entre as diferentes identidades políticas da diversidade sexual e de gênero, apenas as pessoas trans tiveram questões específicas pautadas no documento, orientação sexual e lésbicas aparecem quando são elencadas em meio a outros marcadores identitários e as bissexuais sequer são mencionadas. Esta invisibilidade das mulheres bissexuais, apontada por diferentes autoras (Leão, 2018; Monaco, 2020), pode ser observado também nas entrevistas.

Apenas três interlocutoras fazem referência direta a esta orientação sexual, ainda que outras falem da sigla que inclui o B de bissexuais. Uma lembra que não faz parte do movimento lésbico nem do bissexual e menciona a participação de jovens bissexuais na organização em que trabalhava. Outra cita rapidamente para dizer as pautas do movimento feminista lésbico e bissexual não avançaram tanto como as do feminismo negro. A terceira é a única que fala especificamente da invisibilidade bissexual, que percebeu quando se identificava enquanto tal. Ela também é a única a mencionar diretamente pessoas não binárias em sua resposta a esta questão.

Desta forma, no contexto desta pesquisa, é possível dizer que houve avanços na possibilidade de afirmar e viver publicamente a identidade LBT, contudo enquanto pautas políticas as trans parecem estar conseguindo disputar, as lésbicas têm mais dificuldades e as bissexuais, uma identidade afirmada predominantemente por mulheres, seguem invisibilizadas também dentro do movimento feminista.

4.4 “A sensação que eu tenho é que o mundo está virando LGBT”

Considerando que não foi só dentro dos feminismos que as questões de diversidade sexual e de gênero avançaram, fazia sentido buscar entender a percepção das interlocutoras sobre estes avanços no debate público, especialmente no que se refere a mulheres, e em que medida estes avanços se relacionava com o que foi observado dentro do movimento, inclusive em termos geracionais.

Angela, ainda que pondere se foi seu olhar mudou, observa como o debate e a vivência em torno destas questões são cada vez mais presentes “na sociedade em geral”, mas principalmente na juventude. Ela diz:

Agora, na rua, aí eu tenho dúvida se é o meu olhar que mudou, mas é isso, eu vejo cada vez mais casais de mulher em todos os espaços, em todos os lugares. Então... é isso, eu percebo uma mudança realmente social, pra mim, muito marcada, eu acho que com um avanço maior de debate na juventude, no sentido de não só ser a vivência, mas também o debate em si estar colocado em outro lugar sobre diversidade sexual, liberdade, orientação sexual e tal, mas eu percebo também maior presença na sociedade em geral. Esse olhar de casais, de mulheres, eu realmente acho que eu só passei a ter... O meu marco é o mesmo de eu me relacionar com mulheres, então eu acho que o meu olhar pode ser muito bem sobre o meu olhar. Mas eu realmente vejo uma presença cada vez maior (Angela, informação verbal).

Ainda quando falava sobre diversidade sexual e de gênero no contexto dos feminismos, Angela pondera “o movimento é reforçado porque o debate público avançou, mas o debate público também avança por conta do movimento. Então também não se saberia dizer o que que impactou mais”. Aqui ela retoma:

É muito marcado nos últimos anos, pelo menos no Brasil, o quanto a gente avançou no debate feminista, na pauta feminista, na identificação com o feminismo. Então, acho que as novas gerações, obviamente, têm muitas diferenças, têm muitas disparidades e tal, mas acho que as gerações mais novas já chegam com muito acesso a debates feministas, no geral. E aí eu acho que a orientação sexual dentro disso ou também uma coisa mais ligada à liberdade e a coisa de autonomia do corpo, de liberdade (Angela, informação verbal).

Ainda que não fale especificamente da juventude, Olga vai na mesma direção:

Eu acho, a sensação que eu tenho é que o mundo está virando LGBT. Sim, eu acho que a galera está muito mais tranquila. Não sei se está se sentindo mais confortável de estar em público, mas eu sinto em todos os lugares que eu vou, até lugares que não são de militância, e mesmo fora da bolha, que às vezes a gente fica também ali naquela bolha, sapatão, e aí óbvio, todo mundo vai ser, né? Mas mesmo fora da bolha, sabe? Tipo, sei lá, um shopping, que eu nem vou muito, que eu não gosto muito, mas eu vejo muito mais, sabe? Eu acho que tá rolando um conforto um pouco maior, apesar de a gente saber que continua tendo preconceito e vários ataques, eu acho que rola um conforto, uma sensação de segurança, talvez, maior hoje do que há uns anos atrás. (Olga, informação verbal).

Monica e Lelia também trazem questões geracionais, mas com outros contornos. A primeira fala sobre pessoas mais velhas “se assumindo” e seu questionamento sobre se ainda existem heterossexuais.

Eu acho que hoje em dia as pessoas estão um pouco mais... ainda tem muita coisa, né? Ainda tem muita... muita reticência, assim, das pessoas mais velhas. Mas eu vejo que as pessoas estão um pouquinho mais interessadas em entender. E eu vejo também que tem pessoas mais velhas se assumindo muito mais velhas. (...) Algumas pessoas até que a gente fala assim, sempre achei que essa pessoa era sapatão, mas... e a pessoa bem mais velha se assumir. (...) Eu até brinco com a minha esposa e falo, ‘cara, eu não sei se é porque agora eu acesso a lugares onde tem muitas lésbicas ou se não existem mais pessoas héteros’. Eu não sei. Eu não sei se são os espaços que eu tô acessando que me dão essa sensação. Porque até pessoas que eu vejo... ‘Ah, sou hétero, mas na baladinha eu daria um beijo numa mulher’. Eu já ouvi esse tipo de comentário. Você tá aberta a dar um beijo numa mulher? Você não é hétero. No mínimo você é bissexual. Mas eu falei até com a minha esposa. Eu falei, ‘cara, eu acho que não existe umas pessoas héteras. Tô chegando a essa conclusão’. Eu falei, ‘eu acho que existem pessoas lésbicas, bissexuais e pessoas que não tem coragem de falar. Eu não sei, eu tenho essa sensação assim na minha vida, de verdade’ (Monica, informação verbal).

Lelia, por sua vez, aponta uma maior dificuldade de pessoas mais velhas ao se afirmarem enquanto bissexuais:

Eu acho que fica pior o tratamento conforme a pessoa vai ficando mais velha. Porque assim, eu sei que hoje em dia, se eu chegar com uma pessoa conservadora e falar que eu sou bissexual, eu posso ser atacada ou a pessoa pode falar, ‘é fase’. Mas uma pessoa que já tá com, sei lá, com 60, 70 anos e fala, ‘ah, eu sou bissexual, sou uma mulher bissexual’. ‘Ai, toma vergonha na cara, tá velha já e tá querendo ser bissexual’, que eu não sei por quê. Então existe também um etarismo, né? Um envolvimento muito mais violento e perseguidor com pessoas que são mais velhas do que eu. Porque eu ainda sou identificada como uma pessoa que tá numa fase, depois passa, depois eu vou ficar magicamente hétero. Então dá tempo ainda de ficar hétero, enfim (Lelia, informação verbal).

Lelia observa como, em alguma medida, tem respostas menos violentas por ser jovem, uma vez que as pessoas acreditam que, neste caso, se trata de uma fase. Diferentes autoras/es (Leão, 2018; Carrara e Ramos, 2005) indicam uma relação discursiva entre bissexualidade e juventude, sendo esta entendida como um período de transição e experimentações diversas, nem sempre problematizando como leitura é carregada de estereótipos em relação a ambas.

É interessante também como, da mesma forma que mencionado em relação às feministas na seção anterior, as duas últimas citações apontam as dificuldades de mulheres mais velhas assumirem suas não heterossexualidade. Diferente do encontrado por Passamani e Saggese (2018), que em trabalho sobre homens homossexuais têm entre seus entrevistados que, depois

de viver boa parte da vida em contextos em que a homossexualidade era vista como “crime e pecado”, consideraram que a “liberação e maior tolerância” chegaram “tarde demais”, as situações aqui narradas falam de mulheres que mesmo mais velhas foram capazes assumir publicamente seus afetos e desejos.

Embora também reconheça os avanços, Beth tem uma percepção oposta à de Monica no que se refere especificamente às lésbicas:

Teve muuuita mudança. Não só a diversidade, como teve também mudança na vida e na realidade de cada mulher no mundo. Tudo é muito demorado, tudo é muito processual, mas teve. Mas é muito impressionante como nessa diversidade sexual, menor visibilidade são das mulheres lésbicas. Entendeu? (...) Não sei, mas eu acho que... para o movimento não, mas para a sociedade, eu acho que quebrou mais as amarras em relação, por exemplo, aos homens gays e trans, que as mulheres lésbicas, entendeu? Acho que as mulheres lésbicas ainda são mais oprimidas socialmente, eu acho, hoje, na sociedade, é possível ser mais agredida (Beth, informação verbal).

Em outro momento, Beth diz também:

Mas é engraçado, por exemplo, tem aparecido nos últimos tempos, porque com o tempo já aconteceu isso, aquela coisa das pessoas começarem a se apresentar, ou então... ‘Nossa, você sabia que a fulana de tal, uma atriz, uma jornalista, alguém famoso, referenciado, tá casada com uma mulher? Nossa, você sabia?’ É engraçado que hoje em dia eu escuto muito isso, mas as pessoas não fazem um: ‘que absurdo, que loucura, onde esse mundo chegou’. Essa frase que eu já ouvi muito no passado, eu não ouço agora, não sei se são pessoas referenciais, bastantes, ídolas das pessoas, que é bem possível, essa aceitação é mais possível. Mas essas pessoas que assumem, que são do mundo público e tal, elas assumem e não fazem o proselitismo, então também não tem o debate, não tem a conversa. Faz parte da vida delas, é igual levantar e escovar o dente e também levantar... a transa com uma mulher, entendeu? Então, tem uma sensação que eu tenho que tem essa leveza (Beth, informação verbal).

Depois ela dá um exemplo, que ocorreu no final dos anos 1980, que nos lembra que em alguns círculos sociais isso não é exatamente uma novidade e não se restringia aos meios de militantes:

Quando eu vim morar no Rio de Janeiro e tava casada com uma mulher daqui, que era da universidade, conhecida, reconhecida, famosa e tal. Ela convivia num mundo de muitos casais, que foi um mundo com quem eu estabeleci as primeiras relações de amizade, que 90% das pessoas não eram do mundo do feminismo, mas eram pessoas todas daquelas que falavam três línguas, bem estudadas, tudo bem nutrido, tudo bem, bem, bem, bem tudo. Assim, 70% era o casal de homens ou casal de mulheres, casal mesmo, casal, tudo da alta society carioca e não sei o que lá tal. E é engraçado isso, porque muita gente, também tinha casais heterossexuais, mas era tão natural, talvez..., mas era tão natural, assim tanto faz se tava beijando mulher com homem, homem com homem ou mulher com mulher. Não tem essa fala, essa identidade não existe, essa identidade política não estava colocada assim, mas era totalmente natural. Eram umas festas que elas faziam com muita gente importante, famosa. Tinha um senhor velhinho, que era um avô, mas era completamente normal o que acontecia lá dentro

daquela festa. Normal, porque eu estou falando assim. Não tinha aquela coisa, ‘ah, aqueles dois’, nada disso, nada. E também não tem a fala, nem o discurso, né? Foi uma coisa que eu achei muito diferente quando eu cheguei no Rio de São Paulo, porque onde eu convivia, nesse mundo, eram todos ativistas, entendeu? E aí eu fui conviver num outro mundo onde a sapataria reinava total e não era um ativista. A gente nem se importava com esse ativismo (Beth, informação verbal).

Além de Beth, Rosely também menciona o papel de mulheres públicas que assumem seus relacionamentos lésbicos como parte de uma reflexão sobre o papel dos meios de comunicação, principalmente a televisão. Cita como mulheres que sempre foram lésbicas, como Zélia Duncan, não falavam isso publicamente, não tinham “orgulho de se dizer sapatão”. Como atores gays tinham que esconder sua orientação sexual para poderem ter papéis de galãs nas novelas, o que considera ter mudado também. Reconhece que “a comunicação, a imprensa, a televisão, têm nos ajudado a publicizar a nossa existência, mas como isso se reverte na política concreta dos direitos é que é um outro esquema”. Admite que ter mais artistas assumidamente lésbicas e que o tema esteja mais em pauta na sociedade “pode ajudar de alguma forma”, pois era um “tabu”, contudo lamenta que a questão seja “cooptada” dentro de uma lógica de sociedade capitalista, não por uma lógica da liberdade e do direito de ser e viver como se quer, com garantias políticas que permita que “tudo mundo possa viver igualitariamente”.

Nanda traz uma reflexão semelhante a esta de Rosely, fazendo referência direta ao chamado *pink money*¹²⁷, aponta como outros interesses do capital se articulam às questões da diversidade sexual. Esta apropriação mercadológica tem sido frequentemente problematizada, pois ainda que se reconheça a contribuição em termos de visibilidade da pauta LGBTQ+, há preocupações que vão desde a forma como esta população é retratada até se as marcas promovem a diversidade também em iniciativas de empregabilidade (Oliveira; Machado, 2021). Entretanto, algumas/ns autoras/es percebem que estes também são cenários públicos nos quais é possível exercer alguma capacidade de agência e ação política, ainda que sem pretensão de colocar o mercado e o consumo como esferas privilegiadas de atuação política (França, 2012; Facchini, França e Braz, 2014).

Outro aspecto mencionado pela jovem é o importante papel das mulheres com uma vida pública que assumem seus relacionamentos lésbicos. Nas palavras dela,

Nanda Costa já contribuiu muito mais do que feministas acadêmicas fizeram em relação a desestigmatizar o que pode ser o imaginário de uma família, de um casal lésbico, de um casal de artistas, com uma perspectiva de visibilidade nacional. Então, acho que sim, acho que mudou, porque acho que são imagens muito mais presentes e referências muito mais presentes (Nanda, informação verbal).

¹²⁷ Este termo, em português, “dinheiro rosa”, refere-se ao potencial de consumo da comunidade LGBTQIAPN+.

Cita ainda a vereadora Monica Benicio, que tem “uma mandata que fala sobre sapatonice”, que promove um mês inteiro de atividades lésbicas no Rio de Janeiro. Então, a interlocutora retoma o exemplo da feminista mais velha que fala “mulher gay” e não lésbica, para dizer que acredita que a parlamentar, possivelmente, é mais efetiva ao dialogar e ser legitimada por esta e outras feministas mais velhas, do que o movimento de mulheres jovens, apontando uma dificuldade de diálogo intergeracional no interior do movimento.

Nanda conta ainda uma situação em que seu pai, a partir de uma aparição da Daniela Mercury na televisão, comentou sobre o problema que seria falar sobre sua orientação sexual com o avô, dado que sempre que este via a cantora mudava de canal pelo fato dela ser lésbica. Se este exemplo em alguma medida corrobora a papel dos meios de comunicação apontado por Rosely, diferente dela, a jovem reconhece também a relevância de alguns avanços institucionais, como a lei que criminaliza a LGBTQIAPN+fobia.

Como defendido por Alvarez (2014), os movimentos feministas, tal qual maioria dos chamados movimentos sociais, estão para além da sociedade civil. Como campos discursivos de ação, estes movimentos são muito mais que um conjunto de organizações atuando sobre uma determinada pauta, incluindo uma ampla variedade de atoras/es individuais e coletivos, de diferentes lugares sociais, culturais e políticos. Ainda segundo a autora, a forma, a visibilidade ou a relevância que esta diversidade de atoras/es tem varia em contextos históricos distintos.

Assim, a partir do conceito de “*sidestreaming*” (Alvarez, 2014), isto é, do fluxo horizontal dos discursivos e das práticas dos feminismos plurais, se faz interessante tentar entender como se deu este processo de expansão do movimento. Ela argumenta que estes fluxos são resultado de interações com outros campos de poder e que alterações nas alianças e disputas tanto internas como com outros movimentos sociais também produzem “(re)configurações” do campo. No contexto deste estudo, é evidente a articulação discursiva entre os movimentos feminista e LGBTQIAPN+.

Como apontado por Facchini e França (2009), na década de 1990, em um contexto de valorização do “orgulho homossexual”, alguns artistas conhecidos da música brasileira/as passam a assumir-se publicamente como homossexuais sem maiores constrangimentos, ainda que muitos se recusassem o que chamavam de “levantar bandeiras”. Gomes (2018), por sua vez, enfatiza como, diferente da atuação circunscrita que tinha nos anos 1980, o campo feminista se expandiu, permeando hoje outros movimentos e instituições políticas, mas também cenas artísticas e mercado. De acordo com Facchini, Carmo e Lima (2020), há pelo menos duas

décadas tem acontecido uma reconfiguração de repertórios e enquadramentos destes dois movimentos, assim como do movimento negro, que criticam um investimento prioritário na institucionalidade, no diálogo socioestatal e no essencialismo estratégico. Além disso, as autoras apontam entre os fatores envolvidos neste processo, os efeitos da popularização da internet e seus usos políticos e os efeitos da ampliação do acesso ao Ensino Superior, marcado pela implementação das ações afirmativas.

Em consonância direta com o observado pelas autoras, vale lembrar a importância da internet para processos subjetivos e políticos estudados nesta tese, assim como o relevante número de coletivas/os feministas em instituições de ensino identificadas/os no mapeamento apresentado no capítulo 1.

Para finalizar, voltando ao recorte geracional, duas interlocutoras falam sobre as crianças e adolescentes. Nanda, sorrindo, conta o relato de uma amiga a respeito de uma conversa com o próprio filho, na qual ele, com tranquilidade, diz que uma de suas amigas gosta de outra amiga. Em seguida, a interlocutora fala da sua esperança de que as crianças de hoje possam crescer com referenciais mais diversos de família, diferente do que aconteceu na sua infância, embora reconheça que ainda existe “muita família merda” e que há uma disputa a ser travada com um forte movimento conservador. Nos termos dela:

Cara, outro dia uma amiga tava contando que o filho dela, de 7 anos, virou para ela e falou assim: ‘mãe, a Maria disse que gosta da Alice’. Aí ela: ‘olha, mas cuidado, não sai por aí contando isso pra todo mundo, né? Uma coisa dela, que ela te contou’. Aí ele: ‘ih, mamãe, a Maria já falou pra Alice e ela..., já tá todo mundo sabendo’ e tudo normal. Todo mundo segue uma vida normal com sete anos. Então, assim, sei lá, eu tenho muita esperança. Eu acho que vai ser muito melhor. Acho que minha sobrinha, por exemplo, ela vai viver uma vida dela tendo uma tia presente, uma tia lésbica e ela vai... naturalizar isso, eu espero. Se ela não naturalizar, eu vou naturalizar na cabeça dela. Mas eu acho que eles estão muito melhores, assim, né? Acho que, tipo, em geral, mas acho que tem um movimento muito forte e conservador que está chegando também. E aí, não sei, acho que eles também, a mesma capacidade de ser muito mais disruptivo e muito mais naturalizador das nossas formas de viver e de ser livres, eles também podem descambar para uma coisa muito mais extremista, sabe? Tipo, reprodução do padrão. (...) Então, eu vejo... é isso. Acho que também é muito fruto das nossas famílias. E realmente ainda tem muita família merda, que só quer que a criança seja padronizada. Acho que eles têm muito mais acesso a outras possibilidades. Mais do que eu, por exemplo, eu não convivia numa realidade onde se falava em mulheres lésbicas, era muito mais... Só tinha hétero. Depois que fui entender quem era quem, depois que fui... sabe? Muitos anos depois. Então, não sei. Acho que também podem ser melhores, mas podem ser piores também (Nanda, informação verbal).

O exemplo do filho da amiga de Nanda remete a outro trazido por Angela. Ela narra que suas amigas que convivem com adolescentes ouvem frequentemente delas/es que não existe mais heterossexualidade:

Na vida, eu escuto cada vez mais de amigas que têm sobrinhas, enfim, que convivem com adolescentes. (...) Enfim, o quanto o debate sexualidade está em outro lugar. A [uma amiga] é uma que fala muito, que as sobrinhas dela falam, ‘tia, hoje em dia todo mundo é bi, não existe mais heterossexual’. Tem uma prima da [namorada] também, que tem 15 anos, que é lésbica também, que é isso, também já começa nesse lugar, enfim (Angela, informação verbal).

Angela também traz outro exemplo, já citado anteriormente, que aponta na mesma direção, quando menciona como sua namorada, nove anos mais nova, conta que na sua escola era comum as pessoas se relacionarem independente do sexo. Aqui, é preciso lembrar que ambas as interlocutoras são mulheres brancas, atualmente, de camadas médias, de um grande centro urbano e que, para além da militância feminista, construíram suas trajetórias profissionais também vinculadas à esquerda carioca.

Ainda assim, estes relatos remetem à ideia de nativa/o LGBTQIAPN+, apresentada no capítulo 1, ou seja, pessoas que desde sua primeira infância possam ter tido uma educação menos marcada pela heterossexualidade compulsória e para quem se relacionar com pessoas do mesmo sexo ou não se reconhecer no gênero atribuído no nascimento seja uma possibilidade e um direito a ser vivido sem medo. Como é possível observar nas entrevistas, esta não foi a experiência de nenhuma das interlocutoras desta pesquisa, nem mesmo das mais jovens, para as quais também foi um processo reconhecer, nomear e aceitar seu próprio desejo. Contudo, estas situações com crianças e adolescentes relatadas por algumas delas apontam que, talvez, em alguns contextos específicos, já se observe um corte geracional avançando na direção de uma maior liberdade no que se refere a sexualidade e gênero, mesmo que, como a própria Nanda problematiza, isso não signifique que estas novas gerações deixarão enfrentar os desafios e disputas impostos pelos segmentos conservadores da sociedade.

Pensando o movimento a partir do conceito de “*sidestreaming*” proposto por Alvarez (2014), esta seção se propôs a analisar como as pautas de diversidade sexual têm se apresentado no debate público. Muitas interlocutoras têm a impressão de que “há casais de mulher em todos os espaços”, ou ainda que “o mundo está virando LGBT”, principalmente na juventude, contudo em boa parte dos casos estas falas estão acompanhadas de uma ponderação sobre uma possível mudança de olhar a partir das próprias experiências. Mais uma vez volta à cena as dificuldades das mais velhas, desta vez abordando também uma maior resistência de outras pessoas ao assumir-se como lésbica ou bissexual.

Outra indagação apresentada por uma das interlocutoras problematizava como o movimento e o debate público se influenciavam mutuamente. Como apontado, aparentemente

as pautas e discursos defendidos por grupos e organizações dos movimentos em questão desde os anos 1980 foram paulatinamente “fluindo” para outros atores/es individuais e coletivos, ocupando assim o debate público, o que já alcança inclusive algumas crianças.

Para concluir, gostaria de retomar aqui alguns pontos discutidos neste capítulo. Ao indagar sobre a relação entre feminismos e relações lésbicas, fica evidente como para as interlocutoras o movimento foi um espaço no qual, a partir de uma consciência política mais crítica ao machismo, perceberam que não tinham que aceitar qualquer coisa para caber nos lugares. Aprenderam também a se respeitar e viver de uma forma mais livre, questionando diferentes convenções sociais a que estavam submetidas, inclusive àquelas de sexualidade e gênero. Para algumas, o movimento foi um espaço para entender e/ou legitimar as múltiplas expressões que sexualidade e gênero podem ter, para outras foi um espaço seguro de acolhimento quando houve incertezas ou rejeição por parte da família.

Sobre se é diferente ser uma pessoa não heterossexual no movimento, boa parte das interlocutoras diz que não, em geral, sob o argumento de que agora é difícil achar uma heterossexual neste contexto. Por outro lado, se identificar como bissexual, lésbica ou não binária, para algumas foi entender que havia ainda mais motivos para lutar, dando assim mais atenção a estas pautas específicas.

Sobre como questões de diversidade sexual e de gênero avançaram nos feminismos, apenas Beth diz perceber pouco avanço, comparando com a força política que as lésbicas tinham quando se aproximou do movimento em São Paulo, nos anos 1970. Ela e outras duas interlocutoras pontuam como o feminismo lésbico tem se dividido e como tem sido difícil uma articulação maior com este segmento do movimento, o que é atribuído a posturas transfóbicas de algumas lésbicas, mas também à lesbofobia que persiste em algumas feministas, entre outros. Por outro lado, há também uma ponderação de que, ainda que LBTs apareçam frequentemente em posicionamentos feministas, esta atenção nem sempre está presente nas práticas cotidianas. Também fica evidente como as discussões sobre pessoas trans têm tido destaque no movimento¹²⁸ e uma preocupação das interlocutoras em demarcar uma distância de um feminismo transexcludente, assim como é explicitada a invisibilidade das bissexuais. Para além do movimento organizado, a contribuição de personalidades públicas também é valorizada, especialmente pela amplitude do seu alcance devido a sua visibilidade, mesmo entre as feministas.

¹²⁸ Os grandes avanços das questões raciais nos feminismos também foram mencionados inúmeras vezes.

Em termos geracionais, como discutido no capítulo 4, as observações das interlocutoras frequentemente fazem referências às feministas “mais velhas” e “mais jovens”. Ao comparar estes dois grupos, há semelhanças entre o que é percebido dentro e fora do movimento, isto é, uma dificuldade maior das mais velhas em assumirem, pelo menos publicamente, seu desejo por mulheres. Contudo, nas trajetórias pessoais, algumas têm avós que foram apresentadas como mais dispostas a aceitar a não heterossexualidade das interlocutoras do que algumas mães, como observado no capítulo 3. Ainda que também haja muitas/os jovens nos segmentos conservadores, a juventude é frequentemente apontada como aquela que têm lidado melhor com questões relacionadas a sexualidade e gênero. Dentro do movimento, fala-se da “dificuldade” de achar uma jovem hétero, na cena pública, jovens casais LGBTQIAPN+ “parecem estar por todo lado”.

Pelo menos no contexto desta pesquisa, é possível vislumbrar uma nova geração que, mesmo que não tenha referências sobre diversidade sexual e de gênero dentro de casa ou da igreja, está encontrando estas referências nas ruas, instituições de ensino, internet, televisão, legislação, artes, movimentos sociais, espaços nos quais o tema parece estar cada vez mais presente e visível, mesmo que ainda marcado pela disputa com setores conservadores da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo que os feminismos promoveram algumas mudanças sociais, também foram impactados por tantas outras. Igualmente, se a diversidade que compõe o movimento feminista é fonte de conflitos e divisões, simultaneamente impulsiona sua constante autorreflexão e, de certa forma, mantém sua vitalidade. Assim, é interessante observar como algumas questões parecem ter ganhado volume dentro do movimento nos últimos anos, entre elas está a diversidade sexual e de gênero.

A pesquisa aqui apresentada teve por objetivo compreender a relação entre ser feminista e se relacionar com mulheres, se propondo a investigar como estas duas experiências se influenciam mutuamente em trajetórias pessoais e como o movimento feminista tem abordado coletiva e publicamente o tema da diversidade sexual e de gênero. Para isso, além da observação participante de atividades do movimento no Rio de Janeiro e em Bogotá, foi feito um mapeamento de organizações e coletivas/os feministas brasileiros e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com feministas dos dois países, ainda que aqui sejam priorizadas as dez realizadas com aquelas do Rio de Janeiro.

Por meio de um mapeamento nacional foi possível observar a concentração de organizações e coletivas/os do movimento na região Sudeste, principalmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, e o expressivo número de coletivas/os feministas que se organizam dentro de instituições de ensino, sobretudo universidades, o que deixa entrever um provável perfil mais jovem de suas participantes. Também se verificou que muitas/os coletivas/os articulam feminismos e diversidade sexual e de gênero como temas prioritários, o que não é observado nas ONGs, que marcaram a história do movimento nos anos 1980 e 1990, o que pode ser considerado um indicador de como esta articulação cresceu e se visibilizou nos últimos anos.

Nos capítulos seguintes me dediquei a analisar, principalmente, as narrativas das dez interlocutoras do Rio de Janeiro. Elas moram em diferentes bairros da cidade, são de diferentes classes sociais, têm entre 18 e 81 anos, quatro delas tem filhas/os e duas têm netas/os. Uma se reconhece como pessoa não binária, as demais como mulheres cis. Entre elas há brancas e negras, lésbicas e bissexuais, muitas têm formação familiar e/ou escolar cristã, mas, no momento da entrevista, as que disseram ter religião se identificavam com aquelas de matriz africana.

Para começar, procurei entender como se aproximaram e o que significava para elas ser feministas. Das nove interlocutoras que são organizadas ou já foram, apenas três se aproximaram diretamente do movimento de mulheres. Elas atuam ou já atuaram em: ONGs e

articulações feministas, partidos, movimento estudantil, projeto social, coletivo estudantil e de bairro. A aproximação ao movimento se deu principalmente pelo contato com grupos feministas presenciais, já para três delas o primeiro contato foi por meio das redes sociais. É interessante notar que mais da metade das interlocutoras tem referência em mulheres de suas famílias como inspiração e/ou nas quais reconhecem práticas feministas, pelos enfrentamentos e inquietações que tiveram ao longo da vida, mesmo que estas não se reconheçam como feminista. Para muitas, a principal referência é a mãe.

Ser feminista é visto como uma “forma de ver o mundo”, onde aprenderam a identificar e dar nome ao machismo e outras formas de opressão presentes no cotidiano e na forma como o mundo está organizado. Este processo de dar nome a incômodos que inicialmente pareciam restritos às próprias experiências pessoais, possibilitou dar densidade social e física a estes, entender o seu contexto histórico e identificar formas individuais e coletivas de enfrentá-los.

Se tomar esta consciência, por um lado, é libertador, por outro também traz desafios, pois as desigualdades e injustiças se tornam mais visíveis e mais difíceis de serem ignoradas. Algumas relataram que o ser feminista trouxe para suas vidas o desconforto de serem consideradas “a chata do rolê”, o que lembra a figura da feminista “estraga-prazeres” descrita por Sara Ahmed (2021).

Como aponta Curiel (2013) e fica evidente nas narrativas das interlocutoras, além de um projeto político, o feminismo é uma prática cotidiana, que impacta de diferentes formas a vida das pessoas. Nas narrativas das mais velhas esta parece ser uma experiência de caráter coletivo, que acaba atravessando todas as dimensões da vida, para as mais novas é apresentada como uma experiência mais individual, que impacta principalmente sua vida e relações pessoais.

Convidadas a falar sobre seu processo de começar a se relacionar com mulheres, as narrativas sobre o reconhecimento deste desejo foram analiticamente organizadas em 3 grupos, a partir dos diferentes caminhos percorridos pelas interlocutoras para viver esta experiência: i) aquelas que começaram sua vida afetiva e sexual reconhecendo o seu desejo por mulheres; ii) as que reconheceram em um momento posterior, mas perceberam que este sempre existiu; iii) e as que nunca tiveram qualquer interesse afetivo e sexual por mulheres, até que, já na vida adulta, se abriram ou foram surpreendidas por esta possibilidade.

No primeiro grupo estão as três interlocutoras mais jovens, elas têm em comum também o fato de serem negras e ainda morarem com suas famílias monoparentais. Narram que já iniciaram sua trajetória afetivo-sexual percebendo que havia algo diferente no seu desejo, um sentimento que a princípio não conseguiam sequer nomear. Uma vez identificado que era um

desejo por mulheres, nas três narrativas a primeira preocupação é a reação exclusivamente das mães, em um primeiro momento, possivelmente por ser com quem moram e de quem ainda dependem financeira e afetivamente e/ou devido à responsabilidade moral atribuída às mães no contexto familiar.

Apesar dos avanços nas discussões sobre diversidade sexual e de gênero, as situações relatadas por estas três interlocutoras demonstram como a heterossexualidade compulsória ainda está presente mesmo na experiência das mais jovens. Elas mencionam a falta de filmes e desenhos animados com referências não heterossexuais; a incapacidade de vocalizar o que já sentiam, o que uma delas só consegue fazer ao se reconhecer em um vídeo visto em uma rede social; situações mais explícitas como a rejeição da própria mãe, o que impacta diretamente no processo de autoaceitação.

O segundo grupo é composto por aquelas que reconheceram tal desejo em um momento posterior, contudo, identificam que ele já estava presente em situações do passado, que na época não foram elaboradas desta forma. As quatro interlocutoras deste grupo têm entre 28 e 72 anos e, no momento da entrevista, todas relataram a existência de pelo menos uma amiga na adolescência pela qual agora reconheciam que foram apaixonadas. Três tiveram sua primeira experiência com uma mulher antes dos 25 anos, apenas para uma foi pouco depois dos 30 anos. Duas delas têm em comum o fato de o feminismo ter sido o espaço onde conseguiram assumir publicamente uma relação com mulheres. As outras duas começaram a dar vazão a este desejo quando estavam fora do Rio de Janeiro e assumiram isso publicamente quando já estão mais próximas dos feminismos.

Foi observado também como experiências importantes no que se refere à vivência lesboafetiva aconteceram fora do espaço do cotidiano e familiar, o que permite supor que estar longe dos olhos mais próximos talvez seja a oportunidade para dar vazão a algo que de alguma forma já estava ali, mas era reprimido por medo do julgamento alheio. Estes elementos, assim como o tempo levado para reconhecer os próprios desejos remetem mais uma vez à heterossexualidade compulsória.

O terceiro e último grupo é daquelas que afirmam que nunca sentiram absolutamente nada deste tipo por mulheres e que, apenas depois de adultas, foram surpreendidas e/ou se abriram para este desejo. As três têm entre 39 e 81 anos, foram casadas e tiveram filhas/os com homens e começaram a se relacionar com mulheres quando tinham entre 35 e 50 anos, bem mais velhas do que praticamente todas dos grupos anteriores. Já eram feministas há mais de 20 anos e suas primeiras experiências foram com mulheres que também eram feministas.

Estas interlocutoras parecem ter sido, em alguma medida, surpreendidas pelo desejo por mulheres, que antes era desconhecido. Para uma, “foi pá”, aos 50 anos se apaixonou por uma mulher e “pronto”, para outra este desejo foi despertado por um beijo inesperado ao se despedir de uma amiga. A terceira, por sua vez, já vinha em um processo que se iniciou com “uma construção de naturalização das diferentes orientações sexuais”, passou por reflexões como “eu acho que pode ser bom, porque o meu orgasmo é muito clitoriano”, mas seu primeiro beijo lésbico se deu em “uma situação meio inesperada”.

Analisando o conjunto das dez entrevistas, as interlocutoras relatam que o principal desafio do processo de ser relacionar com mulheres é encarar a bi/lesbofobia, desde em situações familiares àquelas vividas em espaços públicos. Para algumas pessoas, principalmente pessoas mais próximas da família, é importante que o fato de estar se relacionando com mulheres seja contado cuidadosa e pessoalmente. A reação da mãe é frequentemente uma preocupação, assim como o medo de rejeição por parte de familiares ou amigas cristãs, que em alguns casos surpreenderam com um acolhimento maior do que o esperado.

Para muitas interlocutoras, se identificar como lésbica ou bissexual não é uma questão relevante, o rompimento com a heterossexualidade parece ser o que importa, mas esta definição identitária pode ser cobrada socialmente, inclusive dentro do seu movimento de atuação, sobretudo entre aquelas passam a se identificar inicialmente como bissexuais e só depois se reconhecem como lésbicas.

Ainda que metade das interlocutoras mencione que já tiveram experiências negativas em relacionamentos com mulheres, apenas uma, das dez interlocutoras, acredita que voltaria a ter um relacionamento mais estável com um homem, duas dizem que ainda poderiam ter alguma relação pontual e a maioria diz não ter mais interesse neles. As relações entre mulheres são percebidas por todas como mais positivas do que as heterossexuais, pois são vistas como mais horizontais, com maior compartilhamento da vida cotidiana e melhor comunicação. Outra dimensão valorizada é como este tipo de relação impactou positivamente a relação consigo mesma, passando a se sentir mais confiante para fazer o que deseja e mais confortável com o próprio corpo. Contudo, como destaca uma das interlocutoras, não se pode idealizar estas relações. Algumas narrativas mencionam também relacionamentos com mulheres que foram consideradas abusivas, motivo de adoecimento emocional ou foram marcadas por excesso de controle, ciúmes e até mesmo violência física. Considerando as críticas aqui observadas sobre

relacionamentos com homens, analisar as narrativas das feministas heterossexuais sobre seus relacionamentos pode ser um tema interessante para futuras pesquisas.

Por fim, juntando as duas questões anteriores, busquei entender a relação entre ser feminista e se relacionar com mulheres, assim como tentei observar qual era a percepção das interlocutoras sobre como temas de diversidade sexual e gênero estão sendo abordadas no movimento feminista e na cena pública.

Entre as feministas ouvidas para este trabalho, para as jovens que sempre reconheceram seu desejo por mulheres, a aproximação aos feminismos se dá a partir da sua orientação sexual e se tornam espaço de autofortalecimento e legitimação. Para aquelas que passaram por este processo em um momento posterior, ver o mundo pela lente da liberdade e da crítica ao machismo, proporcionada pelo movimento, subjetivamente, as permitiu se abrir ou estar mais confortáveis para viver práticas afetivo sexuais consideradas desviantes. Isso se apresenta de diferentes formas: nas amigas feministas que incentivaram o primeiro beijo lésbico ou naquelas que foram acionadas nas primeiras experiências; nos contextos do movimento que marcaram algumas primeiras experiências; nas discussões feministas que as fizeram entender que estava “tudo bem” se relacionar com uma mulher ou que contribuíram para ter a “coragem” para assumir publicamente esta relação.

Assim como diferentes autoras feministas, as narrativas das interlocutoras também indicam como os feminismos são lugares de questionamento permanente, o que nos remete novamente à figura da “feminista estraga-prazeres” (Ahmed, 2021), mencionada anteriormente. Ela é aquela que se dispõe a ir contra uma ordem social, mesmo que esta seja vista e desejada como se fosse sinônimo de felicidade, como acontece com o casamento heterossexual ou a maternidade, o que pode esconder um tanto de opressão. Desta forma, torna-se possível buscar outras formas de viver, tentando manter a coerência com aquilo que se acredita, e construir a sua felicidade nos seus próprios termos. Neste contexto, romper com a heterossexualidade pode ser apenas mais um dentre tantos outros rompimentos para os quais os feminismos contribuíram.

Algumas narrativas falam ainda como os feminismos as fizeram não aceitar mais certas coisas nos seus relacionamentos, outras relatam que o movimento contribuiu para que a não heterossexualidade fosse vista e vivida sem problemas. Mas a resposta mais frequente apontava que a partir dos feminismos elas foram capazes de “viver suas emoções por inteiro”, “se respeitar”, “se aceitar” ou se sentir livre. Tal resposta nos remete às feministas negras, que há tempos lutam por “condições para viver plenamente”, em contraponto ao “sobreviver”. Elas

defendem que esta forma de viver implica em conhecer os próprios sentimentos e perceber que algumas necessidades serão preenchidas apenas em contato com outras pessoas. Desta forma, falar dos afetos é fundamental tanto para uma reformulação de si, como para a ação política e a construção da/o sujeito político.

Se, por décadas, a associação entre feminismos e lesbianidade foi feita em tom acusatório, o que por vezes dificultava o processo de identificação enquanto feminista, pelas narrativas aqui apresentadas este cenário parece ter mudado consideravelmente. Pelo observado nesta investigação, há inclusive um desconforto de algumas feministas heterossexuais com a própria orientação sexual, o que tem sido chamado pela mídia e pela academia de heteropessimismo.

Praticamente todas as interlocutoras percebem que questões de diversidade sexual e de gênero avançaram nos debates feministas, contudo, algumas delas pontuam como o feminismo lésbico tem se dividido e como tem sido difícil uma articulação maior com este segmento no Rio de Janeiro. Nas narrativas, tal distanciamento é atribuído tanto a posturas transfóbicas de algumas lésbicas, como à lesbofobia de algumas feministas. Entre as interlocutoras há também quem aponte que, ainda que questões relacionadas às lésbicas, bissexuais e pessoas trans sejam mencionadas com frequência em posicionamentos feministas, isto não se reflete nas práticas cotidianas.

Entre as interlocutoras há uma percepção de que no movimento, assim como nos debates e espaços públicos, fala-se mais e há mais pessoas LGBTQIAPN+, ou pelo menos se tornaram mais visíveis publicamente. Neste processo é reconhecida a contribuição de artistas e outras mulheres públicas, assim como, dos meios de comunicação e do mercado de consumo voltado para este público, embora com muitas críticas.

Ao abordar como os diferentes segmentos que compõem os feminismos lidam com a diversidade sexual e de gênero, o marcador geracional é o mais frequente. Em diferentes momentos foi pontuado como estes processos afetivo-sexuais entre mulheres são/foram mais complexos para as “mais velhas”. Talvez o único consenso entre as interlocutoras seja o quanto as “mais jovens” avançaram nas formas de viver e pautar politicamente estes mesmos processos. Esta distinção também parece existir em relação à cena pública. Se no movimento feminista parece difícil achar uma pessoa heterossexual, na cena pública também há uma “sensação” de que “o mundo está virando LGBT”, como aponta uma interlocutora.

Ainda que não seja uma realidade vivida por nenhuma das interlocutoras entrevistadas para esta tese, nem mesmo as mais jovens, o cenário observado permite vislumbrar que, mesmo

com as intensas disputas travadas com os setores conservadores, talvez em breve seja possível falar em um corte geracional de nativas/os LGBTQIAPN+. Em analogia com as/os nativas/os digitais, trata-se da possibilidade de que as novas gerações possam crescer em uma sociedade menos marcada pela heterossexualidade compulsória, na qual haja referências positivas de diversidade sexual e gênero em todos os lugares, ou pelo menos uma discussão a respeito. Para algumas interlocutoras, esta já é uma realidade visível em algumas crianças e jovens das suas relações pessoais.

Por fim, as narrativas aqui apresentadas evidenciam como ser feminista não é um pertencimento identitário fixo, mas sim uma forma de ver, ser e estar no mundo que se encontra em constante questionamento e, desta forma, permite romper com uma visão essencialista não só do que é ser mulher, mas também do afeto e da sexualidade. Elas lembram ainda que, mesmo com seus limites e problemas, os feminismos são um projeto político de transformação da sociedade, que também transformam e fortalecem subjetivamente as feministas, produzindo assim novos modos de existência.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. *In*: LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila (ed.). **Language and the politics of emotion**. New York: Cambridge University Press, 1990.
- AHMED, Sara. Estraga-prazeres feministas (e outras sujeitas voluntariosas). **Revista ECO-Pós**, v. 23, n. 3, p. 82-102, 2020.
- AHMED, Sara. **Vivir una vida feminista**. Buenos Aires: Caja Negra, 2021.
- ALMEIDA, G.; HEILBORN, M.L. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Revista Gênero**, vol. 9, nº 1, Niterói, UFF, p. 225-249, 2º sem. 2008.
- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *In*: Dossiê O gênero da política: feminismos, Estado e eleições. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, 2014.
- ARAÚJO, Raissa Barbosa; ADRIÃO, Karla Galvão. Políticas públicas para as mulheres no Brasil de 1985 a 2016: uma análise sobre sujeitos. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, Florianópolis, **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2017.
- BENEVIDES, Bruna. **A Epidemia Crescente de Transfobia nos Feminismos**. 05 ago. 2021. Disponível em: <https://brunabenevidex.medium.com/a-epidemia-crescente-de-transfobia-nos-feminismos-bbb0a40ea8d0>. Acesso em: 07 dez. 23.
- BENICIO, Monica. **Marielle e Monica: uma história de amor e luta**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2024.
- BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. *In*: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BONOTO, Carolina. “Aqui tem gente como eu”: subjetividade LGBT em trajetórias midiáticas. **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, (ISSN: 2358-212X), [S. l.], v. 10, n. 10, n. 1, 2021.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. *In*: Ferreira, Marieta (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, jun. 2006.
- BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 296, 2006.
- CALMON, Diego Sousa Schiavo. Bissexualidade e gramáticas emocionais em relatos de jovens universitários no Rio de Janeiro. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 2, p. 282-305, 2019.

CARDOSO, Claudia Pons. A construção da identidade feminista negra: experiências de mulheres negras brasileiras. *In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis, **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, set. 2003.

CARRARA, Sergio; RAMOS, Silvia. Carrara, Sérgio. **Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa na 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CARRARA, Sérgio *et al.* (org.). **Gênero e diversidade na escola: avaliação de processos, resultados, impactos e projeções**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013.

CASTRO, Elisa G. de; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé L. F. de; RODRIGUES, Maria Emilia B.; CARVALHO, Joyce G. de. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

COELHO, Patrícia M. F.; COSTA, Marcos Rogério M.; MATTAR NETO, João Augusto. Saber Digital e suas Urgências: reflexões sobre imigrantes e nativos digitais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1077-1094, jul. 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan. 2016.

CORRÊA, Sonia; RODRIGUES, Carla. Apresentando “Terfs, movimentos críticos do gênero e feminismos pós-fascistas”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 68, 2023.

COSTA, Joaze B. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.

CURIEL, Ochy. El régimen heterosexual y la nación. Aportes del lesbianismo feminista a la antropología. **La manzana de la discordia**, v. 6, n. 1, p. 25-46, 2011.

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Brecha Lésbica: Bogotá, 2013.

DAFLON, Veronica Toste; COSTA, Débora Thomé; BORBA, Felipe. Gênero, feminismo e geração: uma análise dos perfis e opiniões das mulheres manifestantes no Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 61, 2021.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT – Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris**. 2016. 333 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06102016-142516/>. Acesso em: 07 mai. 2025.

DELL'AGLIO, Daniela D.; MACHADO, Paula S. Trajetórias e experiências: a construção do sujeito político feminista desde uma perspectiva interseccional. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, 2019.

DUTRA, Juliana C. DE O.; MAYORGA, Claudia. Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política¹. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe, p. e221693, 2019.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras**: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. 2008. 323 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1607367>. Acesso em: 7 mai. 2025.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De Cores e Matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 54-81, 2009.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora L.; BRAZ, Camilo. Estudos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado: olhares antropológicos contemporâneos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 99-140, jan. 2014.

FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horacio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano VI, n. 5, dez. 2012.

FRANCH, Mônica; NASCIMENTO, Silvana. A produção antropológica em gênero e sexualidades no Brasil na última década (2008-2018). **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 92, p. 1-29, 2020.

FRANÇA, Isadora Lins. Sexualidade e política: uma abordagem a partir do mercado e do consumo. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, n. 7, 2012.

FREITAS, Lorena. R. T. de. A importância do reconhecimento social na construção da identidade sexual de mulheres não heterossexuais no sul da Bahia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 64, 2022.

GOMES, Carla de Castro. **Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro**: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. 2018. 315 f. Tese (Doutorado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2018.

GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. Do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres ao "machistério" de Temer. **Revista de Políticas Públicas**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 753-771, 7 jan. 2019 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10564>. Acesso em: 7 mai. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (organizadoras). **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p. 139-150.

GUTERRES, Anelise; VIANNA, Adriana; AGUIÃO, Silvia. Percursos, tensões e possibilidades da participação de movimentos de mulheres e feministas nas políticas governamentais. *In*: LEITE LOPES, José Sergio; HEREDIA, Beatriz. **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

HALL, Stuart. "Quem precisa da Identidade?" *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), WOODWARD, Kathrin; HALL, Stuart. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

HEMMINGS, Claire. Contando histórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 17, v. 1, p. 215, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. Vivendo de Amor. **Portal Geledés**, 09 mar. 2010. Disponível em: www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/. Acesso em: 06 mai. 2025.

IAZZETTI, Brume Dezembro. **Existe 'universidade' em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans***. 2021. 311 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641814>. Acesso em: 7 mai. 2025.

KVELLER, Daniel Boianovsky; CRUZ BASTOS, Thalita; DIAS JR., Jocimar; JUNIA MATSUURA; Diana das Neves; ODORISI, Matheus; PINHEIRO NEVES, Pedro; RAMOS, Mariana; REIS, Bruno. A Tragédia da Heterossexualidade: Uma conversa com Jane Ward. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura - REBEH**, [S. l.], v. 6, n. 19, p. 120-139, 2023.

LACOMBE, Andrea. **Ler [se] nas entrelinhas**. Sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins. 2010. 192 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Museu Nacional, PPGAS, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/736471.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2025.

LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política** no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/4449/1/Dissertacao%20Maria%20Leao.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2025.

LIMA, Stephanie Pereira de. **“A gente não é só negro!”: Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários**. 2020. 290 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

LOPES, Paulo Victor Leite. **Sexualidade e construção de si em uma favela carioca: pertencimentos, identidades, movimentos**. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco; BIROLI, Flávia. Conclusão. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, p. e70177, 2021.

MASSON, Laura. **Feministas em toda parte: uma etnografia de espaços e narrativas feministas na Argentina**. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MATOS, Lara Tatiane de; MIRANDA, Maria Brígida de. Teatro feminista no Brasil: loucas de pedra lilás. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 1021–1034, 2019.

MEINERZ, Nádia Elisa. **Entre Mulheres: estudo etnográfico sobre a constituição da parceria homoerótica feminina em segmentos médios na cidade de Porto Alegre – RS**. 2005. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Caderno CRH**, v. 20, n. 50, p. 331-341, maio 2007.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, n. 21, p. 150-182, jan. 2009.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, 2017.

MONACO, Helena. “**A gente existe!**”: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2020.

MONACO, Helena; SALDANHA, Inácio; KLIDZIO, Danieli. Bissexualidade em foco: diferentes cenários, política e produção de conhecimento. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 32, n. 64, p. 6-16, 2024.

MORAIS, Ana Beatriz de Medeiros. **Uma flor exótica irrompe no jardim**: o surgimento do transfeminismo e as tensões geradas em torno da sua inserção no movimento feminista. 2016. 37 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Unidade Acadêmica de Psicologia, Campina Grande, 2016.

NOVO, Arthur L. Costa. “Famílias fora do armário”: emoções e mobilização política em uma associação de mães e pais de filhos LGBT. In: EILBAUM, Lucía *et al.* (org.). **Antropologia e direitos humanos 10** [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers; Brasília, DF: Aba Publicações, 2023.

NUNAN, Adriana. Influência do preconceito internalizado na conjugalidade homossexual masculina. In: GROSSI, Mirim Pillar; UZIEL, Ana Paula; MELLO, Luiz. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. Identidade e sociabilidade em comunidades virtuais gays. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 2, n. 02, p. 211-230, 2012.

OLIVEIRA, Arize Souza Fernandes de; MACHADO, Mônica. **Mais do que dinheiro**: pink money e a circulação de sentidos na comunidade LGBT+. *Signos do Consumo*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 20-31, 2021.

OLIVEIRA, Leandro de. A “vergonha” como uma “ofensa”: homossexualidade feminina, família e micropolíticas da emoção. **Horizontes Antropológicos**, v. 25, n. 54, p. 141-171, maio 2019.

PAIVA, Fernanda Polidoro. “**Tornar-se feminista**: encontrar as palavras” e as redes: estratégias de construção do campo discursivo feminista nas arenas digitais. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2023.

PAPA, Fernanda de Carvalho. **Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil** – Percursos de um pré-política. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV/EAESP, São Paulo, 2012.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. O casamento como “armário”: histórias de um homem com conduta homossexual no Pantanal de Mato Grosso do Sul. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 111–135, set. 2015.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; SAGGESE, Gustavo Santa Roza. Bailão: Trajetórias, sociabilidades e geração entre homens com condutas homossexuais em São Paulo. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 235-252, maio 2018.

PEÇANHA, Valéria Lopes. **Sem temer**: Demandas de gênero e sexualidade e deslocamentos na tradição do movimento estudantil do Colégio Pedro II. 2021. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PEDRO, Joana Maria; BARLETTTO, Marisa. “Movimentos feministas e academia: tensões e alianças”. **Revista Feminismos**, v. 7, p. 1-16, 2019.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe; SILVA, Janine Gomes da. Desafios dos feminismos na História do Brasil Contemporâneo. **História**, São Paulo, n. 41, 2022.

PEREIRA, Ana Maria. **Lesbianidade**: um assunto muito familiar! 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufal.br/handle/riufal/976>. Acesso em: 7 mai. 2025.

PEREIRA, Mônica Mourão. **A esquerda bem informada**: a estratégia política do PCdoB em dois tempos. 2009. 182 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/17292>. Acesso em: 7 mai. 2025.

PEREZ, Olivia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. In: Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), 10, Monterrey, Nuevo León, México, 2019. **Anais**. [S.l.]: ALACIP; Asociación Mexicana de Ciencias Políticas A.C. (AMECIP); Tecnológico de Monterrey, 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

PEREZ, Olivia Cristina; ARAÚJO, Rogério de Oliveira. Gênero, raça e classe dos eleitores jovens conservadores e progressistas. **Revista Agenda Política**, v. 11, n. 3, p. 114-126, 2023.

PERIN, Vanessa Parreira. Sobre histórias, fragmentos e silêncios em narrativas engajadas. **Anuário Antropológico**, Universidade de Brasília, v. 46, n. 1, pp. 298-314. (janeiro-abril/2021).

PILÃO, Antônio; BARBOSA, Mônica; BORNIA JR, Dardo Lorenzo; SILVÉRIO, Maria. Dossiê Afetos, políticas e sexualidades não-monogâmicas. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, 2021.

PINTO, Céli Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLESSO, Natália Borges. **Amora**. Porto Alegre: Editora Dublinense, 2022.

QUINTELA, Débora F.. **Um Ministério da Família**: da transversalidade de gênero à familiarização das políticas públicas federais. 2023. 253 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

REIS, Bruno; KVELLER, Daniel; BASTOS, Thalita. Estudos Críticos da Heterossexualidade: uma introdução ao campo. In: SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; RIBEIRO, Paula Regina Costa; VILAÇA, Teresa; BRÍCIO, Vilma Nonato de. **Corpo, gênero e sexualidade: Memórias, lutas e insurgências nas educações**. Campina Grande: Realize Editora, 2023.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 4, n. 05, 2010.

RIOS, Flávia; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro brasileiro em três tempos: Mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais. **Labrys, Études Féministes/ Estudos Feministas**, jul. 2017- jun. 2018. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>. Acesso em: 7 mai. 2025.

RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Apresentação: Gênero em perspectiva interseccional. **Plural**, São Paulo, n. 26, v. 1, p. 1-10, 2019.

RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 1-81, 2003.

SALDANHA, Inácio. Categorias em trânsito: classificações da sexualidade e a emergência da “bissexualidade” em Belém nos anos 1980 e 90. 2023. 222 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1266517>. Acesso em: 7 mai. 2025.

SARTI, Cyntia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, v. 15, n. 3, p. 11-28, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/N8jxmySj8PqRZp6ZnJz7Cwd/>. Acesso em: 7 mai. 2025.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Um Rio de Mulheres**: a participação das fluminenses na história do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: REDEH, 2003.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan. 2007.

SEFFNER, Fernando; DUARTE, Gustavo. E quando não há muito mais o que guardar no armário? Homossexualidades e processos de envelhecimento. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 9, n. 13, 2016.

SERESIN, Indiana. On Heteropessimism. **The New Inquiry**. October 9, 2019. Disponível em: <https://thenewinquiry.com/on-heteropessimism/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; WELLER, Wivian; ARAÚJO, Gabrielle Caseira. Jovens de direita no ensino médio: marcadores de um estilo de pensamento. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, 2021.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SILVA, Elder Luan Santos. Neoconservadorismo e Ofensivas antigênero no Brasil: A mobilização da “Ideologia de Gênero” e a produção de LGBTfobias no Governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura - REBEH**, [S. l.], v. 4, n. 14, 2021.

SILVÉRIO, Maria. Sexualidades múltiplas: uma análise das incertezas e conflitos entre pessoas poliamorosas em relações heterossexuais. **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 3, 2021.

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins; MACEDO, Marcio. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 35, p. 37-78, 2010.

SIMÕES, Júlio Assis.; CARRARA, Sergio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 75-98, 2014.

SÍVORI, Horacio Federico; PARREIRAS, Carolina; PEÑA, Paz. Apresentação: Por que perspectivas latino-americanas sobre feminismo, gênero e sexualidade em tecnologias digitais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 39, p. e22300, 2023.

SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos tem sexo?** Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil. 2016. 278 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos do Núcleo de Estudos da Mulher da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23896>. Acesso em: 7 mai. 2025.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys, Études Féministes/Estudos Feministas**, 2012.

SOLIVA, Thiago Barcelos. Família e homossexualidade: uma análise da violência doméstica sofrida por jovens homossexuais. In: Congresso Internacional Fazendo Gênero 9 - Diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos** Fazendo Gênero 9 - Diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, 2005.

SPIVAK, Gayatri. **The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues**. London and New York: Routledge, 1990.

TEIXEIRA, Analba B.; SILVA, Arianne M. da; FIGUEIREDO, Ângela. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curiel. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 106-120, 2017.

TOTA, Martinho. A história de Joana, ou da (in)explicável invisibilidade do L do LGBTQIAPN+: refletindo a partir de Catolé do Rocha/PB. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 37, p. e21209, 2021.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

WEITZMAN, Rodica. Tecendo deslocamentos: relações de gênero, práticas produtivas e organizativas entre trabalhadoras rurais. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

WELLER, Wivian. Investigaciones sobre juventud en Brasil: género y diversidad. Ciudadánías. **Revista de Políticas Sociales Urbanas**, n. 1, Primer semestre, 2017.

WELLER, Wivian; BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 391-408, maio 2020.

ZANETTI, Julia Paiva. **Jovens Feministas**: um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro. 2009. 87 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ZANETTI, Julia Paiva. A Primavera Feminista nas Redes Sociais. In: MENDONÇA, Amanda; TEIXEIRA, Kamila; BASTOS, Priscila (Org.). **Jovens Pesquisadoras: entre estudos e militâncias**. Rio de Janeiro: Autografia, 191-208, 2016.

ZANINI, Débora. A construção do antipetismo nas mídias sociais: da ação engajada para a rua e as dinâmicas da participação política na era das mídias sociais. 2019. 146 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1097698>. Acesso em: 7 mai. 2025.

ZIMBERG, Gabriela. O Antifeminismo: mapeamento dos discursos antagonistas do movimento feminista na internet. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21892>. Acesso em: 7 mai. 2025.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro básico de entrevista semiestruturada com feministas

Dados socioeconômicos:

Data:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Escolaridade dos pais:

Profissão/ocupação:

Local de moradia:

Com quem mora:

Estado civil / Se tem companheiro(a):

Nº de filhos:

Cor/raça:

Orientação sexual:

Identidade de gênero:

Renda mensal (faixas):

Vínculo de militância:

Apresentação

- Você poderia se apresentar? Falar um pouco da sua trajetória familiar, educacional, profissional, religiosa (se houver)

Política e militância

- Você poderia me contar um pouco da sua trajetória de militância?
- Como você se aproxima do movimento feminista? Qual foi o seu primeiro contato? Como foi sua participação desde então? Onde está hoje e por quê?
- A internet teve algum papel neste processo?
- O que significa ser feminista para você?
- O que você considera o melhor e o pior de ser feminista?
- De que forma ser feminista impactou sua vida?
- Impactou sua trajetória afetivo-sexual?

Afeto e sexualidade

- Você poderia contar um pouco da sua história afetivo-sexual? Como foram suas primeiras experiências afetivas e sexuais, como foram as relações que teve ao longo da vida, como é agora?
- O que costuma despertar seu interesse afetivo-sexual pelas pessoas? (?)
- O sexo ou identidade de gênero desta pessoa é uma questão considerada na definição do seu interesse?
- Você se relaciona ou já relacionou com mulheres, pessoas trans ou não binárias?

Se não:

Você já pensou em se relacionar com mulheres, pessoas trans ou não binárias?

Se sim, como e quando isso aconteceu?

Se não, por que não se concretizou?

Se sim:

- Como “descobriu” o desejo por mulheres, pessoas trans ou não binárias? Como se concretizou?
- Como foi depois? Como se sentiu? Teve vontade de continuar se relacionando com mulheres? Para quem você contou? Como é que você contou? Como foi a reação?
- Já teve relações mais estáveis com mulheres, pessoas trans ou não binárias?
- Assumiu isso publicamente? Como foi? Afetou suas relações (família, trabalho, amizades, ex-companheiros, religião), os lugares que frequenta ou militância?
- Como se relacionar com mulheres está presente na sua vida hoje?
- Em que situações você costuma contar para outras pessoas que você gosta de mulheres, pessoas trans ou não binárias?
- Quando você precisa se identificar quanto à sua sexualidade, se alguém te pergunta ou você quer falar disso pra alguém, que palavra você usa para isso?
- Por que e desde quando você se identifica assim?
- Essa forma de se identificar mudou ao longo do tempo? Por quê?
- Você ainda se interessa por homens cis? Por quê? Quando foi a última vez que você se relacionou afetiva-sexualmente com um deles? Atualmente, você se relaciona ou tem interesse mais por homens ou por mulheres pessoas trans ou não binárias?
- Como é ser (LBTQIA+ ou heterossexual) no movimento feminista? Tem algum outro pertencimento identitário que marque sua participação no movimento?
- Percebe alguma diferença entre ser LBTQIA+ ou heterossexual no movimento feminista?
- Como questões de orientação sexual e identidade de gênero estão sendo tratados nos espaços feministas em que você participa?
- Você percebe alguma mudança na forma como estas questões são tratadas desde que começou a militar no movimento?

Se sim:

- Quais foram estas mudanças e porque acha que aconteceram?
 - Impactaram igualmente a toda diversidade que compõe o movimento ou é mais visível em algum segmento?
 - Percebe alguma diferença geracional?
- Você percebe mudanças sobre estas questões na vida das mulheres em geral? Quais? A que atribui? Onde é mais visível para você? (?)

Comentários finais

- Sobre o que conversamos, tem alguma coisa mais que você gostaria de falar, mesmo que eu não tenha perguntado diretamente?

Apêndice B – Síntese do perfil das interlocutoras

Nome*	Idade	Raça/cor	Orientação sexual***	Escolaridade	Profissão	Local de moradia	Com quem mora	Filhas/os
Angela	39 anos	Branca	Bissexual	Direito (UFRJ) com mestrado	Assessora parlamentar	Tijuca	Filho	1 (8 anos)
Rosely	55 anos	Negra	Lésbica	Formação em Educação Popular (Cuba)	Ass. parlamentar/ Educ. popular	Santa Teresa	Pets e guias	1 (31 anos)
Nanda	28 anos	Branca	Lésbica	Relações internacionais (UFRRJ) e mestranda	Coordenadora de projetos em ONG	Glória	Amiga	Não
Beth	72 anos	Branca	Lésbica	Pedagogia (SP) com especialização	Ongueira e escritora	Ipanema	Companheira	Não
Olga	32 anos	Branca	Lésbica	Direito (UERJ)	Advogada	Leme	Esposa	Não
Lan****	23 anos	Negra	Lésbica	Pedagogia (cursando)	Estudante	Parada de Lucas	Mãe e pet	Não
Lelia	18 anos	Parda	Bissexual	Pré-ENEM (História)	Estudante	Abolição	Mãe, irmã e avós	Não
Monica	37 anos	Branca	Bissexual	Ciências Contábeis (incompleto)	Secretária	Maré	Esposa e um filho	2 (19 e 8 anos)
Ludmilla	18 anos	Preta	Lésbica	Ensino Médio (cursando)	Estudante	Realengo	Mãe, irmã e padrasto	Não
Lucia	81 anos	Branca	Lésbica	Comunicação Social (PUC)	Aposentada (jornalista)	Botafogo	Companheira	2 (58 e 54 anos)

* Nome fictício para preservar a identidade das interlocutoras.

** Conforme o mencionado pela interlocutora.

*** Resposta objetiva ao questionário inicial.

**** Lan é não binária, todas as demais são mulheres cis.

ANEXO A – Manifesto do 8M RJ 2023



Mulheres nas ruas em defesa da democracia! Sem anistia!

CHEGA DE FEMINICÍDIO E DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO CAMPO, DA CIDADE E DA FLORESTA! POR EMPREGO E RENDA, PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO E PELO FIM DA FOME! EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICAS

EM DEFESA DA DEMOCRACIA E POR QUE GRITAMOS “SEM ANISTIA”

As mulheres nunca fugiram à luta, especialmente nos últimos difíceis anos no Brasil. Fomos protagonistas no enfrentamento aos governos Temer e Bolsonaro e a todo o processo que eles representaram. Durante o governo fascista de Bolsonaro se acirram a exploração e exclusão das mulheres (cis, trans e deficiência). Além das contrarreformas e a ampliação das campanhas de vacinação; e nas e no campo dos direitos humanos, com a re-fundação da FUNAI. Também avança no sentido de combater a exploração das terras indígenas e a devastação do meio ambiente. Entretanto, o fascismo ainda ronda o Brasil, a exemplo dos ataques contra as liberdades democráticas perpetrados em Brasília no dia 8 de janeiro. No RJ seguimos nas ruas contra os demandados do governo de Cláudio Castro, envolvidos em escândalos de corrupção e responsável pelo arrocho contra os servidores públicos e as maiores chances já promovidas nas favelas. Por isso, frente a todas as mortes e à precarização das condições de vida da classe trabalhadora, é que griteamos em defesa das liberdades democráticas e “SEM ANISTIA” – pela prisão de Bolsonaro, dos golpistas, financiadores, incentivadores e todos os envolvidos. É com a firmeza de quem sabe que a luta feminista é constante, que ocupamos as ruas em mais um 8 de março.

extrema vulnerabilidade. Na maioria das vezes o aborto é praticado em locais inadequados, em condições insalubres, sem assistência profissional qualificada, causando prejuízo à saúde das mulheres da classe trabalhadora e muitas vezes levando-as à morte.

É necessário lutarmos de forma ampla e estratégica na descriminalização e legalização de todas as formas de aborto e de afirmação do Estado Laico! Nossas companheiras uruguaias, argentinas e colombianas já mostram o tom do processo: construir uma unidade forte entre os movimentos feministas, sociais e a sociedade não organizada para, através da nossa mobilização, lutar pela legalização do aborto para mulheres e pessoas com útero. Ao mesmo tempo, também é fundamental estarmos juntas para mobilizar localmente o debate, investir na educação sexual, monitorar o sistema de justiça e fortalecer o controle social do SUS e das demais políticas públicas que integram os direitos das mulheres em sua diversidade (mulheres cis, trans, lésbicas, prostitutas, com deficiência, em situação de rua e população privada de liberdade). Exigimos políticas públicas eficazes para reduzir as taxas de morte materna, visto que 90% são mortes evitáveis e, portanto, é injustificável que o Brasil se mantenha com taxas tão elevadas. Exigimos atenção universal e integral à saúde e aos direitos reprodutivos de homens e trans. É urgente, ainda, combater a violência obstétrica. Importante ainda destacar que a luta pela autonomia dos nossos corpos deve ser lida de forma interseccional, na qual defendemos uma política antirracista e antipatriarcalista. Queremos educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar e aborto legal e seguro para não morrer!

2023

nos direitos à terra e na erradicação do estresse hídrico (são as mulheres as mais impactadas pelo não acesso à água potável).

Somado ao quadro da fome e das tragédias em decorrência da mudança climática, recentemente veio à tona a grave crise humanitária do povo Yanomami, desencadeada em grande medida pelo incentivo do governo Bolsonaro ao garimpo ilegal: além de registros de mortes por desnutrição e enfermidades variadas, pelo menos, 30 meninas e adolescentes Yanomami estariam grávidas, vítimas de abusos cometidos por garimpeiros (Agência Brasil, 2023), e outras tantas foram levadas ilegalmente de suas aldeias por pessoas não-indígenas (Conselho Indígena de Roraima - CIR). Pela superação do racismo ambiental e o fim do etnocídio de nossos povos indígenas, nós, mulheres (cis e trans) de diferentes classes, raça, origem, orientação sexual, religião, movimento político e ideologia, viemos às ruas neste 8 de março exigir o fim do garimpo, a demarcação de terras indígenas e o fortalecimento da cobertura de programas e projetos de segurança alimentar e nutricional, a fim de atender às necessidades alimentares urgentes dos setores mais vulneráveis.

5. LEGALIZAÇÃO DO ABORTO JÁ!

O direito ao aborto legal e seguro e à justiça reprodutiva é um dos nossos principais e mais duros debates por envolver um difícil diálogo com crenças morais, religiosas e punitivistas presentes na sociedade. Mesmo sendo previsto em Lei para os casos de violência sexual, risco de morte materna e de fetos anencéfalos, o aborto ainda é negado a muitas meninas e mulheres. A criminalização social e o linchamento público coloca às mulheres, sobretudo as mulheres negras pobres, em situação de

1. POR EMPREGO, RENDA E PELO FIM DA FOME

O aumento do desemprego, da pobreza, da fome e a carestia atingiram muitas mulheres e suas famílias. A adoção do Bolsa Família de 600 reais de forma permanente, mais 150 reais por criança de 0 a 6 anos, por exemplo, alivia um pouco essa situação. Mas as mulheres trabalhadoras - incluindo as donas de casa, que não têm seu trabalho remunerado - precisam de muito mais. Os programas de transferência de renda devem ser fortalecidos e ampliados em direção à construção de um programa de renda básica. Reivindicamos a retomada urgente da política de valorização do salário mínimo, tendo em vista que o último aumento anunciado está aquém das necessidades da classe trabalhadora; e remuneração justa, sem discriminação de gênero, raça, sexualidade e deficiência. Queremos que o nosso exaustivo trabalho reprodutivo e do cuidado seja reconhecido, valorizado e compartilhado com os homens, com a sociedade e com o Estado. É necessário assegurar creches e escolas públicas e integrais acessíveis para todas as crianças, a começar pelas crianças com deficiência; restaurantes e lavanderias populares acessíveis; dentre outros equipamentos públicos que aliviem as tarefas domésticas. Queremos o fim da violência contra as mulheres camélas, que estão sendo impedidas de trabalhar para levar sustento para casa e estão sendo espancadas por agentes de segurança (em sua maioria mulheres negras, mães solo, muitas saindo de relacionamentos abusivos). Propomos, também, um amplo debate sobre a garantia de direitos e qualificação para as trabalhadoras domésticas; e a redução das jornadas de trabalho sem redução salarial.

Lutamos pela revogação da reforma trabalhista, que precariza o emprego e dificulta o acesso à justiça; e da reforma previdenciária,

que adia as aposentadorias e reduz a renda de quem tanto contribuiu para a construção do país. Não descansaremos enquanto não cair o teto de gastos, que limita drasticamente os investimentos públicos, tornando o acesso à saúde e à educação ainda mais precarizado. Lutamos pelo aumento de verbas para políticas públicas de combate à violência contra mulheres. As reformas dos últimos anos passaram por cima dos direitos de trabalhadoras e trabalhadoras e contribuíram fortemente para a queda de seus rendimentos, acarretando o aumento da opressão capacitista, racista, machista e homofóbica.

2. POR EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Nos últimos quatro anos a educação pública foi muito atacada: perseguição a educadores, cortes de verbas ao ensino superior e escolas militares. No estado do RJ, o governador Cláudio Castro (PL) paga o pior salário do Brasil e os prefeitos do Rio de Janeiro Eduardo Paes (PSD), de São Gonçalo, Capitão Nelson (PL) e demais prefeitos mantêm a mesma política de arrocho salarial e privatização. É preciso retomar as políticas públicas de investimento no setor. Queremos uma educação pública laica, gratuita, inclusiva e de qualidade. Como a categoria dos trabalhadores da educação é majoritariamente composta por mulheres, é urgente lutar por valorização docente e plano unificado de carreira. A luta contra a precarização da educação infantil, para exigir o pagamento do reajuste do piso nacional em todos os municípios e no estado do RJ e pela revogação do novo ensino médio é fundamental para assegurar o futuro das nossas meninas e mulheres.

O Brasil sendo o país que mais mata mulheres transexuais e travestis, precisa buscar soluções para emancipação dessa parcela da população. A educação é peça fundamental

nesse processo de transformação social! A transfobia barra o acesso ao mercado de trabalho formal e a falta de oportunidades acaba por empurrar transexuais para a subemprego e para prostituição, situação que se agrava se essas mulheres forem negras. A partir da aprovação do projeto de lei de Cotas para trans nas universidades, mulheres transexuais poderão se formar, qualificar e batalhar por melhores postos de trabalho.

3. SANEAMENTO BÁSICO

Água não é mercadoria! O acesso à água é dificultado pelo modelo de privatização da CEDAE (Águas do Rio) que não garante condições adequadas do tratamento de resíduos sólidos, de coleta pública do "lixo" e do abastecimento de água em áreas de moradia da classe mais pobre da população, prejudicando a saúde da trabalhadora e de sua família. Se faz necessária a fiscalização das promessas de expansão da rede de esgoto nas áreas mais distantes do centro da cidade. Exigimos a reestatização da CEDAE, a retomada de políticas públicas voltadas às mulheres e meninas, entre elas maior atenção à saúde reprodutiva, pelo fim das comunidades terapêuticas e em defesa do SUS público, gratuito, universal e de qualidade, à garantia da mobilidade, nos transportes e vias públicas, inclusive das idosas, mulheres e meninas com deficiência. É preciso definir uma política para proteção das mulheres atingidas por grandes empreendimentos ou por desastres naturais como as grandes chuvas que acontecem todo ano durante ou após o verão, cuja constância vem aumentando em função das mudanças climáticas, ocasião que leva a alagamentos em várias cidades no Rio de Janeiro, causando transtorno para as trabalhadoras e trabalhadores, seja no deslocamento ou no desabamento de suas moradias. É necessária uma solução para a falta de moradias dignas e de estrutura urbana capaz de garantir

a integridade da cidade como um todo e uma política severa com construções em lugares de risco. (De 2021 a 2022 tivemos 11 tragédias com inúmeras vítimas - dados CEMADEN).

Defendemos a reestatização da Eletrobrás, alvo de mais privatizações que poderão inviabilizar o acesso ao fornecimento de energia segura em nossas casas, com o aumento da tarifa e também da desestatização das águas das barragens das hidrelétricas. O setor elétrico é estratégico para o desenvolvimento econômico do país e para promoção do bem-estar da população brasileira. O mesmo vale para a Petrobrás e os Correios, que está em risco. Chega de privatizações, desmontes e sucateamento das estatais! A soberania nacional precisa ser garantida!

4. RACISMO AMBIENTAL E ETNOCÍDIO

A degradação ambiental comprovadamente impacta mais as populações periféricas ou compostas por minorias étnicas. Essa parcela da população, que já vinha sofrendo com secas, estigmas severos, queimadas ou enchentes, teve a sua situação drasticamente agravada pela pandemia. Calcula-se que, na América Latina, a fome atingiu 10 milhões de habitantes em áreas rurais, dos quais 6 milhões são mulheres (CEPAL). No Brasil, de 2019 a 2021, o quadro da fome pulou de 33% para 47% entre as mulheres (a faixa de 30 a 49 anos é a mais impactada), e teve uma queda de 1% entre os homens (de 27% para 26%). Como a maior parte dos lares do Brasil é chefiada por mulheres, podemos mensurar a secura dessa desigualdade entre crianças e adolescentes, em sua maioria pretas e pardas. Ao lado disso, testemunhamos, a partir do governo Bolsonaro, um retrocesso em relação à manutenção e aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades de gênero